

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

**INFORMAÇÃO E DEFICIÊNCIA FÍSICA:
PROCESSO DE INSERÇÃO NO MERCADO
DE TRABALHO COMPETITIVO
EM BELO HORIZONTE**

BELO HORIZONTE

1997

02
5586i
+

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA

**INFORMAÇÃO E DEFICIÊNCIA FÍSICA:
PROCESSO DE INSERÇÃO NO MERCADO
DE TRABALHO COMPETITIVO
EM BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado da Escola de
Biblioteconomia da Universidade
Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em
Ciência da Informação

04/02
U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
215399709
NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA
04/06
11512 O K/20

Área de Concentração:
Produção, organização e utilização
da informação
Linha de Pesquisa:
Informação social
Orientadora:
Profª. Dra. Suzy de Souza Queiroz

BELO HORIZONTE

1997

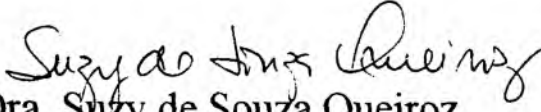
FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação: **“Informação e deficiência física:
processo de inserção no mercado de
trabalho competitivo”.**

Nome da aluna: **Maria Cristina de Oliveira Silva**

Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, aprovada pela banca examinadora, constituída pelos professores Suzy de Souza Queiroz (orientadora), Alcenir Soares dos Reis e Livia de Castro Magalhães.

Belo Horizonte(MG), 05 de fevereiro de 1997.


Prof. Dra. Suzy de Souza Queiroz
Orientadora


Prof. Alcenir Soares dos Reis


Prof. Dra. Livia de Castro Magalhães

Aos meus queridos:

minha mãe, fiel companheira e
incentivadora constante.

Mauro, que soube entender
todas as angústias e preocupações.

Meus filhos, Júlio César, Susana e
Alexandre pela compreensão e apoio.

Aos que me orientaram e guiaram com
a sua sabedoria.

Prof^a Dra. Suzy de Souza Queiroz
Prof. Dr. Paulo Saturnino Figueiredo
Daniel Augusto dos Reis

Aos trabalhadores que se dispuseram a participar desta pesquisa e são também seus autores.

Às empresas: COPASA, BEMGE e TELEPREÇOS

Aos órgãos: CAADE e AMP

Ao CVI de Belo Horizonte

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desse trabalho.

**“Mas os que esperam no
Senhor renovam as suas
forças, sobem com asas como
águias, correm, e não se
cansam; caminham e não
se fatigam.”**

Isaías 40:31

RESUMO

Neste trabalho estuda-se o processo de inserção do indivíduo portador de deficiência física no mercado de trabalho competitivo. Partindo-se do pressuposto de que a informação é fator essencial para o desencadeamento desse processo, procura-se identificar quando, como e onde as informações foram buscadas. Foram entrevistados catorze trabalhadores, sendo seis portadores de deficiências físicas adquiridas e oito portadores de deficiência física congênita, tendo em vista as suas especificidades.

O levantamento de dados permitiu estabelecer um quadro de fatores facilitadores e dificultadores do processo de inserção no mercado de trabalho. A informação aparece como fator facilitador do processo; a desinformação, como fator dificultador.

Durante todo o texto, procura-se ressaltar a importância de haver uma disposição interior do indivíduo portador de deficiência física em ser sujeito do processo de se informar e lutar pela sua inserção no mercado de trabalho. Também salienta-se o papel de órgãos e entidades que cuidam dos interesses do portador de deficiência que devem ser centrais de informação, buscando facilitar a vida dessas pessoas.

ABSTRACT

In this work the process of insertion the physical deficiency bearer in the competitive work market is studied. The information is taken as essential factor for the unleashing of this process, when, how and where is looked for to identify the information were searched. Fourteen workers were interviewed, in these, six congenital physical deficiency bearer and eight had physical deficiency, because their specifications.

Facilitation and inibition factors square insertion in the competitive work market was established for the data raising. The information appears as facilitation factor of the insertion process and the desinformation as difficult factor of this process.

In the course of the text, the importance of having one interior disposition of the physical deficiency bearer to be subject of the information process and to fight for the insertion in the work market is projected. It stand out the part of the interest physical deficiency establishments and entities are distinguished. They need to be information centers, to facilitate the life of these persons.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	01
2.	PROCESSO METODOLÓGICO.....	08
2.1	Antecedentes da Investigação Subjacentes à Construção do Objeto de Estudo.....	09
2.2	População e Amostra.....	13
2.3	A Abordagem Qualitativa.....	16
2.3.1	Bases Teóricas e Históricas.....	16
2.3.2	Construção e Administração do Instrumento.....	23
3.	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	26
3.1	Informação e Cidadania.....	26
3.2	O Portador de Deficiência e a Informação.....	36
3.3	O Significado do Trabalho e o Portador de Deficiência.....	43
4.	O PROCESSO DE INSERÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO - OS DADOS ANALISADOS.....	48
4.1	Circunstâncias Facilitadoras.....	60
4.2	Circunstâncias Dificultadoras.....	82
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
	ANEXOS.....	121

LISTA DE ANEXOS

- A - Relação de títulos de livros sobre deficiência com autoria de portadores de deficiência.
- B - Glossário seletivo de termos técnicos da área da saúde.
- C - Rede de Informações Integradas Sobre Deficiências - REINTEGRA.
- D - Rede Nacional de Comunicação Entre Portadores de Deficiência - RENDE.
- E - Roteiro das perguntas de entrevistas.
- F₁ - Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente - CAADE - Manual de orientação - Inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.
- F₂ - CAADE - Levantamento do número de servidores públicos portadores de deficiência em Minas Gerais.
- F₃ - CAADE - Empresas que admitem ou que admitiram pessoas deficientes a partir de 1989.
- F₄ - CAADE - Empresas que oferecem vagas para pessoas portadoras de deficiência física.
- F₅ - CAADE - Manual de recursos para pessoas portadoras de deficiência.
- F₆ - CAADE - Jornal.
- G - Delegacia Regional do Trabalho - Lista das empresas com experiência de trabalho do portador de deficiência.
- H₁ - CVI_{RJ} - Centro de Vida Independente - Jornal.
- H₂ - CVI_{BH} - Boletim mensal.

1. INTRODUÇÃO

Informação é um tema atual, faz parte da vida moderna. Hoje em dia torna-se necessário organizar o orçamento doméstico de tal forma que uma parte dos rendimentos seja direcionada para o gasto com: jornais, revistas, multicanal, telefone, cinema, *internet* que constituem necessidades básicas para o dia-a-dia de uma grande parcela da população.

Não ocorre o mesmo com relação ao tema **deficiência**, que interessa àquela população constituída pelos próprios portadores de deficiência, seus familiares e profissionais que atuam na área. Esse é, geralmente, um assunto incômodo, porque leva o indivíduo a refletir sobre o seu lado frágil. Um dos portadores de deficiência física, entrevistado para que se obtivessem dados para esta investigação, com o objetivo de se oferecer dados para esta análise, expressa muito bem esta realidade:

“O que salta aos olhos ao ver vocês são as capacidades de vocês, o que salta aos olhos enquanto me vêem, são as minhas limitações. Mas todo mundo, a grande maioria das pessoas se esquece que as suas limitações estão escondidas, as minhas capacidades estão escondidas, mas tanto capacidade quanto limitações, temos ambas, porque somos pessoas. Então é mais fácil para as pessoas jogarem as próprias limitações em mim ou em qualquer outro portador de deficiência, do que aceitá-las em si mesmo.” (sujeito nº 10)

A visão parcial dessa realidade torna-se mais problemática quando se pensa em trabalho para um portador de deficiência. Existe uma tendência de se excluir do mercado de trabalho aqueles que não apresentam condições físicas plenas. Segundo FIGUEIRÓ (1996), a aposentadoria por invalidez parece ser muito injusta, porque ela, na maioria das vezes, gera sentimentos de inutilidade, dependência e desvalorização. Através do trabalho, que é uma fonte de prazer, as pessoas se realizam. No mundo atual, tem-se o exemplo de um portador de deficiência física, Stephen Hawking, de 54 anos, professor da

Universidade de Cambridge, que, apesar de suas limitações, é um dos maiores físicos da atualidade.

A sociedade sensibilizada diante de grandes problemas que interferem na sua ordem e no seu equilíbrio, mobiliza-se no sentido de resolvê-los. Problemas menores, entretanto, não têm sido objeto de sua preocupação, a não ser em sociedades mais evoluídas, que têm tentado solucionar problema de minorias. No Brasil, nos últimos anos, após o estabelecimento, em nível mundial, do ano internacional do portador de deficiência, já se observam algumas mudanças na mentalidade das pessoas não-portadoras de deficiência, que vêm assumindo uma postura menos preconceituosa. Com relação a esse portador, modificações já se fazem sentir no sentido de **ser sujeito**, agente de transformação social, dono do seu destino, de sua vida, conforme afirma AMARAL (1994:41): "Ter o direito de ser diferente e nem por isso estar à margem eis uma bandeira recente levantada pelos deficientes e pelos profissionais mais atentos e conscientes".

O ato de os portadores de deficiência assumirem os rumos da sua própria vida, está marcado pela influência da informação. No Congresso DEF' RIO 95 - ENCONTROS INTERNACIONAIS SOBRE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, realizado em novembro de 1995, essa tomada de consciência foi claramente identificada. Observou-se a participação dos portadores de deficiência gerando e absorvendo informação em áreas de equipamento, direito, arquitetura, jornalismo; de computação, psicologia, medicina, educação etc. Um bom exemplo disso é a relação de livros sobre deficiência, de autoria de portadores de deficiência (Anexo A). Através da leitura dos títulos desses livros, percebe-se que os autores procuram focar a visão da competência que, muitas vezes, está escondida e mascarada pela aparência física. Constata-se que esses portadores podem desenvolver as mesmas tarefas dos não-portadores de deficiência, utilizando-se da criatividade, a vontade de viver. A partir de uma nova postura de vida, é possível andar sem pernas, voar sem asas, conhecer a deficiência do ponto de vista de quem a experencia 24 horas por dia, é possível pensar na diferença sem desmerecê-la, acreditar na

possibilidade de realizar todas as atividades cotidianas, enfim, de amar, trabalhar e ser feliz.

Por estar há vários anos atuando na área de reabilitação, a pesquisadora pode perceber o quanto é importante a habilitação e reabilitação do indivíduo para o trabalho. Como a sua prática profissional tem sido com o portador de deficiência física, decidiu realizar a pesquisa com esse portador. Há estudos sobre o processo de inserção no mercado de trabalho, mas desejava a pesquisadora ter mais clareza a respeito do assunto, por entender que não adianta tratar o indivíduo e devolvê-lo à família e à sociedade sem condições de ele desenvolver um papel útil, que se reverta em realização pessoal.

Quando as pessoas se colocam diante de um portador de deficiência, geralmente tendem para duas direções. A primeira é a do paternalismo, sentimento de pena e proteção que vai gerar atitudes assistencialistas. A segunda é a rejeição, o abandono, que muitas vezes gera o fechamento desses indivíduos em casa ou em instituições. Uma terceira postura, mais saudável, é a aceitação desse outro como alguém normal que tem capacidades e limitações e precisa de oportunidades para desenvolver suas potencialidades.

Existem razões evidentes para se preocupar com a integração social dos portadores de deficiência: o elevado número dessas pessoas, o valor próprio do ser humano e o valor econômico da mão-de-obra não utilizada. Segundo a análise da literatura específica e dos depoimentos coletados, há evidência de que a sociedade não pode integrar os indivíduos; pode apenas oferecer as possibilidades para que isso ocorra. O principal meio para se chegar a essa situação ideal, almejada por todos os interessados neste assunto, no entanto, depende da própria pessoa portadora de deficiência. Segundo SILVA (1993:50),

"A verdadeira integração social ocorrerá, desde que se obtenha o pleno envolvimento do indivíduo atingido, e mais, desenvolva-

se com ele um trabalho de reaquisição de eventuais valores perdidos, de sua dignidade, de seu amor próprio e de seu real sentido de ser humano global.”

Vive-se hoje tempos difíceis, em que o mundo caminha cada vez mais no sentido do individualismo, do isolamento, da satisfação do eu. Não existe interesse em propiciar condições para que o outro se desenvolva. O desemprego bate à porta de indivíduos que têm corpos sadios, sem nenhum impedimento para o trabalho. Nesse contexto, emergem questões entre outras igualmente relevantes, considerando a possibilidade do portador de deficiência se incluir no mundo do trabalho; a sua subsistência; as alternativas das quais lançará mão para sobreviver a uma série de obstáculos massacrantes e as circunstâncias favoráveis e desfavoráveis à sua inserção no mercado de trabalho.

Pensando nestas questões, surgiu o interesse de realizar esta pesquisa, tendo como ponto de partida as bases filosóficas definidas por SILVA (1993:37).

“- O ser humano tem um valor próprio, intrínseco e inalienável, com direito ao respeito de todos os seus semelhantes;
- Sua dignidade independe de raça, inteligência, idade, credo, sexo, ideologia política ou integridade física;
- Ele é único, complexo, diferente de todos os seus semelhantes, só devendo ser considerado globalmente e nunca em partes estanques;
- O indivíduo tem um potencial latente que precisa ser sempre enfatizado, apoiado e fomentado;
- Todo ser humano é perfectível e tem condições de se superar;
- Ele faz parte de uma sociedade na qual deverá ter seu papel;
- Todo indivíduo pode ter seu valor econômico, como colaborador potencial no processo de produção de bens e serviços.”

Essas bases fundamentais, reúnem as idéias de várias entidades internacionais interessadas nas questões dos portadores de deficiência. É necessário que o seu conteúdo não fique apenas no papel mas, que seja colocado na mente e nas ações das pessoas.

Esta investigação enfoca a relação informação/fenômeno mercado de trabalho competitivo para o portador de deficiência física. Enfoca, também, a relação complexa, dinâmica, intercausal e conflituosa, muitas vezes controvertida, entre a informação dada, acessada e disponível, ou seja, a dimensão de informação organizada ou não, formal ou informalmente existente, e sua ação cultural, econômica e social relacionada ao mercado de trabalho para o portador de deficiência física. Essa investigação consiste, sobretudo, na tentativa de entender e apontar o papel da informação e a sua influência, considerando, também, a desinformação, dando forma e condicionando o contexto sócio-econômico e cultural, no qual se processa a relação trabalho e indivíduo, sendo este portador de deficiência física.

Nesse sentido, procura-se conhecer uma parte da realidade do processo de inserção do portador de deficiência física no mercado de trabalho competitivo. Tornam-se, então, objetivos específicos desta investigação:

- Conhecer a concepção que o portador de deficiência tem sobre o trabalho e sobre a informação.
- Pesquisar e analisar a origem, significância, formas de produção, fontes específicas, organização e divulgação da informação existente para tomada de decisão e inserção, no mercado de trabalho, do portador de deficiência física.
- Estudar o acesso às informações sobre trabalho.
- Dimensionar a ação do portador de deficiência física como sujeito do processo informacional.
- Levantar e analisar os antecedentes básicos para a inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho.
- Discutir os efeitos da informação e da desinformação para o processo de inserção do portador de deficiência física no mercado de trabalho competitivo.
- Identificar de que forma se deu a inserção do portador de deficiência física no mercado de trabalho.

- Conhecer as características dos portadores de deficiência física que estão trabalhando.
- Identificar a informação necessária para se efetivar ou facilitar a inserção do portador de deficiência física no mercado de trabalho, nos seus aspectos de como, quando e onde essa informação deve ser organizada, coletada e divulgada.
- Propiciar espaço para o portador de deficiência física colocar suas críticas e expectativas em relação ao processo em estudo.

Portanto, nesse trabalho, estuda-se a relação entre o portador de deficiência física e o trabalho, analisando-se os antecedentes básicos, identificando as circunstâncias facilitadoras e dificultadoras desse processo. Analisa-se e compara-se a realidade encontrada, com os sistemas de informação existentes e, sugerem-se contribuições para a produção e o uso dessas informações.

A perspectiva de análise nele empregada é, de um lado, fornecida por uma restrita literatura específica, em termos da relação informação/portador de deficiência física/ trabalho; de outro, por uma vasta literatura de área sobre informação, deficiência e trabalho. Essa fundamentação teórica, caracterizada através da revisão de literatura, está diluída ao longo deste texto. A apresentação e a análise de alguns dados, estão tratadas, mais especificamente, nos capítulos três e quatro. O enfoque da relação informação/portador de deficiência física/trabalho é discutida notadamente no capítulo quatro.

O texto está organizado em cinco capítulos: o capítulo um, Introdução, situa o tema em estudo no mundo atual e justifica o interesse por ele. O capítulo dois, Processo Metodológico, descreve os pontos relevantes do caminho percorrido a partir do levantamento bibliográfico, da definição do objeto de estudo, dos aspectos e das características pertinentes da abordagem qualitativa, justificando a sua aplicação em trabalhos que enfatizam a natureza social do objeto estudado, a construção do instrumento de coleta de dados e a

definição da população e amostra. O capítulo três, Fundamentos Teóricos e Contextualização, fala, de início, sobre a relação entre informação e cidadania, tendo em vista que a inserção no mundo do trabalho é um dos aspectos da cidadania, e que a informação tem papel significativo nesse contexto. Tenta, a seguir, definir deficiência nos campos biológico, psicológico e social, pontuando-se os efeitos da desinformação. Concluindo, discorre sobre o significado do trabalho para o ser humano e coloca algumas características do mundo do trabalho para o portador de deficiência. O capítulo quatro, O processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, analisa mais detidamente os dados coletados nesta investigação, apresentando, a princípio, as circunstâncias facilitadoras do processo de inserção no mercado de trabalho e posteriormente, aquelas dificultadoras. O capítulo cinco, Considerações finais, apresenta algumas reflexões sobre a organização da informação para o portador de deficiência e faz algumas observações a partir do cenário estudado. Seguem-se as referências bibliográficas que fundamentaram este estudo. A documentação referente ao texto está disposta no final, em anexos, incluindo um glossário seletivo de termos técnicos da área da saúde (Anexo B).

Espera-se que este trabalho contribua para o exercício das atividades acadêmicas de outros pesquisadores, especialmente para os colegas e alunos dos cursos de Terapia Ocupacional.

2. PROCESSO METODOLÓGICO

Esta investigação está relacionada a um momento muito especial para os indivíduos portadores de deficiência física, ou seja, o processo de sua inserção no mercado de trabalho competitivo. Trata-se de um estudo descritivo de caráter exploratório desse processo, através da busca do conhecimento da trajetória de vida de indivíduos ativos que, trabalhando, têm contribuído para o desenvolvimento do país e tentado usufruir do direito de exercer a sua cidadania.

Não se pode estudar o fenômeno social como se estuda o fenômeno físico, isolando-o em laboratório. Nesse sentido, enfoca-se o processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, verificando-se os tipos de interações existentes no cotidiano desses indivíduos, buscando "capturar" a perspectiva dos participantes e respeitar o contexto social e a realidade histórica de cada um (LUDKE, 1986).

O conhecimento é tido como um processo infinito, não é possível fechá-lo numa fase final. Não houve preocupação em apenas quantificá-lo, mas em explicar como se deu, pois sabe-se que o objeto de estudo da ciência social é histórico, complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação (MINAYO, 1993).

BOURDIEU (1989:26) afirma que

"a construção do objeto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas."

Na verdade, o processo de construção do objeto de estudo é demorado, trabalhoso, requer do pesquisador grande dose de paciência e persistência. A descrição do caminho percorrido como trajetória desta pesquisa exemplifica o significado desse processo.

2.1. Antecedentes da Investigação Subjacentes à Construção do Objeto de Estudo

Em agosto de 1994, a pesquisadora deu início à jornada de solicitação de pesquisas bibliográficas, sendo a primeira requerida na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFMG (FAFICH), sobre o tema Os movimentos sociais dos deficientes físicos no Brasil. Simultaneamente, realizou um levantamento bibliográfico na Escola de Biblioteconomia a respeito de informação e deficiente físico, pensando em estudar informação para o deficiente físico. Após alguns dias de espera, surge o primeiro obstáculo: não havia textos sobre o assunto na FAFICH. Diante desse impasse, o pedido de pesquisa é reformulado sob o título Movimentos sociais. Dessa forma, obtém-se um bom levantamento bibliográfico em termos numéricos, mas fraco quanto ao conteúdo específico que se desejava abordar. Além disso, o resultado da outra pesquisa realizada na Biblioteconomia era falho em quantidade e qualidade, pois as poucas referências encontradas enfocavam a questão das barreiras arquitetônicas ou do uso da tecnologia, para facilitar o acesso do deficiente à informação, enfoque esse que, no momento, não era de interesse da pesquisadora cuja prioridade era estudar a geração, a absorção e o repasse da **informação ocupacional**; informação que diz respeito à escolha profissional e à inserção no mercado de trabalho competitivo.

Algumas questões que direcionavam a pesquisa nessa época eram o papel da Associação Mineira de Paraplégicos (AMP) no processo de informar o portador de deficiência; o fluxo e o acesso à informação nessa associação; o movimento social dos portadores de deficiência; sua organização e conquistas alcançadas no campo do trabalho. Até esse momento, a pesquisadora

pensava em desenvolver a pesquisa de campo com o universo da AMP, imaginando que, uma vez concluído o estudo, seria de grande valor para toda a comunidade de Belo Horizonte. Pensava, também, ser possível delimitar e estudar o **usuário da informação ocupacional** ao invés de **usuário de biblioteca**.

Ainda em agosto de 1994, surgiu-lhe a possibilidade de conhecer a Rede de Informações Integradas Sobre Deficiências - REINTEGRA. (Anexo C). A notícia da existência dessa rede é divulgada pelo jornal Folha de São Paulo. Estabelecido contato por telefone, solicitaram-se maiores informações sobre o acervo dessa rede e, através de correspondência, obteve-se uma pesquisa bibliográfica sobre a questão do trabalho e sobre a pessoa portadora de deficiência. Foram selecionados e solicitados os textos de maior interesse. Após examinar os duzentos e vinte e seis títulos enviados pela REINTEGRA, ficou bem clara a necessidade de ser restringido o objeto de estudo a uma das áreas de deficiência.

Além da existência da REINTEGRA, o material enviado relata a Rede Nacional de Comunicação Entre Portadores de Deficiência - RENDE, rede eletrônica de informações, de que fazem parte entidades de/para portadores de deficiência. (Anexo D)

Em setembro de 1994, entrevistou-se a bibliotecária da Biblioteca Central da UFMG tendo em vista a sua participação no projeto de pesquisa - "Deficiente físico: esse desconhecido das bibliotecas da UFMG". Através dela, foram indicados outros contatos em Belo Horizonte com interesse pelas questões dos portadores de deficiência e feitas pesquisas bibliográficas no Banco de Dados Bibliográficos da USP - DEDALUS e no SOCIAL SCIENCES CITATION INDEX. A seguir, os textos selecionados foram solicitados via Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT, mas nem todos foram recuperados.

Ainda em setembro de 1994, por sugestão da orientadora desta investigação, estabeleceu-se contato com o professor Paulo Saturnino

Figueiredo, comunicador, grande conhecedor das questões do deficiente no Brasil e, portanto, valioso contribuidor para o desenvolvimento desta pesquisa. Através de sua entrevista soube-se da existência dos centros de vida independente (CVI) já estabelecidos no Rio de Janeiro e São Paulo e em implantação em Belo Horizonte, sob a presidência do professor Marcelo Guimarães, da Escola de Arquitetura da UFMG. Outros contatos interessantes - Coordenadoria de Apoio à Pessoa Deficiente - CAADE, Secretaria de Saúde, Câmara Municipal e Salão do Encontro em Betim - foram por ele seguidos.

Em outubro de 1994, solicitou-se um levantamento bibliográfico sobre Mercado de Trabalho à biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (FACE), tendo em vista a especificidade do tema e a necessidade de se conhecer melhor a sua contextualização.

Em novembro de 1994, através de entrevista feita com o professor Marcelo Guimarães, tomou-se conhecimento da existência do projeto Informação em Elos, elaborado pela bibliotecária da Faculdade de Educação da UFMG (FAE), Cláudia Grossi, em parceria com Leonardo Matos, da Secretaria de Saúde. Guimarães reforçou a importância de procurar a CAADE, sugeriu alguns outros contatos, indicando a população de posto de saúde para participar desta pesquisa. Ainda nesse mês, estabeleceu-se contato com Cláudia Grossi que indicou a publicação "Nada mais que um slogan?", bibliografia sobre o deficiente, publicada pelo grupo de bibliotecários de Ciências Sociais e Humanidades da Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, em comemoração ao Ano Internacional do Deficiente. Esse documento reúne referências bibliográficas existentes na Biblioteca Pública, nas bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC, da Faculdade de Educação da UFMG - FAE e da Fundação João Pinheiro.

Em dezembro de 1994, compilou-se uma pesquisa bibliográfica na Faculdade de Medicina da UFMG através do MEDLINE, abrangendo o período de 1990 a 1994, numa composição de 120 itens. A construção da estratégia de busca partiu da interrelação das palavras-chaves pertinentes às questões a

serem investigadas: *disability, disabilities, disabled, information, labor, employment, professional* e, sobretudo, *vocational rehabilitation*. No mesmo mês, inaugurou-se o serviço de pesquisa informatizado da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Através dele, quatro pesquisas são desenvolvidas: duas no Information Science Abstracts (ISA), uma no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a outra solicitada ao Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT). Uma análise do resultado apontava o enfoque na tecnologia utilizada para facilitar o acesso do deficiente à informação. Outra tentativa de conseguir informações pertinentes à fundamentação desta investigação ocorreu na Faculdade de Educação, cuja biblioteca, ainda não informatizada, exige seleção manual de fichas, onde, então, um total de quarenta e quatro referências foi selecionado.

Em fevereiro de 1995, compilaram-se bibliografias na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, com a base de dados LILACS e, em março de 1995, solicitou-se a mesma pesquisa na Faculdade de Medicina da UFMG. Ainda nesse mês, em resposta à solicitação por correio, agregou-se o material bibliográfico da OMS - Catálogo de Nuevas Publicaciones (89-94) e Books and Periodicals Subscriptions (1995); originário da sede na Suíça. Em agosto deste mesmo ano, recebeu-se o material enviado pelo Real Patronato de Prevención y de Atención a personas con Minusvalia: Acceso de las personas con discapacidad al empleo público e Derecho al trabajo de las personas con minusvalia, que foi muito útil, pois, através dele, pôde-se dimensionar a realidade vivenciada pelo portador de deficiência em outros países e analisá-la em relação ao Brasil.

Através desse breve histórico, percebe-se que, embora árduo, o caminho percorrido foi gratificante. A garimpagem das informações requer, sempre, um trabalho paciente e cuidadoso.

2.2. População e Amostra

O mercado de trabalho engloba a economia formal e informal, que, cada vez mais, se faz presente em nossa sociedade, devido ao alto nível de desemprego, manifestando-se através de vendedores ambulantes. Veja-se este estudo.

AIHARA (1988), psicóloga de um centro de reabilitação de São Paulo, desejou verificar se realmente os indivíduos que passaram pelo centro estavam reabilitados profissionalmente. Observou que os menos comprometidos fisicamente, aqueles que deambulam com muletas ou cadeiras de rodas, mas com boa habilidade manual, conseguem um trabalho na instituição em que foram tratados. Outros, com condições físicas semelhantes, vendem balas em pontos estratégicos da cidade. Muitos, um pouco mais comprometidos, ganham a vida pedindo esmolas. Uma grande maioria, física e mentalmente atingidos, é tido como **casos perdidos**.

Da conscientização de fatos como esses, tomou-se, como ponto de partida para esta investigação, considerar como população, os portadores de deficiência física que conseguiram penetrar e atuar preferencialmente no mercado de trabalho formal. Partiu-se da hipótese de que estes indivíduos possuem em suas experiências de vida elementos teóricos fundamentais para definir o processo de sua inserção no mercado de trabalho competitivo.

A princípio, pensou-se em estabelecer, para definir a amostra, os seguintes critérios: tempo de lesão, tempo de serviço na empresa, tipo de ocupação e sexo. Os indivíduos seriam selecionados nos setores industrial e de serviço. Mas com o desenrolar dos fatos percebeu-se que, no momento atual, não era possível selecionar a amostra dessa forma e acabou-se por considerar como critérios ser portador de deficiência física congênita ou adquirida, ter experiência no mercado de trabalho competitivo e estar disposto a fazer a entrevista.

Através do Manual de Orientação - Inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho, editado pela Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente - CAADE, em 1994 (Anexo E), tomou-se conhecimento do trabalho realizado pela Comissão de Integração do Portador de Deficiência no Mercado de Trabalho, instituída pela Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais (Portaria nº 5718 de 13 de maio de 1993).

Portanto, a primeira referência para definir os trabalhadores que seriam entrevistados foi uma lista de empresas com experiência de trabalho do portador de deficiência, fornecida pela Delegacia Regional do Trabalho. Inicialmente pretendia-se entrevistar dois representantes de algumas das empresas dessa lista composta por 24 itens (Anexo G); contudo, surgiram dificuldades de penetração em algumas empresas. Foram feitos contatos com o setor de Recursos Humanos e marcadas duas entrevistas com trabalhadores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e duas com funcionários do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE). Através da Coordenadoria de Apoio e Assistência a Pessoa Deficiente (CAADE), tomou-se conhecimento do levantamento do número de servidores públicos portadores de deficiência em Minas Gerais (Anexo F2), de empresas que admitem ou que admitiram pessoas deficientes a partir de 1989 (Anexo F3) e de empresas que oferecem vagas para pessoas portadoras de deficiência física (Anexo F4). A partir dessa última lista estabeleceu-se contato com a empresa privada TELEPREÇOS e agendaram-se duas entrevistas. Também foram entrevistadas as secretárias da CAADE e da Associação Mineira de Paraplégicos (AMP), que são portadoras de deficiência física. Entrevistou-se um dos membros do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte e uma trabalhadora indicada pela presidente do CVI.

A deficiência física, bem como outras deficiências, podem ser congênitas ou adquiridas. Viver com as limitações desde a infância ou adaptar-se a elas depois de adulto tem implicações para o processo de inserção no mercado de trabalho. Até esse momento, a amostra estava constituída por maior número de portadores de deficiência adquirida. Tendo em vista a

facilidade de acessar os dados da AMP e as características dos seus associados, na sua maioria indivíduos de nível sócio-econômico baixo, decidiu-se por consultar o fichário dessa associação e selecionar pessoas pelo diagnóstico de deficiência congênita. Surgiram várias dificuldades relativas a números de telefones errados, a pessoas que nunca haviam trabalhado, a diagnóstico não esclarecido. Finalmente, foram marcadas três entrevistas. Entrevistou-se ainda um trabalhador indicado por uma funcionária da AMP. O quadro 1 mostra a constituição final da amostra.

AMOSTRA	
ORIGEM	Nº DE TRABALHADORES ENTREVISTADOS
COPASA	2
BEMGE	2
TELEPREÇOS	2
CVI	2
CAADE	1
AMP	5
TOTAL	14

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhadores entrevistados segundo a origem.

Além dos quatorze trabalhadores portadores de deficiência física, foram entrevistados:

- Dr Marcelo Fábio Vieira Gomes, ex-coordenador da Comissão de Integração do portador de deficiência no mercado de trabalho, Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais.
- Profª Mª de Lourdes S. Oliveira, ex-coordenadora da Coordenadoria de Apoio e Assistência à pessoa deficiente em Minas Gerais durante 12 anos.
- Profª Ieda C. Fadul, presidente do Reabilitar - Instituto de Reabilitação Profissional e Recursos Humanos; autora do livro: "Profissionalização: educação para o trabalho como caminho do deficiente".

- Psicólogo Daniel Augusto dos Reis, coordenador do setor de Aconselhamento de Pares do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte.

2.3. A Abordagem Qualitativa

2.3.1. Bases Teóricas e Históricas

Os estudos qualitativos são geralmente julgados através de critérios com base quantitativa. Considerando esse fato no campo da pesquisa, julgou-se necessário descrever e discutir alguns aspectos relevantes das bases históricas e teóricas dessa abordagem qualitativa.

A metodologia qualitativa refere-se, em um sentido mais amplo, à pesquisa que produz dados descritivos - os escritos e as falas dos indivíduos - e comportamentos observáveis. Especificamente, mais do que um conjunto de técnicas para reunir dados, ela constitui uma maneira de abordar o mundo empírico. Sintetizando o que caracteriza essa abordagem, pode-se dizer que

- a pesquisa qualitativa é indutiva, na medida em que pesquisadores desenvolvem conceitos, descobertas e compreensão de padrões nos dados, em vez de coletar dados para avaliar modelos preconcebidos, hipóteses ou teorias. Nos estudos qualitativos, os pesquisadores elaboram e seguem um projeto de pesquisa flexível, iniciando sua investigação somente com as questões vagamente formuladas, sem rigidez nas afirmações, refletindo os objetivos com os quais se propõem investigar o fenômeno dado.
- o pesquisador examina, na metodologia qualitativa, segmento de pessoas, holisticamente, não a reduzindo a variáveis, sendo elas grupos ou indivíduos, tomando-as como um todo.
- os pesquisadores qualitativos

a) são sensíveis aos efeitos que produzem nas pessoas que estudam. Devido a este aspecto, a pesquisa qualitativa tem sido freqüentemente descrita como naturalística, ou seja, há uma total interação de pesquisadores e informantes, ou, pelo menos, é o que se deve buscar de forma natural e não intrusa ou rígida;

b) tentam entender as pessoas a partir dos seus pontos de referência. A essência, ou o eixo central para a perspectiva fenomenológica e sobretudo para a pesquisa qualitativa, está em experienciar ou vivenciar a realidade como os outros que estão sendo estudados a experienciam ou a vivenciam. Assim, os pesquisadores qualitativos buscam se identificar e ter empatia pelos indivíduos que estão estudando, a fim de entenderem como eles vêem as coisas;

c) procuram deixar de lado tanto quanto possível, suas próprias crenças, perspectivas e predisposições, tentando ver as coisas como se estivessem acontecendo pela primeira vez. Nada é tomado como dado, mas sujeito a questionamento;

d) tomam todas as perspectivas como válidas. Não há uma busca rígida do que é verdadeiro, da verdade ou da moralidade, mas de uma compreensão detalhada das perspectivas dos outros. As pessoas, tais como as percepções do louco e do seu psiquiatra, são igualmente importantes. Válidos e susceptíveis a estudos são, igualmente, todos os ambientes, os cenários, as pessoas ou qualquer aspecto de vida social que são vistos como similares e únicos. São similares, no sentido de que alguns processos sociais gerais podem ser encontrados em qualquer ambiente ou em qualquer grupo de pessoas. São únicos no sentido de que um aspecto da vida social pode ser melhor estudado em cada ambiente ou através de cada informante, porque neles está mais claro e pode ser melhor esclarecido. Alguns processos sociais ainda podem aparecer nitidamente salientes, em certas circunstâncias e aparecerem somente vaga e timidamente em outras;

e) enfatizam validade, considerando que os pesquisadores quantitativos enfatizam confiabilidade e replicabilidade na pesquisa, o que não quer dizer

que não se preocupem com a segurança de seus dados. O estudo qualitativo não é impressionista e nem se fundamenta na análise de um exame superficial de um ambiente ou de provas; ele é parte de uma pesquisa sistemática conduzida com procedimentos científicos, embora não necessariamente padronizada para assegurar a validade dos dados registrados. Contudo, torna-se relevante lembrar aqui a impossibilidade, reconhecida na literatura, de se alcançar a confiabilidade perfeita na produção de estudos válidos do mundo real. Os métodos qualitativos permitem ao pesquisador aproximar-se do mundo empírico, sendo projetados para assegurar maior proximidade entre os dados e o que as pessoas realmente dizem e fazem, através da observação do dia-a-dia de vida das pessoas. Ouvindo o que elas dizem sobre o que está em suas mentes e examinando os documentos que produzem, o pesquisador qualitativo obtém, em primeira mão, ou seja, sem modificações ou sistematização o conhecimento da vida social sem estar filtrada através de conceitos, definições operacionais ou escalas de avaliação.

- os métodos qualitativos são humanistas, sendo que, através dos mesmos, se estudam as necessidades do indivíduo, como ele as sente, e não como o pesquisador as vê. Sabe-se, que, geralmente, quando se reduzem as palavras ou ações das pessoas a equações estatísticas, corre-se o risco de perder a visão do lado humano da vida social. Quando se estudam os indivíduos qualitativamente, aumentam-se as chances de conhecê-los pessoalmente e de vivenciar as mesmas experiências como eles a vivenciam individualmente e em sociedade. Pode-se, igualmente, aprender sobre conceitos como beleza, dor, fé, sofrimento, frustração, sucesso, vitória, fracassos, crenças etc, cujas essências podem se perder através de outras abordagens de pesquisa. Dentre os métodos, a *grounded theory*, *system thinking* e a história de vida tem sido os mais freqüentemente utilizados. As técnicas compõem-se, na sua essência, da observação participante e da entrevista semi-estruturada (*in - depth interview*) e ainda da análise de conteúdo (HAGUETTE, 1992; TRIVINOS, 1992).

A pesquisa qualitativa é também considerada como um rascunho, um trabalho artesanal, sério, pessoal, sistemático, metódico, sempre sujeito a mudanças, reparos, acréscimos inerentes à natureza do seu objeto de estudo. Seus métodos não são considerados acabados, completamente refinados e padronizados como em outras abordagens de pesquisa, segundo evidências encontradas através da análise da própria literatura de área. No entanto, se isso constitui, de um lado, um artefato histórico que está mudando com a publicação de literatura mais específica e crítica, especialmente de artigos mais recentes da década de 90, por outro lado é, em parte, o reflexo da natureza dos próprios métodos qualitativos. Seus pesquisadores são flexíveis em como caminham ao conduzirem suas investigações, agindo como um artesão. O "cientista social" qualitativo está encorajado, e mais propenso a ser seu próprio metodologista, vendo guias a serem seguidos, mas nunca regras, como se observou em exemplos ao longo da literatura teórica e prática. Procura fazer com que os métodos sirvam ao pesquisador; nunca o pesquisador a eles, evitando que se tornem escravos de procedimentos e técnicas, o que pode comprometer o conhecimento da realidade investigada.

A partir então desses princípios do modelo teórico qualitativo, métodos e técnicas para seleção, coleta e análise de dados relativos ao objeto em estudo são elaborados. A condução desta pesquisa foi estruturada em procedimentos que partem da elaboração do projeto de pesquisa, da seleção do ambiente ou cenário, do acesso às organizações aos ambientes públicos e privados aos informantes e da elaboração do instrumento.

Tendo sempre em vista a natureza do objeto e os objetivos a serem alcançados, a pesquisadora optou pela utilização da Grounded Theory - GT, (CORBIN e STRAUSS, 1990) cujos princípios e procedimentos pareceram propiciar o desenvolvimento de um conjunto integrado de conceitos que proveriam a construção de uma explanação teórico-prática mais próxima da realidade do fenômeno social sob estudo. Tendo a G T como eixo central, decidiu utilizar, ao mesmo tempo, recursos da História de Vida, e a

combinação de técnica de observação e entrevista, na certeza de que estaria mais próxima da realidade circunstancial do fenômeno estudado.

A G T foi criada pela necessidade de se desenvolver ou gerar teoria e conceitos sociais. GLASER e STRAUSS (1967) pretenderam, com essa abordagem qualitativa na pesquisa social, permitir aos pesquisadores desenvolver e verificar proposições sobre a natureza da vida social. A G T consiste em uma maneira de descobrir teorias, conceitos, hipóteses e proposições diretamente dos dados, em vez de pressupostos de outra pesquisa ou estrutura teórica já existentes. De acordo com os autores, os estudos sociais, na sua maioria, superenfaticavam o teste e a verificação, negligenciando a atividade mais importante de gerar teorias sociológicas. Eles propõem duas estratégias básicas para desenvolver a GT:

1ª - o método de comparação constante, no qual o pesquisador simultaneamente codifica e analisa os dados a serem coletados a fim de desenvolver conceitos. Comparando incidentes específicos nos dados, o pesquisador refina os conceitos, identifica suas propriedades, explora seus relacionamentos nos dados e os integra dentro de uma teoria coerente.

2ª - a amostragem teórica, em que o pesquisador seleciona **novos casos** para estudo de acordo com seus potenciais, para ajudá-lo a expandir ou refinar os conceitos e a teoria que já deve estar sendo desenvolvida. A coleta e a análise dos dados se processam juntas. Analisando as diferentes áreas substantivas de um fenômeno, o pesquisador poderá expandir e exemplificar o conceito formal, fundamentando a sua teoria. Ao gerar a GT, os pesquisadores não buscam provar suas teorias, mas somente demonstrar um suporte plausível para ela. GLASER e STRAUSS argumentam ainda que os critérios chaves em avaliar teorias são no sentido de verificar se elas **servem e funcionam** ou **agem**. **Servem** significando que são naturalmente aplicáveis e indicadas para os fenômenos em estudo e **funcionam** significando que devem ser relevantes e estarem aptas a explicar o comportamento ou objeto que está sendo estudado. Para os autores, os fenômenos não são concebidos como

estáticos, mas em contínua mudança em resposta às condições envolvidas. Pretende-se construir o dado considerando sua mudança, o determinismo estrito é rejeitado, sendo os atores vistos como tendo os meios de controlar seus destinos. Os dados da G.T. podem ser coletados através de observações e entrevistas bem como através de documentos, videotapes, jornais, cartas e livros. A análise começa tão logo o primeiro dado seja coletado e, já de início, é necessária para dirigir a próxima entrevista e observação. Todas as questões relevantes são incorporadas ao conjunto de entrevistas e observações. Os conceitos são as unidades básicas de análises e vários deles, agrupados, vão constituir as categorias que são as pedras de sustentação do desenvolvimento de uma teoria. O objetivo final da G.T. é construir uma explanação teórica. Não se deseja generalizar achados para um campo de população (CORBIN e STRAUSS, 1990). Segundo TURNER (1981), os estágios da G.T. são: 1 - Desenvolver categorias; 2 - Saturar as categorias; 3 - Fazer definições abstratas; 4 - Usar as definições; 5 - Explorar as categorias completamente; 6 - Desenvolver elos entre categorias; 7 - Considerar as condições sob as quais os vínculos se prendem; 8 - Fazer conexões, construir pontes; 9 - Usar extremas comparações para testar relações emergentes; 10 - Identificar as variáveis e dimensões chaves; 11 - Verificar se as relações seguram os extremos dessas variáveis.

A História de Vida é uma técnica através da qual se pode aprender a analisar a própria situação de vida. O pesquisador mantém o indivíduo orientado para as questões nas quais está interessado, interroga sobre fatos que necessitam de esclarecimentos, tenta confrontar a história contada com outros tipos de material, tais como documentos fornecidos por pessoas familiarizadas com o ator. Consideram-se as experiências subjetivas como dados importantes. Segundo HAGUETTE (1992), diferentemente da autobiografia, essa técnica possibilita atender mais as necessidades do pesquisador, buscando identificar os pontos relevantes das falas dos entrevistados para o seu trabalho, não deixando, no entanto, de valorizar a perspectiva do ator social. Ao se utilizar a história de vida como método de

pesquisa, deve-se estar consciente de suas limitações, pois seus resultados não têm caráter generalizante; baseia-se no ponto de vista de um único ator social para se compreender a realidade. Assim sendo, a análise de uma vida específica pode contrariar uma teoria, que trata de um determinado assunto. Por outro lado, a história de vida apresenta uma riqueza de detalhes podendo indicar outras variáveis e processos e reorientar a pesquisa. Essa riqueza de detalhes pode também dar sentido à noção de processo, o que muitas vezes não é possível através de outras técnicas de pesquisa.

Entre as técnicas existentes para coletar dados, nesta investigação, optou-se por uma combinação entre observação e entrevista semi-estruturada. A observação consiste em uma técnica na qual o pesquisador pode penetrar ou não no processo vivenciado pelos atores. Dentre as formas de se administrar a observação, a observação participante, segundo MINAYO (1993), pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Nela, o pesquisador se coloca face a face com os observados, tornando-se parte do contexto sob observação, modificando-se e provocando modificações. A autora menciona o participante total que é entendido como aquele pesquisador que se propõe a participar inteiramente em todas as áreas da vida do grupo que pretende conhecer e, para isso, esse pesquisador deverá representar papéis exigidos no cotidiano. Contudo, esse tipo de participação é mais comum aos pesquisadores que se envolvem no estudo de sociedades primitivas. Há também os casos em que o participante, como pesquisador, deixa claro para si e para o grupo seu papel de pesquisador. A participação, no entanto, tende a se aprofundar à medida que a vivência de acontecimentos julgados importantes pelos entrevistados vai aumentando, através do acompanhamento de rotinas cotidianas.

Considerando que a realidade está nas ações condicionadas não somente pelas crenças e valores mas também pelas demandas dos conteúdos sociais e econômicos dentro dos quais os indivíduos vivem, o seu comportamento está sempre determinado pela predisposição cultural - pressupostos, percepções, idéias, sentimentos, crenças - e pelas

contingências situacionais que emergem do ambiente externo. Assim sendo, escolheu-se a entrevista semi-estruturada, por oferecer um contexto situacional no qual as exigências de ambientes familiar, organizacional, de trabalho, social, entre outros, estão geralmente distanciadas dos respondentes. A técnica da entrevista pode ser definida como “um processo de interação social entre duas pessoas no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.” (HAGUETTE, 1992:86). A entrevista semi-estruturada combina perguntas fechadas e abertas; o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (MINAYO, 1993). Ela constitui um instrumento útil para a coleta de dados, embora represente situações altamente planejadas e intrusas, nas quais se torna importante avaliar o papel do entrevistador, neste caso o pesquisador, na construção dos significados e expectativas. Contudo, a decisão de basear-se em entrevista semi-estruturada, apesar de suas deficiências e obstáculos, está vinculada à escolha da *Grounded Theory* como um estudo de caráter qualitativo para analisar os dados.

2.3.2. Construção e Administração do Instrumento

A concepção dos meios para coletar dados partiu dos objetivos inicialmente formulados e de sua relação com a problemática do tema investigado. A partir dessa relação, procurou-se extrair da técnica de observação os aspectos relativos à participação do pesquisador no contexto observado, cuidando-se para não interferir nele, mas extrair a essência da realidade observada, sem mascará-la ou modificá-la. Igualmente pautada nessa relação, a construção da entrevista semi-estruturada foi concebida, inicialmente, a partir do levantamento das questões básicas do que se queria investigar e, a seguir, da combinação da análise detalhada da revisão da literatura relevante, das conversas e experiência pessoal da pesquisadora com os indivíduos e o tema, objetos da investigação.

Desse processo, decorreu a elaboração de perguntas elementares para subsidiar a administração de um pré-teste das entrevistas com a finalidade de se avaliar sua legitimidade, compreensão, clareza e pertinência. O pré-teste foi administrado com dois sujeitos, aleatoriamente escolhidos como fontes significantes de população, após o que as perguntas foram revistas, complementadas, reformuladas e substituídas, resultando no roteiro que norteou as entrevistas (Anexo E). Durante as entrevistas, as mesmas sofreram ainda as reformulações necessárias a fim de atenderem às necessidades e características dos entrevistados e atingirem a informação para os objetivos propostos.

As entrevistas foram aplicadas em uma amostra representativa de portadores de deficiência física e secretários, presidentes, coordenadores e membros de associações etc; que estão diretamente relacionados com o tema. As entrevistas, com a permissão dos entrevistados, foram todas gravadas, em fitas-cassetes com duração de 60 minutos, guardando o caráter de confidencialidade. O período planejado inicialmente para a coleta de dados era de dois meses, mas ele se estendeu de outubro de 1995 a abril de 1996, devido a uma série de dificuldades para localizar as empresas que possuem o trabalhador portador de deficiência e ter acesso a elas.

Antes de marcar a entrevista com o trabalhador, fez-se necessário entrevistar a pessoa responsável pelo setor de Recursos Humanos, levar o projeto de pesquisa, discuti-lo para, finalmente, chegar-se ao trabalhador. A CEMIG, depois de cumprir toda essa burocracia, solicitou o roteiro de perguntas. Decidiu-se por desistir dessa empresa. Foi necessário ligar várias vezes para conseguir falar com o Relações Públicas da FIAT, o qual nos pediu para passar fax e aguardar. Depois de vários dias de espera e inúmeras tentativas de contato, informou não ser possível a realização da pesquisa. Ao que parece, as empresas têm algum temor ao fornecer tais informações. Contudo, nas empresas onde foi possível contato pessoal, como na COPASA, BEMGE, TELEPREÇOS e nos órgãos CAADE, AMP e CVI, a recepção foi

excelente. Tentou-se contato com várias outras empresas; contudo, percebe-se que a questão do cidadão, citada por DAMATTA (1985), está também presente na vida do pesquisador. Não havendo contatos para apresentações aos empresários, dificilmente se consegue realizar o trabalho. Percebe-se, ainda, que, se não visa ao lucro ou ao aumento de capital, a pesquisa não faz sentido para a empresa, levando-a ao seu desinteresse em colaborar.

Após a transcrição das fitas, procedeu-se à análise de todo o material coletado para se estabelecerem as categorias fundamentais do processo em estudo. A seguir, foi retomado todo o conteúdo teórico estudado de modo que esse material pudesse fundamentar as categorias já levantadas. Finalmente, procedeu-se à síntese dos dados coletados organizados em categorias que se constituíram em fatores que foram denominados intrínsecos e extrínsecos, e apresentados em dois conjuntos: (a) facilitadores e (b) dificultadores do processo de inserção do portador de deficiência física no mercado de trabalho. Anterior à tentativa dessa síntese, a elaboração e o desenvolvimento de um estudo de fundamentação teórica e contextualização de aspectos referentes a considerações de relações informação/cidadania/portador de deficiência e a informação/significado do trabalho para o ser humano serviram como uma das bases referenciais para a análise dos dados.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, tenta-se contextualizar alguns aspectos teórico-básicos fundamentais da relação informação/portador de deficiência/trabalho, elementos essenciais desta investigação para, a seguir, no capítulo 4, se apresentar mais especificamente a análise de dados.

3.1. Informação e Cidadania

Vive-se hoje a era da informação: teletrabalho (trabalho a domicílio), correio eletrônico, *super high way*, *internet*, transmissão via satélite de palestras, comunicação entre alunos via computador, *shopping centers* e bibliotecas virtuais são exemplos de tecnologias revolucionárias que facilitam a troca de informação. Segundo TOFLER (1980), a humanidade viveu seu primeiro momento decisivo de desenvolvimento social com o aparecimento da agricultura. A revolução agrícola levou milhares de anos para acabar, sendo seguida pela civilização industrial que imperou por apenas 300 anos. Hoje, a tendência de uma **história acelerativa** ainda é maior com o advento da tecnologia. Esses períodos deixaram marcas profundas em vários segmentos da sociedade. Por exemplo, na revolução industrial partia-se do princípio de que a fábrica era a agência mais eficiente para a produção; tentou-se, portanto, estender a sua dinâmica às escolas, aos hospitais, às prisões e aos governos. Nos tempos modernos, marcados pela rapidez, pela troca de informações eficientes, pela globalização, já se começa a observar vários efeitos disso sobre o ser humano, ou seja, o esfacelamento das famílias e o espedaçar de muitos valores. Tudo isso são indicações do pós-moderno, que, de acordo com SANTOS (1986) e BAUDRILLARD (1985), apresenta características bem distintas das etapas anteriores: estilos de vida norteados pela filosofia denominada niilismo, o nada, o vazio, a ausência de valores e de sentido para a vida. Embora o Brasil ande sempre em descompasso com os países mais desenvolvidos - EUA, Japão, Europa - com base na informação,

as primeiras influências dessa transformação já se fazem sentir em nosso meio.

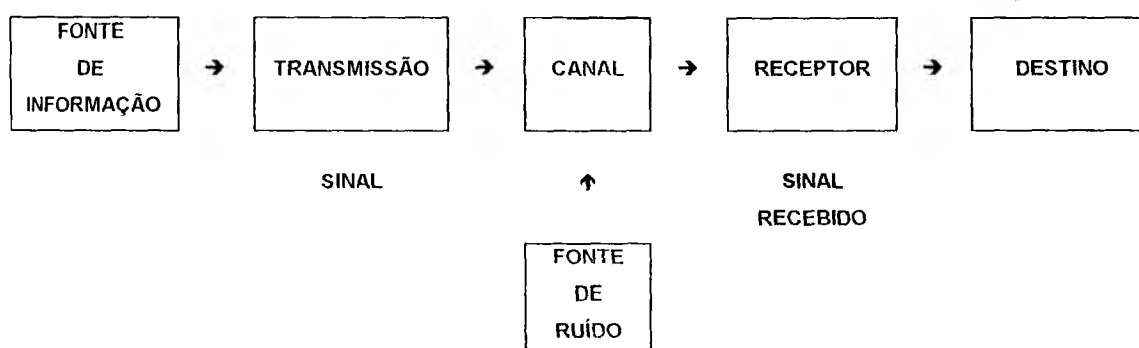
Torna-se necessário refletir um pouco sobre o pós-moderno e tentar entendê-lo, pois, através dessa reflexão, talvez haja tempo de se posicionar, agindo conscientemente. As pessoas se sentem em situações de teste durante todo o tempo de sua existência; é preciso digitar, lidar com signos, fazer escolhas rápidas. Vê-se que o novo ritmo de exigência que é colocado diante do homem pós-moderno está ultrapassando, muitas vezes, o seu limiar de capacidade para que a sua saúde física e mental seja preservada. De modo intenso, a ordem de consumir se faz presente e o indivíduo pós-moderno não se detém para pensar sobre o significado, o valor daquilo que está consumindo. Numa velocidade cada vez mais acelerada, ele se envolve em consumir bens e serviços. A filosofia dominante no momento pós-moderno é o hedonismo, o prazer em primeiro lugar, sendo que, no momento atual, o que importa é a satisfação, o futuro não conta muito.

A perspectiva de SANTOS (1986:92) para o homem pós-moderno com relação ao trabalho não é animadora: "A massa pós-moderna não tem ilusões: sabe que trabalhará sempre para um sistema, capitalista, socialista, ou marciano. Por isso ela não vê na profissão a única via para a auto-realização". Percebe-se nessa declaração uma grande dose de desencanto e desestímulo para o pesquisador. Se ficasse detido apenas em considerações teóricas, o estímulo para a produção científica já haveria desaparecido. Mas em contrapartida surgem os exemplos concretos da vida cotidiana que impulsionam para a frente e apontam novos caminhos. A tecnologia, criada por esse homem pós-moderno, provoca uma verdadeira revolução informacional e seus efeitos se tornam cada vez mais incontroláveis, ora facilitando, ora prejudicando a sua qualidade de vida.

De acordo com TOFLER (1980), todos os grupos humanos têm necessidade de se comunicarem. Os antigos persas usavam torres ou postes de onde homens, com vozes possantes, transmitiam as mensagens. Entre os

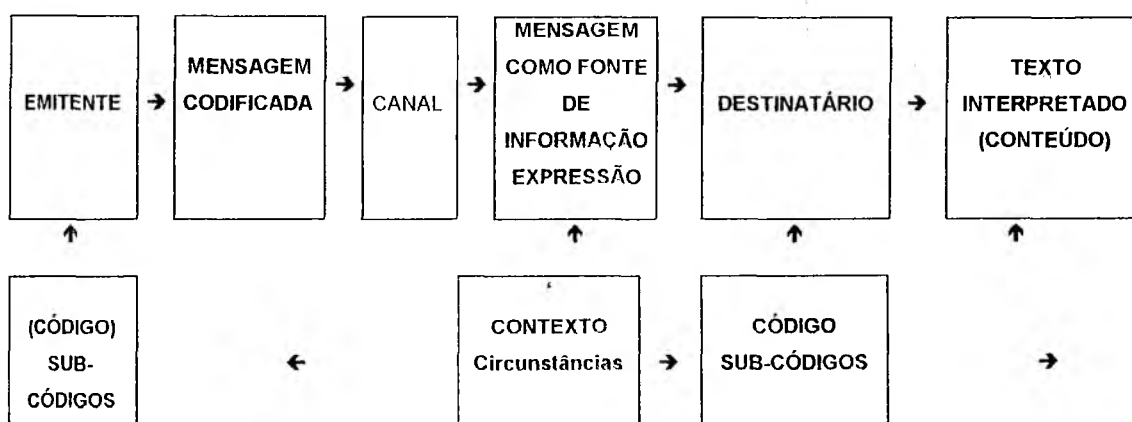
romanos, havia o serviço de mensageiros que levavam as informações a cavalo por toda a Europa. Levar a informação um pouco mais além era arma da elite. Durante o período industrial, grandes quantidades de informação eram solicitadas e precisavam ser distribuídas. O correio, o telefone e o telégrafo, inventados no século XIX, contribuíram muito para a difusão da informação. Surgiram os meios de comunicação de massa: jornais, revistas, rádio, cinema, televisão. Mas a necessidade de receber e transmitir informação continuou aumentando, constituindo a 3ª. onda, cuja característica é acelerar os fluxos de informação, transformando a sua profunda estrutura, de que dependem as ações diárias.

Partindo do pressuposto de que a informação é o atual paradigma tecnológico e econômico (AUN-1993), considera-se a seguir o que se tem pensado sobre o seu significado e seus campos de atuação. Uma das primeiras tentativas de se explicar teoricamente a transmissão de informação foi feita por SHANNON e WEAVER¹, cujo modelo comunicacional é apresentado por NEIVA JR (1990). Segundo os autores citados, a comunicação se dá quando aquele que quer transmitir a mensagem coloca-a num código, e quem a recebe decodifica-a. Representando num diagrama, tem-se:



¹ SHANNON, C. E. The mathematical theory of communication. University of Illinois Press, Urbana, Illinois. 1949

Esse modelo tem sido criticado por diversos autores devido ao fato de ter sido extraído do universo das telecomunicações no qual os atores são máquinas e não pessoas. Sabe-se que, em se tratando de comunicação humana, o processo torna-se bem mais complexo, pois uma série de variáveis interferem na emissão e na recepção da mensagem. UMBERTO ECO, citado por NEIVA JR (1990), reformulou esse modelo da seguinte forma:



É muito válida a mudança proposta por ECO, pois, na comunicação humana, o contexto e as circunstâncias nela interferem o tempo todo e o processo ocorre de forma integrada. É impossível haver transmissão de informação de forma linear sem interferências do meio, e justamente por causa dessas influências, os diversos autores têm visto a informação de maneiras bem distintas. Num primeiro momento, pensa-se a informação, na esfera individual, como fonte de informação. A propósito da diferenciação entre o ser humano e a máquina, HORTON JR (1979) afirma que as pessoas produzem informação e as máquinas produzem dados. Essa produção individual da informação acontece a partir dos próprios pensamentos e ações da pessoa. Segundo KIELHOFNER (1980), o homem é um sistema aberto, interagindo o tempo todo com o contexto, ao mesmo tempo que recebe informação fornece informação e age sobre o meio. Todo estímulo sensorial que recebe é informação (HORTON, JR, 1979). À medida que a pessoa busca informação e dela se apropria, ocorrem várias transformações em seu interior e exterior.

A informação pode ser considerada conhecimento, (HORTON JR, 1979, MARTELETO, 1987); a partir das mudanças provocadas pela presença da informação, gera-se ação (WERSIG, 1991); a informação é um recurso estratégico (CRONIN, 1990), reduz a incerteza (SARACEVIC, 1981), e consiste em um recurso para tomar decisão (ARAÚJO, 1991; SARACEVIC, 1981; MARTELETO, 1994; HORTON JR., 1979). Portanto, a informação contribui para a resolução de problemas (GOMES, 1984) e para o ajustamento ao mundo (TARGINO, 1991). ARAÚJO (1991) coloca que a informação é agente de transformação. Ampliando um pouco o universo do ser humano como participante de grupos sociais, tem-se que a informação propicia libertação de preconceitos, de radicalismo, aumenta a dignidade pessoal, tem papel educativo pois promove mudanças, é um bem comum, é direito de todos, é fator de integração e democratização, proporciona igualdade, eleva o status de cidadão e melhora a qualidade de vida das pessoas (TARGINO, 1991).

Pensando, agora, em um campo mais amplo de ação da informação, ou seja o campo político econômico, TOFLER (1980) coloca que a informação é matéria-prima, mas é também produto de desenvolvimento, ou seja, ao mesmo tempo que participa do início do processo, é final, é consequência dele. Para ARAÚJO (1991) a informação é bem de consumo, porém é bem de produção. Segundo HORTON JR. (1979), a informação é dinheiro, é poder, é uma fonte econômica, pode ser comprada e vendida. Portanto, ela está fazendo parte da realidade cotidiana de todos (CAMPOS, 1992) e há quem diga que a informação é o oxigênio da administração pública (CRONIN, 1990) e que garante o equilíbrio dos sistemas (MARTELETO, 1987).

Através dessas colocações, pode-se avaliar a importância da informação no mundo atual e segundo previsões de LYOTARD (1990), daqui a pouco tempo o acesso à informação será reservado aos experts, requerendo preparo mais apurado.

Fez-se um levantamento teórico, mostrando como diversos autores têm pensado positivamente da informação. Entretanto, ao mesmo tempo que

provoca melhoria na qualidade de vida e contribui para a tomada de decisão e resolução de problemas, a informação produz exclusão social. Segundo Mosco¹, citado por DANTAS (1996)

“O novo padrão de acumulação está gerando uma sociedade caracterizada por uma minoria tecnologizada em seu topo e uma massa populacional em baixo, cujo trabalho é destruído pela automação e desqualificação”.

Observam-se, atualmente, dois grupos distintos: os ricos em informação e os pobres em informação (ARAÚJO, 1989). Cada vez mais assiste-se ao desenvolvimento de uma sociedade desumana, não interessada na resolução dos problemas sociais.

Nesse emaranhado de significados para a informação, torna-se difícil precisar o que seja realmente a informação. No contexto da saúde ocupacional, ela é o elemento que, se for bem processado de sua geração à utilização, promoverá desenvolvimento físico, mental e social; facilitará as relações entre objetos e pessoas. Quanto mais saudável o indivíduo, maior a sua capacidade de recepção e geração de informação.

A seguir são analisados os conceitos relevantes de informação relatados pelos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa. De acordo com PETERSON (1977), um conceito é uma abstração que representa uma certa classificação ou agrupamento de algum fenômeno. Os sujeitos dessa pesquisa, trabalhadores portadores de alguma alteração física em seu corpo, expressam as suas percepções na busca de uma definição de informação em diferentes graus e níveis. Algumas delas, consideradas mais significativas, ilustram a reflexão sobre a conceituação da informação, através dos dados levantados. O primeiro conceito que chama atenção estabelece a sua relação com um elemento essencial à vida "Informação é como tomar água, só que você escolhe tomar água gelada, quente, o que mais te agrada" (sujeito nº 14).

¹ MOSCO, V. Introduction: information in the payper society. In: MOSCO, V. e WASCO, J (eds). The political economy of information. The university of Winsconsin Press. Wis EUA, 1988, p.334.

Percebe-se a idéia de informação como necessidade vital básica, como elemento essencial que faz parte da realidade cotidiana de todos. (CAMPOS, 1992). A escolha da informação está presente, o indivíduo vai optar pelo tipo que mais lhe agrada, ou por aquele mais conveniente à situação que está enfrentando. "Informação é a gente aprender tudo aquilo que a gente não sabe, procurar aprender cada vez mais através da leitura, jornal, conhecer pessoas novas que levam coisas prá gente" (sujeito nº 1). Essa afirmação associa a informação com o conhecimento (MARTELETO, 1987). Alguma coisa foi retida, integrada, através da capacidade cognitiva do indivíduo, a partir de fontes externas que podem ser buscadas e exploradas desde que haja uma disposição interior. Ainda dentro desse contexto do conhecimento, tem-se outra afirmação: "Informação é tudo que acontece de novo, que te desperta curiosidade e você mostra interesse em saber" (sujeito nº 5). Vê-se que alguns elementos podem ser considerados como pré-requisitos para que o indivíduo fique bem informado. A informação precisa trazer no seu bojo algo de novo (NEIVA, 1990), a fim de que a pessoa tenha vontade de conhecer, mas há de haver interesse, caso contrário a recepção ficará prejudicada ou não ocorrerá. Uma outra forma de pensar a informação está expressa em: "Informação prá mim é uma coisa bem clara. Deu aquela informação, você entendeu, já sabe como que você tem que fazer" (sujeito nº 4). A tomada de decisão já foi apontada por alguns autores como consequência de uma boa transmissão de informação. Há de haver clareza para que o entendimento seja perfeito e produza ação (WERSIG, 1991).

Quatro posicionamentos apontam o sentido da auto-realização:

"Informação é fundamental prá qualquer pessoa se preparar numa sociedade, enfrentá-la, aceitá-la, aceitando a si mesmo." (sujeito nº 10)

"Informação é questão de direito. O brasileiro não está acostumado a ver os direitos." (sujeito nº 14)

"Quem está fora da informação, está fora do mundo." (sujeito nº 7)

"Informação é tudo, é o impulso, é o procurando o bem estar." (sujeito nº 14)

Pode-se assumir papéis na sociedade, reclamar direitos de cidadão a partir do momento que se está preparado, bem informado para ocupar esse lugar. Mas isso só acontece quando vencida a primeira etapa no âmbito pessoal de auto-aceitação, de elaboração das dificuldades características de cada um (TELFORD, 1984). A questão da cultura de um povo pesa muito porque vai ser determinante dos comportamentos individuais e grupais. O fato de alguém não estar ciente das informações vai levá-lo a uma marginalização e até mesmo à alienação de tudo e de todos. A qualidade de vida das pessoas tem relação de proporcionalidade direta com o seu nível informacional (TARGINO, 1991). À medida que o indivíduo, a família e o povo aumentam o nível de exposição à informação e à sua posse, certamente reverte-se a sua qualidade de vida individual e coletiva. Por outro lado, considerando ainda a auto-realização, a consciência desses benefícios gerados pela informação está também presente entre os trabalhadores entrevistados.

“Eu preciso ter informações prá eu me acreditar sujeito, me acreditar capaz.” (sujeito nº 10)

“Desde que a gente está se informando, está aprendendo cada vez mais a lidar com a gente mesmo.” (sujeito nº 1)

“A informação prá você que lida com o público é muito importante porque você tem que estar informado, porque muitas pessoas, muitos clientes, eles chegam e te perguntam, não só sobre coisas do banco. Até mesmo numa roda de amigos, por exemplo, a gente sempre comenta sobre o que está acontecendo; então se você não estiver informado você vai ficar calado.” (sujeito nº 5)

“As pessoas devem se informar mais prá elas mesmas. Procurar entender um pouco de tudo, pra não ser passada prá trás.” (sujeito nº 5)

“Se você está bem informado, você tem o direito de cobrar, você vai lutar pelos seus direitos.” (sujeito nº 14)

Acreditar em si, tornar-se sujeito capaz de lidar consigo mesmo e com os outros a fim de sentir-se bem, não ser passado para trás, ser capaz de reivindicar os seus direitos, remetem ao conceito de cidadania, que segundo DAMATTA (1985), na sociedade brasileira, assume características bem distintas daquelas que se vêem na Europa Ocidental e nos Estados Unidos onde o conceito de cidadania foi um instrumento poderoso para estabelecer o

universal como um modo de contrabalançar e até mesmo acabar e compensar a teia de privilégios. Marshall¹, citado por DAMATTA (1985), analisa a revolução dos direitos da cidadania na Inglaterra e distingue direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. A partir de análise histórica, vê-se o seguinte encadeamento de fatos:

- século XVIII - surgimento dos direitos civis, ou seja, igualdade perante a lei, garantia de propriedade, liberdade de ir e vir, de trabalhar, de se manifestar, garantia de integridade física, privacidade do lar.
- Século XIX - inicia-se a cobrança dos direitos políticos, cria-se o Partido Trabalhista, cuja atuação na Câmara facilita a luta pelos direitos sociais implantados no século XIX.

CARVALHO (1994) analisa a situação da cidadania no Brasil diante desse tripé apontado por Marshall e conclui que, apesar dos direitos civis estarem na Constituição, são os menos desenvolvidos na prática. Lembra que os direitos sociais que vieram na década de 30 não foram consequência de conquista, mas surgiram a partir de iniciativa do governo. Em 1945, apareceram os direitos políticos. Portanto a evolução dos direitos no Brasil foge totalmente à seqüência observada em outros países. Falta-nos o desenvolvimento do direito básico, ou seja, o civil.

¹ MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Segundo DAMATTA (1985), o papel de cidadão é muito complicado no Brasil. A palavra cidadão geralmente é usada em situações negativas marcando a posição de alguém que está em desvantagem. O cidadão é a entidade que está sujeita à lei e, portanto, a obediência às leis configura na sociedade brasileira uma situação de pleno anonimato e grande inferioridade. O uso da relação pessoal para a navegação social aparece fortemente em todas as situações levando a uma oposição entre a noção clássica e universal de indivíduos como cidadãos e a idéia de pessoa ou ser relacional.

É muito interessante a análise que esse autor faz do fenômeno **sair de casa e ir para o mundo da rua**. Se no universo da casa esse alguém era um super cidadão, cheio de direitos e nenhum dever, no mundo da rua é um subcidadão, sufocado por deveres e obrigações. Essa visão é bastante realista, mas se prende ao mundo das relações, onde só há saída para aqueles que têm essa habilidade de relacionamento pessoal bem desenvolvida ou tiveram a sorte de nascer em famílias privilegiadas do ponto de vista sócio econômico. BENEVIDES (1994) indica, no entanto, outras possibilidades para o cidadão brasileiro. No seu entender, a partir do final dos anos 70, já aparecem indícios de mudanças favoráveis à expansão da cidadania no Brasil. Observa que a parcela da população mais informada e mais organizada aprende a recorrer à justiça na defesa de seus direitos. Defende a importância da educação política, ou seja, a educação para a participação, a fim de que o regime democrático não sofra involuções, para que o povo se interesse pelos assuntos que lhe dizem respeito e, sobretudo, se mantenha informado sobre os acontecimentos de interesse nacional.

Após essas considerações sobre a cidadania, é possível admitir que alguma luz comece a surgir no fim do túnel. A partir do momento em que o brasileiro passar a ter maior consciência da importância da informação para a sua vida, conforme exemplificado nas opiniões de alguns entrevistados desta investigação, suas chances de ser realmente cidadão poderão aumentar. A informação é fator essencial à conquista da cidadania, que tem de ser adquirida a cada momento. A informação é um dos elementos que permite

ajustamento ao mundo exterior. Não existe exercício da cidadania sem informação. O indivíduo precisa conhecer os seus direitos a fim de que possa lutar por eles. A melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro passa, pela difusão da informação. (TARGINO, 1991)

Neste ponto, tendo em vista a população estudada, emergiram novas questões que foram incorporadas às indagações desta investigação referentes à intensidade da interferência do bom relacionamento social do portador de deficiência física e seu processo de inserção no mercado de trabalho competitivo; às estratégias utilizadas para enfrentar o sair de casa e ir para o mundo da rua e ao processo de se informar e exercer cidadania. Espera-se que essas questões sejam clareadas em estudos futuros.

3.2. O Portador de Deficiência e a Informação

A presença ou ausência de informação pode mudar totalmente o rumo de vida das pessoas. Pensando em portadores de deficiência e informação, a ex-coordenadora da CAADE afirmou que:

“Na correlação entre deficiência e informação concluiu-se que faltam informações seguras sobre capacidade e potencialidade do portador de deficiência, e sobre o que deveríamos fazer para reconhecê-las; e sobram desinformações, preconceitos, superstições, que são fatores de muito peso nas reações daqueles que vivem ou convivem com um problema de limitação.” (OLIVEIRA, 1992 :8)

A primeira reação das pessoas, quando se fala em portador de deficiência, é achar que não vale a pena se preocupar com este assunto porque, entre outras razões, eles são em número muito reduzido. Imagina-se que o número seja insignificante. Na verdade, segundo estatísticas da ONU (1981), portadores de deficiência representam dez por cento de qualquer população, ou seja, no Brasil, devem existir mais de treze milhões deles. (AMARAL, 1994). Então, por que não os vemos por toda a parte, já que são tantos? As razões foram colocadas por um dos entrevistados, portador de

deficiência adquirida: "Eu não estou preparado pra enfrentar o mundo desse jeito que eu estou agora, nem o mundo está preparado pra me receber."
(sujeito nº 10)

A desinformação se faz presente nos indivíduos, levando-os ao recolhimento em seus lares, fazendo que eles deixem de exercer a sua cidadania de forma ativa.

Existem várias formas de se pensar e conceituar a "deficiência". Pode-se e deve-se caminhar pelos campos biológico, psicológico e social. A experiência mostra que o psico-social precisa ser colocado em destaque tendo em vista as suas fortes determinações. Pensar em conceituar "deficiência" é pensar no significado de ser diferente. LAPASSADE (1983) afirma que existe em todos os grupos uma pressão no sentido da uniformidade que implica, em particular, como consequência, a rejeição daqueles que desviam. Quer dizer, vive-se em uma sociedade que tem dificuldade para lidar com aqueles que não apresentam as características predominantes da maioria. O conceito de "deficiência" está muito carregado de implicações psicológicas e sociais. Não se pode pensar nesse assunto tão somente do ponto de vista biológico. Se fosse possível definir "deficiência" apenas nesse campo, seria muito simples e a maioria dos problemas não existiriam. TELFORD (1984), em seu estudo sobre a problemática que envolve a pessoa com deficiência, afirma que

"Ser excepcional é ser raro ou incomum. O incomum, o bizarro e o inesperado sempre atraíram a atenção e freqüentemente despertaram medo e espanto. A alteração da ordem costumeira das coisas desperta a curiosidade das pessoas" (TELFORD, 1984:15)

Esse é o primeiro ponto complicador da vida da pessoa diferente da maioria. Ser alvo de todas as atenções não é agradável para quem deseja ter uma vida comum. Dependendo da forma como a pessoa lida com a sua própria diferença, problemas sérios poderão surgir no âmbito pessoal e familiar. Nos primórdios da história humana, predominava a concepção qualitativa de que os indivíduos desviantes constituíam categorias ou classes de pessoas

separadas. A tendência moderna é de se ter referência quantitativa, ou seja, as diferenças ocorrem apenas em grau (TELFORD, 1984). Vê-se que essa concepção é muito mais humana, menos discriminativa, dá abertura para se ver e analisar as capacidades do outro, bem como as próprias, graduando-as. A palavra **deficiente** sugere falta de eficiência. Quando assim se denomina alguém, generaliza-se e, na verdade, aquela pessoa apresenta impedimentos e limitações em relação a algumas atividades. Verifica-se que todos os seres humanos têm dificuldades e procuram ajuda de equipamentos ou de outras pessoas. Isso fica bem claro no discurso de um usuário de cadeira de rodas entrevistado nesta pesquisa.

“Imaginem dentro de uma sala sem mesa, cadeira, nada. Vocês conseguiriam trocar uma lâmpada? Não conseguem, porque é muito alto. Então, limitação e capacidade depende do ambiente. Por que o astronauta tem de usar, lá no céu, roupa apropriada? Porque ele é deficiente com relação àquele ambiente. E a grande questão é que as limitações de vocês eu não estou vendo. As minhas capacidades vocês não estão vendo. Vocês estão vendo agora porque eu estou falando com vocês, mas se eu não conheço a pessoa, se ela não me conhece, eu não sei das limitações dela, ela não sabe das minhas capacidades. Porque o que salta aos olhos ao ver vocês são as capacidades de vocês, o que salta aos olhos enquanto me vêem são as minhas limitações. Mas todo mundo, a grande maioria das pessoas se esquece que suas limitações estão escondidas, as minhas capacidades estão escondidas, mas tanto capacidades quanto limitações, temos ambas, porque somos pessoas. Então é mais fácil para as pessoas jogarem as próprias limitações em mim ou em qualquer outro portador de deficiência, do que aceitá-las em si mesmo.” (sujeito nº 10)

O grande desafio que surge é situar-se diante das pessoas que apresentam limitações visíveis sem generalizar, achando que todas as suas capacidades estão comprometidas. Seguindo esse raciocínio, RIBAS (1985) pergunta se grande parte da sociedade não é, em maior ou menor grau, deficiente, pois é portadora de algum tipo de lesão: miopia, diabetes, hipertensão, ou possui algum tipo de disfunção orgânica. Realmente isso é verdadeiro, quase todos têm algum sistema que não funciona bem, mas, por estar escondida, essa disfunção passa despercebida. SILVA (1987) chama atenção para a grande visibilidade das amputações de membros superiores

(em alguns casos de membro inferior também), para a paraplegia, a hemiplegia, a paralisia cerebral e as deformações congênitas. Por outro lado, os males orgânicos, alguns sensoriais, os desvios psicológicos e sociais chamam muito menos atenção e levam a reações menos significativas.

Existem várias maneiras de se conceituar as “deficiências” e muitos autores já o tem feito. ALVES (1992) traz-nos à memória os termos apresentados pela Organização Mundial de Saúde. Pensou-se em três dimensões básicas: no plano físico (impedimento), funcional (inabilidade) e no plano social (incapacidade). O termo impedimento reflete distúrbios em nível de órgão, por exemplo, perda de uma perna ou parte dela, perda ou diminuição da audição, distúrbios visuais causados por cataratas. Por inabilidade, entende-se restrição ou falta de habilidade (resultante do impedimento) para desempenhar uma atividade dentro da escala que se considera normal. Como exemplos, tem-se: dificuldades na locomoção, no desempenho de atividades normais (tomar banho, alimentar, vestir). Por incapacidade, entende-se uma desvantagem para um certo indivíduo resultante de um impedimento ou “deficiência”, que limite ou impeça o desempenho de um papel considerado normal para o mesmo, dependendo da idade, sexo e fatores sócio-econômicos. A incapacidade toma a dimensão de um fenômeno social e não se refere apenas a impedimentos físicos ou à inabilidade no desempenho de atividades cotidianas. Refletindo sobre as implicações desses conceitos na prática, SILVA (1993) acrescenta:

“Consideradas as muitas circunstâncias em que acontecem, certas deficiências não podem nem devem ser tidas como incapacidades, pois estas são realmente problemáticas e estão presentes sempre que ocorrer a somatória de três tipos de limitações:

- a) a limitação objetiva imposta pelo impedimento - por exemplo, a paraplegia impede o indivíduo de caminhar, de tomar condução sem a ajuda de muletas ou cadeira de rodas;
- b) a limitação estabelecida pela sociedade-clubes podem não aceitar pessoas com deficiências físicas sérias;
- c) a limitação que o próprio indivíduo atingido estabelece - a pessoa vítima de uma paraplegia poderá considerar-se liquidada para a vida de trabalho competitivo.”
(SILVA,1993:38)

AMARAL (1994), com o intuito de estabelecer uma linguagem comum, define os termos **deficiência primária** e **deficiência secundária**. Utiliza para tanto as palavras da língua inglesa que foram propostas pela Organização Mundial de Saúde e pelas Nações Unidas, colocando as traduções que julgou mais adequadas. Entende que **deficiência primária** engloba o impedimento (*impairment*) - dano ou anormalidade de estrutura ou função, por exemplo, o braço paralisado, e a deficiência propriamente dita (*disability*) - perda de atividade: o não ver, o não manipular, o não andar. Por **deficiência secundária** considera a que está ligada ao conceito de incapacidade (*handicap*) e de desvantagem. A condição de deficiência caracterizando uma situação de desvantagem, num esquema comparativo: uma pessoa com deficiência em relação aos seus pares. Este tipo está ligado à leitura social que é feita da diferença.

Essa diferenciação de conceitos é importante, tendo em vista que, na maioria das vezes, a secundária é a responsável por impedir o desenvolvimento do indivíduo. Uma forma cômoda de se interpretar a falta de crescimento da pessoa portadora de deficiência é justificá-la, simplesmente, pela deficiência primária quando, muitas vezes, estes se colocam frente a posturas discriminadoras que são massacrantes.

A fim de visualizar melhor os diversos grupos de “portadores de deficiências”, analisa-se agora uma outra classificação, tomando como referência os sistemas que foram comprometidos: visual, auditivo, motor, etc.

De acordo com CANZIANI et al. (1986), os portadores de deficiência visual são aqueles que apresentam alterações na capacidade de perceber imagens, comprovada por perda total ou quase total da visão (cegos) e podem ter visão reduzida (parcialmente cegos). Os portadores de deficiência auditiva são os que apresentam alterações na capacidade de perceber sons, comprovada por diagnóstico de especialista na área. Podem apresentar surdez grave ou profunda (surdos) e surdez média (parcialmente surdos). Os portadores de deficiência física, também chamada não-sensorial, são aqueles

que apresentam alterações ortopédicas e neurológicas comprovadas por diagnóstico de especialistas das respectivas áreas. Segundo BIELER (1990), os portadores de deficiência física são os paraplégicos, tetraplégicos, usuários de cadeiras de rodas, bengalas, muletas, amputados, portadores de seqüelas de poliomielite, talidomia, entre outros.

Pensando a "deficiência" do ponto de vista biológico, quando é adquirida bem cedo, ao nascer ou nos primeiros anos de vida, o processo de recepção e integração da informação sensorio motora fica prejudicado. Os indivíduos nascem com uma tendência espontânea e hereditária de explorar o meio-ambiente (KIELHOFNER, 1985). O querer conhecer, experimentar e compreender é uma característica dos seres humanos e para tal demanda-se muita informação (COONEY, 1991). Desde o nascimento, a criança é bombardeada com informações sensoriais nos campos visual, auditivo, tátil, olfativo e gustativo. Através do sistema de processamento, a informação externa e a resposta interna são coordenadas resultando em um comportamento adaptativo. Baseando-se na informação que chega, o sistema nervoso determina o comportamento do indivíduo. A informação que entra é processada e esse processamento, por sua vez, determina o comportamento. Informações perceptuais e motoras precisam caminhar juntas. KEPHART (1986:27) ilustra muito bem esse fato, ao falar da coordenação olho-mão:

"A mão é parte da exploração ativa e está produzindo a maior parte da informação. O olho segue a mão, e sua informação está correlacionada com a da mão. Assim, o olho é ensinado a ver o que a mão sente. Quando o olho aprende, começa a liderar, porque é mais eficiente. Ele é capaz de prover mais informação por unidade de tempo e pode movimentar-se mais rapidamente e precisamente do que a mão. No momento em que a informação perceptiva e a informação motora tornam-se mais intimamente relacionadas, entretanto, os dois tipos de informação significam tão de perto a mesma coisa, que um pode ser substituído pelo outro. Agora o olho pode comandar a mão. Não é necessário haver um controle rígido, mas uma conferida ocasional mantém a mão se movimentando adequadamente."

Em vez de cada via de sentido possuir sua própria informação, é necessário que haja interrelações entre todas as informações produzindo-se uma informação comum; a isso se dá o nome de integração sensorial (KEPHART, 1986). A criança vai-se desenvolvendo através de uma série de estágios, nos quais ocorre o processamento de informações. Aparentemente, a abordagem do processamento de informação na infância não tem relevância com o tema em estudo. Mas, considerando portadores de deficiência congênita ou adquirida bem cedo, essa fase é preparatória para a inserção no mercado de trabalho, isso é, toda a estimulação que a criança receber precocemente, servirá para desenvolver as habilidades perceptuais motoras para o seu desempenho no mundo do trabalho.

Na adolescência, vários problemas podem surgir tanto para o portador de deficiência congênita quanto para o que a adquiriu mais tarde. Isto se deve à cobrança que percebe dos valores sócio-culturais, pois, nessa fase da vida, o indivíduo começa a distinguir a divisão estrutural da sociedade em iguais e diferentes. Aqueles que não possuem um corpo que esteja em ordem física e intelectualmente encontram fortes barreiras para a socialização (RIBAS, 1985).

Tendo recebido ou não a quantidade ideal de informação/estímulo para o desenvolvimento, o indivíduo vai chegar à idade produtiva em que desejará alcançar a sua independência emocional e financeira, conforme afirma um dos trabalhadores entrevistados:

“Foi uma iniciativa minha mesmo. Eu via as pessoas saindo para trabalhar e eu achava: por que não, eu também sair para trabalhar? Eu sempre fui uma pessoa assim de ter iniciativas para as coisas que eu queria fazer, que eu faço. Então eu sempre tive, já que as minhas possibilidades dentro do estudo, já que eu tive essa dificuldade, vamos trabalhar, vamos tentar o trabalho. E a vontade de trabalhar, de ganhar o meu próprio dinheiro, porque quer queira, quer não, até determinada época, eu vivia na dependência de meus pais, mas eu queria mostrar prá eles que eu poderia ser produtivo, poderia ter o meu próprio ganho, não só prá eles, para as outras pessoas, que me vissem também, eu queria mudar essa imagem, de estar dentro de casa e receber tudo na mão: eu sou uma pessoa, um ser

produtivo. Nada mais do que isso, porque eu via todo mundo sair prá trabalhar e eu queria também trabalhar.” (sujeito nº 2)

Esse momento de inclusão no mundo do trabalho competitivo é extremamente significativo para a vida de qualquer indivíduo e, no caso do portador de deficiência, se reveste de um valor ainda maior, pois é uma forma de a pessoa provar a si própria e ao mundo a sua competência.

3.3. O Significado do Trabalho e o Portador de Deficiência

Segundo CANIGLIA (1991), o homem é um ser prático, isto significa que é próprio da natureza humana manifestar-se como produtiva, criativa, lúdica, expressiva e evolutiva. Na infância esse comportamento acontece principalmente através do brincar; assim que atinge a juventude, a maioria dos indivíduos manifesta o desejo de trabalhar, porque é, através do trabalho, que se alcança a independência financeira e pode-se realizar emocionalmente.

Para FRIEDMAN (1972), na noção de trabalho tem-se uma antítese: ao mesmo tempo em que se alcança liberdade de expressão e financeira, exige-se o cumprir horários e obrigações. O trabalho não alienado, um fator de equilíbrio e desenvolvimento para o indivíduo, dá oportunidade de descarregar impulsos narcisistas, agressivos e eróticos. Proporciona os meios de subsistência e traz satisfações particulares aos indivíduos que puderam exercer livremente a escolha de sua atividade profissional.

Os componentes que intervêm no processo de trabalho são a atividade adequada a um fim, seu objeto e seus meios. O homem se diferencia dos outros animais porque produz seus meios de vida que são seus instrumentos de trabalho. O que distingue as várias épocas econômicas não é o que produzem e sim como produzem, com que instrumentos o fazem. Segundo CASTRO (1976:175),

“O processo de trabalho é a atividade racional destinada à produção de valores de uso, à assimilação da matéria natural ao serviço das necessidades humanas, à condição geral de

da ausência de anomalias físicas e mentais e da eficiência pessoal e profissional. O autor aponta alguns fatores profissionais que as empresas cobram dos trabalhadores: quantidade e qualidade de trabalho; assiduidade e pontualidade; reação a críticas; ordem e limpeza no local de trabalho; resistência à fadiga; relacionamentos em vários níveis; cuidado com ferramentas e materiais; atitudes perante a vida de trabalho. Além disso, espera-se que o indivíduo seja capaz de atender os seguintes aspectos: apresentação pessoal; capacidade de comunicação; embasamento cultural; higiene pessoal; sociabilidade; vitalidade. De acordo com OLIVER (1990), no mundo do trabalho que respeita a ideologia capitalista, tem-se uma normalidade massacrante: linha de produção, cartão de ponto, colaboração com os outros, o respeito às regras e à hierarquia, à qualidade do trabalho.

O trabalho tem grande significado para o indivíduo portador de deficiência, como se pode notar através das seguintes colocações:

— “Trabalho prá mim é coisa muito importante, eu saber que eu trabalho, que eu tenho a minha própria vida, minha própria independência. É através dele que eu tenho minha liberdade, minha sobrevivência. Tudo que eu consegui até hoje foi através do meu trabalho.” (sujeito nº 1)

— “Trabalho prá mim, eu acho que é tudo. O trabalho é que move o ser humano, a cabeça, ele questiona.” (sujeito nº 14)

— “No meu caso que tive uma fase que me sentia inútil, dependente, prá mim agora, que eu posso trabalhar, ter uma vida normal, eu me sinto muito bem, me traz uma realização interior, eu passo a me sentir útil.” (sujeito nº 8)

Nesse ponto, é necessário situar o trabalho competitivo para o trabalhador portador de deficiência.

“Trabalho competitivo é o emprego no mercado de trabalho da comunidade. Diverge do trabalho protegido, exercido por pessoas deficientes em condições especiais, em que as atividades são adaptadas às características peculiares de cada tipo e grau de deficiência.” (CANZIANI, 1986:14)

O trabalho protegido é desenvolvido em oficinas especialmente montadas para proporcionar oportunidade de aprendizagem e treinamento às pessoas portadoras de deficiências em geral. Esse tipo de proposta tem valor relativo pois, se por um lado favorece o preparo, por outro afasta a pessoa da verdadeira situação de trabalho competitivo. VASH (1988) indica cinco níveis de emprego numa escala crescente de independência:

Nível 1 - Emprego "preso em casa" ou "base familiar";

Nível 2 - Emprego em local de trabalho segregado que contrata predominantemente trabalhadores deficientes: oficina abrigada típica;

Nível 3 - Emprego em unidades semi-integradas na indústria comum: acomodação significativa relacionada com a deficiência, algum abrigo;

Nível 4 - Emprego plenamente integrado na indústria comum: alguma acomodação relacionada com a deficiência;

Nível 5 - Emprego competitivo: nenhuma acomodação relacionada com a deficiência.

Tomando-se essa escala como referência, a maioria dos trabalhadores entrevistados são enquadrados no nível 5, ou seja, possuem empregos competitivos sem nenhuma regalia ou tratamento diferenciado pela empresa. Nenhum deles passou por esses níveis crescentes de independência; se não está no emprego competitivo, permanece preso em casa, em base familiar. A validade dessa evolução em níveis é questionável, pois pode levar à formação de guetos de pessoas portadores de deficiência. Em Belo Horizonte, observa-se uma tendência de se promover convênios entre os órgãos que cuidam dos interesses dos portadores de deficiência e as empresas BEMGE, PRODABEL, PRODEMGE, CERA INGLESA, CEMIG para que se promovam estágios nos

quais os portadores de deficiência se preparam para o trabalho. (Anais do V Empede - 1992). Esse esquema de estágios nas empresas é muito válido, porque ao mesmo tempo que leva o trabalhador para o local verdadeiro do trabalho, propiciando-lhe o treinamento para enfrentar o mercado de trabalho, contribui para informar empresários e trabalhadores não-portadores de deficiência das potencialidades dos trabalhadores portadores de deficiência.

4. O PROCESSO DE INSERÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO - OS DADOS ANALISADOS

A amostra estudada totalizou 14 indivíduos, portadores de deficiência física congênita ou adquirida, que possuem experiência no mercado de trabalho competitivo em Belo Horizonte (Tabela 1). Analisando-se esses dados, é possível visualizar algumas relações entre eles. A menor renda, um salário mínimo, refere-se a uma pessoa que possui grau de escolaridade baixo, ou seja, primeiro grau incompleto, e tem jornada de trabalho de oito horas por dia. A renda mais alta refere-se a um indivíduo que possui terceiro grau incompleto e a mesma jornada de trabalho de oito horas. Esse último, além de ter uma escolaridade maior, é de classe social mais alta e contou com a indicação do pai para se inserir no mercado de trabalho.

Quanto à distribuição da deficiência no corpo, vê-se que a maioria apresenta-a nos membros inferiores, portanto, fazendo-se uma análise das profissões exercidas, vê-se que, na maioria delas, requer-se o trabalhar assentado da escriturária, recepcionista, do psicólogo, da operadora de telemarketing, farmacêutica, telefonista, secretária. Quanto à escolaridade, observa-se que apenas duas pessoas, 14% dos entrevistados, conseguiram terminar o 3º grau. Tendo em vista suas características específicas, conclui-se que essa escolaridade decorre, provavelmente, do nível sócio-econômico mais elevado e mais certamente do apoio da família. Observando-se a coluna local de trabalho, da tabela 1, conclui-se que os trabalhadores estão bem distribuídos entre empresas públicas e privadas. Esse fato é justificado pela atuação dos órgãos que tratam das questões dos portadores de deficiência e pela legislação que garante porcentagem de vagas para esses trabalhadores.

TABELA 1
Características dos Entrevistados

SUJEITO ENTREVISTADO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	RENDA	JORNADA TRABALHO	PROFISSÃO	DIAGNÓSTICO	LOCALIZ. DEFIC.	ESCOLAR	LOCAL TRABALHO
1	F	30	S	2 SM e 1/2	10 hs.	secretária	pé torto cong.	2 MI(s)	2º Grau C.	AMP (P)
2	M	38	S	sem renda	variável	artista amador	acondroplasia	4 memb.	2º Grau I.	VARIAVEL (p)
3	F	27	S	4 SM	6 hs.	telefonista	polio	1 MI	2º Grau I.	COPASA (P)
4	F	32	C	4 SM	6 hs.	telefonista	polio	1 MI	2º Grau I.	COPASA (P)
5	M	38	C	10 SM	8 hs.	téc. de área I	amputação	1 MI	3º Grau I.	BEMGE (P)
6	F	21	S	N/ IDENT.	6 hs.	oper. mark.	par. cerebral	2 MI(s)	3º Grau I.	TELEPR. (p)
7	F	33	S	N/ IDENT.	4 hs.	farmacêutica	par. cerebral	4 memb.	3º Grau C.	LABOR. (P)
8	F	22	C	N/ IDENT.	6 hs.	oper. mark.	lesão nervo p.	1 MI	2º Grau I.	TELEPR. (p)
9	M	30	C	1 SM e 1/2	8 hs.	aux. gerenc.	pé torto cong.	2 MI(s)	1º Grau I.	PADARIA (p)
10	M	28	S	N/ IDENT.	não ident.	psicólogo	lesão medul.	4 membr	3º Grau C.	CONSULT (p)
11	F	22	S	sem renda	variável	vendedora	hidrocefalia	1 MS/1MI	2º Grau I.	VARIAVEL (p)
12	F	43	C	1 SM	8 hs.	faxineira	pé torto cong.	2 MI(s)	1º Grau I.	RESTAUR (p)
13	F	24	S	N/ IDENT.	6 hs.	repcionista	par. cerebral	2 MI(s)	1º Grau I.	CAADE (P)
14	F	38	C	6 SM	6 hs.	escriturária	polio	1 MI(s)	2º Grau C.	BEMGE (P)

LEGENDA:

MI ⇔ membro inferior
MS ⇔ membro superior

I ⇔ incompleto
P ⇔ público

C ⇔ completo
p ⇔ privado

Diagnóstico ⇔ ver glossário de termos técnicos.

Em relação às características básicas estabelecidas - sexo, idade, estado civil, nível sócio-econômico, jornada de trabalho diária, tipos de atividades profissionais, diagnóstico, localização da deficiência física, nível de escolaridade e local de trabalho - o quadro se configurou com o seguinte perfil:

- **Sexo**

TABELA 2
Sexo dos Entrevistados

Sexo	Nº de entrevistados	%
Feminino	10	71
Masculino	4	29
TOTAL	14	100

Dos 14 trabalhadores entrevistados, dez são do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Portanto, conseguiu-se entrevistar maior número de mulheres portadoras de deficiência atuando no mercado de trabalho do que de homens. DADALTI (1992), integrante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, traduziu e publicou um trabalho sobre a condição da mulher portadora de deficiência, no qual aborda a questão do trabalho feminino. Baseando-se em dados estatísticos de 1988, do Canadá, afirma que, nesse país, os homens portadores de deficiência são mais numerosos no mercado de trabalho. Analisando o levantamento do número de servidores públicos portadores de deficiência da COPASA, verificou-se que a quantidade de trabalhadores do sexo masculino é maior; no entanto, foram escolhidas pela empresa duas trabalhadoras para participar desta pesquisa.

- **Idade**

TABELA 3
Idade dos Entrevistados

Idade	Nº de entrevistados	%
20 a 29 anos	6	43
30 a 39 anos	7	50
40 a 49 anos	1	7
TOTAL	14	100

A idade dos trabalhadores variou de 21 a 43 anos, sendo que houve seis na casa dos 20, sete na casa dos 30 e apenas um na casa dos 40. Tem-se, então, uma representação da faixa etária mais produtiva, que é a faixa do jovem-adulto. Em relação aos não portadores de deficiência, existe maior valorização e procura do elemento jovem nas empresas. Após os quarenta, aquele que não conseguiu inserir-se no mercado de trabalho dificilmente será admitido.

- **Estado Civil**

TABELA 4
Estado Civil dos Entrevistados

Estado Civil	Nº de entrevistados	%
Solteiro	8	57
Casado	6	43
TOTAL	14	100

Dos 14 entrevistados, oito são solteiros e seis são casados. Sabe-se que a idade e a aparência física são fatores decisivos para o casamento. Geralmente, as pessoas se casam na década dos 20 ou dos 30 anos. Quanto à idade, observou-se que os jovens solteiros, portadores de deficiência, estão

tendo seus relacionamentos afetivos e pretendem constituir família. A deficiência física não é o único fator responsável pelo fato de o indivíduo permanecer solteiro. Evidentemente, outros fatores interferem nessa situação.

- **Nível Sócio-econômico**

TABELA 5 - Renda Mensal dos Entrevistados

Renda Mensal	Nº de entrevistados	%
1 sal. mínimo (SM)	1	7
1 SM e meio	1	7
2 SM	0	0
2 SM e meio	1	7
3 SM	0	0
3 SM e meio	0	0
4 SM	2	14
4 SM e meio	0	0
5 SM	0	0
5 SM e meio	0	0
6 SM	1	7
10 SM	1	7
sem renda	2	14
não identificada	5	36
TOTAL	14	100

Observa-se que a renda dos entrevistados é baixa, variando entre um e dez salários mínimos. Jogando esses dados com os da tabela 6 - jornada de trabalho - observa-se que se trabalha muito para receber pouco. Essa é a realidade da maioria dos brasileiros. As duas pessoas que aparecem sem renda estavam desempregadas na época da pesquisa. Não se conseguiu identificar a renda de cinco pessoas, pois, em algumas entrevistas, não foi

possível abordar o assunto. Mas constatou-se o valor desse trabalho, ainda que mal remunerado, para o portador de deficiência física, pois, através dessa atividade fora de casa, ampliam-se as relações de convivência e aumenta-se a auto-estima. O indivíduo prova a sua competência.

- **Jornada de Trabalho Diária**

TABELA 6

Jornada de Trabalho Diária

Jorn. Trabalho Diária	Nº de entrevistados	%
4 horas	1	7
6 horas	6	43
8 horas	3	21
10 horas	1	7
Não identificada	3	21
TOTAL	14	100

A jornada de trabalho diária oscilou entre um mínimo de 4 horas e um máximo de 10 horas. Entre aqueles que têm jornada de 4 e 6 horas, viu-se que houve opção por carga horária menor para facilitar a organização das atividades do dia, tais como, estudo, trabalhos domésticos, tempo gasto com locomoção e transporte para o trabalho, atividades de lazer etc. Em um caso de jornada de trabalho alta, oito horas por dia, houve relato de exploração do trabalhador, sem remuneração de horas extras. Nesse caso, fica bem clara a relação entre nível sócio-econômico baixo e subemprego.

- **Atividades Profissionais - Tipos**

TABELA 7

Tipos de Atividades Profissionais dos Entrevistados

Atividades Profissionais	Nº de entrevistados	%
Secretária	2	14
Artista amador	1	7
Telefonista	2	14
Técnico de área I	1	7
Operadora <i>Telemarketing</i>	2	14
Farmacêutica	1	7
Auxiliar de gerência	1	7
Psicólogo	1	7
Vendedora	1	7
Faxineira	1	7
Escriturária	1	7
TOTAL	14	100

Na tabela 7, encontra-se uma pequena amostra das ocupações que podem ser exercidas pelos portadores de deficiência física. Consultando o manual das ocupações compatíveis à condição de pessoas portadoras de deficiência, editado pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE do Rio Grande do Sul, em 1990, vê-se que apenas quatro dessas profissões são contempladas; portanto, amplia-se esse leque para mais de 200 opções. É válido divulgar esse tipo de informação porque trabalha-se o preconceito de que o portador de deficiência não é produtivo e não é capaz de trabalhar regularmente (ISHIKAWA, 1991). Mas o principal fator desse indivíduo no mercado de trabalho é a sua disposição de ir à luta e alcançar os seus objetivos.

- **Diagnóstico**

TABELA 8**Diagnóstico dos Entrevistados**

Diagnóstico	Nº de entrevistados	%
Pé torto congênito	3	21
Acondroplasia	1	7
Poliomielite	3	21
Amputação de MI	1	7
Paralisia cerebral	3	21
Lesão nervo periférico MI	1	7
Lesão medular alta	1	7
Hidrocefalia	1	7
TOTAL	14	100

Embora pareça insignificante ter pé torto congênito, na prática, esse problema interfere na vida do trabalhador, ocasionando pouca tolerância à postura de pé e, conseqüentemente, interferindo no desempenho de várias tarefas. As conseqüências da poliomyelite foram observadas em nível de postura, levando os trabalhadores portadores dessa doença a optarem por jornadas de trabalho menores e a adaptarem cadeiras confortáveis para tolerar a posição sentada. A paralisia cerebral, muitas vezes, não provoca conseqüências graves. Entre os entrevistados portadores de paralisia cerebral, havia trabalhador de cadeira de rodas e trabalhador totalmente independente.

- **Localização de Deficiência Física**

TABELA 9
Localização da Deficiência Física (DF)

Localização da DF	Nº de entrevistados	%
Nos 4 membros	3	21
Nos 2 membros inferiores	5	36
em 1 MI	5	36
em 1 MI e 1 MS	1	7
TOTAL	14	100

Esses dados mostram que a maioria absoluta dos entrevistados, 72%, apresenta deficiência nos membros inferiores. No contexto do trabalho humano, é possível visualizar a importância das mãos, que são os instrumentos principais de transformação de diversos materiais. A propósito disso, ABREU (1993) lembra que o homem cria ferramentas e instrumentos para garantir maior força e precisão na execução de tarefas, mas as mãos têm um papel fundamental na utilização desses instrumentos. Nessa amostra, observa-se que a associação entre mente e função manual foi preponderante no exercício das diversas profissões; no entanto, um dos trabalhadores entrevistados tem função manual quase nula, mas trabalha perfeitamente com o intelecto e a linguagem na profissão de psicólogo.

- **Nível de Escolaridade**

TABELA 10
Nível de Escolaridade dos Entrevistados

Nível de escolaridade	Nº de entrevistados	%
1º grau incompleto	3	21
1º grau completo	0	0
2º grau incompleto	5	36
2º grau completo	2	14
3º grau incompleto	2	14
3º grau completo	2	14
TOTAL	14	100

O nível de escolaridade está diretamente relacionado com o nível sócio econômico. Aqueles que vêm de famílias que têm melhores condições financeiras conseguiram completar o 2º e o 3º graus. O maior comprometimento físico não impede a escolaridade, haja vista que as duas pessoas que completaram o 3º grau são tetraplégicas, isto é, têm comprometimento nos quatro membros.

- **Local de Trabalho**

TABELA 11

Local de Trabalho dos Entrevistados

Local de Trabalho	Nº de entrevistados	%
AMP	1	7
BEMGE	2	14
CAADE	1	7
Consultório	1	7
COPASA	2	14
Labor. de An. Clínicas	1	7
Lar	2	14
Padaria	1	7
Restaurante	1	7
TELEPREÇO	2	14
TOTAL	14	100

50% dos trabalhadores entrevistados estão atuando em empresas públicas: AMP, COPASA, BEMGE, LABORATÓRIO DA PREFEITURA, CAADE. Essa abertura do mercado de trabalho público para o portador de deficiência precisa ser ampliada, bem como do mercado de trabalho privado. Não foram necessárias grandes adaptações ou modificações nesses locais de trabalho para possibilitar a atuação desses trabalhadores. Apenas se registrou a colocação de um corrimão junto à escada e uma bancada mais baixa para permitir o trabalho em cadeira de rodas. Este é outro preconceito que precisa ser combatido: o trabalhador portador de deficiência não altera significativamente os gastos da empresa.

Detendo-se nesse assunto, verifica-se que ele é por demais complexo. Vê-se que a inclusão do indivíduo no mercado de trabalho é consequência de um preparo que teve início há muitos anos, na infância da pessoa. Analisando a literatura e os dados coletados nesta investigação, concluiu-se que o processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho pode ser caracterizado por:

A) Elementos intrínsecos e extrínsecos que facilitam ou dificultam o processo (Quadro 2).

B) Circunstâncias facilitadoras e dificultadoras do processo de inserção no mercado de trabalho (Quadro 3).

Essas duas características constituem-se como duas formas diferentes de organizar o mesmo conteúdo. Na primeira, tomou-se como referência o indivíduo portador de deficiência que está passando pelo processo de inserção no mercado de trabalho. Em A, os elementos intrínsecos são constituídos por fatores que formam parte da dinâmica interna do processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, são: personalidade, informação, nível sócio-econômico, história profissional, experiências grupais ou individuais, deficiência congênita ou adquirida, história escolar e família. Em B, os elementos extrínsecos, referem-se à dinâmica externa do processo de inserção no mercado de trabalho: informação, mercado de trabalho, cultura, economia, sociedade, barreiras arquitetônicas, instituições, legislação e política.



Quadro 2 - Representação esquemática dos elementos intrínsecos e extrínsecos que atuam no processo de inserção no mercado de trabalho.

Em B, circunstâncias facilitadoras e dificultadoras do processo, constitui-se numa análise dos fatores intrínsecos e extrínsecos, citados anteriormente, distribuindo-os de acordo com a sua ação no processo de inserção, chegando-se à distribuição contemplada pelo quadro 3.

CIRCUNSTÂNCIAS FACILITADORAS	CIRCUNSTÂNCIAS DIFICULTADORAS
<ul style="list-style-type: none"> • Auto-aceitação • Informação • Conceito de trabalho • Família equilibrada • Escolaridade • A "deficiência" • A sobrevivência • Atuação dos órgãos, entidades, instituições de ou para portadores de deficiência. • Legislação 	<ul style="list-style-type: none"> • Situação político-econômica • Família superprotetora • Falta de escolaridade • Falta de preparo profissional • Valores culturais, preconceitos, estereótipos • Desinformação • Barreiras arquitetônicas • A violência da sociedade

Quadro 3 - Circunstâncias facilitadoras e dificultadoras do processo de inserção no mercado de trabalho competitivo.

Observou-se, nesta investigação, que a maioria dos elementos intrínsecos são facilitadores e a maioria dos extrínsecos são dificultadores do processo de inserção no mercado de trabalho.

4.1. Circunstâncias Facilitadoras

Para que aconteça a verdadeira inserção de qualquer indivíduo no mercado de trabalho, a primeira condição deve estar relacionada com o crescimento interior ou emocional (ROSA, 1984). Não é diferente com o portador de deficiência. FERREIRA e BOTOMÉ (1984) afirmam que não é suficiente que a pessoa portadora de deficiência comece a trabalhar. Essa atividade é apenas um dos aspectos de uma atuação maior. Essa pessoa há de ter assumido os destinos da sua vida, sendo capaz de tomar decisões e responsabilizar-se pelas conseqüências delas advindas. Segundo TELFORD (1984), a incapacidade pode funcionar como uma desculpa social, passando a justificar todos os problemas do indivíduo através dela. É necessário aceitar a diferença sem sucumbir o que se verifica através dos depoimentos dos trabalhadores entrevistados.

“Acreditar em você acho que é muito anterior a adquirir uma deficiência, porque se depois de adquirir a deficiência você for começar a acreditar em você, é meio difícil. É muito mais fácil desacreditar. Eu só tive que me readaptar sentado aqui² prá depois tomar iniciativa de novo de fazer curso, aprender a subir e descer escada”... (sujeito nº 10)

Entre os portadores de deficiência adquirida, a referência ao período pré-deficiência está presente e pode agir como facilitador ou ser prejudicial à aceitação da deficiência. No caso citado acima, trata-se de pessoa que já era ativa, lutadora, empreendedora e, após o período natural de adaptação à nova condição física, consegue retomar os estudos e inserir-se no mercado de trabalho.

² O entrevistado refere-se à cadeira de rodas.

A deficiência pode acontecer bem cedo, nos primeiros anos de vida. Os problemas podem surgir e a aceitação da diferença precisa ser trabalhada imediatamente para que não leve a atrasos no desenvolvimento.

“Quando eu já comecei a entender a situação que me rodeava, eu sentia que as pessoas me olhavam de uma maneira diferente através da curiosidade. Até hoje isso acontece comigo, não muito como naquela época. Aí nessa época às vezes até me deixava um pouco constrangido pelo fato de, no meio dos outros, eu me sentir diferente.” (sujeito nº 2)

As dificuldades de relacionamento com o grupo começam cedo. Algumas crianças conseguem se posicionar e se afirmar mesmo sem a atuação de profissionais especializados.

“Comecei a ver meus limites desde criança. Eu morava numa casa que tinha quintal, e meus irmãos todos subiam no pé de jabuticaba, aquele negócio todo, goiabeira, e eu caía, então eu quebrava a cara, mas eu subia. Então, eu achava que eu tinha que subir mesmo quebrando a cara.” (sujeito nº 14)

A auto-aceitação, o amar a si mesmo é essencial para que o indivíduo se relacione bem com o grupo e alcance mais tarde sua inserção no mercado de trabalho. Essa mesma entrevistada afirmou: “Sempre fui aceita com naturalidade, mas porque eu me aceitei com naturalidade também.” Segundo TELFORD (1984:85), quando a pessoa é capaz de dizer a si mesma e aos outros, “esta é a minha limitação, tais coisas eu não posso fazer”, esse comportamento afasta de sua vida muita incerteza e ambigüidade.

Existe uma grande diferença entre ser deficiente e ser portador de deficiência (MOURA, 1992). No primeiro caso, há uma generalização e a pessoa se anula ou se coloca numa postura de inferioridade em todas as situações. Entre os entrevistados desta investigação, uma pessoa portadora de deficiência física congênita passou por esta fase de anulação, mas conseguiu superá-la e hoje é alguém totalmente independente. Pode-se

afirmar que a entrevistada era deficiente e se tornou portadora de deficiência. Falando dessa transformação, ela conta: "Não tinha coragem de chegar em ninguém, eu tinha vergonha de conviver com deficiente, porque eu não aceitava a minha" (sujeito nº 1). Aqueles que se colocam como portadores de uma deficiência sabem identificar suas capacidades e limitações.

"Eu sou um indivíduo tendo defeitos como outro, tenho limitações físicas, mas posso trabalhar com a minha cabeça. Tenho meus conflitos como todo mundo tem." (sujeito nº 14)

Sempre que uma situação difícil aparece, duas alternativas se colocam à frente: negá-la, agindo como se não existisse, ou enfrentá-la, desenvolvendo as alternativas substitutivas mais adequadas (TELFORD, 1984). Vários trabalhadores entrevistados demonstraram escolha pela segunda opção o que pode ser visto claramente através de colocações tais como:

"Nunca tive dificuldade de me impor como pessoa porque essa questão é resolvida prá mim. Nunca me escondi, eu sempre fucei, sempre achei que eu tinha capacidade, eu achava que eu era tão capaz como os outros, eu sempre fui à luta." (sujeito nº 14)

Essa disposição de vencer todos os obstáculos é exemplificada pela fala de um entrevistado com relação à escola:

"Eu sempre deixei claro aos meus professores que eu tava ali como qualquer outro. Eu não queria vantagens ou desvantagens. É claro que se, por exemplo, se a prova fosse escrita, se eu pudesse fazer a prova oral, ou se alguém pudesse escrever para mim, eu ia preferir dessa forma, porque sou muito lento para poder escrever." (sujeito nº 10)

Em todos os entrevistados que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, observa-se em primeiro lugar a postura de **aceitação** da deficiência,

sem sucumbir, e a disposição de enfrentar as barreiras, de ir à luta, custe o que custar. Vê-se que, na batalha do cotidiano, essas pessoas buscam construir a sua cidadania, valorizando-se, tornando-se agentes de transformação do mundo em que vivem. O desejo de ser independente, de não se entregar, de não querer que lhe passem a mão na cabeça, de ser uma pessoa feliz, de não se deixar levar pelos preconceitos, de reivindicar seus direitos enquanto pessoas, de não se excluir, de evoluir cada vez mais, está presente na vida de cada um dos entrevistados.

Um outro fator decisivo no processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho é a informação. Para que um usuário de cadeira de rodas que deseja trabalhar consiga sair de casa e chegar ao local de trabalho, deverá ter acesso a uma série de informações. Um dos entrevistados, quando questionado sobre o valor da informação no contexto do trabalho, disse:

“A informação é básica. Começa desde o equipamento, desde a questão postural da pessoa, que ela tem o equipamento adequado, tendo uma postura adequada, ela vai poder seguir a frente, cuidar de si mesma, evitar escara², evitar uma série de danos, adaptação de carro, adaptação com *splint*³ prá você poder fazer determinadas coisas mas também informação com relação a lugares que atendem, que recebem, talvez seja melhor falar assim, pessoas portadoras de deficiência dentro do seu quadro de trabalho.” (sujeito nº 10)

Vê-se que estas informações são exemplos de algumas necessidades que deverão ser supridas, para que o indivíduo chegue ao trabalho. Se ele não tem conhecimento de como resolver as questões primárias, dificilmente sairá de casa. O acesso a essas e a outras informações provêm de várias fontes.

² Escaras: feridas originadas pela insensibilidade da pele e pressão do peso do corpo sobre a superfície de apoio.

³ *Splint*: aparelhos para auxiliar a função da mão.

Uma delas, mais tradicional, refere-se aos profissionais da área da saúde que atuam em reabilitação e muitas vezes é insuficiente para suprir toda demanda de informação. Nos últimos anos, tem surgido uma outra fonte para o portador de deficiência. Trata-se dos Centros de Vida Independente - CVIs, que, segundo GUIMARÃES (1994), presidente da Comissão Pró-Acesso da UFMG,

"é uma organização comunitária sem fins lucrativos e com objetivos extra-políticos. Procura facilitar a vida de portadores de deficiência em comunidade através de repasse de informação entre pessoas, *a priori*: aquele que possui uma experiência bem sucedida encurta o penoso caminho de descoberta de soluções de outro indivíduo que está sufocado por problemas bem similares. O repasse de informações é sempre em mão-dupla, já que o processo de aprendizado é mútuo." (GUIMARÃES, 1994:3)

O CVI é considerado por este autor como fruto do movimento social dos anos 60 ocorrido nos Estados Unidos que hoje espalha-se por todo o mundo.

No transcorrer desta pesquisa, foi possível conhecer um pouco sobre a atuação de dois CVIs. O do Rio de Janeiro, criado em 1988, e o de Belo Horizonte atuando desde 30 de agosto de 1994. O CVI do Rio de Janeiro oferece os seguintes serviços à comunidade:

1. Setor de vida independente - Trabalha com o portador de deficiência, com familiares e amigos através da oficina de vida independente, para confecção de equipamentos e adaptações, para o esporte e lazer e do painel de ajudas técnicas, que é um espaço para divulgar informações sobre quais são, onde encontrar e como adquirir equipamentos. Em 1995, esse setor estava promovendo o curso "Compreendendo a lesão medular" para a comunidade, com duração de seis meses.
2. Setor de Aconselhamento de pares - Propicia uma troca de informações, feita por e para pessoas portadoras de deficiências.

Esse setor coordena o Grupo de Apoio em Sexualidade, o Grupo de Suporte à Família e o de Apoio ao Adolescente.

3. Setor de Recursos Humanos - Elabora e assessora os projetos de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e científicos.
4. Setor de Acessibilidade ao Meio Físico - Atua na formação acadêmica; informando alunos de graduação e pós-graduação sobre os projetos arquitetônicos e urbanísticos a fim de inserir neles a aplicação das normas de acessibilidade.
5. Setor de Assessoria Jurídica - Atende as pessoas que desejam resolver problemas ligados à deficiência, relacionados a direitos previstos na legislação. Mantém uma compilação atualizada de instrumentos legais.
6. Setor de Informação - Coordena a área de comunicação social do CVI. Possui uma biblioteca sobre deficiências e banco de dados. Edita o jornal do CVI - Superação (Anexo H₁) e está ligado à imprensa de todo o Brasil e à rede Ibero-Americana de Centros de Informação sobre Deficiência.
7. Setor de Serviço Social - Orienta a pessoa portadora de deficiência na utilização dos recursos pessoais, institucionais e comunitários.

Além desses sete setores, o CVI do Rio, procurando alcançar o objetivo de facilitar o processo de inserção do trabalhador portador de deficiência, mantém parceria com as empresas dos setores público e privado, oferecendo os seguintes serviços:

- Curso para Gerentes (CG) - Oferece a gerentes e chefes de equipe noções sobre deficiências, dificuldades específicas no local de trabalho e suas soluções. O objetivo é mostrar que o portador de deficiência possui os mesmos direitos e deveres como qualquer outro funcionário.

- Curso de Prontidão para o Trabalho (CPT) - Prepara o portador de deficiência para ingressar no mercado de trabalho, oferecendo-lhe teoria e prática de noções de apresentação pessoal, hierarquia, produtividade e legislação trabalhista.
- Serviço de Apoio ao Empregado e Dependente Portador de Deficiência (SAED) - Assessoria empresas no trato com seus empregados e dependentes, visando solucionar dificuldades, tais como: barreiras arquitetônicas, bancadas e equipamentos que necessitam de adaptações, problemas de relações sociais.
- Convênio de Prestação de Serviços (CPS) - Cria opções de inserção de portadores de deficiência inicialmente sem vínculo empregatício. Prepara os candidatos para a empresa, a qual procede à seleção pelos critérios de praxe e admite o escolhido por um período de até seis meses, prorrogáveis até a efetiva contratação.

Analisando-se todas essas modalidades de serviços prestados pelo CVI do Rio, vê-se que o mesmo atua como facilitador da manifestação da informação intrínseca, isto é, daquela informação que está contida em cada indivíduo portador de deficiência, que possui uma experiência própria, uma percepção diferenciada e pode, portanto, contribuir muito para o crescimento do outro através do aconselhamento de pares. Através do seu setor de informação, estimula o crescimento do indivíduo portador de deficiência. Levando informação aos futuros profissionais da arquitetura, por exemplo, está fazendo um trabalho de base, de mudança de mentalidade. Informando as pessoas interessadas sobre a legislação pertinente e orientando-as na utilização dos recursos, está contribuindo para o exercício da cidadania. A parceria do CVI com as empresas é uma fonte extrínseca de informação fantástica, pois contribui para mudar a concepção dos empresários, prepara o portador de deficiência para assumir o mercado de trabalho, acompanha o trabalhador em suas dificuldades, facilitando o processo de sua inserção no mercado de trabalho.

O CVI de Belo Horizonte, segundo um dos entrevistados, que é membro efetivo do mesmo desde a sua fundação, “acredita que cada pessoa deva ser sujeito da própria existência. Cada pessoa possuindo as informações necessárias, ela mesma que se julgue capaz de lutar pelos seus direitos” (sujeito nº 10). Vê-se, através dessa colocação, que a filosofia do CVI está baseada no sentido de aumentar o nível de informação do indivíduo para que ele possa exercer a sua cidadania. Esse trabalho de informação tem sido feito com os portadores de deficiência e demais componentes da sociedade. Certa vez, o CVI de Belo Horizonte foi procurado com a solicitação de ajuda para realizar uma passeata no sentido de se construir rampas nos prédios públicos. O pedido não foi atendido, com a seguinte justificativa:

“A gente quer que tenha rampa na cabeça das pessoas. Entende a diferença? Se a rampa estiver na cabeça das pessoas, se as pessoas estiverem conscientes da necessidade de que o local seja acessível pra toda e qualquer pessoa, seja ela portadora de deficiência ou não, a gente atingiu o objetivo.” (sujeito nº 10)

Através dessa postura, percebe-se a ideologia do CVI que é bem distinta da de outras instituições de e para portadores de deficiência, que estão fundadas no assistencialismo e no paternalismo. Essa forma de conduzir o CVI fala de um crescimento dessa parcela da população. Segundo o estatuto do CVI, o presidente deve ser portador de deficiência. É, portanto, o próprio indivíduo assumindo o comando das suas questões. O CVI é um exemplo vivo, prático do primeiro e segundo fatores apontados como essenciais para a inserção no mercado de trabalho, porque ele favorece o desenvolvimento ou amadurecimento do indivíduo através do aumento do seu nível de informação.

O CVI de Belo Horizonte, cujo coordenador expressa muito bem as condições de trabalho desse centro, já possui o serviço de aconselhamento de pares.

“É imprescindível desejar o outro a fim de se estar em sintonia e percebê-lo por inteiro. Escutá-lo, não apenas ouvi-lo; olhá-lo, não apenas vê-lo e principalmente, senti-lo. É sentindo o outro e estando atento aquilo que nos faz sentir é que temos a possibilidade de penetrar cada vez mais em seu universo.”
(sujeito nº 10)

Com essa disposição interior, o CVI de Belo Horizonte tem ministrado treinamento em Aconselhamento de Pares. Também já possui um pequeno acervo com publicações técnicas no âmbito da deficiência e está montando um banco de dados reunindo informações sobre todas as áreas de deficiência, sobre suas causas, tratamentos e legislações. Elabora ainda *clipping* semanal com notícias sobre deficiências publicadas nos principais jornais do país. Esse serviço presta consultoria à comissão da acessibilidade de Belo Horizonte, sediada na BHTRANS, aos alunos da Escola de Arquitetura da UFMG, e, através de aconselhamento, a pessoas com deficiência na mobilidade sobre acessibilidade de residências. O CVI de Belo Horizonte também já conta com o Grupo de Apoio à família, para informar e apoiar pessoas que mantêm algum vínculo com portadores de deficiência. Através da ação do CVI de Belo Horizonte, foi desenvolvido o Programa Ação Pró-Acesso da Polícia Militar de Minas Gerais, que garante estacionamento acessível ao portador de deficiência. O CVI de Belo Horizonte já edita o seu boletim mensal (Anexo H₂).

A partir da experiência pioneira do Rio de Janeiro, os CVIs têm-se espalhado por várias cidades do Brasil: Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Maringá, Santos e Aracaju. Vê-se que a sua proposta mais avançada é a de promover o crescimento do indivíduo, ou seja, informando-o sobre as alternativas que tem para lidar com suas limitações, suas dificuldades, trocando informações com outras pessoas que possuem problemas semelhantes, transformando-se em participante ativo de uma agência de informação. No entanto, entre os trabalhadores entrevistados apenas um deles teve o privilégio de participar de um CVI. Decorrentes desse fato, questões cruciais se colocam considerando o que levou esses indivíduos a se inserirem no mercado de trabalho; que fatores interferiram nesse processo; quais as

dificuldades encontradas e o papel da informação e da desinformação nesse processo no qual interfere o conceito do indivíduo sobre trabalho. Todos os entrevistados valorizam muito o fato de trabalharem e associam ao trabalho as idéias de utilidade, liberdade, independência, movimento, entretenimento, sobrevivência, realização, aprendizagem constante, produção. Veja-se um dos conceitos apresentados.

“O trabalho é um modo de desenvolvimento, de evolução e de busca de novas coisas. Pode ser a nível material, pode ser a nível de amadurecimento emocional. Porque eu acho que a partir desses contatos que a gente tem no trabalho e do convívio é que a gente vai evoluindo idéias, isso é muito interessante. Produz uma busca de uma melhor colaboração das coisas, de novas abordagens diante dos problemas, desenvolve uma certa criatividade, um certo jogo de cintura diante das situações de nossa vida.” (sujeito nº 7)

Em todos os conceitos de trabalho coletados, observaram-se aquelas características de personalidade já relatadas anteriormente, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência que conseguiram sua inclusão no mercado de trabalho desejam crescer, ser independentes, assumir o rumo da própria vida. Segundo VASH (1988), “o trabalho é um veículo para a aquisição de recompensas externas socialmente veneradas, tais como dinheiro, prestígio e poder, bem como de recompensas internas associadas com a auto-estima, pertinência e realização.” Realmente, essas recompensas se fazem presentes na vida dos trabalhadores ainda que mal remunerados.

Através das várias colocações dos trabalhadores entrevistados, constatou-se que o apoio da família pesou muito, incentivando o indivíduo a vencer preconceitos, a sair, a aceitar o mundo e a lutar para que esse o aceitasse. Estimulando-o a se preparar para o trabalho, não o tratando diferente dos outros filhos, a mãe ou procurou educá-lo sem superprotegê-lo nem abandoná-lo, conforme os dados desta entrevista.

“Eu não andava, não mexia com nada. Meu problema foi de nascença. Minha mãe lutou prá cuidar de mim. Ela falou: você tem de sair prá ser livre, prá fazer o que você quer. Ela me dava a maior força, o maior apoio, em tudo que eu queria fazer. Eu

falei que queria voltar a estudar, ela me deu o maior apoio, porque ela queria me ver crescer. Quando eu cheguei aqui e falei: mãe, vou trabalhar em tal lugar assim, assim só vi o sorriso dela indo prá frente: minha filha tá crescendo.” (sujeito nº 13)

A informação formal, recebida através da escola, foi reconhecida como elemento facilitador da sua inserção, bem como da sua integração no mercado de trabalho. Uma das entrevistadas, sendo solicitada a apontar o que facilitou a sua inserção no mercado de trabalho, respondeu:

“Bom, eu acho, que um bom histórico, um bom currículo na escola, um bom acesso com os professores, porque quando você está bem relacionada na escola, todo mundo sabe o que você está precisando e sabe te indicar para os empregos que aparecem. Eu acho que o que colaborou muito foi o conhecimento de língua estrangeira e realmente, quando a gente quer alguma coisa, a gente tem que buscar.” (sujeito nº 7)

Essas palavras, ao mesmo tempo que apontam a importância do preparo escolar, ressaltam o valor do bom relacionamento e reforçam o desejo pessoal de luta. Certamente a presença de uma circunstância facilitadora isolada não é suficiente para garantir a inserção no mercado de trabalho. No caso citado acima, o sujeito nº 7 teve um bom suporte familiar aliado a um bom nível sócio-econômico, que lhe facilitou a continuidade da vida escolar, pois que chegou a concluir o terceiro grau, alcançando, portanto, um ótimo nível de informação e de inserção no mercado de trabalho competitivo.

VASH (1988) afirma que aqueles que adquirem a deficiência na infância estão começando desde cedo a experimentar aquilo que um dia será sério obstáculo à obtenção e a manutenção de emprego, porque há redução de experiências de vida e de escola. No caso acima citado, essa tendência foi claramente contrariada. Em alguns casos, o fato de ser portador de deficiência facilita a inserção no mercado de trabalho. No caso abaixo, o trabalho se

reveste de conotações negativas, que apagam os efeitos benéficos, como se nota:

“Então por que eles colocam o anão no circo, o pior, nos programas humorísticos? Só querem aproveitar daquela imagem que o anão tem, distorcida, começa a fazer malhação em cima disso aí. E isso é uma coisa que dói muito, a gente vê um programa daquele, a gente está se vendo naquilo ali e a sociedade em si não entende muito bem isso, não são todos, é claro. Quando a gente sai na rua, ironiza, fala, chega a colocar uma situação muito negativa prá gente.” (sujeito nº 2)

A porta de trabalho principal que foi aberta para esse indivíduo tinha relação com a sua aparência, o fato de ter o corpo diferente dos outros, mas isto não o satisfazia, pelo contrário, o aborrecia profundamente, porque sentia que estavam zombando de sua condição. FRIEDMAN (1972) coloca que o trabalho não-alienado é fator de equilíbrio e de desenvolvimento para o indivíduo, traz satisfações particulares. No caso do trabalhador citado, o trabalho gerava sentimentos de humilhação e discriminação, provocando um afastamento da realidade, levando-o a abandonar o trabalho na comunidade. Como esse, houve também outro caso de inserção no trabalho, facilitada pelo fato de o indivíduo ser portador de deficiência:

“Eu fui muito privilegiada porque eu tinha uma professora que estava indo embora prá França e queria cuidar de uma certa grana dela, então me propôs: já que você vai se formar e a gente tem preocupação com relação ao seu futuro, por que a gente não abre uma drogaria juntas? Você cuida do meu capital e vai trabalhando prá mim.” (sujeito nº 7)

Seus próprios professores já se preocupavam com sua vida profissional e um deles providenciou os recursos para introduzi-la no mercado de trabalho, fazendo-lhe uma proposta por ocasião de sua formatura no 3º grau.

Num país subdesenvolvido em que a pobreza está presente em toda parte, principalmente nos grandes centros urbanos, como Belo Horizonte, a questão da sobrevivência é um dos fatores que tem levado o portador de deficiência a lutar por um lugar ao sol no mundo do trabalho. Uma das respondentes, portadora de deficiência física congênita, casou-se com 21 anos, teve quatro filhos. Aos 33 anos foi abandonada pelo marido, teve que se virar para não morrer de fome. Tem trabalhado como faxineira e recebe por mês pouco mais de um salário mínimo. Ao lhe perguntarem o que a levou a se interessar pelo trabalho fora de casa, responde:

“O que me ajudou é que o meu marido foi embora, eu fiquei na rua, não tinha outra saída, aí tinha que trabalhar. Aí eu comecei lavando roupas nas casas. O dinheiro que eu tava lavando roupa não tava dando, porque eles pagavam muito pouco. Eu só comprava açúcar, arroz e feijão, aquele tiquinho só. Lavava roupa duas vezes só na semana, tinha dia que eu ia lavar, a dona não queria que eu lavasse, falava prá eu voltar, eu voltava, já não tinha mais comida. Tinha que fazer um mingau prá eles. Eles ficaram muito tempo, nós comemos mingau de fubá com leite e açúcar. A menina ganhava o leite, aí eu fazia o mingau, aquela panelada, coitados, deixava prá eles aí e saía doida caçando serviço. Aí foi onde Deus ajudou que eu entrei nesse hotel lá, e agora estou nesse restaurante, levando a vida.” (sujeito nº 12)

Através desse depoimento, torna-se possível dimensionar até que ponto vai o desespero de uma pessoa pobre, sem recurso algum, precisando sustentar família e não tendo onde tirar o sustento. É nessas e em outras situações semelhantes que o indivíduo vende a sua força de trabalho, porque “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é inversamente seu ser social que determina sua consciência” (CASTRO, 1976:163). A classe social é determinante das ações do indivíduo; o proletariado não é senhor das suas ações. O portador de deficiência, de classe social baixa, tem de se submeter às regras do sistema capitalista.

Um outro fator, observado como facilitador do processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, é a

atuação de órgãos, entidades, instituições de ou para portadores de deficiência. Embora esses estabelecimentos assumam, na maioria das vezes, uma postura paternalista, assistencialista, os resultados desta pesquisa contrariam essa tendência: 57% das pessoas entrevistadas citaram a Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE) e a Associação Mineira de Paraplégicos como participantes efetivos em seu processo de inserção no mercado de trabalho. TELFORD (1984) chama-nos a atenção para a problemática que pode ser criada, a partir de filosofia institucional plantada na caridade.

“Uma das dificuldades acerca das organizações e indivíduos que fazem caridade, predominantemente sentimentais em sua abordagem das pessoas com incapacidade, é que elas podem involuntariamente reforçar a tendência a sucumbir. A piedade e a caridade, como abordagens de reabilitação, freqüentemente não se centram na aceitação e no enfrentamento. Quanto mais desamparado e dependente é o indivíduo, tanto mais é merecedor de solidariedade, compaixão, piedade e caridade - mas estas podem atuar no sentido de reforçar seu comportamento dependente.” (TELFORD, 1984:85)

Felizmente, esse reforço da tendência a sucumbir não foi constatado em nível de CAADE e AMP, entre os trabalhadores entrevistados.

Pobreza associada à deficiência é, muitas vezes, um quadro visto com freqüência, o que talvez se torne uma forte razão para as entidades se dedicarem a programas do tipo assistencialista. Para exemplificar o trabalho que vários órgãos e entidades responsáveis pelos interesses do portador de deficiência têm realizado, serão descritos abaixo alguns fatos que foram considerados relevantes na literatura consultada.

Em 1992, por ocasião da realização do V Encontro Mineiro de Pessoas Portadoras de Deficiência, a coordenadora em exercício da CAADE, Prof^a Maria de Lourdes Santana Oliveira, citou vários convênios de estágios firmados com as empresas: CEMIG, TELEMIG, RFFSA, BEMGE, através dos quais o portador de deficiência é preparado para o mercado de trabalho. Através dos ANAIS desse encontro, foram divulgados depoimentos de

representantes de empresas envolvidas com programas específicos de treinamento do portador de deficiência para o mercado de trabalho na CEMIG, no BEMGE, na PRODABEL, na PRODEMGE e na CERA INGLESA. Na área de cursos profissionalizantes, registrou-se, também, a participação do SENAC de Belo Horizonte. Em relação às oficinas profissionalizantes, existe a iniciativa do vereador João Batista de Oliveira. Como ilustração da atuação de órgãos nessa área, pode-se citar o exemplo da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília que, segundo FERREIRA e BOTOMÉ (1984), vinha mantendo convênios com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem para a Indústria (SENAI) para habilitar indivíduos para o trabalho. Havia também um acordo com o Sistema Nacional de Empregos (SINE) para colocação de portadores de deficiência no mercado de trabalho. Têm-se notícias do SINE do Estado de Alagoas, que vem atuando no sentido de integrar o portador de deficiência no mercado de trabalho, informando os empresários sobre as potencialidades desse trabalhador em potencial. A profissionalização pode, ainda, resultar de um programa de tratamento que ocorre em um Centro de Reabilitação. Segundo FENTANES (1995), diretora executiva do Grupo Latino Americano de Rehabilitacion Profesional:

“Rehabilitación profesional es el proceso por el cual la persona logra compensar en el mayor grado posible las desventajas originadas en una deficiencia o una discapacidad que afecten su desempeño laboral dificultándole o impidiéndole la integración socio-laboral mediante la consecución, el mantenimiento y la promoción en una actividad productiva.”
(FENTANES, 1995:6)

Nesta proposta moderna de Reabilitação Profissional, a pessoa portadora de deficiência é sujeito ativo, conduz o seu processo de reabilitação, sendo a equipe profissional um facilitador do processo. Ainda que a literatura esteja repleta de exemplos de trabalhos desenvolvidos nessa área, percebe-se que no Brasil muito pouco tem sido feito, na prática, com resultados efetivos.

Como último fator que contribui para a inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, tem-se a legislação. CASTRO (1976) afirma que as revoluções não se fazem com leis. Realmente as leis não mudam muito a realidade, mas é necessário admitir que elas contribuem para facilitar as situações, principalmente quando se trata de conquista de direitos de minorias. Contudo, a lei certamente terá a sua validade, quando o indivíduo já houver incorporado em nível pessoal, o direito civil, quando ele tiver aceitado, sem sucumbir, as suas limitações e estiver disposto a enfrentar as dificuldades. Sobre este assunto, um único trabalho foi encontrado na literatura. ALVES (1992) desenvolveu a sua dissertação de mestrado sobre a proteção legal que ampara a relação de trabalho da pessoa portadora de deficiência física. Iniciando com uma visão histórica do significado da deficiência para os povos e de como as leis foram surgindo em cada época, estudou a questão dentro e fora do Brasil, em países europeus americanos, dando destaque para os Estados Unidos da América. Analisou também a relação de trabalho no Direito Laboral Brasileiro. Tentando enriquecer a reflexão desenvolvida nesta investigação sobre este aspecto legal, segue-se uma síntese das informações pertinentes tratadas por Alves.

Em uma visão histórica, o autor procura demonstrar os aspectos normativos relacionados com os deficientes físicos em suas atitudes de trabalho, dentro de diversos períodos de desenvolvimento das sociedades: idade antiga, média e moderna. Na idade antiga, devido quase sempre ao fator sobrevivência, os deficientes físicos eram exterminados pelo grupo tribal, quando nasciam ou ao longo de suas vidas, ou eram poupados por serem consideradas pessoas exóticas. No entanto, a prática do extermínio não constituía uma regra geral pois alguns povos consideravam o **deficiente físico** como membro qualquer do grupo ou até mesmo um enviado pelos **deuses** para beneficiar a tribo. Aristóteles já doutrinava que é "mais fácil ensinar um aleijado a desempenhar uma tarefa útil do que sustentá-lo como indigente" e defendia que os deficientes incapazes de trabalhar deveriam receber "óbulos". Ele ressalta que essa postura do filósofo já refletia uma correta política nas

atitudes sociais de integração e aproveitamento e mesmo de assistência às **pessoas portadoras de deficiências físicas**.

Na Idade Média, um grande misticismo envolvia os deficientes. Apesar disso, em muitas partes da Europa e do Oriente Médio, os casos de doenças e de deformações das mais diversas naturezas ou causas passaram aos poucos a receber mais atenção. Foram criados hospitais e abrigos para os deficientes pelos senhores feudais e pelos governantes detentores do poder com cooperação da Igreja. As leis passavam a ser mais cristãs. Algumas profissões eram exercidas na Idade Média por deficientes: massagistas no Japão do século IX eram deficientes visuais; os bobos da corte, anões e corcundas. As idéias de Aristóteles repetiam-se na Inglaterra com a chamada "Lei dos pobres" (1531), através da qual atos oficiais permitiam que juizes autorizassem **velhos abandonados e pessoas portadoras de defeitos físicos sérios** a pedirem esmolas. Com o advento do Renascimento, as ciências em geral sofreram um grande avanço, impulsionando uma visão humanitária das atitudes sociais, especialmente com os chamados **deficientes físicos**.

Na Idade Moderna, pode-se perceber um tratamento mais específico e diferenciado nas atitudes sociais e mesmo no plano jurídico, com relação ao trabalho das "pessoas portadoras de deficiência física". É criada a primeira cadeira de rodas pelo alemão Stephen Farfler. Outras iniciativas para superar as barreiras e dificuldades causadas pelas deficiências físicas dão origem a bengalas, calçados especiais, muletas, coletes, próteses, macas e camas móveis, carros adaptados e muitas outros objetos foram inventados a partir de século XIX. É inventado o sistema de comunicação Braille para os deficientes visuais. No campo das artes, alguns deficientes se destacam, como Beethoven, que compôs mesmo depois de perder a audição. Entre nós temos Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que, esculpiu obras fantásticas apesar de sua deficiência física. Nos Estados Unidos, Helen Keller foi um marco nos esforços para melhor compreensão das potencialidades do ser humano. Nos séculos XIX e XX, foram criados organismos realmente ligados às soluções dos impedimentos de trabalho dos deficientes físicos em vários

atitudes sociais de integração e aproveitamento e mesmo de assistência às **peessoas portadoras de deficiências físicas**.

Na Idade Média, um grande misticismo envolvia os deficientes. Apesar disso, em muitas partes da Europa e do Oriente Médio, os casos de doenças e de deformações das mais diversas naturezas ou causas passaram aos poucos a receber mais atenção. Foram criados hospitais e abrigos para os deficientes pelos senhores feudais e pelos governantes detentores do poder com cooperação da Igreja. As leis passavam a ser mais cristãs. Algumas profissões eram exercidas na Idade Média por deficientes: massagistas no Japão do século IX eram deficientes visuais; os bobos da corte, anões e corcundas. As idéias de Aristóteles repetiam-se na Inglaterra com a chamada "Lei dos pobres" (1531), através da qual atos oficiais permitiam que juizes autorizassem **velhos abandonados e pessoas portadoras de defeitos físicos sérios** a pedirem esmolas. Com o advento do Renascimento, as ciências em geral sofreram um grande avanço, impulsionando uma visão humanitária das atitudes sociais, especialmente com os chamados **deficientes físicos**.

Na Idade Moderna, pode-se perceber um tratamento mais específico e diferenciado nas atitudes sociais e mesmo no plano jurídico, com relação ao trabalho das "pessoas portadoras de deficiência física". É criada a primeira cadeira de rodas pelo alemão Stephen Farfler. Outras iniciativas para superar as barreiras e dificuldades causadas pelas deficiências físicas dão origem a bengalas, calçados especiais, muletas, coletes, próteses, macas e camas móveis, carros adaptados e muitas outros objetos foram inventados a partir de século XIX. É inventado o sistema de comunicação Braille para os deficientes visuais. No campo das artes, alguns deficientes se destacam, como Beethoven, que compôs mesmo depois de perder a audição. Entre nós temos Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que, esculpiu obras fantásticas apesar de sua deficiência física. Nos Estados Unidos, Helen Keller foi um marco nos esforços para melhor compreensão das potencialidades do ser humano. Nos séculos XIX e XX, foram criados organismos realmente ligados às soluções dos impedimentos de trabalho dos deficientes físicos em vários

países. Outro fator que marcou a relação de trabalho das **pessoas portadoras de deficiências físicas** no século XIX, foi o surgimento da chamada **Revolução Industrial**. As deficiências passam a ter como causa os chamados **acidentes** nos locais de trabalho e as **doenças profissionais**, oriundas da nova forma de produção. Otto Von Bismark, em 1884, criou uma lei na Alemanha com o intuito de proteger os **acidentados do trabalho**, sendo seguido por governantes de outros países europeus. Após a **Revolução Industrial**, surgem os mutilados das grandes guerras mundiais. A legislação francesa é citada como exemplo por empregar seus mutilados da Primeira Guerra Mundial, inserindo-os no mercado de trabalho.

Concluindo sua revisão, ALVES (1992) ainda analisa a **deficiência física** na história brasileira. No início da colonização brasileira feita pelos portugueses, não era freqüente entre os índios a manifestação de **deficiências**. O mesmo não se dava com a população portuguesa, pois sofriam muito com a quantidade de insetos que acabavam por levá-los a severas limitações de natureza física ou sensorial. A questão das **deficiências** era tratada dentro do gênero da miserabilidade indigência e pobreza, cuja natureza os legisladores brasileiros não diferenciavam nos textos legais. Em 1854, grande passo foi dado pelo Imperador D. Pedro II que ordenou a construção de três organizações importantes: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos-mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria. ALVES considera esse asilo como um marco do nascimento das relações de trabalho propriamente ditas em nosso Direito do Trabalho para as **pessoas portadoras de deficiências físicas**. Esse asilo recebia os oficiais, cadetes e soldados, quase todos mutilados ou sem maiores possibilidades de atuar no serviço militar. Era mantido pelo Estado Imperial e uma de suas normas determina que competia ao comandante do asilo obrigar a inválidos a trabalharem na horta, nas oficinas, conforme suas aptidões e forças físicas. Com a promulgação da República, e sem ser mais útil à pátria, a burocracia republicana impulsionou a desativação desse asilo.

O autor constata que, em todas as fases históricas, **as pessoas portadoras de deficiências físicas** tinham possibilidades de desempenhar satisfatoriamente atividades de trabalho. No entanto, por um problema de ordem cultural, a própria sociedade não permitia aos **deficientes** sua atuação.

Na maioria dos países europeus mencionados (Alemanha, França, Espanha, Portugal e Polônia), notou-se a existência de uma preocupação, por parte do Estado e da sociedade, para com os portadores de deficiência. Existem leis que protegem essa parcela da população garantindo-lhes o tratamento e inserção no mercado de trabalho. Os empregadores são obrigados a contratar compulsoriamente os deficientes, aos quais são dados incentivos financeiros. Os que não têm condições de trabalhar recebem total assistência oficial do governo. Através desses fatos, pode-se ter uma visão de como a realidade dos deficientes é bem melhor na Europa do que no Brasil.

Continuando este estudo sobre a normatização da relação de trabalho das pessoas portadoras de "deficiência física" no Direito Estrangeiro, o autor relatou ainda o que acontece nos países americanos. Em nível de Estados Unidos é feito um estudo da Lei de Reabilitação de 1973, em suas seções 503 e 504, que são a base dos direitos das **pessoas com inabilidades**. Através dessa legislação, todo empregador que mantém negócios com o governo federal, mediante contratos ou subcontratos acima de U\$ 2.500 (dois mil e quinhentos dólares), é obrigado a contratar pessoas com inabilidade de qualquer natureza, origem ou grau de manifestação. Existe um órgão ligado à presidência americana, The President's Committee on Employment of the Handicapped, que dá orientações sobre como o empregador deve proceder, ao entrevistar candidatos que sejam portadores de inabilidades para o trabalho. Nesta lei é explicado minuciosamente o que é **impedimento físico ou mental**, devendo o mesmo ser comprovado por laudo médico. Além de serem obrigados a contratar pessoas com impedimentos físicos ou mentais para desempenhar certas habilidades de trabalho, os empregadores têm de providenciar **razoáveis acomodações** para tornar efetiva a imposição legal. Várias adaptações são citadas e existe a possibilidade de os empregadores

receberem empréstimos para fazer as **acomodações**, com orientação técnica do governo americano. Essa lei garante também a não discriminação de pessoas com incapacidades no emprego. Para a prática discriminatória existe um inquérito especial que obedece a um rigoroso rito de duas formas: queixa formal e queixa informal. Em todos estágios do processo, o queixoso tem o direito de ser representado por advogado.

Entre os países latinos, apenas Argentina, Colômbia e Uruguai apresentam legislação especial para os "incapacitados". Na Bolívia, Chile, Equador e Peru, a legislação específica para os portadores de deficiência ainda não foi desenvolvida. Na Argentina, existe uma farta legislação tutelar dos direitos das pessoas com impedimentos no desempenho de suas habilidades de trabalho. As empresas são obrigadas a reservarem um certo número de trabalhos para as pessoas com impedimentos e os Bancos de Crédito financiam adaptações de trabalho para essas pessoas. Todos os **deficientes** são elegíveis para o processo de recuperação vocacional e social, proporcionado pelo sistema de reabilitação argentino. O Estado, através de seus organismos, presta aos **descapacitados** todo tipo de serviço que ele necessita. O Ministério do Trabalho apóia a criação de oficinas protegidas de produção, e as empresas de transporte coletivo terrestre transportam, gratuitamente, as pessoas *descapacitadas*. Com relação ao acesso de *descapacitados*, em toda obra pública é previsto o ingresso, meio de circulação e instalações adequadas para pessoas que utilizam cadeiras de rodas. Na Colômbia, através do **Código Substantivo del Trabajo y Código Processual del Trabajo**, tem-se uma definição e classificação dos **inválidos** decorrentes de uma relação de trabalho. A questão de "deficiência" no direito colombiano está ligada à **invalidéz**, oriunda da relação de trabalho mediante emprego, cabendo ao sistema de Seguridad Social, através do Ministério do Trabalho, classificar os **inválidos** bem como ditar-lhes os benefícios necessários. Com relação aos trabalhadores com **deficiências** não decorrentes do trabalho, o código é omissivo. O Uruguai tem uma ampla proteção legal ao trabalho dos "deficientes" de qualquer natureza e graus de

manifestações. O autor afirma que, através do Serviço Nacional de Emprego (SENADEMP), criado pela Lei nº 14.312, de 10 de dezembro de 1974, procurou-se sob todos os ângulos adotar medidas tendentes a contribuir para o ingresso do **deficiente** (*minusválido*) no mercado de trabalho e acompanhá-los durante a vigência da relação laboral. A lei uruguaia prevê ainda, para os **inválidos absolutos** e **grandes inválidos** que tenham sido excluídos das normas que regulam o emprego seletivo, reconhecimento do direito de ingresso a centros pilotos ou oficinas protegidas.

A última parte desta dissertação trata dos direitos trabalhistas da **pessoa portadora de deficiência física** no Brasil. Para analisar essa matéria, o autor faz uma incursão no desenvolvimento das normas fundamentais ao longo das diversas constituições postas em vigor em nosso país. Na Carta de 1824, nossa primeira Constituição, não foi normalizado objetivamente o trabalho das pessoas com **deficiência física**. Entretanto, a **incapacidade física** constituía motivo para suspensão de direitos políticos. Na Carta de 1891, inseriu-se uma novidade relacionada às **incapacidades físicas**, a aposentadoria por invalidez aos funcionários públicos. Na Carta de 1934, instituiu-se a previdência com contribuição da União, do empregador e do empregado para proteger a velhice, a invalidez, a maternidade e os acidentes do trabalho. Incumbe-se o Estado de dar amparos aos **desvalidos**, através de **serviços especializados e animando serviços sociais**. Na Carta de 1937, estendeu-se a proteção ao trabalho aos menores e mulheres e foi prevista a aposentadoria ou reforma nos casos de invalidez, para o exercício do cargo dos funcionários públicos. O funcionário invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço seria aposentado com vencimentos integrais, independentemente do tempo de serviço. A Carta de 1946 não apresentou grandes novidades no tratamento dado aos **incapacitados para o trabalho**. A Carta de 1967 e a emenda de 1969 eram omissas em normatizar os direitos dos **deficientes**. Mas essa omissão foi suprida em 1989 através da Emenda Constitucional nº 12, que assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Por último, analisa o texto da Constituição Federal de 5 de

outubro de 1988 que principia declarando que todos são iguais perante a lei. Afirma que um cidadão brasileiro, portador de **deficiência física**, não tem impedimento legal para exercer qualquer trabalho não defeso em lei. Através do artigo 37, inciso VIII, será reservado percentual de cargos e empregos públicos para as **pessoas portadoras de deficiência**. Essa constituição prevê assistência social aos **deficientes** que não podem prover, pelo trabalho, a própria manutenção ou tê-la provida por seus familiares, através de um salário mínimo de benefício mensal. Hoje, as empresas estão obrigadas a reservar **cargos ou empregos** aos **deficientes**, sendo que quanto maior o número de empregados, maior será a porcentagem de deficientes a serem empregados (Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991).

CARREIRA (1992) estudou a questão da integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho através de três pesquisas. A primeira foi feita com 55 entidades de formação profissional; a segunda, em 131 empresas da iniciativa privada e a terceira, em 23 universidades e faculdades de administração. Esse pesquisador apresenta a lei 8213 de 24 de julho de 1991 de forma mais detalhada em seu artigo 93, essa lei obriga a empresa com 100 (cem) ou mais empregados a preencher 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados 2%; II - de 201 a 500 3%; III - de 501 a 1000 4%; IV - de 1001 em diante 5%. O autor concluiu que esse tipo de lei somente agrava o problema da discriminação e do preconceito; questiona se esse é o melhor caminho para garantir a integração do portador de deficiência no mercado de trabalho.

Constatou-se que, entre os entrevistados sujeitos desta investigação, 30% não conhecem as leis que tratam das questões do portador de deficiência. Um deles reconhece que "o brasileiro não está acostumado a ver os direitos" (sujeito nº 14). Mas a grande maioria conhece as leis, acha que essa medida está certa; não é contrária à sua existência; acha importante a existência de leis porque aspectos da cidadania são garantidos, tornam-se **pessoas** e conseguem sobreviver pois as leis aumentam as chances dos

portadores de deficiência. Uma das entrevistadas, porém, manifestou a sua insegurança com relação a essa questão.

“Eu não sei, às vezes fico com um pouco de medo de paternalismo, não sei se deveria concorrer de igual para igual nessa questão de emprego, mas não sei. Também é uma questão de evolução das leis. Não sei se é bom proteger, mas talvez protegendo e com um pouco mais de informação, os deficientes consigam o acesso mais facilitado” (sujeito nº 7)

Realmente, o ideal é que não haja necessidade de se garantir nada por lei, que o direito de exercer uma função em empresa pública ou privada seja garantido pela capacidade do indivíduo. Mas até que isto aconteça e seja automaticamente incorporadas à prática da vida social, as leis precisam continuar existindo.

4.2. Circunstâncias Dificultadoras

Quando uma pessoa portadora de deficiência decide trabalhar, vários obstáculos surgem à sua frente. Alguns são comuns a qualquer pessoa e outros são mais voltados à sua condição.

Basta acompanhar os noticiários para verificar que o desemprego está em destaque, como consequência da situação político-econômica mundial. Segundo CANO (1993), a terceira revolução industrial gerou muitos efeitos negativos nos mercados de trabalho de todos os países. Suas principais manifestações são: substituição parcial de antigos insumos (aço comum, cobre) por novos materiais (cerâmicos, novas ligas metalúrgicas), provocando fechamento de fábricas, extinção de (muitos) empregos antigos e criação de (poucos) novos mais qualificados. Houve forte informatização, automatização e robotização, exigindo presença de mão-de-obra qualificada, treinamento e reciclagem de mão-de-obra, criação de novas funções, descentralização de decisões. O efeito negativo maior é a redução das necessidades de mão-de-obra direta que, associada à liquidação de antigas funções, aumenta, a longo

prazo, o número dos desempregados. Observa-se hoje uma enorme ampliação do emprego informal, rebaixamento de salários, piora nos níveis de distribuição de renda, agravamento dos sintomas e explicitações da crise social.

Além desses embaraços provocados em âmbito maior pelo processo de desenvolvimento do país, podem-se, na área política, identificar outros problemas que prejudicam a inserção no trabalho. Em entrevista com o ex-coordenador da Comissão de Integração do Portador de Deficiência no Mercado de Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais. Dr. Marcelo Fábio Vieira Gomes, pôde-se detectar uma problemática que reina no meio político de forma desagregadora. Por exemplo; se o prefeito é do PT, o governador do PSDB, é questionado a quem vai ser creditado o fruto do trabalho. Percebe-se nas entrelinhas que existe ciúme entre os representantes dos partidos. Tudo isso contribui para impedir o desenvolvimento do trabalho.

Outro fator que pode dificultar o processo de inserção no mercado de trabalho, é a família, que assume postura de superproteção. A Prof^a Ieda Fadul, autora do livro "Profissionalização: educação para o trabalho como caminho do deficiente", atuante na área há muitos anos, afirmou que tem percebido resistências por parte das famílias dos portadores de deficiência. Acostumaram-se com os seus parentes diferentes, física e/ou mentalmente, dentro de casa, temem deixá-los sair para enfrentar o mundo da rua. Preferem mantê-los junto de si ainda que isso acarrete alguns transtornos. Nenhum entrevistado desta investigação, no entanto, relatou esse tipo de postura em suas famílias. O único impedimento ao trabalho relacionado à família se deu em um caso de uma mãe que precisou começar a trabalhar mais tarde e encontrou dificuldade por causa da filha pequena, por não ter com quem deixá-la. Essa dificuldade, no entanto, é natural e está presente em quase todos os casos de mães que vão trabalhar fora de casa.

Um dos fatores, dificultadores da inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho é a falta de estudo e preparo profissional. É muito

significativa o número de queixas relatadas tanto por parte dos trabalhadores quanto dos profissionais. Uma das entrevistadas, funcionária de uma das entidades que cuidam dos interesses dos portadores de deficiências em Belo Horizonte, afirmou:

“Tem muitos jovens que chegam aqui na AMP e falam: estou precisando de emprego, se eu posso indicar alguém, mas quando pergunto o grau de estudo vem: 2^a série, 3^a série, 4^a série. Se fez algum curso, não fez nada. Então é muito difícil nesta parte, não tem estudo e não aprende profissão nenhuma.” (sujeito nº 1)

Essa falta de preparo para a vida de trabalho também é constatada pela Prof^a Maria de Lourdes Santana Oliveira, que dirigiu o trabalho da CAADE por cerca de 12 anos. Fala-nos da luta em preparar o indivíduo para o setor em que ele demonstrava interesse, mesmo contando com escolaridade baixa.

“No nosso trabalho na coordenação vimos muito pedido de cursos prá ser garçom, garçonete, recepcionista, doceiro, salgadeiro, tapeceiro, atividades manuais que são do trabalho informal. Se é aptidão da pessoa, e se ela não está a fim de freqüentar uma escola, uma faculdade, uma universidade, uma educação formal, então, que fosse dado a ela o direito de se qualificar naquilo que gosta.” (Prof^a M^a de Lourdes S. Oliveira)

Nesse aspecto, constata-se o empenho da CAADE em atuar no processo de emprego desse trabalhador para inseri-lo no mercado de trabalho, ainda que seja informalmente. Na realidade, parecem ser necessárias intervenções desse tipo, pois os trabalhadores portadores de deficiência encontram dificuldades para freqüentarem cursos que são oferecidos à comunidade em geral. Um dos entrevistados desejava tirar carteira de motorista e resolveu a parte do exame médico e psicotécnico, no DETRAN, sem problemas. As dificuldades surgiram na hora de se preparar para o exame de rua. Ele mesmo providenciou a adaptação para o carro e lutou até conseguir uma auto-escola que aceitasse fazer o seu treinamento. Hoje, a

AMP já possui o carro adaptado e promove o preparo do portador de deficiência para o exame, o que representa um grande avanço.

Uma das entrevistadas defende a existência de local específico para preparar o portador de deficiência.

“Eu acho que ajudaria bastante se existisse um curso profissionalizante, um núcleo dedicado ao deficiente físico, onde ele pudesse trabalhar com naturalidade, aprender com naturalidade, sem se sentir inferior.” (sujeito nº 8)

Estudando sobre a questão da inserção do portador de deficiência no trabalho, SILVA (1993) lembra que as empresas se baseiam no binômio capital e trabalho. É lógico que só terá sucesso no trabalho se ele for competente, o que implica indivíduos bem preparados, qualificados. Ainda dentro deste contexto de entender a lógica do empresário, CARREIRA (1992) adverte que as empresas não são entidades filantrópicas e não têm objetivo de criar programas para readaptação de pessoas portadoras de deficiência. Conscientes dessa realidade, torna-se necessário investir na qualificação, na preparação desses indivíduos, para que estejam à altura de responder às demandas do mercado de trabalho.

Um outro fator que se observou como prejudicial ao processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho está relacionado com a cultura. Segundo RIBAS (1985 :18) “no conjunto de valores culturais que definem o indivíduo ‘normal’, estão incluídos ‘padrões’ de beleza e estética voltados para um ‘corpo esculturalmente bem formado”. Muitas pessoas carregam em si essa tendência de só valorizar aqueles que têm boa aparência. Vive-se um tempo em que a preocupação com a manutenção do corpo belo é muito grande e os entrevistados, demonstrando estarem conscientes disso, encaravam de frente as dificuldades, indo à luta.

“Eu tenho consciência do que eu sou fisicamente, mas isso na sociedade reflete diferente. Eu sou feliz como eu sou, mas incomodo o outro, incomodo entre aspas porque o outro me

julga diferente. Então eu comecei a notar assim: secretária nas empresas tem aquele rótulo de ser boazuda, bonitinha, aparência torneada. Não estou falando que ela não tem cérebro, já foi o tempo de achar que existe uma loura burra. Então eu sentia que a minha batalha tinha de ser maior. Mas eu nunca tive muita dificuldade de me impor como pessoa porque essa questão é resolvida prá mim.” (sujeito nº 14)

Na sociedade atual, a mídia ressalta a todo momento o corpo belo e perfeito. Quando se selecionam pessoas para ocuparem determinadas funções, em vez de se respeitarem os resultados dos testes, muitas vezes, apega-se apenas à aparência física da pessoa. Uma das entrevistadas, nível de escolaridade de 3º grau completo, prestou concurso público e foi aprovada. Na hora de tornar posse houve o maior embaraço.

“Bom, eu, como deficiente física, tive uma série de dificuldades. Primeiro, porque não queriam me dar posse porque não sabiam se eu ia dar conta do trabalho. Então teve todo aquele processo: tirar laudo, o ortopedista teve de interferir, dar laudo favorável, o fisioterapeuta, e assim eu tive uma certa pressão do pessoal prá liberar minha vaga porque senão não saia.” (sujeito nº 7)

Vencida a dificuldade inicial para tomar posse de um lugar que já tinha conquistado legalmente, através da aprovação em concurso, essa trabalhadora ainda necessita se reafirmar profissionalmente todas as vezes que muda de equipe. Embora o trabalho a ser executado por essa pessoa requeira habilidades motoras dos membros superiores e ela apresente limitação nos membros inferiores, a tendência das pessoas é generalizar e não acreditar na sua capacidade. Essa falta de credibilidade se faz presente na vida de vários trabalhadores entrevistados.

Outro entrevistado que teve amputado um membro inferior e usa prótese, com marcha sem uso de auxílios, entrou para um banco ainda bem jovem e tentou fazer carreira. Era contínuo e hoje é chefe da sessão de valores; foi o máximo que conseguiu. Sua sessão fica no subsolo. Já fez vários

concursos para gerente, é aprovado nas provas teóricas, mas não passa na entrevista. Todos os colegas foram aprovados, menos ele.

Associados a esses valores culturais que são muito fortes e determinantes do comportamento, tem-se o preconceito e os estereótipos, que são os fatores principais responsáveis pelas maiores dificuldades encontradas no processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho. Para AMARAL (1994:18)

“O preconceito nada mais é que uma atitude favorável ou desfavorável, positiva ou negativa, anterior a qualquer conhecimento. O estereótipo pode ser visto como a concretização de um julgamento qualitativo, baseado nesse preconceito - portanto igualmente anterior à experiência pessoal.”

No bojo desses conceitos, vê-se que a raiz do problema está na ausência de conhecimento, ou seja, na desinformação. As pessoas, porque desinformadas, criam estereótipos, idéias cristalizadas que as impedem de enxergar o potencial do outro. Segundo WRIGHT¹, citado por TELFORD (1984), existe uma crença popular de que o mentalmente retardado é um brutamontes grande e abobalhado, propenso a uma sexualidade exacerbada e com inclinações criminosas; o surdo é tomado como retraído, pouco sociável, preguiçoso, desconfiado e infeliz; o indivíduo com deficiência ortopédica é considerado como um aleijado mental e físico. O cego é tido como surdo, e as pessoas gritam para ele.

¹ WRIGHT, B. A. An analysis of attitudes: dynamics and effects. The New Outlook for de Blind. 1974.

Existe uma tendência à generalização: acha-se que existe uma relação intrínseca entre o desvio em uma área e os desvios de comportamento e personalidade em outras.

Durante esta pesquisa, pôde-se constatar, através dos depoimentos, que falta informação na vida do próprio indivíduo portador de deficiência, na sua família, entre os profissionais da área de saúde, entre os empresários, nos estabelecimentos comerciais, enfim, em toda comunidade. Essa desinformação cresce à medida que se afasta da área metropolitana de Belo Horizonte. A Prof^a M^a de Lourdes Santana Oliveira, ex-coordenadora da CAADE, testemunha o agravamento desse problema:

“Quando você vai pro interior, a desinformação é generalizada. As pessoas deixam de usufruir de direitos; já tive casos na coordenação de pessoas não saberem que existiam equipamentos que pudessem dar a eles uma melhor condição de vida. Desconheciam a existência de uma cadeira de banho. Pela desinformação não têm expectativa. Quando começa a se informar, quanta coisa ainda pode ser feita prá dar uma dignidade prá essa pessoa, prá que ela seja inserida e que ela seja dignamente vista no seio que ela vive, no meio social, uma qualidade de vida melhor.”

Muitas vezes o problema da desinformação é originado no seio da própria equipe de profissionais que atende o portador de deficiência. Por desconhecerem as possibilidades de evolução desses indivíduos, passam, muitas vezes, informação errada à família.

“O médico falou que eu ia ficar com deficiência mental, que eu ia ficar retardada. Fez a minha mãe me colocar na AMAS. Estudei dois anos prá fazer um. Eu estava ficando deficiente mental de tanto ver criança deficiente. Aí falaram, fulana não tem nada. Põe ela na escola normal prá ver se ela não vai sair. Aí eu entrei num grupo aqui e consegui desenvolver. Minha mãe queria me ver andando, então tudo o que o povo falava, ela estava fazendo.” (sujeito nº 13)

Através desse depoimento, vê-se que a orientação de um profissional provocou um mau encaminhamento do caso. Aliado às condições sócio-econômicas precárias, esse encaminhamento gerou um grande atraso no desenvolvimento desse indivíduo, o que se reflete atualmente em sua vida profissional, já que ele está com a sua escolaridade defasada para a sua idade.

A desinformação ocorre também entre os empresários. Após a aprovação da lei 8.213 de 24 de julho de 1991, que garante uma porcentagem de vagas para os portadores de deficiência, eles mostram o desejo de contratar, mas não sabem como fazê-lo. A ex-coordenadora da CAADE afirma que

“Esta classe, muitas vezes, não emprega por desinformação. Entendem que o portador de deficiência iria requerer modificações na empresa, na fábrica, ou no local de trabalho. A partir do momento em que a gente começava a conversar, eles falavam: é só isso? Então aí a gente percebeu, se os empresários não estão chamando o portador de deficiência, é simplesmente porque eles não estão com informações adequadas prá saber como conduzir.”

Esse depoimento pode ter confirmado por pesquisa desenvolvida por CARREIRA (1992) em São Paulo. Esse autor aponta, como principal motivo dificultador da colocação do portador de deficiência no mercado de trabalho, a falta de conhecimento por parte dos empresários e dos administradores de recursos humanos, da capacidade de trabalho, da forma de recrutamento, seleção e treinamento, da legislação em vigor e da reação dos funcionários não portadores de deficiência.

Essa situação de desinformação está contribuindo para gerar nas pessoas o preconceito. AMARAL (1994) defende que “o desconhecimento é a matéria prima para a perpetuação das atitudes preconceituosas e das leituras estereotipadas da deficiência”. Algumas situações experienciadas pelos trabalhadores entrevistados ilustram a presença de preconceito. Como exemplo, dois irmãos de idades semelhantes cursavam datilografia, sendo um

deles portador de deficiência física. No término do curso, o desempenho do não portador de deficiência foi pior do que o do outro. O diretor da escola então o questionou por haver deixado seu irmão, portador de deficiência "passar na sua frente". Mesmo quando as evidências mostram o contrário, as pessoas insistem em seus preconceitos. Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar: "Eles não olham a capacidade da gente, eles olham a deficiência que a gente tem." Infelizmente, a idéia de que a pessoa portadora de deficiência não é produtiva ainda não foi abolida. Como consequência desse preconceito, as pessoas acabam assumindo uma atitude protecionista e não permitem a sua inclusão no meio produtivo (ISHIKAWA, 1991). Agindo dessa forma paternalista estão dificultando a prática da cidadania.

Outro fator dificultador são as barreiras arquitetônicas, impedimentos ambientais, que dificultam o ir e vir dos portadores de deficiências. Desde 1989, a Associação Brasileira de Normas Técnicas editou a NBR 9050, na qual está descrita a forma adequada de se construir acessos, circulação interna, sanitários, equipamentos, sinalização e todo o espaço externo e ambiente urbano: calçadas, passeios, calçadão, jardins, praças, rampas, escadarias, estacionamentos, mobiliário urbano e sinalização. Contudo, sabe-se do distanciamento existente entre a publicação da norma e o seu cumprimento. Em primeiro lugar, é necessário que haja uma mudança de mentalidade para então compreender a importância da interação do ser humano com o ambiente.

GUIMARÃES (1991) dá uma nova dimensão a esse assunto. Lembra que a inacessibilidade gera efeitos psicológicos negativos. Existem ambientes desafiantes e outros, intimidantes. Os primeiros estimulam o indivíduo a superá-los, desenvolvendo habilidades físicas e psico-sociais. Os últimos são inibidores e oferecem poucas oportunidades para o desenvolvimento de seu potencial. Nesse contexto, corporificam-se a competência e a incompetência ambiental. Se a pessoa vai ajuntando no dia a dia uma série de frustrações, sem entender a mensagem simbólica do espaço, não conseguirá se sociabilizar.

Na maioria das vezes, o trabalhar implica o sair de casa para o mundo da rua. Vencidas as barreiras pessoais, psicológicas, o indivíduo portador de deficiência se depara com as barreiras ambientais. Os prédios públicos deveriam zelar pelas condições ideais de acesso a todos os indivíduos. Entretanto, parece que os governantes não estão preocupados com a questão da acessibilidade. Durante esta pesquisa, tomou-se conhecimento de um episódio relatado pelo sujeito nº 13. Três portadores de deficiência física foram viajar de ônibus. Um deles usava aparelho ortopédico e o outro, cadeira de rodas. Na hora do embarque, tiveram de pedir favor ao guarda para carregar o colega, pois o único acesso ao ônibus era uma escada de muitos degraus. A presença da escada associada à ausência de escada rolante e de elevadores constitui um grande embaraço para o portador de deficiência física. Os depoimentos de mais dois trabalhadores entrevistados, citados abaixo, ilustram os problemas que encontram no mundo da rua.

“Ônibus, prá gente subir é uma dificuldade, é alto. Prá pessoa com cadeira de rodas não tem. Eu, por exemplo, posso passar pela porta da frente, mas é muito complicado, porque o motorista já está arrancando.” (sujeito nº 14)

“Basta ver, em Belo Horizonte, quantos lugares que são construídos de forma acessível para o portador de deficiência. Aqui na universidade (UFMG) os únicos lugares mais acessíveis são a FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) e o ICEX (Instituto de Ciências Exatas). Lá na FAFICH, prá você ter uma idéia, o piso ante-derrapante em toda a escola, eles têm o costume de encerar. Isto é fantástico!” (sujeito nº 10)

Outra atitude muito comum consiste na falta de respeito às vagas de estacionamento. Infelizmente, em nosso país, existe uma tendência generalizada em não se cumprirem as leis. As pessoas vêem a placa avisando que aquela vaga é privativa para o portador de deficiência, mas, na maioria das vezes, não obedecem. Tendo em vista uma ampliação nos seus direitos, em Belo Horizonte foi criado o programa Ação Pró-Acesso da Polícia Militar de Minas Gerais, através do qual os veículos dos portadores de deficiência são

identificados por um cartão pendurado no interior do carro. Esse cartão somente é concedido àqueles que se submetem ao cadastramento de suas necessidades especiais. O Centro de Vida Independente de Belo Horizonte é o responsável técnico pelo desenvolvimento desse programa implantado em maio de 1996.

Um outro espaço muito problemático para os usuários de cadeira de rodas são os banheiros. Na maior parte dos estabelecimentos, não existem, banheiros adequados, com espaço suficiente para a locomoção em cadeira e, quando existem, são mal utilizados. A título de exemplo, veja-se o depoimento de um ex-aluno da UFMG que fez o curso universitário após a aquisição da deficiência.

“Os banheiros adaptados, há um tempo atrás, ficavam fechados, eu tinha de sair atrás da chave. Agora eles não ficam fechados mais, porque viraram dispensa, o pessoal da limpeza tem acesso aos banheiros. Então, a gente tem acesso aos banheiros. Então, a gente convive com esses absurdos todos. Quando eu tinha de ir a Biblioteca Central, eu precisava entrar lá pelo fundo, eu tinha de esperar cerca de meia hora prá que alguém viesse com a chave prá abrir a porta, uma rampa que não tem nem 50 centímetros prá minha cadeira, que tem 68; quer dizer, a rampa não era prá cadeira de rodas, eu tinha que enfrentar um degrau de cerca de 50 centímetros também. No ICB, quando eu fazia anatomia, neuroanatomia, histologia... se a luz acabasse, não tinha como eu subir, porque eu subia no elevador, até eu aprender a subir escada com a minha cadeira. Se eu soubesse naquele tempo, não teria perdido aula. Mas, no final das contas, o que eu quero dizer com isto tudo é que a sociedade como um todo não está preparada prá nos receber, então, a grande maioria de nós, portadores de deficiência, não sai de casa. Então fica aquele negócio: não saindo de casa, a sociedade não se adapta, a sociedade não se adapta, não sai de casa. Uma coisa puxa a outra, uma bola de neve.” (sujeito nº 10)

Após serem apresentados os principais fatores que dificultam o processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, decorrentes da análise dos dados coletados, pode-se, ainda, acrescentar o fato de que se vive em uma sociedade cheia de violência em que roubam os trabalhadores e, às vezes, matam para alcançarem seus objetivos.

"Apareceu uma oportunidade de eu trabalhar na empreiteira da associação, eu achei um trabalho mais leve, um trabalho, que de um certo modo, todo mundo entrou com o maior entusiasmo, não só eu, como os outros deficientes que estavam junto comigo. Depois aconteceram duas tragédias que marcaram muito a gente. Um colega iria folgar no domingo e eu ia trabalhar no lugar dele. Na sexta-feira à noite a gente recebe um telefonema trocando os horários. Eu passaria a folgar no domingo, ia trabalhar no sábado, e ele folgaria no sábado prá trabalhar no domingo. Segundo o que foi relatado lá, durante o período de trabalho, a loja já tinha sido assaltada duas vezes. Uma tentativa, uma segunda tentativa de assalto ao qual levou-se o dinheiro do dia anterior da loja. Nesse domingo, esse meu colega saiu da loja, quando chegou próximo da casa dele, foi rendido por um assaltante que o pegou e arrastou para o matagal e o assassinou com dezessete facadas. Resumo da história: não roubou documento dele, não roubou dinheiro dele, não roubou nem uma gargantilha de ouro que ele carregava no pescoço. O único e exclusivo interesse desse assassino foi a chave da loja, que essa pessoa pegou, foi prá loja na madrugada de domingo prá segunda e tentou abrir o cofre prá tirar o dinheiro lá de dentro." (sujeito nº 2)

Todos estão sujeitos a esse tipo de agressão. Não se sabe até que ponto o fato de se ter um estabelecimento conduzido por trabalhadores portadores de deficiência física interferiu na decisão desse assaltante. Talvez ele tenha imaginado que seria mais fácil render essa pessoa. Este é um dado que precisa ser considerado, a fim de se pensar em alternativas para se evitarem acontecimentos dessa natureza.

O conjunto de fatores que dificultam o processo de inserção do portador de deficiência física no mercado de trabalho é muito complexo, mas, se a pessoa quiser realmente, ela conseguirá superá-los. A história da humanidade está cheia de exemplos de pessoas que mostraram a sua competência apesar de portar deficiências.

SILVA (1993) apresenta-nos alguns deles:

- Moisés tornou-se o líder absoluto dos hebreus na inesquecível retirada das terras do Egito e na busca da Terra Prometida, apesar de ter um sério problema de comunicação verbal. Na Bíblia, o livro Êxodo, de sua

autoria, conta-nos com certa clareza as dificuldades, as dúvidas e mesmo as estratégias para superar a deficiência.

- Galba, imperador romano do século I.D.C, foi levado ao cargo máximo desse império com 66 anos de idade, após brilhante carreira militar. Portador de grave problema físico, não conseguia segurar com as mãos uma missiva, e nem podia atar os cordões de ouro de suas sandálias de general.
- Sétimo Severo, imperador romano de 193 a 211 D.C., ao final de sua vida, viu suas pernas perderem completamente a força, devido a um mal reconhecido, na época, como gota. Era carregado para todos os lados em uma liteira. Ao prender conspiradores que queriam afastá-lo do cargo por não poder mais andar, disse com muita firmeza: “Agora vocês aprenderam que não se governa um império com as pernas!...”
- Constantino IX, o Monômaco, viveu de 980 a 1054 de nossa era. Esse imperador bizantino foi considerado pelos contemporâneos um dos homens mais bonitos de sua época. No entanto, devido a um mal misterioso para a medicina de então, em pouco tempo ficou quase totalmente paralisado, por isso, com muitas dores. Adaptou-se à situação, criou meios para não deixar de lado a indispensável dignidade e deu exemplos de muita fibra pessoal no exercício de seu importante cargo.
- Ludwig van Beethoven, gênio da música erudita, aos 27 anos de idade começou a ter problemas de audição. Embora a surdez gradativa tenha influenciado seu estilo e só aos 52 anos de idade tenha ficado totalmente surdo, sua obra demonstra fortemente sua grande competência, sendo um dos maiores compositores que o mundo já conheceu.

Esta pesquisa contém várias experiências atuais, de pessoas portadoras de deficiência que estão inseridas e integradas no mercado de trabalho competitivo, mostrando a sua competência. Destacam-se cinco delas como exemplos considerados pertinentes:

Sujeito nº 7

Com deficiência física congênita, essa informante locomove-se na cadeira de rodas. Concluiu seus estudos na UFMG, é farmacêutica bioquímica e coordena uma equipe de catorze pessoas. Desloca-se todos os dias para o seu local de trabalho que fica a 45 Km de sua casa. Tem carro próprio e motorista particular.

Sujeito nº 12

Portadora de deficiência física congênita nos pés, essa informante não precisa de auxílios mecânicos para andar, apenas de sapatos especiais. Tem quatro filhos, é a única fonte de renda família pois o marido a deixou. Exerce a função de faxineira, toma dois ônibus para ir ao local do trabalho e depois para voltar.

Sujeito nº 5

Amputado de membro inferior aos 18 anos de idade, esse informante faz uso de prótese. Fez carreira no banco, entrou como contínuo, hoje é técnico de área I, é chefe da sessão de valores. É casado, tem uma filha.

Sujeito nº 10

Portador de tetraplegia, ou seja, comprometimento dos membros superiores e inferiores, esse informante, aos 18 anos de idade, sofreu lesão medular que lhe acarretou a deficiência. Fez o curso universitário de Psicologia na UFMG, enfrentando todas as barreiras arquitetônicas e humanas. Hoje trabalha como autônomo, em consultório próprio, no centro da cidade. Locomove-se na cadeira de rodas, tem atendente motorista que o acompanha.

Sujeito nº 14

Tendo tido poliomielite aos sete meses de idade e ficando com limitação dos movimentos de um dos membros inferiores, essa informante é escriturária, trabalha há 11 anos na mesma empresa. É casada, tem um filho e dedica-se, nas horas livres, ao comércio e às artes. Gosta de escrever poesias.

Esses exemplos vivos mostram que é possível ser competente apesar de todos os obstáculos que surgem pelo caminho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar e refletir sobre o assunto pesquisado, pode-se dizer que começa-se a conhecer o processo através do qual o portador de deficiência se insere no mercado de trabalho. Entre os fatores facilitadores vê-se que a informação se destaca como um dos elementos essenciais e fundamentais. Observa-se que existem poucas iniciativas de produção, organização, armazenamento e divulgação de informação no campo da deficiência. Muitas vezes o acesso a esse pouco de informação é difícil, moroso e os indivíduos deixam de usufruir dos seus direitos e não exercem sua cidadania.

Retomando os pontos relevantes de informação organizada existente para o portador de deficiência, destaca-se a atuação do CVI-RJ, especificamente no campo da informação para inserção no mercado de trabalho.

1. Provê informação sobre equipamentos: quais são, onde encontrá-los e como adquiri-los. Em alguns casos, se o portador de deficiência não tiver equipamentos adequados tais como cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, não conseguirá se locomover até o trabalho.
2. Promove curso sobre lesão medular. Conhecer o corpo diferente após a lesão, é fundamental; caso contrário, a permanência no local de trabalho será impossível. O lesado medular bem como a sua família precisam ser informados sobre a nova rotina de vida para prevenir problemas.
3. Promove o aconselhamento de pares. Através desse programa, é trabalhada a condição número um para que o indivíduo consiga se inserir no mercado de trabalho. Todas as dificuldades de aceitação de deficiência emergem, ocorre o apoio mútuo, um sendo fortalecido com a experiência do outro.
4. Atua na formação acadêmica de futuros arquitetos. Essa é uma iniciativa que precisa ser ampliada para outros cursos universitários.

Não são apenas os profissionais atuantes na área da deficiência que precisam saber de suas necessidades, mas toda a comunidade. Sabendo da existência do trabalhador portador de deficiência, o mercado de trabalho estará mais receptivo para aceitá-los.

5. Oferece assessoria jurídica. Conforme detectado nesta investigação, a maior parte dos portadores de deficiência não conhecem o amparo legal existente e não podem, portanto, lutar por seus direitos, entre eles o de inserção no mercado de trabalho.
6. Possui biblioteca, banco de dados, edita jornal, está ligado à imprensa e à rede Ibero-Americana de Centros de Informação sobre Deficiência. Havendo interesse e motivação, os indivíduos que utilizam esses recursos informacionais, estão mais preparados para lutar e tomar suas decisões.
7. Dá curso para gerentes e chefes de equipe e curso de prontidão para o trabalho. Assessora empresas no trato com seus empregados e dependentes portadores de deficiência, cria opções de inserção de portadores de deficiência inicialmente sem vínculo empregatício. Todas essas iniciativas são excelentes facilitadores do processo de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho competitivo.

Destaca-se, também, o trabalho desenvolvido pela CAADE na área da informação em Minas Gerais. Em 1994, foi editado o “Manual de recursos para pessoas portadoras de deficiência”, sob a coordenação da Prof^a Maria de Lourdes Santana Oliveira. (AnexoF₅) Esse manual é uma fonte de informação importante, porque orienta sobre os órgãos e entidades que prestam serviços ao segmento da população portadora de deficiências, localizados em todo o Estado de Minas Gerais. A CAADE elaborou esse manual com o objetivo de repassar informações aos portadores de deficiência, familiares, estudantes, profissionais da área sobre os recursos disponíveis no Estado de Minas Gerais para atendimento aos diversos tipos de deficiência (auditiva, física, mental, múltipla, orgânica e visual). Acrescenta, ainda, orientações e sugestões para

nortear o trabalho de criação de órgãos e entidades representativas da área da deficiência em âmbito municipal de iniciativa pública e/ou privada. Se um profissional atende uma pessoa do interior em Belo Horizonte e deseja encaminhá-la para atendimento, através do manual fica sabendo se a sua cidade é contemplada ou qual a localidade mais próxima que o cliente poderá procurar. Esse manual dá orientação sobre as clínicas, escolas, hospitais, associações, e, sendo, portanto, voltado para as necessidades básicas de tratamento e escolaridade, essenciais ao preparo do indivíduo portador de deficiência para o mundo do trabalho.

Nesse mesmo ano, a CAADE elaborou um outro manual intitulado "Inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho" com o objetivo de conscientizar e informar os indivíduos, divulgar e integrar ações para garantir o exercício consciente da cidadania. O conteúdo desse manual inclui:

1. Conceituação dos tipos de deficiência.
2. Informações sobre as necessidades de se reabilitar o indivíduo para o trabalho.
3. Formas de absorção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. Esse item traz detalhadamente, para empresas privadas e empresas públicas, as possibilidades, através de contratação individual, de estágio curricular, de convênio de treinamento e de qualificação profissional. Apresenta os principais instrumentos legais sobre habilitação, reabilitação e trabalho da pessoa portadora de deficiência nos níveis internacional, federal, estadual e municipal.

Esse manual, contendo uma circular informando às empresas que a Diretoria de Coordenação de Planos e Programas da CAADE possuía cadastro de pessoas portadoras de deficiência que aguardavam oportunidade para serem encaminhadas ao mercado de trabalho foi encaminhado aos empresários. Constatou-se assim a atuação efetiva desse órgão não somente no processo de informar ao portador de deficiência e seus familiares os

recursos profissionais através do manual, como também no trabalho de informar aos empresários as possibilidades e necessidades de empregar essa mão de obra igualmente qualificada para o mundo do trabalho. Outra iniciativa desse órgão na área da informação foi a criação do Jornal da CAADE, que vem circulando desde dezembro de 1994 levando informações a todo o Estado de Minas Gerais. (Anexo F₆).

FERREIRA E BOTOMÉ (1984), dois psicólogos engajados no trabalho da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília (ADFB), desenvolveram um projeto de atendimento familiar a deficientes físicos com o objetivo inicial de propiciar sua inserção social. Numa primeira fase, procuraram localizar as pessoas portadoras de deficiência em suas casas para conhecer de perto a sua realidade. A seguir, realizaram entrevistas e concluíram que a deficiência física em si não torna as pessoas marginais e improdutivas, mas sim a organização social. Observaram que os serviços de atendimento ao portador de deficiência existem, mas, ao mesmo tempo, a população continua carente deles. Falta informação específica e eficaz sobre qual o serviço mais adequado a casos particulares; qual instituição presta esse serviço; que passos devem ser dados para obtenção desse serviço, que pré-requisitos são necessários (documentação, por exemplo) e como chegar à instituição para obter esses serviços. Como resultados desse projeto, as informações sobre as alternativas de serviço disponíveis a pessoas portadoras de deficiência foram organizadas e divulgadas, uma vez que Botomé e Ferreira chegaram à conclusão de que grande parte da dificuldade de as pessoas portadoras de deficiência assumirem o controle das próprias vidas e decidirem seus destinos, encontra-se no desconhecimento dos serviços que poderiam obter como facilitação para sua inserção social. Nesse caso, houve a preocupação de se criar uma central de informações, a ADFB, que se tornou um ponto de encontro acessível aos portadores de deficiência, um lugar para onde as informações de interesse convergem e de onde são distribuídas, facilitando a escolha de modos alternativos de solucionar necessidades, tais como: saúde,

reabilitação física, educação formal, educação profissionalizante, aparelho de reabilitação, trabalho, transporte, esporte etc.

A REINTEGRA é outro exemplo concreto. Implantada em 1990, em São Paulo, funciona junto ao Programa de Cooperação Universidade/ Comunidade - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais CECAE e (USP). Constitui uma rede de informações integradas sobre deficiências, um centro de prestação de serviços à população em geral, no campo da informação sobre deficiências físicas, mentais, sensoriais, orgânicas e múltiplas. Nessa mesma linha, foi inaugurada a RENDE que consiste em um serviço de comunicação eletrônica, com o objetivo de estimular, promover e facilitar a troca de informações e a comunicação eletrônica entre os portadores de deficiência e as entidades atuantes nessa área como mecanismo de integração, participação e aprimoramento da cidadania (GIL, 1991).

Retomando os pontos relevantes da busca da informação, durante a realização desta pesquisa, observou-se que a maioria dos entrevistados buscou informações sobre o trabalho, emprego, em seus relacionamentos pessoais: amigos, vizinhos e parentes. Em segundo lugar, aparece a mídia, principalmente o jornal e, em terceiro lugar, os órgãos de Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente e Associação Mineira de Paraplégicos. Em Minas, não existe uma central, um sistema de informação na área de deficiência. É muito comum encontrarem-se pessoas portadoras de deficiência que desconhecem a existência de órgãos e entidades atuantes na área (FARIA e MATTOS, 1994).

O conceito de sistema de informação é definido em SARACEVIC (1981) como o que seleciona, organiza, estoca e dissemina o conhecimento público com o propósito de comunicá-lo aos usuários. Segundo CRONIN (1990), em empresas e instituições onde realmente existe o sistema de informação com um bom gerenciamento, observa-se que há redução de custos, diminuição de carga tributária do contribuinte, racionalização dos fluxos de informação,

redução do hiato informacional (tempo decorrido entre a ocorrência de algum evento e o momento em que a sua notícia atinge a audiência), melhoria na integração entre informação interna e externa, melhor disseminação da informação. Para VIEIRA (1990), o bom gerenciamento da informação ocorre como consequência da atuação de profissional ousado, inovador, provocativo, dinâmico, flexível, coerente, dotado de bom senso, com visão do conjunto da organização e do ambiente no qual essa se insere. Deve dominar dois níveis de linguagem: a do especialista e a do público não-especializado. Há necessidade de um sistema de informação na área da deficiência, gerenciado por indivíduos com as características descritas acima.

Segundo TOFLER (1980), nos primórdios da civilização humana, a formação ficava restrita a pequenos círculos sociais. A memória privada não compartilhada morria com o indivíduo. Os anciãos das tribos, homens sábios, levavam suas memórias consigo na forma de história, mito, tradição, lenda e transmitiam-nas aos outros através dos discursos, dos cantos e do exemplo. Nessa ocasião, a memória social era muito limitada. Na época da civilização industrial, houve a mudança social para fora do crânio através de artefatos, livros, jornais, fotografias, filmes. Hoje, com o advento do computador, tem-se a expansão e a vitalização da memória social, pois pode-se ter comunicação máquina para máquina, conversa entre seres humanos e o ambiente inteligente ao seu redor. Apesar de se estar em plena época de troca de informação, os resultados desta pesquisa mostram que as características dessa época antiga de memória privada, isolada, restrita a pessoas, ainda continuam existindo. As pessoas, as instituições ligadas à área da deficiência estão realizando alguma coisa, mas não existe uma política informacional, não existe um plano diretor, um direcionamento das ações que, na maioria das vezes, são isoladas. Os portadores de deficiência tomam conhecimento do atendimento das questões de seu interesse por acaso.

É necessário que haja um esforço conjunto de todas as partes:

a) Indivíduos portadores de deficiência, preparando-se através da busca da informação, sendo agentes de transformação social, não assumindo postura passiva de serem apenas receptores de informação, mas fontes geradoras e propagadoras, porque são os principais envolvidos e interessados.

b) A família, como primeiro grupo social, tem papel fundamental no apoio e encaminhamento desse indivíduo nos primeiros anos de vida. Deve buscar se informar desde cedo junto aos profissionais da área para fornecer os estímulos adequados ao desenvolvimento e à inserção social do portador de deficiência.

c) Os órgãos e entidades que cuidam dos interesses dos portadores de deficiência têm papel fundamental, pois, usufruindo da autoridade que lhes é conferida por sua existência legal, podem facilitar a inserção no mercado de trabalho através do estabelecimento de convênios e outras iniciativas. Além disso, deveriam trabalhar como sistema de informação, organizando e disseminando-a por todo o estado.

d) A sociedade, tanto em nível coletivo quanto individual, precisa rever sua forma de pensar e agir diante do portador de deficiência. Ele tem direito de se realizar no campo profissional, não precisa de caridade, necessita de oportunidades.

Obter a informação não é um processo fácil para o portador de deficiência física. Em primeiro lugar, por sua própria condição física, vai encontrar barreiras arquitetônicas que o impedem de chegar aos lugares, às fontes de informação. A falta de estudo também vai gerar menor condição de desenvolvimento e o preconceito do outro vai manifestar-se através da forma como vai tratá-lo. Nesta investigação, tomou-se uma amostra de portadores de deficiência física que conseguiram se inserir no mercado de trabalho competitivo. Portanto, o caráter pessoal foi colocado em relevância em detrimento do social. Em estudos onde seja analisada uma amostra aleatória de indivíduos, certamente as conclusões serão mais direcionadas para as questões sociais. Tendo em vista as características deste estudo, considerando uma abordagem mais individual, conclui-se que a acomodação e

a falta de interesse são as principais barreiras que precisam ser transpostas. Os resultados desta pesquisa mostram que é possível transpor todas as barreiras arquitetônicas, psicológicas e sociais e se informar e chegar ao mercado de trabalho.

Por entender que “o único conhecimento autêntico é o conhecimento inacabado” (LAPASSADE, 1983), deixa-se aqui, neste início de reflexão sobre a informação e a deficiência, o desejo de que esse trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de outros trabalhos da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, L. B. **Pronto atendimento de acidentados de mão: considerações gerais, normas de atendimento.** São Paulo: IMESP, 1993.
- ACTON, N. Deficiência no terceiro mundo. **O Correio da UNESCO.** Rio de Janeiro , v.9, n.3, mar. 1981. p.25.
- ADDUCI, J. B. **Oficinas abrigadas.** São Paulo: Mensagem da APAE. v.4, n.9, mai/ago. 1977. p.60-68.
- AIHARA, K. K. **Aspectos da identidade social do deficiente físico.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1988. p.111. (Dissertação, Mestrado em Psicologia da Educação).
- ALVES, R. V. **Deficiente físico: Novas dimensões da proteção ao trabalhador.** São Paulo: Universidade Católica de São Paulo.1992. p.158. (Dissertação, Mestrado em Direito).
- AMARAL, L. A. Integração social e suas barreiras: representações culturais do corpo mutilado. **Rev. Terapia Ocupacional.** São Paulo, v.2, n.4, dez. 1991. p.188-195.
- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência.** Brasília: Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiências,1994. p.91.
- AMOR, E. B. Rehabilitacion del deficiente mental adulto. **Caceta médica de México.** v.21, n.3 e 4, mar/abr. 1985. p.98-105.

ARAÚJO, V. M. R. H. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da Informação**, Brasília. v.20, n.1, jan/jun. 1991. p.37-44.

ARAÚJO, V. M. R. H. O campo do pós-moderno: o saber científico nas sociedades informatizadas. **Ciência da Informação**, Brasília. v.18, n.1, jan/jun. 1989. p. 21-27.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente. Rio de Janeiro: ABNT, 1989. p.80.

AUN, M. **No lar sem coroa**; o tempo invadido, a informação rarefeita; estudos das relação das empregadas domésticas com a informação e a leitura. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG. 1993. (Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação).

BACHELDER, J. M.; HILTON, C. L. Implications of the americans with disabilities act of 1990 for elderly persons. **The American Journal of Occupational Therapy**. v.48, n.1, jan. 1994. p.73-81.

BARROS, João de. Olha o rapa! **Folhetim**. São Paulo, 25 jan. 1981.

BENEVIDES, M.V.M. **A cidadania ativa**; referendo, plebicito e iniciativa popular. São Paulo: Ática. 1991.

BENEVIDES, M.V.M. A cidadania e democracia no Brasil: notas para debate. SEMINÁRIO TIRADENTES, HOJE: IMAGINÁRIO E POLÍTICA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 1994. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte. p.207-222.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1993. p.247.

BOLETIM DA UFMG - SEM BARREIRAS. Informativo mensal da comissão pró-acesso. Ano 1, n.1, abr. 1994.

BOLETIM DA UFMG. Belo Horizonte. Ano 20, n.988, out. 1993, p.3.

BOLETIM DA UFMG. Belo Horizonte. Ano 14, n.711, jun. 1987, p.4-5.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1981, p.116.

BUSCAGLIA, Leo F. **O papel importantíssimo da família na reabilitação da criança deficiente**. Rio de Janeiro, v.9, n.8, ago. 1981. p.5-7.

BUCEBCI, Mahfud. Um modelo comunitário. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.8, ago. 1981. p.24-25.

CALHAU, G. AMP/TELEMIG, a oferta de emprego na entidade de luta. **Etapa**. Órgão informativo da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos. Ano VI, n.17, mar. 1988. p.5.

CÂMERA, M.L.C. **Não se cria filho com as pernas**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1981.

CAMPOS, E. M. Sociedade e informação. **R. Escola Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte. v.21, n.1, jan/jun. 1992. p.7-18.

- CANÍGLIA, M. **Rumo ao objeto da terapia ocupacional**. Belo Horizonte: Ed. Cuatiara. 1991. p.84.
- CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1993.
- CANZIANI, M. de L. **Avaliação da pessoa portadora de deficiência face ao mercado de trabalho competitivo**. Curitiba: Educa, 1986. p.63.
- CARREIRA, D. **A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. 1992. p.48.
- CARROLL, T. J. **Cegueira**; o que ela é, o que ela faz e como viver com ela. São Paulo: MEC. 1968.
- CARVALHO, J. M. de. A construção da república e os direitos civis. In: SEMINÁRIO TIRADENTES, HOJE: IMAGINÁRIO E POLÍTICA NA REPÚBLICA BRASILEIRA. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Anais... Belo Horizonte. 1994. p.153-161.
- CARVALHO, J. M. **Interesses contra a cidadania**. Brasileiro cidadão. São Paulo: Cultura. 1992.
- CASTRO, A. M. D.; FERNANDES, E. **Introdução ao pensamento sociológico**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.
- CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**. Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

COONEY, J. P. Qual o real valor da informação? **Rev. Esc. de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v.20, n.2, jul/dez. 1991. p. 176-190.

COORDENADORIA para trabalhar com excepcional na Constituinte. São Paulo: **Mensagem da APAE**. v.13, n.43, abr/ jun. 1996. p.6-8.

CORBIN, J.; STRAUSS. Grounded theory research: procedures, canons and evaluative criteria. **Qualitative Sociology**. v.13, n.1, 1990.

CRONIN, B. Esquemas conceituais e estratégicos para a gerência da informação. **R. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte v.19, n.2, set. 1990. p.195.

DADALTI, S. **Reflexão sobre a condição da mulher portadora de deficiência**. RJ: CEDM, 1992.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**. São Paulo: Brasiliense. 1985. p.55-80.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**, para uma sociologia de dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1990. p.287.

DOWDY, C. A.; SMITH, T. E. C.; NOWELL, C. H. Learning disabilities and vocational rehabilitation. **Journal of Learning Disabilities**. v.25, n.7, ang/sep. 1992. p.442-447.

EMPLEO apoyado una via para la integracion. **Cuadernos ATED**. Madrid. n.7, enero/febrero 1992. p.1-10.

ENCONTRO MINEIRO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - EMPEDE, V, 1992. Anais ... Belo Horizonte, dez. 1992.

ESPAÇO para deficientes. **Exame**. São Paulo, v.19, n.370. fev. 1987. p.44.

ÉTICA e legislação: os direitos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil. Organização Rosângela Berman Bieler; colab., Angélica Wantuil.../ et. al/ Rio de Janeiro: Rotary Club. 1990.

FADUL, I. C. **Profissionalização**; a educação para o trabalho como caminho do deficiente. Belo Horizonte: Edição do autor. 1993.

FARIA, C. G; MATTOS, L. J. Informação em elos: uma integração para os deficientes. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUM. 2, 17, Belo Horizonte. 1994.

FENTANES, M. C. El modelo de rehabilitacion profesional en el GLARP. Rio de Janeiro. nov. 1995. Palestra apresentada no DEF'RIO 95 - ENCONTROS INTERNACIONAIS SOBRE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. Rio de Janeiro. 23, 26 nov. 1995.

FERREIRA, M. R.; BOTOMÉ, S. P. **Deficiência física e inserção social**: a formação dos recursos humanos. Caxias do Sul: Ed. da Fundação Universidade de Caxias do Sul. 1984. p.218.

FIGUEIRÓ, J. A. **Inválido deve trabalhar**. Exame. São Paulo, ano XXX, n.18, ed. 617, ago.1996, p.126.

FRANCO, M. de B. **Possibilidade para os deficientes físicos**. Rio de Janeiro: Brasil Jovem. 3º quadr. 1973. p.69-71.

FRANCO, M. de B. **Possibilidade de emprego para os deficientes físicos**. Rio de Janeiro: Brasil Jovem. 3º quad. 1973.

- FRIEDMAN, Georges. **Trabalho em migalhas**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1972.
- GARCIA, A. Um hospital para homens e livros. **Manchete**. R. J, mai. 1983.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. p.323.
- GIL, M. Informação: maravilha curativa? **Rev. Ter. Ocup.** São Paulo, v.2, n.2/3, 1991. p.112-113.
- GOLDENBERG, M. **O deficiente auditivo no mundo do trabalho**; um estudo sobre a satisfação profissional. Rio de Janeiro: PUC/RJ. 1980. p.181. (Dissertação de Mestrado).
- GOMEZ, M. N. G. de. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas **Ciência da Informação**, Brasília, v.22, n.3, set/dez. 1993. p.217-222.
- GOMEZ, M. N. G. de. Informação e conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v.13, n.2, jul/dez. 1984. p.107.14.
- GRECO, A. A integração da pessoa deficiente à força de trabalho. **Minas Gerais: Suplemento Pedagógico**. Belo Horizonte. fev. 1982. p.24.
- GUIMARÃES, M. P. **Construir para o ir e vir**. Secretaria do Governo e Coordenação Política do Estado de Minas Gerais. 1985.

GUIMARÃES, C. Empresas dão trabalho a deficientes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 jun. 1995. Caderno empregos, p.5.

GUIMARÃES, M. P. **Fundamentos do barrier - free design**. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil - Coordenadoria de apoio e assistência à pessoa deficiente; Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais. mar. 1991.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes. 1992. p.224.

HOLLIS. De igual a igual. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.8-9.

HORTON JÚNIOR, F. W. **Information resources management: concept and cases**. Cleveland OH: Association for systems mangement. 1979. p.53-74.

IANNI, O. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1979.

INFORMATIVO DO CVI - BH. n.0,1,2; Ano 1, nov. 1995.

INNY. De igual a igual. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3,mar. 1981. p.8-9.

ISHIKAWA, A. Aconselhamento profissional. **Integração**. São Paulo. Ano 4, n.13, jun. 1991, p.33-36.

JACOBS, K. et. al. Statement: occupational therapy services in work practice. **The American Journal of Occupational Therapy**. v.46, n.12, dec. 1992. p.1086-1088.

JORNADA DE INTEGRAÇÃO DA PESSOA ESPECIAL NA EMPRESA.

2, 1991. São Paulo.

KEPHART, N. C. **O aluno de aprendizagem lenta**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1986.

KIELHOFNER, G. **A model of human occupation**: theory and application. Los Angeles: Williams e Wilkins. 1985.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. tradução de Henrique Augusto de Araújo Mesquita, prefácio de Juliette Favez. Rio de Janeiro: Boutonnier. F. Alvez. 1983. p.319.

LIANZA, S. **Medicina de reabilitação**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A., 1985.

LUBOVSKI, Vladimir I. A escola especial é melhor para a educação de deficientes. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.8, mar. 1981. p.16-17.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. 1986.

LUNDAHL, Barbro. Tenho medo de que riam de mim. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro . v.9, n.3, mar. 1981. p.17.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1990. p.123.

MACHADO, A. **Neuronatomia funcional**. Belo Horizonte: Liv. Atheneu Editora, 1993.

- M'BOW, Amadou-Mathar. O ano internacional do deficiente. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981.
- MBA, Peter. A barreira dos preconceitos. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.8, mar. 1981. p.14-15.
- MAIS vagas para deficientes. **Exame**. S. P. n.249, abr. 1982. p.70-71.
- MANN, W. C.; SVORAI, S. B. COMPETE: A model for vocational evaluation, training, employment and community for integration for persons with cognitive impairments. **The Americans Journal of Occupational Therapy**. v.48, n.5, may. 1994. p.446-451.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania**, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.
- MARTELETO, R. M. Cultura de modernidade: discussão e práticas informacionais. **R. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte. v.23, n.2, jul/dez. 1994. p.115-137.
- MARTELETO, R. M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno. **Ciência da Informação**. Brasília. v.16, n.2, jul/dez. 1987. p.169-80.
- MARTELETO, R. M.; RIBEIRO, L. B. O que se vê e o que se entende; cultura e sujeito na nova ordem mundializada da informação. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUM.** 17, 1994, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte. 1994. p.524-33.
- MAYOR, Frederico. Uma humanidade marginalizada. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.5.

- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**; pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: Ed. Hucitec - Abrasco. 1993. p.269.
- MOISÉS, J. A. **Cidadania e participação**. São Paulo: Marco Zero. 1990.
- MOURA, L. C. M. de. **A deficiência nossa de cada dia**; de coitadinho a super-herói. São Paulo: Iglu editora. 1992.
- MUCCI, Cristina. Nem coitadinho nem super-herói. **Folhetim**. São Paulo. n.25, jan. 1981. p.10.
- MUDRICK, N. R. An underdeveloped role for occupational social work: facilitating the employment of people with disabilities. **Social Work**. v.36, n.6, nv. 1991. p.490-495.
- NASCIMENTO, Regina. A batalha do moinho de vento. **Folhetim**, São Paulo. n.25 jan. 1981.
- NASCIMENTO, Regina. Agora, a luta política. **Folhetim**. São Paulo. n.25, jan. 1981. p.10.
- NEIVA JÚNIOR, E. **Comunicação**: teoria e prática social. São Paulo: Brasiliense. 1990. p.73-94.
- OLIVEIRA, M. L. S. Mensagens alusivas ao evento. Vº ENCONTRO MINEIRO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - EMPEDE, 1992. CAADE, Belo Horizonte. Anais... BH, p.8-87.
- OLIVEIRA, M. L. M. A reabilitação profissional e o ano internacional das pessoas deficientes. **Minas Gerais - Suplemento**. Belo Horizonte. fev. 1982. p.22.

- OLIVER, F. C. Reflexões sobre a relação entre trabalho e saúde e as propostas de intervenção em terapia ocupacional. **Rev. de Terapia Ocupacional - USP**. São Paulo. v.1, n.2, 1990.
- OMS. Algumas definições práticas. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.32.
- ONU. Declaração dos direitos do deficiente. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.7.
- PACIORNIK, R. **Dicionário médico**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1979.
- PEREIRA, O. da S. **Integração do excepcional na força de trabalho**. Brasília: MEC. 1977.
- PECORELLI, Maria Rosa. Ninguém vive sem gostar de si próprio. **Folhetim**. São Paulo. n. 25 jan. 1981.
- PETEAN, E. B. L.; GRAMINHA, S. S. V. Caracterização da demanda de um serviço de profissionalização para pessoas portadoras de deficiência em Ribeirão Preto. **Didática**, São Paulo. v.29, 1993/94. p.125-138.
- PETERSON, C. J. Questions frequently asked about the development of a conceptual framework. **Journal of nursing education**. v.16, n.4, april. 1977.
- POSMOVSKI, Pierrente. Um futuro para as crianças cegas. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.30.

- POTTER, Frederich H. O correio da UNESCO em braile. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.18.
- RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Cultural Editora Brasiliense. 1985. p.105.
- ROBERTS, Edward V. A coragem de se arriscar. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.10-11.
- ROSA, M. **Psicologia da idade adulta**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- SACKSTEIN, Ed. Fazer dele um cidadão. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.8, ago. 1981.
- SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Ed. Brasiliense 1986. p.113.
- SÃO PAULO. Secretaria de Educação. A preparação para o trabalho e a educação especial. **Integração**. São Paulo Ano 4, n.8, jan/fev/mar. 1992. p.25-26.
- SARACEVIC, T.; WOOD, J. B. **Consolidation of information**. Paris: UNESCO. Ed. Piloto. 1981. p.9-29.
- SEMINÁRIO DO PROGRAMA NOVOS CAMINHOS EM REABILITAÇÃO Brasília. 1, 1988.
- SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada**; a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas. 1987. p.470.
- SILVA, O. M. da. O significado da integração social das pessoas deficientes. **Rev. Bras. de Ciências do Esporte**. São Paulo. v.9, n.3, 1988. p.9-15.

SILVA, O. M. **Uma questão de competência**. São Paulo: Ed. Memmon. 1993. p.127.

SINE/AL - SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. Manual das ocupações compatíveis à condição de pessoas portadoras de necessidades especiais. p.55.

SINE/RS-Ministério do Trabalho e Previdência Social. Sistema Nacional de Emprego. Manual das ocupações compatíveis à condição de pessoas portadoras de deficiência. 1990. p.54.

SKOROKHODOVA, Olga L. Vejo com as mãos. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.12-13.

SODER, Marten. Devolver o deficiente à comunidade de onde foi excluído. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.8, ago. 1981. p.20-23.

SOU deficiente, e daí? **Ser Humano**. São Paulo. Ano XXVII, n.88, jan. 1994. p.24-28.

STEDMAN. **Dicionário médico**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1979.

SUIKKANEN, A. Labour market conditions and the rehabilitation process. **International Journal of Rehabilitation Research**. v.16, n.1, 1993. p.33-38.

SUNDBERG, Nils. Ivar. A UNESCO e a educação especial para deficiente. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.2, n.5, mai. 1974. p.31-33.

- SUNDBERG, Nils. Ivar. A UNESCO e o ano internacional do deficiente. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.3, mar. 1981. p.23.
- TARGINO, M. das G. Biblioteca, informação e cidadania. **Rev. Esc. Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte. v.20, n.2, jul/dez. 1991. p.149-160.
- TATE, D. G. Workers' disability and return to work. **American Journal of Physical Medicine & Rehabilitation**. n.71, 1992. p.92-96.
- TAYLOR, B.; CUPO, M. E.; SHEREDOS, S. J. Workstation robotics: a pilot study of a desktop vocational assistant robot. **The American Journal of Occupational Therapy**. v.47, n.11, nov.1993. p.1009-1013.
- TEIXEIRA, J. G. L. **A construção da cidadania**. Brasília: UNB. 1986.
- TELFORD, C. W.; SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar. 1984.
- THORBURN, Marigold. A Jamaica experimenta um método. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro. v.9, n.8, ago. 1981. p.10-11.
- TOFLER, A. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Ed. Record. 1980.
- TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.
- TROMBLY, C.A. **Terapia ocupacional para disfunção física**. S.P.: Livraria Editora Santos, 1989.

- TURNER, B. A. Some practical aspects of qualitative data analysis one way of organising the cognitive processes associated with the generation of grounded theory. **Quality and Quantity**, 15 (1981). p.225-247.
- URRIZA, R. A. Reabilitação dos deficientes físicos. **Saúde Ocupacional e Segurança**. v.22, n.7, set. 1987. p.12-15.
- VASH, Carolyn L. **Enfrentando a deficiência**: a manifestação, a psicologia, a reabilitação. São Paulo: Ed. da USP. 1988. p.283.
- VEIGA, J. E. **O que é ser cego**. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed. , 1983.
- VISCARDI, Henry. História de um homem que nasceu sem pernas. **O Correio da UNESCO** Rio de Janeiro. v.2, n.5, mai. 1974. p.29-30.
- WEHMAN, P. H. et. al. Supported employment : an alternative model for vocational rehabilitation of persons with severe neurologic, psychiatric, or physical disability. **Archives Physical Medicine and Rehabilitation**. v.72, n.2, feb. 1991. p.101-105.
- WERSIG, Gernot. Information science and theory: a weaver bird's perspective. Paper presented at the INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: HISTORICAL, EMPIRICAL AND THEORETICAL PERSPECTIVES. Aug. 1991. p.26-28.
- WYICK, J. M.; L. O. et. al Occupational therapy work-hardening programs: a demographic study. **The American Journal of Occupational Therapy**. v.45, n.2, feb. 1991. p.109-112.

ANEXOS

ANEXO A - Relação de títulos de livros sobre deficiência com autoria de portadores de deficiência

23 LIVROS SOBRE DEFICIÊNCIA POR AUTORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Compilados em nov/96 por Suely H. Satow e Romeu K. Sassaki a pedido do PRODEF - Programa de Atendimento aos Portadores de Deficiência, da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, da Prefeitura de São Paulo.
Fax do PRODEF 011-549-7187 e 011-549-0856.

1. **AMARAL, Lígia Assumpção. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules).** São Paulo: Robe Editorial, 1995, 206 págs. (Pedidos: Robe Editorial, Rua Santa Isabel 301, São Paulo SP, CEP 01221-010, telefone/fax: 011-221-3185 e 011-221-9007).
2. **AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a diferença/deficiência.** Brasília: CORDE, 1994, 91 págs. (Pedidos: CORDE, Esplanada dos Ministérios, Bloco B - Sala 735, Brasília DF, CEP 70068-900, tel. 061-315-1152, fax: 061-225-8457).
3. **BABA, Clara T. N. Superando as limitações.** São Paulo: Paulinas, 1985, 107 págs. (Pedidos: Paulinas, Rua Domingos de Moraes 678, São Paulo SP, CEP 04010-100, tel. 011-549-7628).
4. **CÂMERA, Maria Luiza Costa. Não se cria filho com as pernas... 3.ed.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1981, 54 págs. (esgotado).
5. **FIGUEIRA, Emílio. Vamos conversar sobre crianças deficientes?** São Paulo: Memnon, 1993, 43 págs. (Pedidos: Memnon Edições Científicas, Caixa Postal 15.560, São Paulo CEP 03316-990, tel. 011-255-1388).
6. **JORGE FILHO, José Paulo. Fênix.** São Paulo: Mundo Melhor Propaganda, 1984, 88 págs. (esgotado).
7. **KREMER, Darwin F. Eu, deficiente físico.** São Paulo: Loyola, 1985, 59 págs. (Pedidos: Loyola, Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois 341, São Paulo SP, CEP 04216-000, tel. 011-914-1922, fax 011-63-4275).
8. **LUCENA JÚNIOR, Ricardo. Andanças de um aprendiz.** Rio de Janeiro: 1995, 148 págs. (Pedidos: Praia das Flexas 22 conj. 1102, Niterói RJ, tel. 021-718-4086).
9. **LUCENA JÚNIOR, Ricardo. Longo caminho de volta. 4.ed.** Rio de Janeiro, 1994, 124 págs. (Pedidos: CORDE, endereço no item 2).
10. **MARCONDES, Ricardo. No silêncio do sexo.** Rio de Janeiro: Record, 1994, 205 págs. (Pedidos reembolso postal: Cx. Postal 23.052, Rio de Janeiro RJ, CEP 20922-970).
11. **MELO, Candido Pinto de. Pessoas deficientes: Algumas coisas que é preciso saber.** São Paulo: CEAPD, 1986, 20 págs. (esgotado).
12. **MELO, Candido Pinto de. Reflexão sobre o homem e a deficiência física. In: COSTA, Ronaldo Pamplona da (org.). Macho, masculino, homem. 2.ed. Porto Alegre: LPM, 1986, 110 págs., pp.79-83. (Pedidos: Rua do Triunfo 177, São Paulo SP, CEP 01212-010).**

3. **MOURA, Luís Celso Marcondes de. A deficiência nossa de cada dia: De coltadinho a super-herói.** São Paulo: Iglu, s/d, 132 págs. (Pedidos: Iglu Editora, Rua Pedro Ortis 40, São Paulo SP, CEP 05440-010, tel. 011-813-4307).
4. **NALLIN, Araci. Reabilitação em Instituição: Análise de representação do discurso.** Brasília: CORDE, 1994, 184 págs. (Pedidos: CORDE, endereço no item 2).
5. **NICOLELIS, Giselda Laporta. Passaporte para a vida.** São Paulo: Loyola, 1989, 85 págs. (Pedidos: Loyola, Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois 341, São Paulo SP, CEP 04216-000, tel. 011-914-1922, fax 011-63-4275).
6. **PECCI, João Carlos. Minha profissão é andar. 25.ed.** São Paulo: Summus, 1995, 135 págs. (Pedidos: Summus Editorial, Rua Cardoso de Almeida 1287, São Paulo SP, CEP 05013-001, tel. 011-872-3322).
7. **QUEIRÓZ, Marco Antonio de. Sopro no corpo.** Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1986, 138 págs. (esgotado).
8. **RIBAS, João Baptista Cintra. O que são pessoas deficientes. 6.ed.** São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985, 89 págs. (Pedidos: Brasiliense, Av. Marquês de São Vicente 1771, São Paulo SP, CEP 01139-003, tel. 011-825-0122).
9. **RIBAS, João Baptista Cintra. Viva a diferença! Conversando sobre nossas restrições do corpo e deficiências.** São Paulo: Moderna, 1996. (Pedidos: Moderna, Rua Afonso Braz 431, São Paulo SP, CEP 04511-011, tel. 011-822-5099, 531-8600).
10. **SATOW, Suely Harumi. Paralisado cerebral: Construção da identidade na exclusão.** São Paulo: Robe Editorial/Cabral Editorial, 1995, 148 págs. (Pedidos: Robe Editorial, Rua Santa Isabel 301, São Paulo SP, CEP 01221-010, tel./fax: 011-221-3185, 221-9007).
1. **SCHIAVONE, Odair. De volta à vida.** Salto: 1995, 50 págs. (Pedidos: Rua Marechal Deodoro 809, Salto SP, CEP 13320-000, tel. 011-483-6484).
2. **SILVA, Fausto Joaquim Moreira da. Águas sem asas.** Petrópolis: Vozes, 1988, 80 págs. (Pedidos: Vozes, Rua Frei Luís 100, Petrópolis RJ, CEP 25689, tel. 0242-43-5112).
3. **TORRES, André. Esmaguem meu coração.** Petrópolis: Vozes, 1983, 156 págs. (Pedidos: Vozes, Rua Haddock Lobo 360, São Paulo SP, CEP 01414-000, telefone 011-256-0611, fax 011-258-6910).

Nota:

Solicitamos a quem souber de outros livros (sobre deficiência escritos por pessoas deficientes) a gentileza de enviar pelo fax do PRODEF os dados completos sobre os mesmos: Nome do autor, tipo de deficiência do autor, título do livro, número da edição, cidade e ano da publicação, nome da editora, número de páginas e endereço completo ou telefone/fax para pedidos.

ANEXO B - Glossário seletivo de termos técnicos da área da saúde

BIBLIOTECA "PROFª ETELVINA LIMA"
Escola de Biblioteconomia da UFMG

GLOSSÁRIO SELETIVO DE TERMOS TÉCNICOS DA ÁREA DA SAÚDE

Acondroplasia	s. f. [De a - prev. + gr. chón-dros, cartilagem + plásis, formação + - ia]. Defeito de desenvolvimento (calcificação) da cartilagem de conjugação dos ossos longos. Inicia-se durante a vida fetal e tem como conseqüência uma forma de nanismo.
Adquirido	adj. [Do lat. acquirere, adquirir, de ad, para + quaerere, procurar]. Contraído ou sobrevivendo depois do nascimento; o contrário de congênito.
Amputação	(L. amputatio, de am-puto, pp. - atus, cortar em torno, aparar). O corte de um membro ou parte de um membro, mama ou de outra parte que se projete.
Anoxia	s. f. [De an - + ox (igênio) + - ia]. Ausência ou falta de oxigênio. Redução do oxigênio nos tecidos do organismo abaixo dos níveis fisiológicos.
Congênito	adj. [Do lat. congenitus, nascido juntamente com; de con -, juntamente + genitus, p.p. de gignere, portar, produzir.] a. 1. Que nasce com o indivíduo. 2. Que existe desde o nascimento ou antes dele. Que não é adquirido.
Deambulação	s. f. [Do lat. deambulatio, de deambulare; de - + ambulare; passear.] Passeio, marcha.
Diplegia	(G. di -, dois + plege, uma apoplexia). hemiplegia dupla; paralisia de porções correspondentes em ambos os lados do corpo.
Equipamento	s.m. Tudo que o indivíduo portador de deficiência física necessita para realizar suas atividades de auto-cuidado, trabalho, e lazer. Ex: adaptações para comer, vestir, segurar objetos, cadeira de rodas, etc.
Escara	s. f. [Do gr. eschára, crosta] Crosta escura mais ou menos espessa, formada pela necrose dos tecidos sob a ação de um cáustico, de uma queimadura ou, às vezes, de uma compressão prolongada (escara de decúbito)

Espástico	adj. [Do lat. spasticus, do gr. spastikós, de spáo, puxar] 1. Caracterizado por, ou que se acompanha por espasmos. 2. Rígido, hipertônico.
Estrabismo	s.m. [Do lat. strabismus; do gr. strabismós, de strabós, torcido, vesgo + - ismo.] Falta permanente de paralelismo dos eixos visuais.
Hemiplegia	paralisia de um lado do corpo.
Hidrocefalia	s. f. [De hidro - + Kephale, cabeça + - ia] Acúmulo anormal de líquido no encéfalo; pode ser nos ventrículos cerebrais (hidrocefalia interna) ou no espaço subaracnóideo do cérebro (hidrocefalia externa). A afecção se caracteriza por aumento de volume da cabeça, com fronte proeminente, atrofia cerebral, debilidade mental, convulsões.
Lesão	s. f. [Do lat. laesio, laesionis, de laedere, ofender, danificar] Qualquer alteração patológica, orgânica ou funcional dos tecidos.
Medula espinhal	Parte do sistema nervoso central alojado no canal raquidiano.
Órtese	s. f. [Do gr. orthosis, ação de indireitar] Dispositivo ou aparelho ortopédico, usado para suportar, alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou para melhorar a função de partes móveis do corpo. Ex: talas, muletas, cadeiras ortopédicas, aparelhos para os membros, coletes, tutores, etc.
Paralisia	s. f. [Do gr. parálysis, de para - + lýsis, afrouxamento, dissolução] 1. Diminuição ou abolição da motricidade em uma ou várias partes do corpo, devido a lesões das vias nervosas motoras ou a lesões musculares. 2. Por analogia, a abolição da sensibilidade é denominada paralisia sensitiva.
Paralisia cerebral	é uma condição causada por uma lesão no encéfalo imaturo, de caráter não progressivo. Os sinais e sintomas dependem da área lesada do cérebro e da extensão da lesão, e se expressam em padrões anormais de postura e de movimentos.
Paraplegia	paralisia de ambos os membros inferiores e, geralmente da parte inferior do tronco.

Paresia	s. f. [Do gr. parésis, relaxação, enfraquecimento] Paralisia ligeira ou incompleta.
Poliomelite	(polio - + G. myelos, medula + itis) inflamação da matéria cinzenta da medula espinhal anterior aguda - inflamação dos cornos anteriores da medula espinhal; doença infecciosa aguda produzida pelo vírus da p. e caracterizada por febre, dores e distúrbios gastrentéricos, seguidos por paralisia flácida de um ou mais grupos musculares e depois por atrofia. Também chamada paralisia infantil.
Postura	s. f. [Do lat. positura, de positus, p.p. de ponere, pôr, colocar.] Posição do corpo, atitude.
Prótese	s. f. [Do gr. próthesis, ou prósthesis, adição, de prostithenai, adicionar] 1. Substituição de um órgão ou parte natural por peça artificial. 2. Órgão ou parte do corpo, artificiais, tais como olho, uma perna, uma mão, uma dentadura.
Reumatismo	s. m. [Do lat. rheumatismus; do gr. rheumatismós, de rhêuma, fluxo, de rhéo, fluir]. Termo que engloba uma série de perturbações que têm em comum a dor e a rigidez atribuíveis ao sistema músculoesquelético.
Seqüela	s. f. [Do lat. sequela, de sequor, seguir] Condição mórbida consequente de outra lesão ou doença.
Sistema nervoso central	é aquele que se localiza dentro do esqueleto axial (cavidade craniana e canal vertebral).
Sistema nervoso periférico	é aquele que se localiza fora do esqueleto axial (cavidade craniana e canal vertebral).
Splint	(Holandês médio, splinte) Aparelho; tala; suporte. Dispositivo para evitar o movimento de uma articulação ou para fixação de partes deslocadas ou móveis.
Tetraplegia	(tetra - + G. plege, golpe) Paralisia dos quatro membros.

**ANEXO C - Rede de Informações Integradas Sobre Deficiências -
REINTEGRA**

REINTEGRA

Av.Prof.Luciano Gualberto, Travessa J,
374

Térreo - sala 10

Cidade Universitária

05508-900 São Paulo (SP)

tel: (011) 818- 4155

fax: (011) 211- 0922

E-mail: reintegr@rende.cecae.usp.br

Utilizando a REINTEGRA

Consultas e visitas devem ser
agendadas previamente, por
telefone.

Horário: 2ª a 6ª feira, de 9:30 às
17:00 horas

REINTEGRA - Rede de Informações Integradas sobre Deficiências

Universidade de São Paulo

CECAE - Coordenadoria Executiva
de Cooperação Universitária e de
Atividades Especiais

Amankay Instituto de Estudos e
Pesquisas

O que é

A REINTEGRA - Rede de Informações Integradas sobre Deficiências é um centro de prestação de serviços à população em geral no campo da Informação sobre deficiências físicas, mentais, sensoriais, orgânicas e múltiplas

Serviços

- Atendimento e encaminhamento para instituições públicas e privadas
- Acervo bibliográfico contendo livros, teses, revistas e artigos do Brasil e de vários países
- Elaboração de listagens bibliográficas
- Consulta ao acervo
- Geração de informações

Vínculo institucional

A REINTEGRA constitui o principal projeto do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas, organização não governamental fundada em 1989.

Ela está implantada, desde 1990, junto ao Programa de Cooperação Universidade/Comunidade da CECAE - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais

Intercâmbio com outras redes

- Proyecto Nexo - Información y Comunicación al Servicio de los Discapacitados, do Instituto del Tercer Mundo de Uruguay
- RENDE - Rede Nacional de Comunicação entre Portadores de Deficiência
- RICID - Red Iberoamericana de Comunicación e Información sobre Discapacidad, sediada no GLARP - Grupo Latinoamericano de Rehabilitación Profesional, da Colombia

Como entrar em contato

Pessoalmente, por carta, telefone, fax ou correio eletrônico; não é necessário inscrever-se ou associar-se

Usuários

- pessoas portadoras de deficiência e seus familiares;
- instituições de/para pessoas com deficiência
- professores, pesquisadores, técnicos e especialistas das áreas de saúde, arquitetura, educação, cultura, trabalho, direito, ciência e tecnologia, entre outras
- Poder Público;
- empresas públicas e privadas;
- bibliotecas, centros de estudos e pesquisas;
- produtores e distribuidores de equipamentos;
- população em geral

REINTEGRANDO A REINTEGRA

A REINTEGRA propõe-se a atender consultas feitas por pessoas, instituições governamentais ou privadas sobre informações constantes de seu acervo.

O horário para consultas é das 10h00 às 15h00, de 2ª a 6ª feira.

REINTEGRA

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374 térreo sala 10

Cid. Universitária

CEP 05508-900 São Paulo-SP

Fone (011) 818-4155

Fax (011) 211-0922



REINTEGRA

*Repositório de Informações Integradas
para Pessoas com Deficiências*

REINTEGRA coleta e dissemina informações sobre as físicas, mentais, sensoriais, orgânicas e múltiplas, as decisões de seus usuários. A atuação é, pois, indireta, municiando os que estão envolvidos com a questão. Visa:

- facilitar a plena utilização dos serviços existentes, através de uma base informativa capaz de atuar como fornecedora e receptora de dados;
- subsidiar o desencadeamento de ações efetivas, através da formulação de políticas públicas de prevenção, reabilitação e inserção social;
- possibilitar a alteração de atitudes paternalistas ou segregacionistas, divulgando todo o conhecimento constante do acervo;
- estimular a integração social, buscando alcançar uma qualidade satisfatória de vida;
- promover o exercício da cidadania, em igualdade de condições.

APRESENTAÇÃO

CONTEÚDO

A REINTEGRA está sediada junto ao Programa de Cooperação Universidade-Comunidade da CECAE - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais, órgão da Reitoria da USP.

Sua atividade organiza-se em torno de dois eixos: funções rotineiras (coleta, armazenamento e disseminação de informações) e projetos especiais (para geração de informações).

CONTÉUDO

No acervo há catálogos, guias, cadastros, fitas de áudio, livros, teses, revistas especializadas, artigos e recortes de jornal sobre: educação especial, trabalho, lazer, barreiras arquitetônicas, esporte, legislação, prevenção, estimulação precoce, reabilitação e integração social.

portadoras de deficiências e seus familiares;

es de/para pessoas com deficiência;

res, pesquisadores, técnicos e especialistas das áreas de arquitetura, educação, cultura, trabalho, ciência e arte, direito e outras;

blico;

is públicas e privadas;

es e distribuidores de equipamentos;

as, centros de estudos e pesquisas;

o em geral.

USUÁRIOS

**ANEXO D - Rede Nacional de Comunicação entre Portadores de
Deficiência - RENDE**

Utilizando a RENDE

- CONSULTAS

A RENDE atende consultas sobre questões relativas à deficiência feitas por pessoas físicas, instituições públicas ou privadas. Inicialmente, apenas os dados relativos à deficiência visual estarão disponíveis. Os demais tipos de deficiência serão gradualmente incorporados. Com sua efetiva implantação em meados de 94, a RENDE oferecerá:

- CORREIO ELETRÔNICO

Através da RENDE, o usuário poderá enviar e/ou receber mensagens públicas ou privadas através de correio eletrônico.

- CONFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

A RENDE animará conferências eletrônicas nacionais sobre a questão da deficiência. Graças ao apoio da FAPESP, ela pode receber e enviar informações ao exterior, através de conexão com a rede *INTERNET*.

- JORNAL DIÁRIO

A RENDE veiculará de 2ª a 6ª feira, o *Newspaper* da Agência Estado para impressão em Braille nos diferentes Nós Locais, além de boletins de informação diários, que serão produzidos pela própria RENDE.

- REVISTA DE OPINIÃO

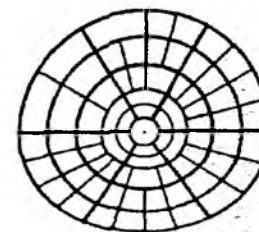
A RENDE publicará, a cada dois meses, a *Revista de Opinião*, em Braille.

Rede Nacional de Comunicação entre Portadores de Deficiência

Universidade de São Paulo
CECAE - Coordenadoria Executiva de
Cooperação Universitária e de
Atividades Especiais

*Apoio Vitae - Apoio à Educação,
Promoção Social e Cultura*

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J,
374 - térreo, sala 10
Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo - SP
Fone: (011) 818-4155
Fax: (011) 211-0922
Correio eletrônico: Jvaponte@org.usp.br



RENDE

**Rede Nacional de Comunicação entre
Portadores de Deficiência**

O que é a RENDE

A RENDE - Rede Nacional de Comunicação entre Portadores de Deficiência é uma rede eletrônica de informações de que fazem parte entidades de/para portadores de deficiência.

É uma iniciativa pioneira, financiada por *VITAE - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social* e coordenada pela USP - Universidade de São Paulo, através da *CECAE - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais*, que sedia seu Nó Central.

OBJETIVOS

Estimular, promover e facilitar a troca de informações e a comunicação eletrônica entre os portadores de deficiências e as entidades atuantes nessa área, como mecanismo de integração, participação e aprimoramento da cidadania.

FUNCIONAMENTO

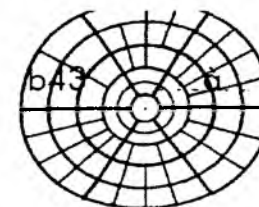
A RENDE é formada pelo Nó Central, que coordena as atividades e estabelece diretrizes, políticas e metodologias em comum acordo com os Nós locais, sediados em entidades de / para portadores de deficiência, universidades, bibliotecas Braille e órgãos governamentais.

A RENDE poderá ser acessada a qualquer momento, através de microcomputador PC dotado de modem. O atendimento pessoal é realizado no Nó Central, das 8 às 12:30 de 2ª à 6ª.

SERVIÇOS

A informação organizada pela RENDE é a somatória da informação coletada por seus membros. O Nó Central está localizado na REINTEGRA - Rede de Informações Integradas sobre Deficiência. Assim, desde sua criação, a RENDE já dispõe de bancos de dados, cadastros, diretórios e catálogos sobre livros, teses, revistas especializadas, artigos e recortes de jornal do Brasil e de outros países. A esse material estão sendo agregadas informações organizadas pelos demais componentes da Rede.

Além disso, a atuação conjunta com o Projeto Disque Braille, da USP, tornará possível a localização das obras em Braille disponíveis nas bibliotecas do Estado de São Paulo.



RENDE

Rede Nacional de Comunicação entre Portadores de Deficiência

USUÁRIOS PRIORITÁRIOS

Os usuários prioritários são as

- pessoas portadoras de deficiência e seus familiares, as
- instituições de / para pessoas portadoras de deficiência, os
- professores, pesquisadores, técnicos e especialistas das áreas ligadas à deficiência (saúde, educação, arquitetura, direito, lazer e outras), o
- Poder Público, as
- empresas públicas e privadas e os
- Centros de documentação e instituições de estudos e pesquisa.

Termo de Adesão à RENDE

A RENDE, Rede Nacional de Comunicação entre Portadores de Deficiência é um serviço de comunicação eletrônica, com financiamento da Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, gerenciado pela Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais, CECAE, da Universidade de São Paulo.

Os filiados à RENDE enquadram-se necessariamente em duas categorias:

- A - Membros associados
- B - Usuários

Os filiados se obrigam a arcar com os custos de comunicação entre o nó local e a RENDE, e se comprometem a não cobrar pelo acesso à comunicações compartilhadas em rede.

Ao assinar o presente Termo de Adesão, a instituição / usuário abaixo discriminado assume os compromissos do Termo de Adesão e de seu anexo e passa a integrar a RENDE, de acordo com a modalidade vigente.

1. Nome da instituição/usuário:
2. CATEGORIA: (marque com um X) Membro associado () Usuário ()
3. Responsável pela assinatura do Termo de Adesão.
nome:
cargo:
RG:
CGC: (instituição)
CPF: (responsável)
4. Endereço:
Bairro:
Cidade:
CEP:
Tel:
Fax:
Data:
Assinatura:

ANEXO E - Roteiro de entrevistas

ANEXO E - Roteiro de entrevistas

ANEXO "E"

ROTEIRO DAS PERGUNTAS NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS

1. Valores relacionados com o trabalho

- O que é trabalho para você?
- O que ele significa em termos de realização individual ? e em grupo?
- Como você começou a trabalhar?
- Quando isto se deu, de que forma?
- O que facilitou a sua inserção no mercado de trabalho? Houve alguma coisa que dificultou esse processo?
- Como é a sua atividade de trabalho?
- Como você faz para vir para o local de trabalho?
- Tem problemas com transporte?
- Quais são as suas experiências na área de trabalho?
- Há quanto tempo trabalha na empresa?
- O seu local de trabalho sofreu alguma modificação administrativa ou física para que você pudesse trabalhar?
- Como se deu a escolha da profissão?
- Tem carteira registrada?
- Recebeu alguma orientação vocacional, profissional? Quando, como, onde?

2. Formação Educacional

- Quando começou a estudar?
- Até que grau completou? Por que parou?
- Está estudando atualmente? O que pretende fazer com o estudo?
- Teve alguma educação especial?
- Foi pública ou privada?
- Influenciou na sua entrada para o mercado de trabalho?

3. Dinâmica Familiar

- Como é a sua família?
- Ela influenciou no processo de inserção no mercado de trabalho?

4. Concepção de Informação

- O que é informação para você?
- O que ela representa na sua vida?
- Que tipos de informação mais lhe interessam? (saúde, lazer, leis, emprego, turismo, transporte, etc.)
- Como deveria estar organizada para melhor atender às necessidades das pessoas?
- Quando você precisa de informação sobre trabalho, você a procura?
- Qual fonte você utiliza com mais frequência?
- Que fonte você acha mais efetiva? Por que?

5. Informação Sobre Trabalho

- Como ficou sabendo desse emprego?
- Encontrou dificuldades para ter acesso às informações sobre trabalho? Quais?
- Percebe algum embaraço nesse processo da pessoa portadora de deficiência se informar sobre o trabalho?
- O que as pessoas de maneira geral devem fazer com a informação?
- O que você faz para se informar?
- O que você acha que o portador de deficiência deve fazer para ficar mais bem informado?
- Conhece alguma lei que trata da questão de emprego para o portador de deficiência?

- O que você acha que precisa ser feito para facilitar o acesso do portador de deficiência à informação sobre trabalho?

6. Caracterização do Entrevistado

- Qual é o seu nome? Quantos anos tem? Qual o seu problema físico?
- Onde você mora? Onde você nasceu?
- É casado ou solteiro? Tem filhos? Qual é a sua renda mensal em salários mínimos?
- Qual é a sua profissão?

**ANEXO F₁ - Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente -
CAADE**

**Manual de orientação - Inserção da pessoa portadora
de deficiência no mercado de trabalho**

**ANEXO F₁ - Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente -
CAADE**

**Manual de orientação - Inserção da pessoa portadora
de deficiência no mercado de trabalho**

CAADE/94

COORDENADORIA DE APOIO E ASS

MANUAL DE ORIENTAÇÃO

INSERÇÃO DA
PESSOA
PORTADORA
DE DEFICIÊNCIA
NO MERCADO
DE TRABALHO

SUA EMPRESA
COM ESSA OPC



VAIGANHAR
ORTUNIDADE.

ÍNDICE

	PÁG.
APRESENTAÇÃO	04
1. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	06
1.1. DEFINIÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	06
1.2. TIPOS DE DEFICIÊNCIA (Caracterização)	06
1.2.1. Deficiência Auditiva	06
1.2.2. Deficiência Física	06
1.2.3. Deficiência Mental	07
1.2.4. Deficiência Múltipla	07
1.2.5. Deficiência Orgânica	07
1.2.6. Deficiência Visual	07
2. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO	08
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	08
2.2. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	09
2.2.1. Quem Necessita da Reabilitação Profissional	09
2.2.2. Quem Faz a Reabilitação Profissional	10
3. INSERÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	11
3.1. FORMAS DE ABSORÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	11
3.1.1. Empresas Privadas	11
3.1.2. Empresas e Órgãos Públicos	16
3.2. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE HABILITAÇÃO/REABILITAÇÃO E TRABALHO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	17
3.2.1. Legislação Internacional	17
3.2.2. Legislação Federal	18
3.2.3. Legislação Estadual	27
3.2.4. Conquistas legais na área de inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho	28
4. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	34

**ANEXO F₂ - CAADE - Levantamento do número de servidores públicos
portadores de deficiência em Minas Gerais**



Belo Horizonte, de 1.995

OF. CIRCULAR/CAADE/Nº /95

Prezado (a) Senhor (a)

Encaminhamos a V. Sa., em anexo, o resultado do " Levantamento do Número de Funcionários Públicos Portadores de Deficiência", em Minas Gerais, realizado por esta Coordenadoria com o objetivo de reunir informações sobre o aproveitamento da mão de obra de pessoas portadoras de deficiência na prestação de serviços públicos estaduais.

informamos que cerca de 70% dos órgãos públicos estaduais atenderam à soli citação da CAADE, os quais constam da relação em anexo.

A participação dessa instituição contribuiu sobremaneira para que os obje tivos desta pesquisa fossem alcançados, o quê agradecemos.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Santana Oliveira
Coordenadora em Exercício - CAADE



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTENCIA A PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

PESQUISA: LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA EM MINAS GERAIS

- 1.994 -

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Função Deficiente	Observação
01	Administração de Estádios de Minas Gerais - ADEMG - Belo Horiz.	DA	01	
02	Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte	OMU	02	
03	Departamento Estadual de Telecomunicações de MG - DETEL/MG Belo Horizonte	DA	01	
04	Centro Educacional Lima Duarte - Antonio Carlos	DA, OM, DV	04	
05	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena - FHEMIG/BARBACENA	DF	04	
06	Centro Mineiro de Toxicomania (CMT) - Belo Horizonte	DF	02	
07	Centro Psico Pedagógico / FHEMIG - Belo Horizonte	DA, DV	02	
08	Centro de Educação Especial para Diag. Recuperação e Trabalho de Uberlândia - Uberlândia	OMU	01	
09	Centro de Estudos Juscelino Kubistchek - Araçuaí	DF	01	
10	Centro de Estudos Supletivos " Uberlândia " - Uberlândia	DV	01	
11	Centro de Saúde " Modesto Chagas " Itanomi	OM	01	
12	Centro de Saúde/Unidade I de Saúde - Aiaró	DF, DV	02	
13	Colégio Tiradentes da Polícia Militar - Belo Horizonte	DF	01	
14	Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS - Belo Horizonte	DA	01	
15	Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - Belo Horizonte	DA	01	
16	Companhia de Habilitação do Estado de Minas Gerais - COMAB/BH	DF	01	
17	Companhia de Armezêns e Silos do Estado de MG - CASOMG/BELO HOR.	DA, DF, DV,	08	
18	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG - B. HORIZ.	DV, DA, DF, OM OMU	121	
19	Conservatório Estadual de Música "Coro Pavan Capparelli/Uberlândia	DF	01	
20	Coordenadoria de Apoio e Assis. Pessoa Deficiente - CAUDE/BH	DA, DF, OMU	11	
21	Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos-DETRAN/BH	DF	01	

SUB-TOTAL 160

numero de dem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Numero Função Part. Deficiente	Observação
22	Delegacia Regional de Ensino de Almenara (29ª)	DF,DEF, FAUA	03	
23	Delegacia Regional de Ensino de Campo Belo (35ª)	DA,DF,DU	22	
24	Delegacia Regional de Ensino de Guanhães (39ª)	DA,DF,DM,DMU	07	
25	Delegacia Regional de Ensino de Itajubá (8ª)	DU	02	
26	Delegacia Regional de Ensino de Itulubá (8ª)	DA,DF,DMU	11	
27	Delegacia Regional de Ensino de Juiz de Fora (10ª)	DF	01	
28	Delegacia Regional de Ensino de Mantua (11ª)	DA,DF,DM,DMU DU	25	
29	Delegacia Regional de Ensino de Monte Carmelo (34ª)	DA,DM,DU	05	
30	Delegacia Regional de Ensino de Patos de Minas (18ª)	DA,DF,DU	05	
31	Delegacia Regional de Ensino de Piraçara (46ª)	DF	03	
32	Delegacia Regional de Ensino de Poços de Caldas (10ª)	DA,DF,DM,DMU DU	22	
33	Delegacia Regional de Ensino de Ponte Nova (20ª)	DU	01	
34	Delegacia Regional de Ensino de Pouso Alegre (37ª)	DA,DF,DU	14	
35	Delegacia Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso (22ª)	DA,DF,DM,DU	22	
36	Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia - Setor DAF (26ª)	DF	01	
37	Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia - Setor Pessoal (26ª)	DF	01	
38	Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP - Belo Horizonte	DM	01	
39	Departamento Municipal de Saúde de Resplendor - Resplendor	DA	01	
40	Departamento de Estradas de Rodagem - 9ª DER - Curvelo	DF,DM,DU	07	
41	Departamento de Estradas de Rodagem - 31ª DER - Itulubá	DF	01	
42	Departamento de Estradas de Rodagem 18ª DER - Monte Carmelo	DA,DF,DM,DU	09	
43	Departamento de Estradas de Rodagem 6ª DER - Monte Claros	DA,DF,DU	07	
44	Departamento de Estradas de Rodagem - 16ª DER - Oliveira	DF	01	
45	Departamento de Estradas de Rodagem - 24ª DER - Passoa	DM	03	
46	Departamento de Estradas de Rodagem - 14ª DER - Patos de Minas	DA,DF,DM	09	
47	Departamento de Estrada de Rodagem - 27ª DER - Pedra Azul	DF,DM,DU	09	

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Unidade Funcion. Deficiência	Observação
48	Departamento de Estradas de Rodagem - 5ª DRG - Ubá	DF	01	
49	Departamento de Estradas de Rodagem - Varginha	DA,DF	03	
50	Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN - Belo Horizonte	DF,DM,DV	04	
51	Departamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais-B. Horizonte	DA	01	
52	Diretoria Metropolitana de Saúde - Belo Horizonte	DF	01	
53	Belo Horizonte Diretoria Metropolitana de Saúde - CSN-Senhora de Fátima/DISACS	DV	01	
54	Diretoria Metropolitana de Saúde - Distrito-Centro-Sul-B.Horiz.	DV	02	
55	Diretoria Metropolitana de Saúde Divisão Administrativa -B.Horiz.	DF	01	
56	Diretoria Metropolitana de Saúde-Policlínica/ABH-SMESA/B.Horizon.	DF	01	
57	Diretoria Metropolitana de Saúde - Pref. Munic. de Teófilo de Minas	DF,DM	03	
58	Diretoria Municipal de Saúde - Carmópolis	DF,DM	06	
59	Diretoria Regional de Saúde de Diamantina	DF	02	
60	Diretoria Regional de Saúde de Oliveira	DF,DV	02	
61	Diretoria Regional de Saúde de Juiz de Fora	DF	04	
62	Diretoria Regional de Saúde de Montes Claros	DF	01	
63	Diretoria Regional de Saúde de São João Del Rey	DA,DF,DV	37	
64	Diretoria Regional de Saúde de Passos	DF	01	
65	Diretoria Regional de Saúde de Ponte Nova	DF	01	
66	Diretoria Regional de Saúde de Pouso Alegre	DA	02	
67	Diretoria Regional de Saúde de Teófilo Otoni	DA,DF,DM	05	
68	Diretoria Regional de Saúde de Ubá	DV	01	
69	Distrito Sanitário Leste-Lotação PAM-SAGRADA FAMÍLIA B.Horizonte	DF	01	
70	Distrito Sanitário Leste-Lotação PAM/SALDADE -B. HORIZONTE	DF,DV	04	
71	Distrito Sanitário Noroeste-Lotação/PAM -P. EUSTÁQUIO B.Horizonte	DF,DV	07	
72	Empres. de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER - Belo Horizonte	DA,DF,DV	17	
73	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER - Belo Horizonte	DV	33	

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Funções Deficientes	Observação
74	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EPATER - Montes Claros	DV	16	
75	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EPATER - Santa Rita do Sapucaí	DF	01	
76	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EPATER - São Gonçalo do Sapucaí	DF	01	
77	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG de Belo Horizonte	DF, DV	04	
78	Escola Estadual "Alfonso Vaz" 1.2.0 A-20ª DRE - Raul Soares	DV	01	
79	Escola Estadual "Angela Teixeira da Silva" - 26ª DRE - Uberlândia	DF	01	
80	Escola Estadual "Américo Martin de Costa" 1.4.0.A - 7ª DRE - Aimorés	DF, DM	02	
81	Escola "Escola Ana Chaves" - G.4.0.B. - Ensino Fundamental 26ª DRE - Campina Verde	DF	01	
82	Escola Estadual Antonio Leônico Carneiro "20ª DRE - St. Cruz de Escalvado	DV	01	
83	Escola Estadual "Antonio Manoel Vieira" 40ª DRE - Carangola	DV	01	
84	Escola Estadual "Antonia Martins de Barros" 40ª DRE - Tombos	DV	15	
85	Escola Estadual "Artur Bernardes" 1.4.6.A - 26ª DRE - Araguari	DF	03	
86	Escola Estadual "Augusto Silva" 31ª DRE - Congonhas	DV	15	
87	Escola Estadual "do Bairro Rosa Neves" 2ª DRE - Rib. Neves	DM	01	
88	Escola Estadual "do Bairro Santo Onofre" 1.2.0.A/40ª DRE - Carangola	DV	08	
89	Escola Estadual "Barão de Congonhas" 31ª DRE - Congonhas	DF	01	
90	Escola Estadual "de Barreiras" 2ª DRE - Bonfim	DF	01	
91	Escola Estadual "Basílio Francisco Xavier" - 38ª DRE - Curvelo	DF	01	
92	Escola Estadual "Balchior de Faria" - 1ª grau - 26ª DRE - Centralina	DF	01	
93	Escola Estadual "Bueno Brandão" 1.2.0.C - 27ª DRE - Três Corações	DF	01	
94	Escola Estadual de 2ª grau "de Buenópolis" 0.062 - 38ª DRE - Buenópolis	DV	06	
95	Escola Estadual "Cândido Uzelino" 20ª DRE - Amparo da Serra	DV	01	
96	Escola Estadual "Cardeal Mota" - 1ª Grau - 1.2.0 A Setor 33 - Morro do Pilar	DV	01	
97	Escola Estadual "Caroline Júlia Pereira" 11ª DRE - Marhumirim	DV	01	
98	Escola Estadual "Catarina Jorge Gonçalves" - 2ª DRE - Contagem	DM	02	
99	Escola Estadual "Chiquinho de Paiva" - 3ª DRE - Capela Nova	DF	01	

SUB-TOTAL 88

		Localidade	Deficiência	Observação
125	Escola Estadual " Dr. Jonas de Faria Castro " - 12.01 - 40ª DRE	Carangola	DM, DV	11
126	Escola Estadual " José Otávio Couto " - 3ª DRE - Alto Rio Doce		DA	01
127	Escola Estadual " Otávio Soares " 20ª DRE - Stª Cruz Escalvado		DF, DV	02
128	Escola Estadual " Juscelino K. de Oliveira " - 7ª DRE - 128 -	Nacip Ráido	DF	01
129	Escola Estadual " Emílio Soares " 0.2.0.8 - 40ª DRE - Tombos		DV	18
130	Escola Estadual " Esperança " Educação Especial - 27ª DRE	S.L. Sapucaí	DF	01
131	Escola Estadual " Evaristo Augusto da Oliveira " - 31ª DRE	Desterro da Entre Rios	DA, DV	04
132	Escola Estadual " Felisberto Alves Carrego " - 25ª DRE	Uberlândia	DF	01
133	Escola Estadual " Francisco Antonio Pires " - 3ª DRE	Barroco	DF	01
134	Escola Estadual " Francisco Lourenço Borges " - 25ª DRE	Tepeciguara	DA	01
135	Escola Estadual " Frei Eutíquio " de 1º grau - 30ª DRE	Stª Hipólito	DA	01
136	Escola Estadual " Geraldo Teixeira da Costa " - 2ª DRE	Stª. Luzia	DM	02
137	Escola Estadual " Governador Magalhães Pinto - 3ª DRE	Senhora Remédios	DF	01
138	Escola Estadual " Helena Guerra " 2ª - DRE - Contagem		DA, DF, DM	04
139	Escola Estadual " Ilka Campos Vargas " 40ª DRE - Tombos		DV	36
140	Escola Estadual " de Entre Rios " 31ª DRE - Entre Rios Minas		DV	01
141	Escola Estadual " Imã Clarentina " - 30ª - DRE - Curvelo		DF	01
142	Escola Estadual " Izalina França Soares Correa " - 26ª DRE	Araguari	DM, DV	04
143	Escola Estadual " João Batista Grossi " - 40ª DRE - Carangola		DV	03
144	Escola Estadual " João Brasileiro Passos " 7ª DRE - c/a	Frei Inocên	DA	01
145	Escola Estadual " Joaquim Monteiro " 1,4,6 - 7ª DRE - Marilac		DF	01
146	Escola Estadual " José Bonifácio " - 3ª DRE - São Vicente Minas		DA	01
147	Escola Estadual " José Emílio de Moraes " - 30ª DRE	Três Marias	DM	01
148	Escola Estadual " José Felipe SAd " - 3ª DRE - Barbacena -		DF	01
149	Escola Estadual " José Lourenço de Freitas " - 20ª DRE	Vipoeva	DA, DF	02

SUB-TOTAL 101

Numero de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Numero Funct. Part. Deficien.	Observação
150	Stª. Bárbara Escola Estadual "Jucelino Benedito Araújo - 3ª DRE - do Turfúrio	DF	01	
151	Tebas Escola Estadual "Justiniano Fonseca" - J.4.0. - 36ª DRE	DU	01	
152	Carangola Escola Estadual "da Lucretina" 1.2.0. A - 40ª DRE	DV	07	
153	Escola Estadual "Luzia de Freitas" - 31ª DRE - Congonhas	DV	57	
154	Ouro Branco Escola Estadual "Levindo Costa Carvalho" 31ª DRE	DF	01	
155	Rio Manso Escola Estadual Luiz Borges Ferreira Gonzaga - 2ª DRE	DF	01	
156	Araxá Escola Estadual "Luzia de Oliveira Faria" D.4.6.8. 25ª DRE	DF	01	
157	Escola Estadual "Machado de Assis" 16667-7 26ª DRE - Araquari	DA	02	
158	Contagem Escola Estadual "Manoel de Mattos Madrabo Pinho" 2ª DRE	DF	02	
159	Pedra Dourada Escola Estadual "Manoel Quinhão" 40ª DRE - 1.4.0.8.	DV	19	
160	Cataguases Escola Estadual "Manoel Inácio Paivoto" - 36ª D.05 - DRE	DA	01	
161	Entre Rios de Minas Escola Estadual "Maria Angélica Moraes e Silva" 1.2.0.2 31ª DRE	DV	03	
162	Escola Estadual "Maria das Graças Costa" - 2ª DRE - Contagem	DV	01	
163	Escola Estadual "Maria da Souza" - 2ª DRE - Bonfim	DF	01	
164	Escola Estadual "Melo Viana" - 40ª DRE - Catangola	DV	14	
165	Escola Estadual "Mestre Candinho" 23ª DRE - Cordisburgo	DM	02	
166	Escola Estadual "Monsenhor Ralim" 1.2.0. A 38ª DRE - Curvelo	DV	07	
167	Monte Alegre Minas Escola Estadual "da Monte Alegre do Minas" de 1ª ou 26ª DRE	DM	01	
168	Escola Estadual "Nelson Soares da Oliveira" 26ª DRE - Indianópolis	DF	01	
169	Escola Estadual "Dr. Nicodemus de Melo" 26ª DRE - Carpina Verde	DV	01	
170	Escola Estadual "Nilo Maurício Trindade Figueiredo" - 2ª DRE Lama Santa	DA	01	
171	Escola Estadual "Nossa Senhora das Dores" 1.4.6.8 - 38ª DRE Joaquim Felício	DU, DV	33	
172	Escola Estadual "Nova Aparecida" 2ª DRE - Nova União	DF	01	
173	Escola Estadual "Neuza Resende" - 26ª DRE - Tocantins	DA, DF	02	
174	Escola Estadual "Oliveira Quintão" - 40ª DRE - Tombos	DU, DV	07	

SUB-TOTAL 168

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência		Número Funcionários	Observação
		DA	DF		
175	Escola Estadual "Onar Resende Pires" - 36ª DRE - Leopoldina	DA	DF	01	
176	Escola Estadual "Pacífico Vieira" - 31ª DRE - São Sebastião	DV	DF	27	
177	Escola Estadual "Padre Domício" - 26ª DRE - Araguari	DF	DF	02	
178	Escola Estadual "Padre Leorte Esperança da Oliveira" - 30ª DRE - Buzinópolis	DM, DV	DF	25	
179	Escola Estadual "Padre Mário Forestan" - 26ª DRE - Uberlândia	DF	DF	01	
180	Escola Estadual "Padre Rafael Faraci" - 20ª DRE - Ponta Nova	DV	DF	04	
181	Escola Estadual "Padre Viegas" - 15ª DRE - Mariana	DV	DF	08	
182	Escola Estadual "dos Palmares" 1ª Seção - 2ª DRE - Ibititá	Deficiência Falta	DF	02	
183	Escola Estadual "Pedro de Alcântara Nogueira" - 2ª DRE - Ribeirão das Neves	DF	DF	02	
184	Escola Estadual "Pedro Furtado" 14.0.8 - 36ª DRE - Itamarati Minas	DF	DF	01	
185	Escola Estadual "do Prata" - 56ª DRE - Prata	DF	DF	01	
186	Escola Estadual "Prefeito Gentil Pereira Lima" - 3ª DRE - Capão	DF	DF	01	
187	Escola Estadual "Prefeito José Estaves" 36ª DRE - 1.2.0.A Catequese	DV	DF	03	
188	Escola Estadual "Presidente João Goulart" 1ª e 2ª G. 2ª DRE - Teófilo Otonari	DA	DF	01	
189	Escola Estadual "Presidente Juscelino Kubitschek" - 26ª DRE	DV	DF	01	
190	Escola Estadual "Professor Antonio Gonçalves Lame" 20ª DRE - Ponta Nova	DF	DF	01	
191	Escola Estadual "Professor Antonio Marques" 26ª DRE - Araguari	DF	DF	01	
192	Escola Estadual "Professor Augusto Amarante" 12.0.A - Carangola	DM, DV	DF	12	
193	Escola Estadual "Botelho Reis" - 36ª DRE - Leopoldina	DF	DF	02	
194	Escola Estadual "Professor Francisco Lantz" 1.4.0.8-70ª DRE - Capão	DA, DF	DF	12	
195	Escola Estadual "Prof. Francisco Ribauro" 0.2.0.2-38ª DRE - Município de Joaquim Felício	DV	DF	01	
196	Escola Estadual "Professora Maria Campos" 2ª DRE - São Pedro dos Ferros	DF	DF	01	
197	Escola Estadual "Prof. Maria Inocência C. Gomes" 3ª DRE - Alt - Rio Doce	DV	DF	01	
198	Escola Estadual "Professora Maria da Magalhães Pinto" 2ª DRE - Igarapé	DA	DF	01	
199	Escola Estadual "Professora Ondina Pinto da Almeida" 7ª DRE - Frenheim Caldas	DA	DF	01	
200	Escola Estadual "Professor Nelson Cupertino" - 26ª DRE - Oliveira	DA	DF	01	

SUB-TOTAL 114

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Função		Observação
			Art. Deficiem.		
201	Escola Estadual "Professor Soares Ferreira - L.A.O.B - 15ª DRE Mariana	DV	01		
202	Escola Estadual " Prof. Valentim - 1º grau - 26ª DRE - Prata	DM	01		
203	Escola Estadual " Povoado de João Dias" - 31ª DRE-Catas Altas da Noruega	DF	01		
204	Escola Estadual " Quintino Bocaiuva " 7ª - DRE-Gov. Valadares	DMU	01		
205	Escola Estadual " Paul Soares " - 26ª - DRE - Araguari	DF	02		
206	Escola Estadual "Raimundo Lopes - 40ª DRE - Carangola	DV	01		
207	Escola Estadual " Reinaldo Alves Costa" - 20ª DRE -Triângulo	DV	11		
208	Escola Estadual " de Roças Grandes - 2ª DRE - Sabará	DF	01		
209	Escola Estadual " Rosa Pedrosa de Almeida - 38ª DRE-Três Marias	DF	02		
210	Escola Estadual " Santa Rita de Cássia " 20ª DRE- Viçosa	DF	01		
211	Escola Estadual " Santa Tereza " 2ª DRE - Esmeraldas	DF	01		
212	Escola Estadual " Santa Quitéria " - 31ª DRE - Congonhas	DV	08		
213	Escola Estadual " Santo Amaro - 31ª DRE - Queluzita	DA,DF	03		
214	Escola Estadual " São Geraldo 1.2.00.8 38ª DRE- Curvelo	DV	08		
215	Escola Estadual " São José " 2ª DRE - Lagoa Santa	DF	01		
216	Escola Estadual " São Manoel " - 40ª DRE-Distrito de Carangola	DV	01		
217	Escola Estadual " São Tomaz de Aquino" 2ª DRE - Esmeraldas	DF	01		
218	Escola Estadual " Savina Lazzaroni" 40ª DRE - Tombos	DV	04		
219	Escola Estadual " Senador Cupertino " 20ª DRE- Rio Casca	DA,DF,DM	03		
220	Escola Estadual " Serra do Furriel " 40ª DRE - Serra do Furriel	DA	01		
221	Escola Estadual " Serra dos Quintinos - 40ª DRE- Tombos	DMU,DV	02		
222	Escola Estadual "Simão Lacerda" - 15ª DRE - Ouro Preto	DF	01		
223	Escola Estadual " Tancredo de Almeida Neves" 1ª e 2ª g. 16ª DRE Ubai	DMU,DV	03		
224	Escola Estadual "Tancredo Martins " 26ª DRE-Monta Alegre Minas	DF	01		
225	Escola Estadual " de Tavares " 2ª - DRE - Lagoa Santa	DF	01		

SUB-TOTAL 61

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Funções Art. Deficien	Observação
226	Escola Estadual "Tomaz Antonio Gonzaga" - 15ª DRE - Ouro Preto	Deficiência de Fala	02	
227	Escola Estadual "Ribeirão das Neves Vereador José Roberto Pereira" 2ª DRE	DF	02	
228	Escola Estadual "Waldemar Pezzini" - 23ª DRE - Matuzinhos	DA, DV	02	
229	Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de MG - B. Horizonte	DF	03	
230	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM - B. Horizonte	DA, DF, DM, DV	14	
231	Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMM - B. Horizonte	DF	01	
232	Fundação Ezequiel Dias - FUNED - Belo Horizonte	DF, DM	06	
233	Fundação Helena Antipoff - Ibitiú	DF	02	
234	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMG - BH	DF	02	
235	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMG - BH	DM, DV	02	
236	Fundação João Pinheiro - Belo Horizonte	DF, DM	02	
237	Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário RURALMINAS - Belo Horizonte	DA, DF	02	
238	Fundação TV Minas Cultural e Educativa - Belo Horizonte	DV	01	
239	Hospital Eduardo de Menezes - FHEMG - Belo Horizonte	DF	02	
240	Hospital Galba Veloso - FHEMG - Belo Horizonte	DA, DF, DM	04	
241	Hospital João XXIII - FHEMG - Belo Horizonte	DF, DV	05	
242	Hospital Júlia Kubitschek - Belo Horizonte	DF	02	
243	Hospital Regional Antonio Dias - FHEMG - Belo Horizonte	DF	01	
244	Instituto Estadual de Florestas - IEF - Belo Horizonte	DF	02	
245	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA - Belo Horizonte	DF, DM	03	
246	Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM - Belo Horizonte	DM	01	
247	Instituto Raul Soares - FHEMG - Belo Horizonte	DF	02	
248	Maternidade Ocete Valadares - Belo Horizonte	DF	04	
249	Prefeitura Municipal de Estiva	DF, DM	05	
250	Prefeitura Municipal de Paulistas	DF	01	

SUB-TOTAL 73

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Funções Art. Deficiente	Observação
251	Rádio Inconfidência Ltda - Belo Horizonte	DF	04	
252	Sanatório Padre Demião - PDMIG - Belo Horizonte	DF	21	
253	Sanatório Santa Fé - Belo Horizonte - Três Corações	DF, DM, DV	22	
254	Secretaria de Estado da Cultura - Belo Horizonte	DF	01	
255	Secretaria de Estado da Fazenda - Belo Horizonte	DF	13	
256	Secretaria de Estado da Habitação - Belo Horizonte	DF	01	
257	Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente Belo Horizonte	DF, DV	03	
258	Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social - SETAS/B.Horiz	DM	01	
259	Secretaria Municipal de Saúde de Tumiritinga	DF, DV	04	
260	Unidade de Estudos Supletivos - 2ª - DRE - Rib. das Neves	DV	05	
261	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	DF	05	

TOTAL GERAL 1.844



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTENCIA A PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Maria de Lourdes Santana Oliveira
Coordenadora em Exercício - CAADE

**ANEXO F₃ - CAADE - Empresas que admitem ou que admitiram pessoas
deficientes a partir de 1989**



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Coordenadoria de Planos e Programas

: 15/06/93

empresas que admitem ou que admitiram pessoas deficientes em nossos registros
até o dia 1.989

Adinal Ind. Com. do Alcool e Açucar Ltda.

Av. Antônio Carlos, 723 - São Cristovão

Alimenta

Rua Goitacázes, 333 s/301 - Centro

Ana Maria Andrade Cirino

Rua Carlos Alves, 69 Aptº 203

Anônima

Rua Raimunda Corrêa, 136 - B. São Pedro

Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge

Praça Sete

B.H. Taxi

Av. Afonso Pena, 3.924

Brasaço Ind. Metalúrgicas S/A.

Rua Trajano Araújo Viana, 1.177 - Contagem

Brasilton - Hotel

Rod. BR 381 - KM 365 - Contagem

Carla Antunes (Micro-Empresa)

Rua Herval, 461A - Serra

Casa Lotérica Santa Terezinha Ltda.

Rua da Bahia, 609 - Centro

Cemig

Rua Itambé, 40

Cenibra


Rua Guajajaras, 40 17º andar - Centro

Cêra Inglesa Ind. Com. Ltda.

Rua Estoril, 1.432 - São Francisco

Cia. Têxtil - Raquebi Chohfi

Av. Contorno, 9.215 s/702 - Barro Preto


Maria de Lourdes J. Oliveira
Coordenadora Inter-na
Masp. 161205

COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

2

iterol Com. Ind. Tecidos
Rua Dr. José Américo Cançado Bahia, 1.355
Comitê Ronan Tito
Rua Piauí, 1.055 - Funcionários
Conap - Cooperativa Apícola
Rua Andaluzita, 68
Apartamento Ed. Arcângelo Maleta
Rua da Bahia, 1.148 s/1.902 - Centro
Apartamento Ed. Romualdo Cançado
Rua Pernambuco, 1.389 - Savassi
Conservadora Juíz de Fora
Rua Juíz de Fora, 979
Copasa
Rua Sergipe, 580 - Entrada pela Praça da Liberdade
Corsini Máglia Ind. Com. Ltda.
Av. Contorno, 8.727 - B. Santo Agostinho
Dagmar Toledo Lyon - Consultório Médico
Av. Contorno, 4.852 s/284 - Funcionários
Dalva Queiroz Souza "Flert Confecções"
Rua Manoel Macedo, 65 Lj.5 - Lagoinha
Depósito Roupas Ltda.
Rua Pernambuco, 803 - Savassi
Diniz e Brandão Impermeabilização Construções Ltda.
Rua Dona Cecília, 5 - Serra
Endless Ind. Com. Ltda.
Rua Tomé de Souza, 1.140 - Savassi
Engetron
Via Sócrates Mariani, 1.099 - Contagem
Expresso Transamazonas Ltda.
Aptº JK nº 1.061 - B. Industrial - Contagem
Fábrica Renascença - Deptº Apoio Deficiente Físico
Av. Afonso Pena, 1.500 - 9º andar


Maria de Lourdes J. Oliveira
Coordenadora Interna



- 31- Fiat Automóveis
Betim
- 32- Hidrofeira
Rua Pitanguí, 2.625 - Horto
- 33- Ibéia Cheirosa Ltda.
Rua Santa Luzia, 316 - Santa Efigênia
- 34- Ibralp Ind. Com. Ltda.
Rua Três Pontas, 1.185 - Carlos Prates
- 35- Imão - Instituto Mineiro Aparelhos Ortopédicos
Rua Furquim, 75 - Santa Efigênia
- 36- Ind. Auto Peças Eluma Ltda.
Av. João César de Oliveira, 4.205 - Contagem
- 37- Ind. e Comércio Confecções Kliper Ltda.
Rua Paracatú, 321 - Barro Preto
- 38- Ind. e Montagem de Abajour Sauri
Av. Contorno, 6.441 - Santo Antônio
- 39- Jornal O Debate
Rua da Bahia, 1.148 sobre loja 25 - Centro
- 40- Jornal Hoje em Dia
Av. Nossa Senhora de Fátima
- 41- Ki-pão de Queijo Ltda.
Rua Timbiras, 652 - Funcionários
- 42- Kris Zaya Modas Ltda.
Rua Padre Eustáquio, 567 - Carlos Prates
- 43- Lavanderia Marília
Rua Francisco Sá, 1.466 - Gutierrez
- 44- Lavanderia Spuma
Rua Odilon Braga, 257 - Anchieta
- 45- Leila Decorações
Av. Afonso Pena 13, 537 - Gutierrez
- 46- Leonel e Leonel Ltda.
Rua do Ouro, 1.100 - Serra



- 47- Longa Distância Ind. Com. Ltda.
Rua São Francisco, 251 2º andar
- 48- Lotérica São Gabriel
Rua Anapurus, 323 - São Gabriel
- 49- Madeiras Mambrini Ltda.
Av. Antônio Carlos, 2.031 - São Cristovão
- 50- Mauro de Moura Rangel Drumond
Rua Iraí, 175 - Vila Paris
- 51- Minasforte
Rua Paraguassu, 82 - Prado
- 52- Patrícia Carvalho
Rua Gonçalves Dias, 1.354 - (Prédio do Xodó)
- 53- Pedra Bonita Bijouterias
Rua Euclides da Cunha, 40A - Prado
- 54- Pink Alimentos do Brasil Ltda.
Rua Úrsula Paulino, 1.321 - Betânia
- 55- Prefeitura Municipal de Neves
Av. dos Nogueiras, 136 - Ribeirão das Neves
- 56- Prodax Informática Ltda.
Rua Aymores, 388
- 57- Purificador de Água Europa
Av. Augusto de Lima, 407 Lj.20
- 58- Reauto Comércio de Veículos Ltda.
Praça da Cemig - Contagem
- 59- R.C.P.
Rua Siléx, 110 - Vila Magnasita
- 60. T.D.A. Estamparia Ltda.
Rua Caldas da Rainha, 2.580
- 61- Tereza Cristina de Mendonça Rezende
Rua Oriente, 643 - Serra

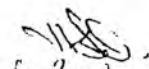


Diretoria de Planos e Programas

Data:

Empresas que admitem ou que admitiram pessoas deficientes em nossos registros
a partir de 1.989

- 01- Adservis - Adm. Ser. Int. Ltda.
Av. Contorno, 1.480
- 02- A.M.P. Associação Mineira Paraplégicos
Av. Contorno, 3.677
- 03- Associação dos Surdos de B.H.
Rua Espírito Santo, 1.059/5º andar
- 04- Banco do Brasil S/A.
Rua Rio de Janeiro, 750
- 05- Casa do Barbeiro
Rua São Paulo, 71 - Lj.223
- 06- Colégio Dom Cabral
Rua Aimorés, 1.583
- 07- Chapecó Cia. Ind. Alimentos
Rua S. Madureira, 415
- 08- Hotel Normandy
Rua Tamóios, 212 - Centro
- 09- Empresa Venda Nova
Rua P.P. Pinto, 2.871
- 10- Leonardo
Rua Pernambuco, 1.389/802
- 11- Prefeitura Municipal de B.H.
Av. Afonso Pena, 1.212
- 12- Rede Ferroviária Federal
Rua Sapucaí, 383/5º andar
- 13- Telemig
Av. Afonso Pena, 4.001


Maria da Glória S. Oliveira
Coordenadora Interina
1989 031226



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.

14- Thompson Tub. Componentes B.H.

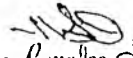
Av. Gal. David Sarcot, 3.415

15- U.F.M.G.

Av. Antônio Carlos, 6.627

16- União Auxiliadora dos Cegos de B.H.

Rua Mármore, 664


Alberto de F. Caspary J. Oliveira
Coordenador Geral
Cep. 161273

**ANEXO F₄ - CAADE - Empresas que oferecem vagas para pessoas
portadoras de deficiência física**



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Relação de Empresas Privadas que oferecem vagas para pessoas portadoras de deficiência física:

01- Comopar Indústria e Comércio Ltda
Rua Santa Elisa, 204 - Sarzedo - Ibitité
Escritório: Rua Juacema, 64 - Bairro da Graça - B.H.
Fone: 444-2563

02- Fábrica de Roupas Samaha
Rua Adalberto Ferraz, 161
Fone: 442-1733 ou 444-0249

03- MRV Serviços de Engenharia Ltda
Av. Reja Gabaglia, 2.720 - 2º andar
Fone: 344-7100 R. 19

04- Ponto Alto Bordados Ltda
Av. Brasil, 1.831 - loja 201 - B. Funcionários
Fone: 261-2772

05- Serralheria Jackson
Rua Felisbino Pinto Monteiro, 1.119 - B. Praia - Contagem
Fone: 398-3956

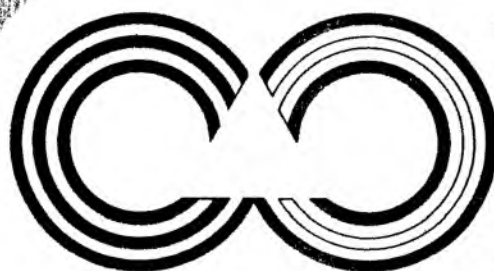
06- Telepreços
Rua Nelson Soares Farias, 187
B. Cidade Nova
Fone: 467-4340

07- Transport - Serviços Internacionais Ltda
Rua Alagoas, 506 - B. Funcionários
Fone: 261-7322

Data: 10/11/95

**ANEXO F₅ - CAADE - Manual de recursos para pessoas
portadoras de deficiência**

MANUAL DE RECURSOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE

1994

ÍNDICE GERAL

PÁG

. Apresentação	07
. Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências	08
. Histórico/CAADE	11
1- Coordenadorias de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência	12
CAADE	
CORDE	
Coordenadorias Municipais	
2- Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência	15
2.1- Deficiência Auditiva - DA	16
2.2- Deficiência Física - DF	19
2.3- Deficiência Orgânica	24
2.4- Deficiência Visual - DV	27
3- Entidades para Pessoas Portadoras de Deficiência	29
3.1- Associação de Pais e Amigos	30
3.1.1- Associação de Amigos do Autista e Psicótico	30
3.1.2- Associação de Amigos do Instituto São Rafael	30
3.1.3- Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo de Belo Horizonte	30
3.1.4- Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo APADA	30
3.1.5- APAE's	31
3.1.6- Família Down	72
3.2- Deficiência Auditiva - DA (Clínicas, Escolas e Hospitais)	73
3.3- Deficiência Física - DF (Clínicas, Escolas e Hospitais)	78
3.4- Deficiência Mental - DM (Clínicas, Escolas e Hospitais)	85
3.5- Deficiência Visual - DV (Clínicas, Escolas e Hospitais)	104
3.6- Salas - Recurso	107
3.6.1 - Conceito	108
3.6.2 - Deficiência Auditiva	109
3.6.3 - Deficiência Mental	116
3.6.4 - Deficiência Múltipla	117
3.6.5 - Deficiência Visual	118

ento

4- Entidades de Outros Estados e Internacionais, da área da Deficiência	121
4.1- Outros Estados do Brasil	122
4.2- Internacionais	131
5- Entidades que Atendem Diversos Tipos de Deficiências	132
6- Entidades que Prestam Serviços Complementares à Pessoa Portadora de Deficiência	152
6.1- De Minas Gerais	153
6.2- De Outros Estados do Brasil	163
7- Federações de Pessoas Portadoras de Deficiência	164
8- Firms que Comercializam Equipamentos Para Pessoas Portadoras de Deficiência	167
9- Fontes de Financiamento	175
9.1- Projetos	176
9.2- Veículos	178
10- Instituições que cuidam dos Direitos do Cidadão	179
11- Como Criar: Coordenadorias e Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência	182

Este MANI
se const
dades que
deficiênc

O objetiv
mações ac
professio
de Minas
ência (au

Apresenta
rão norte
sentativa
ciativa p

Agradecem
des que c
to e atua

ANEXO F₆ - CAADE - jornal.



ANO I
RÇO/MAIO DE 1995
Nºs 05/06

JORNAL DA

CAADE

COORDENADORIA DE APOIO
E ASSISTÊNCIA À
PESSOA DEFICIENTE

Secretaria de
Estado do Trabalho
e Ação Social

Levantamento feito pela CAADE mostra funcionários portadores de deficiência em Minas Gerais

A CAADE concluiu levantamento dos funcionários públicos em Minas Gerais, portadores de deficiência. O procedimento e a iniciativa configuram a responsabilidade do Estado, nas áreas pertinentes à pessoa portadora de deficiência e traduz o movimento de ações governamentais englobando as linhas de atuação da CAADE, tais como: Conscientização - Informação - Divulgação - Integração. Na Página 03, o Editorial desta Edição chama a atenção pública para o necessário respeito e conhecimento dos problemas enfrentados pelos deficientes, pedindo o maior respeito de todos os cidadãos. Somos obrigados a compreender as diferenças físicas e psicológicas a que fomos submetidos nossos semelhantes não são culpados.



Foto: Marco Evangelista

Professora Maria de Lourdes Santana Oliveira, Diretora do Jornal e Coordenadora em exercício da CAADE: busca-se maior integração dos portadores de deficiência na vida social e profissional.

Aprovação do CFM sai após a morte do 1º Médico cego

O Conselho Federal de Medicina aprovou parecer que assegura o direito de inscrição no CRM de médico formado portador de cegueira total. Iniciado em 1988, o processo se encerra com atraso pelo menos para uma pessoa, justamente aquela que lhe deu origem: Jesuíno Egipcíaco Pires de Araújo (foto). Ele morreu no dia 05 de março, em Santos, seis anos depois de aprovado com louvor na Faculdade de Ciências Médicas, daquela cidade. Até seu falecimento, Jesuíno, que optou pela psiquiatria, não conseguiu sobreviver da profissão que escolheu.



Médico Jesuíno Egipcíaco, primeiro cego a obter diploma no Brasil

Primeiro cego a obter o diploma de Medicina na América Latina, Jesuíno era portador da Síndrome de Marfan, herdada da mãe. Essa deficiência genética provocava a fragilidade dos tecidos e sustentação do corpo. Por isso, aos 11 anos, teve deslocamento de retina no olho esquerdo, após ficar olhando por muito tempo para uma lâmpada. Três anos depois, perdeu a visão do olho direito, atingido por um livro durante uma brincadeira.

Após várias cirurgias para tentar restabelecer a visão, aprendeu a ler pelo método Braille e prestou vestibular na Faculdade de Ciências Médicas de Santos, em 1981. Aprovado precisou da interferência do MEC para fazer a matrícula. Concluiu o curso em 1988, mas só no ano seguinte pôde colar grau, após várias providências burocráticas.

Foi nessa época que a faculdade santista apresentou o problema para o CFM. Apesar de aprovado

com louvor e de ter feito internato na Santa Casa de Misericórdia de Santos, Jesuíno não pôde ser avaliado pelo diretor do internato.

Apreciado pelo CFM ainda em 1988, o caso Jesuíno não teve solução positiva, e embora houvesse parecer favorável à sua inscrição ela foi rejeitada pelo plenário. Enquanto isso, Jesuíno tentou se estabelecer em Santos, mas os pacientes nunca apareceram. "Ele não conseguiu vencer o preconceito das pessoas", afirmou para o Jornal A Tribuna seu cunhado, Eduardo José dos Santos Cláudio.

Casado e pai de dois filhos, Jesuíno Egipcíaco sofria de distúrbios cardíacos, que lhe provocaram a morte. Coincidentemente, ele desaparece no mesmo mês em que o jornal do CFM anuncia a decisão do plenário, assegurando o direito de inscrição a pessoas como Jesuíno.

(Extraído de Jornal da Associação Médica Brasileira - abril/95)

NÃO FAZ DIFERENÇA A
"TRINCHEIRA"
QUE VOCÊ VAI OCUPAR
O IMPORTANTE É
PARTICIPAR DA LUTA

Down, Parkinson, Alzheimer, Anemia Falciforme, HIV/AIDS, Diabetes, Hemofílicos e muitas outras Associações precisam de ajuda.

Use o telefone mais próximo e ofereça sua solidariedade. Você vai gostar de praticar o amor ao próximo.

APOIO	REALIZAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS	GRUPO SOLIDARIEDADE PARKINSON/MG
CAADE - Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente/SETAS	E DREMINAS/ABRASTA
TRANSPORTES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA Hugo Vaz de Melo, 1025 - Bairro de Balzo - BH/MG Tel: 384-4015 ou 384-4842	COORDENAÇÃO NACIONAL Comissão de Defesa da Saúde/MG
INCABEL - MÉDICA HOSPITALAR LTDA Hugo Werneck, 537 - Lj. 3 - Sta. Elégia - BH/MG Tel: (031)212-3711 Fax: (031)481 1712	A PIOR DOENÇA É A FALTA DE SOLIDARIEDADE
NO SUGAR LTDA PRODUTOS DIETÉTICOS TEL: (031) 344-4195	

ATENÇÃO:



Este símbolo indica acesso para pessoas portadoras de deficiência.

Respeite-o.

**ANEXO G - Delegacia Regional do Trabalho - Lista das empresas com
experiência de trabalho do portador de deficiência**

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO
MERCADO DE TRABALHO

RELAÇÃO DE EMPRESAS QUE TÊM EXPERIÊNCIA COM O
TRABALHO DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

1. BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2. FIAT AUTOMÓVEIS S. A.
3. IMPRENSA OFICIAL
4. COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)
5. PRODEMGE
6. GENERAL ELETRIC
7. FUJINOR
8. COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)
9. COMMANDER AUTO PEÇAS S. A.
10. MANNESMAN S. A.
11. CIA. TÊXTIL SANTA ELIZABETH
12. CIA. TÊXTIL RENASCENÇA
13. TELEMIG
14. JUSTIÇA DO TRABALHO
15. CERA INGLESA
16. HOSPITAL DA PREVIDÊNCIA
17. ODILON BHERENS
18. HOSPITAL JOÃO XXIII
19. HOSPITAL MILITAR
20. HOSPITAL ARAPIARA
21. FMB
22. ELUMA
23. BMS - BELGO MINEIRA SISTEMAS
24. DATAMEC
25. DATAPREV

ANEXO H₁ - CVI_{RJ} - Centro de Vida Independente - jornal

INDEPENDÊNCIA
OU MORTE!



Superação

CVI

Jornal do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro - Ano VI - Nº 11 - jun a out/95

centro de vida
independente do
rio de janeiro

DEF'RIO 95

"CIDADANIA PLENA É DIREITO E DEVER DE TODOS"
23 a 26 de novembro - Hotel Inter Continental - Rio

Paulo Jabur



O maior evento internacional do ano, realizado no Brasil, por cerca de vinte entidades de todas as áreas de Deficiência!

Em quatro dias, serão discutidos temas como cidadania independente, saúde, reabilitação, educação profissional, política, cidadania, questão da mulher, e tantos outros...

Além disso, uma super exposição de equipamentos e ajudas técnicas. Você não pode perder!!!

As entidades que enviarem, até o dia 13/11, sua lista de membros interessados em participar, poderão obter gratuidade da taxa de inscrição. O prazo é de ordem de chegada! O Programa completo é vai conhecer no interior do SuperAção.

Rio recebe 14 novos ônibus adaptados

Após muitos anos de luta para que a lei fosse cumprida, hoje as pessoas portadoras de deficiência da Cidade Maravilhosa já podem desfrutar dos quatorze novos ônibus urbanos adaptados.

Foram utilizadas plataformas de elevação hidráulica importadas que serão instaladas em mais 23 veículos até o final do ano, segundo a Secretaria Municipal de Transportes. Leia na página 6.



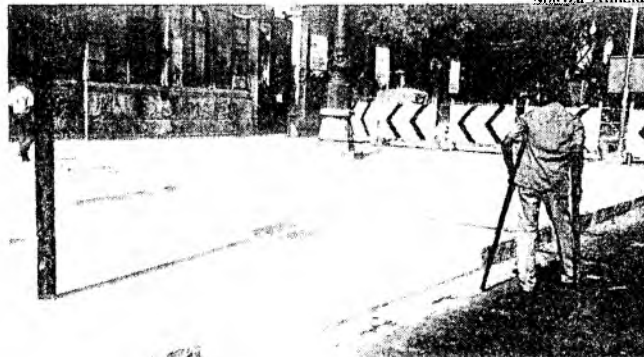
Alberto Jacob

Maria, Maria
uma homenagem do SuperAção às mulheres brasileiras, portadoras de deficiência, em comemoração à "IV Conferência Mundial da Mulher".
Pág.11

Na coluna do CVIRJ, as novidades, os serviços e informações sobre a Rede Internet.

Veja nas págs. 3 e 4

Márcia Almeida



O Projeto Rio Cidade está mudando a cara das principais ruas do Rio de Janeiro. E as pessoas com mobilidade reduzida estão sendo respeitadas em seu direito de ir-e-vir. Confira nas págs. 7,8 e 9.

CVI-RJ - Jornal SUPER AÇÃO
Rua Marquês de São Vicente 225 - Estacionamento
22451-041 - Rio de Janeiro - Tel/fax (021) 239-6547

IMPRESSO

ANEXO H₂ - CVI_{BH} - Boletim mensal



INFORM

ATIVO

DO C.V.I. BH

NOVEMBRO / 1995

1º ANO I

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DE BELO HORIZONTE - R. Paraíba 697. EA UFMG, s. 125, B.H., MG - 30130.140 - Brasil - Fone (55-31) 261 7721, Fax (55-31) 261 7286

INFORM BOLETIM MENSAL

Agora surgiu uma nova oportunidade para os participantes do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte ficarem informados sobre os acontecimentos e as atividades de cada mês.

O boletim nasceu devido ao crescente fluxo de informações adquiridas durante as reuniões de plantão e as reuniões das 3ªs do mês. O objetivo é registrar um resumo de todos os acontecimentos e fatos surgidos durante o mês -- discussões, planos, propostas debatidas em reuniões, depoimentos, entrevistas, projetos concretizados -- além de dar dicas sobre as atividades na área socio-cultural de interesse à vida independente.

O informativo do C.V.I. BH está aberto à participação, participação e sugestões de todos. Enviem suas contribuições para a redação, responsável pelo setor.

C.V.I. BH: PRIMEIRO ANIVERSÁRIO

No dia 30 de agosto de 1994, houve a aprovação do estatuto do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos com o objetivo de criar e oferecer serviços, sendo tanto diretos ou indiretos. Busca informar e orientar indivíduos portadores de deficiência sobre recursos disponíveis em sua comunidade para a promoção de uma vida produtiva e independente.

Desde então, muitos dos membros fundadores do C.V.I. BH se afastaram, outros membros desistiram e a primeira diretoria sofreu alterações. O C.V.I. BH adquiriu um acervo bibliográfico, conquistou um local para suas atividades, obteve concessão para o uso de um telefone comercial, viajou para os Estados Unidos num projeto de intercâmbio, ministrou cursos, negociou convênios e produziu sua primeira publicação técnica. Tantas atividades não relacionadas com mais detalhes nestas e outras edições do Informativo do C.V.I. BH.

Além das comemorações, essas se realizaram num almoço amigável reunindo muitos amigos pessoais de antes e de agora. No embalo de um papo animado, regado com os sabores gastronômicos da participação de todos, o domingo à tarde correu tranquilo.

Por fim, brindaram ao próximo ano de trabalho com muita fé e confiança mútua!

O PAPEL DO C.V.I. BH

Editorial - Marcelo P.G

Um Centro de Vida Independente - C.V.I. se dedica aos diferentes serviços de suporte e de auto-ajuda para que pessoas portadoras de deficiência aprendam a viver em harmonia com sua comunidade. O C.V.I. possui serviços para a vida independente a fim de que uma pessoa não dependa de seus familiares ou de outros que determinem seu modo de viver.

Ser portador de deficiência não faz de você um membro do C.V.I. BH. Afinal, não se trata de um clube ou de uma associação. A deficiência serve no C.V.I. BH apenas como uma lente para se ver a realidade das pessoas que não possuem oportunidades e instrumentos para serem reconhecidas e respeitadas pelos outros e por si mesmas. O C.V.I. BH não pretende resolver problemas de ordem pessoal. É, na verdade, uma agência de informações e procura instrumentar os que a procuram para que aprendam a resolver seus

problemas com autonomia, com poder de decisão.

Para contribuir com um C.V.I., uma pessoa deve estar disposta a se envolver num processo que pode modificar sua visão de mundo. Esse processo ocorre quando a pessoa procura ver os problemas sobre deficiência humana pelo enfoque social de maior abrangência. Modelos de comportamento e imagens sociais dos portadores de deficiência são confrontados com uma perspectiva mais ampla que retira da pessoa e dos outros a culpa por tudo ser do jeito que é. Tal perspectiva atribui a essa pessoa a responsabilidade para decidir sobre o que é melhor para si mesma.

Eis aí a base de seus atos como um cidadão atuante. Por essa prática, o C.V.I. BH tem conquistado espaço e está então cumprindo com seu papel.

ALGUMAS DATAS IMPORTANTES

1994

Janeiro Katia Fontes, Marcelo, Maria Cristina e Paulo Saturnino trocam idéias sobre a necessidade de um CVI em BH.

Abril O grupo Pró-CVI BH conhece e inclui Daniel Augusto nas reuniões.

03/08 1ª apresentação do grupo na Biblioteca Pública de MG. Ingresso de Laura e de José Maia. Nas reuniões seguintes tomam parte Ana Cristina, Adriana, Iole, Kátia Ferraz, Silvana, Marluce e Marilda

30/08 Fundação do C.V.I. BH /

1995

Fev. 1º Curso do C.V.I. BH

Abril O C.V.I. BH ocupa a sala 125 da Esc. de Arquitetura da UFMG

Junho O C.V.I. BH vai aos USA

23/08 Marcelo passa a Presidência do C.V.I. BH para a Katia Fontes

30/08 Primeiro aniversário

07/11 1º Informativo do C.V.I. BH

PREPARAÇÃO PARA O ACONSELHAMENTO DE PARES

É imprescindível desejar o outro a fim de se estar em sintonia e percebê-lo por inteiro. Escutá-lo não apenas ouvi-lo; olhá-lo não apenas vê-lo e principalmente, senti-lo.

É sentindo o outro e estando atento àquilo que nos faz sentir é que temos a possibilidade de penetrar cada vez mais em seu universo! Daniel A. R.

O 1º Treinamento Em Aconselhamento De Pares foi elaborado e ministrado por Daniel Augusto dos Reis, de fevereiro a maio de 1995 sendo participantes: Katia Fontes, José Maia, Laura, Marcelo e Maria Cristina.

Durante o curso, enfatizou-se a relação conselheiro-aconselhado como o aspecto fundamental para o êxito do processo. Os participantes praticaram técnicas de simulação e puderam revelar as dificuldades de linguagem e de postura que se apresentam numa simples relação de troca de experiências entre iguais.

Como resultados, foi possível a aproximação entre as pessoas envolvidas num sólido grupo. Deixando de serem apenas interessadas no sucesso da filosofia do C.V.I. BH, essas pessoas se permitiram conhecer umas às outras e revelaram o que as move juntas rumo a esse objetivo.

AÇÕES DO CVI•BH

ACERVO

O CVI•BH possui uma pequena biblioteca com publicações técnicas no âmbito da deficiência e livros de interesse para a prática da vida independente.

Para colaborar falem com Laura Martins sempre às terças-feiras.

APOIO À PESQUISA

QUALIDADE DO LESADO MEDULAR

O CVI•BH está apoiando a psicóloga Maria do Carmo Barbosa em um trabalho sobre sexualidade do lesado medular. O trabalho envolve a participação dos membros do CVI•BH, e outras pessoas, tais como: profissionais de reabilitação, membros de associações de portadores de deficiência e parceiros sexuais de pessoas com lesão medular.

A primeira etapa prevê a formação de um grupo de estudos com cerca de vinte pessoas que serão preparadas para o levantamento de dados. Se você se identifica com o trabalho e deseja participar procure Katia Fontes ou José Maia para maiores informações.

ESTRADO SOBRE SERVIÇOS PARA O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Está no Brasil até dezembro a canadense Marie Christine Ranger, professora ocupacional que está desenvolvendo sua tese de mestrado na Queen's University.

O CVI•BH está auxiliando a pesquisadora através de depoimentos pessoais de colaboradores. Esse trabalho envolve a avaliação sobre as necessidades de pessoas com deficiência na mobilidade e a relação delas com os serviços de apoio na comunidade.

BANCO DE DADOS

Como organização prestadora de serviços, CVI•BH quer aprimorar seu trabalho reunindo informações sobre todas as áreas da deficiência e sobre suas causas, tratamentos, legislações, etc.

Para isso, é importante contar com a colaboração das diferentes Associações de Portadores de Deficiência, a quem estamos convidando a nos visitar e a nos fornecerem qualquer material informativo para compor nosso Banco de Dados.

CLIPPING

As notícias sobre as áreas que envolvem deficiência humana publicadas nos principais jornais do país, estão reunidas em nosso clipping semanal. Tais notícias muitas vezes embasam o encontro mensal dos membros do CVI•BH todas as terças-feiras, onde um posicionamento crítico do grupo sobre formas de enfoque de vários assuntos é estimulado.

Além disso, o serviço de clipping favorece o desenvolvimento de pesquisas sobre a visão social da deficiência. Consultas poderão ser feitas somente durante o horário de funcionamento do CVI•BH. A consulta é facilitada pela encadernação e pela organização das matérias por assuntos tais como legislação equipamentos, denúncias etc.

A produção é uma colaboração da Idéia Fixa - Empresa de Clipping e Pesquisa.

CONSULTORIAS

O setor de acessibilidade está atuando em três frentes de trabalho. Na primeira, está prestando consultoria à Comissão da Acessibilidade de Belo Horizonte, sediada na BHTRANS através de projetos de adequação dos ônibus e de programas técnicos para facilitar o uso dos edifícios. A segunda, envolve a participação de alunos da Escola de Arquitetura da UFMG e voluntários do CVI•BH no desenvolvimento de metodologia para a avaliação da qualidade do acesso nos edifícios. Na terceira, o CVI•BH está prestando serviços de aconselhamento sobre modificações para a acessibilidade de residências de pessoas com deficiência na mobilidade.

Em breve, o Informativo do CVI•BH oferecerá um maior detalhamento dessas atividades. Para maiores informações, falar com o Prof. Marcelo Pinto Guimarães da EA - UFMG.

G.A.F. - GRUPO DE APOIO À FAMÍLIA

O G.A.F. surgiu da necessidade de informar e apoiar pessoas que mantêm algum vínculo com portadores de deficiência seja ela temporária ou não. O grupo tem sido procurado por esposas, pais e demais parentes que dizem de suas dúvidas, medos, anseios na convivência diária.

A orientação é obtida diretamente entre os integrantes do grupo pela troca de experiências. O objetivo deste trabalho é de mostrar que existem alegrias e prazeres nessa convivência além de auxiliar na solução de questões que podem parecer difíceis aos envolvidos emocionalmente.

O serviço de aconselhamento presente no G.A.F. está sob a responsabilidade de Daniel Augusto e José Maia. Seu funcionamento é todas às terças feiras, das 16:30 hs às 17:30 hs.

A SEGUIR NOS PRÓXIMOS NÚMEROS

O CVI•BH e a Ação Pró-Acesso da UFMG. Aconselhamento de Pares. Ciclo de Estudos Integrados. Momento de Esporte e Lazer...

EVENTOS

DEF'RIO 95

"O objetivo principal do evento é projetar socialmente a área da Deficiência dentro de uma visão não-caritativa, não-paternalista, mas através de uma abordagem de cidadania e plena participação, em todos os setores da atividade humana." (Rosângela Berman, Presidente do DEF'RIO 95)

será realizado, no período de 23 a 26 de novembro, no Hotel Inter-Continental, no Rio de Janeiro o encontro internacional de portadores de deficiência DEF'RIO 95. Organizado pelo Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro, CVI-RJ, o evento sediará seminários, simpósios, workshops e reuniões de especialistas e ativistas provenientes de vários países do mundo, além de uma exposição sobre equipamentos e técnicas. Consta do calendário o II Simpósio Ibero-Americano de Vida Independente, o II Encontro de Mulheres Portadoras de Deficiência e o V Seminário Ibero-Americano de Alternativas em Reabilitação. O CVI•BH está organizando a participação de MG no DEF'RIO 95. Interessados em participar ou em obter maiores informações deverão falar com Katia Fontes ou José Maia.

INFORMURAL

NÚNCIOS

Este espaço está aguardando por seu próximo anúncio ...

Vendo Cadeira de rodas Gazela-OrtoBrás, em estofado aveludado cor vinho em perfeito estado. Tratar com Iole, telefone: 463-1767.

Vendo almofada Avant, preta, em excelente estado de conservação. Tratar com Daniel Augusto, fone 433-1657.

- Vendo mesa ortostática para uso fisioterapêutico. Tratar com Iole, fone 463-1767.

CONVITE

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS
No 1º Batalhão da PMMG - Projeto Cultural de Iole Marques e Adriana Buzelin apresentam uma Coletiva tendo como tema principal as Festas Natalinas. Acontecerá no fim do mês de novembro.

DICAS DE VIDEO

NASCIDO EM 4 DE JULHO

Ex-combatente parapléxico luta por sua cidadania para reencontrar a si mesmo.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO DO CVI•BH

Número 00 - Ano 01 - Novembro / 1995

Redação / Edição :

Adriana Buzelin

Katia Fontes

Marcelo P. Guimarães

Vilma Diniz

Colaboradores:

Daniel Augusto Dos Reis

José Maia Dos Santos

Ronaldo Aguiar



INFORM

ATIVO

DO CVI•BH

Nº 01 - ANO 1

DEZEMBRO / 1995

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DE BELO HORIZONTE / CVI•BH - R. Paraíba 697, EA UFMG, sala 125, B.H., MG - CEP 30130.140 - Brasil - Fone (5531) (031) 261 7721, Fax (5531) (031) 261 7286

FELIZ ANO NOVO !!!

Editorial - Katia Fontes

A proximidade do final do ano é uma época em que a gente normalmente dá uma paradinha para reflexões, avaliando o que foi realizado nesse período. Neste ano, pela primeira vez, temos a oportunidade de compartilhar este momento com você.

Para o CVI•BH, 1995 foi um ano de muito trabalho. As dificuldades - muitas, como costuma acontecer quando se está começando - só contribuíram para tornar mais valiosa cada conquista, que, certamente, tiveram seu grande suporte no entrosamento da equipe de trabalho que se consolida como um conjunto coeso e afinado.

Como profissionais especializados, ou como pares pela experiência vivencial comum, queremos dividir com você e com cada um que procurar nossos serviços, nosso fortalecimento como organização e referência para pessoas com necessidades especiais.

A proposta é estarmos aqui em 1996, ouvindo e sendo ouvidos, trocando, crescendo juntos e trilhando lado a lado o caminho de nossa independência.

Aos amigos do CVI•BH,

UM FELIZ 1996!

QUEM FAZ PARTE DO CVI•BH ?

Marcelo P.G.

O CVI•BH conta com a importante participação de dois tipos de pessoas: os que prestam serviços e os que recebem serviços. A participação de todos depende do comprometimento pessoal e é isso que assegura a qualidade de cada contribuição.

Os que prestam serviços no CVI•BH podem ser membros efetivos ou iniciantes. Ambos irão adquirir familiaridade com a filosofia de vida independente através do contato contínuo com os companheiros de trabalho e do desenvolvimento de projetos. A diferença entre eles está no grau de envolvimento pessoal. Geralmente, os membros efetivos têm dedicação constante e voluntária, relativa às diferentes tarefas de interesse comum. Os iniciantes, por vezes, chegam a se afastar, temporariamente, sem perderem o vínculo ou o interesse pelo trabalho do grupo.

A representação pública do CVI•BH é atribuída aos membros efetivos da diretoria ou, muitas vezes, daqueles coordenadores de trabalho que expressem a natural harmonia de suas atitudes e valores pessoais com os princípios de organização do CVI•BH. Em função disso, a coordenação para o andamento dos trabalhos pode ser exercida por quaisquer dos membros voluntários ou por iniciantes, numa estrutura horizontal de poder, na qual busca-se sempre o consenso após ouvido cada participante.

As pessoas que recebem os serviços podem também apresentar diferentes posturas.

Uns demonstram grande interesse pelas atividades e trabalham de forma indireta para o CVI•BH ao prestarem depoimentos sobre a qualidade do atendimento ao portador de deficiência pelo CVI•BH e por outras organizações afins. Alguns, por outro lado, vêm em busca de informação simplificada e pouco desejam o envolvimento com idéias distantes de sua demanda imediata. Espera-se que o próprio processo de busca pessoal por informações permita a essas pessoas ampliar a consciência sobre sua participação ativa nesse processo. Outros, beneméritos, procuram prover o CVI•BH dos recursos materiais necessários, após haverem se servido de seu trabalho e obtido algum estímulo pessoal. Além do atendimento individual, o CVI•BH oferece seus serviços para empresas, os quais consistem em consultoria técnica sobre ideais, atitudes compatíveis e métodos de trabalho para a vida independente.

Assim, para fazer parte do CVI•BH, basta que a pessoa demonstre interesse, competência pessoal e desejo de participar, além, é claro, do aprimoramento de suas ações e idéias nos assuntos relativos à deficiência e aos serviços de vida independente. Cada visitante que traz consigo um projeto coerente com os princípios do CVI•BH é convidado a se integrar à equipe. São bem-vindos, também, outros que, mesmo momentaneamente, desejem contribuir com seu esforço para o sucesso de um trabalho em andamento.

HORA DE FALAR COM O CVI•BH (fone - 031-261 77 21)

Reunião Geral

terça-feira 19:30 às 21:00 h

O CVI•BH se reúne todas as terça-feiras para elaborar e desenvolver seus serviços, incluindo-se a primeira terça-feira de cada mês, quando, então, aguarda visitantes para apresentar sua estrutura de trabalho.

Plantão para atendimento :

terça-feira

14:00 às 16:30 h Daniel Augusto,
José Maia,
Laura,
Marcelo

16:30 às 17:30h Grupo de Apoio à Família

17:30 às 19:00h Katia Fontes,
José Maia,
Laura

Quarta-feira

13:30 às 17:30 h Katia Fontes

sexta-feira

15:00 às 19:00 h Katia Fontes
Agular
Vilma

ACESSIBILIDADE SERÁ PRIORIDADE NACIONAL

A Constituição do Brasil contém dois artigos (nº 227- §2º, e nº 244) que tratam da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência às edificações públicas e ao transporte. É o único caso no mundo em que a constituição de um país reconhece a acessibilidade para todos como necessidade fundamental do cidadão. Para transformar palavras em realidade, o Ministério da Justiça, através da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE promoveu uma Câmara Técnica, em Petrópolis - RJ, entre os dias 14 e 17 deste mês, a qual reuniu representantes de entidades de portadores de deficiência, arquitetos, advogados, engenheiros e profissionais de áreas afins das organizações oficiais e civis que tratam dessa matéria.

Constou dos trabalhos a preparação de uma proposta de regulamentação sobre a acessibilidade nas três esferas administrativas, sobretudo a municipal, sugerindo: a elaboração de lei federal, de caráter genérico; ações administrativas de impacto nas três esferas de governo; a edição de legislação municipal mais específica, em virtude de sua competência atribuída pela Constituição.

O princípio básico do trabalho foi o de tratar a acessibilidade como instrumento de respeito às diferenças individuais, não podendo ser simplesmente entendida como anseio de um grupo social isolado. Assim, não houve ênfase em questões de deficientes físicos, cegos ou surdos, mas em assuntos que tratam da deficiência, inclusive de gestantes e idosos, como natural desajuste entre as faculdades da pessoa e as condições do meio onde atua.

O documento final contém 18 propostas de lei e 27 recomendações gerais. Nesse, pode-se citar, por exemplo, as seguintes propostas: obediência às normas técnicas brasileiras para acessibilidade em nível nacional; incentivo à pesquisa científica sobre acessibilidade; criação de um fundo para obras acessíveis advindo de multas pela desobediência às leis que tornem obrigatória a acessibilidade para todas as edificações de uso público e para os transportes coletivos.

O Poder Executivo enviará o documento ao Congresso Nacional para sua regulamentação oficial. Caberá a todos nós, interessados, atuarmos para que esse ideal não seja desvirtuado.

AÇÕES DO CVI•BH

CICLO DE ESTUDOS INTEGRADOS

Para permitir aos membros do CVI•BH uma visão global dos fatores que guiam o trabalho junto pela vida independente, será realizado o ciclo de estudos integrados. Trata-se de uma série de apresentações condicionadas com diferentes assuntos e postas de trabalho em andamento.

Cada apresentação ocupará cinquenta minutos do horário normal de reuniões, seguindo os princípios do aconselhamento de pares, a informação será compartilhada entre os membros do CVI•BH, podendo haver a distribuição de especialistas. Ao final de cada apresentação, o CVI•BH organizará material específico para futuras publicações. O 1º CEI

terá início em 09/01/96, e na programação, estão previstos, entre outros temas: C.V.I. Informação e Vida Independente, Sexualidade do Lesado Medular, A Postura Corporal, Acessibilidade, Responsabilidade Pela Própria Vida, Legislação e Deficiência, etc.

CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO

Cumprindo uma de suas diretrizes básicas, que é agir crítica e tecnicamente para o reconhecimento público e o respeito dos direitos do cidadão portador de deficiência, o CVI•BH prepara para 1996 uma campanha de conscientização referente ao uso do estacionamento reservado para veículos de pessoas com deficiência na mobilidade. O projeto prevê ações como:

- sensibilização de órgãos oficiais;
- levantamento e análise das condições de estacionamento reservado em estabelecimentos comerciais e de serviços na cidade, como shoppings e supermercados;
- sugestão e assessoria técnica para a melhoria dos estacionamentos desses locais e na adoção de formas de efetiva fiscalização dos usuários;
- veiculação e distribuição de material informativo para a participação dos usuários numa estratégia de conscientização pública sobre o respeito às necessidades especiais.

Participe. Conheça os detalhes e contribua com sugestões. Visite o CVI•BH e fale com José Maia no horário de plantão.

PAINEL

DEF'RIO 95

Durante a última semana de novembro, ocorreu no Rio de Janeiro o DEF'RIO 95 - encontros internacionais de portadores de deficiência, cujo tema foi "Cidadania Plena É Direito e Dever de Todos".

Cerca de duas mil pessoas se reuniram no Hotel Intercontinental, para participar de, pelo menos, doze grandes simpósios, encontros e seminários. Ocorreu ainda o encontro nacional dos sete CVIs que estão em atividade. A programação paralela incluiu desde a mostra de equipamentos e ajudas técnicas (com fabricantes do Brasil e representantes comerciais dos EUA e da Alemanha) até workshops, lançamentos de livros e vídeos, apresentações artísticas e reuniões técnicas de entidades nacionais e internacionais.

A mostra de equipamentos, evidenciou-se a saudável competição na área de tecnologia, principalmente entre cadeiras de rodas adaptadas fabricadas no país e no exterior. O preço, contudo, é proibitivo para muitos, já que os altos impostos de importação incluem parte dos equipamentos como itens supérfluos de consumo. E outros exemplos de tecnologia apresentada, pode-se citar o KVOX, que transmite as mensagens visuais da tela de computadores de forma audível para deficientes visuais, e o VOX-2, que facilita a comunicação de paralisados cerebrais. A casa-mostra em acessibilidade apresentou algumas soluções para o dia-a-dia tais como: torneiras tipo monocomando em alavanca para o fácil controle sem o uso dos dedos e assentos altos para vasos sanitários, que incluem barra de transferência e são de fácil montagem por cima; o reduzido volume final permite seu transporte em viagens.

O CVI•BH foi ao DEF-RIO, representado por quatro de seus membros: Katia Fontes, José Maia, Laura e Marcelo. Katia Fontes coordenou o painel "Características Básicas dos CVIs" e proferiu palestra no II Encontro Ibero-Americano de Mulheres Portadoras de Deficiência, com depoimento sobre a experiência vivencial com base no apoio mútuo. Marcelo P. Guimarães proferiu palestra juntamente com representantes de outros quatro CVIs, relatando um pouco da história e da atuação do CVI•BH, dentro do tema Experiência de Vida Independente no Brasil.

Entre os workshops, destacaram-se: A vivência do Aconselhamento de Pares, desenvolvido pelo CVI-RJ, e a iniciação em Biodança, ou a Dança da Vida, promovida pelo Sólazer. O primeiro correspondeu à apresentação geral dos fundamentos e da prática de técnicas de facilitação nos serviços de aconselhamento de pares. O segundo consistiu de três sessões para, em cada uma, apresentar os princípios e alguns exercícios da biodança. Cada apresentação envolveu os participantes num agradável momento de descontração e familiaridade, sendo a última com grande público. A livre expressão corporal comprovou ser um ótimo elixir para refletir uma nova postura humana e em decorrência eliminar tensões do cotidiano. No final, os participantes da biodança presentearam os demais presentes no DEF-RIO com um festivo happening, só suplantado pela festa geral de congraçamento.

Maiores detalhes das conclusões dos trabalhos do DEF'RIO serão obtidas diretamente no CVI•BH ou noutras edições deste informativo.

INFORMURAL

AMBRETE

Serviço de consulta ao clipping de notícias sobre deficiência (uma colaboração da Idéia - Clipping e Pesquisa) está à disposição em todos os plantões. Em destaque este mês, o anteprojeto de criação do Conselho Nacional de Assistência Social e matérias sobre a Síndrome de Down e a Equoterapia para ajudar a portadores de deficiência.

ANÚNCIOS

Este espaço aguarda por seu anúncio ...

Vendo almofada Avant, preta, em excelente estado de conservação. Tratar com Daniel Augusto, fone 494-6220.

Vendo Cadeira de rodas Gazela-OrtoBrás, estofado aveludado cor vinho em perfeito estado. Tratar com Iole, telefone: 463-1767.

Vendo mesa ortostática para uso fisioterapêutico. Tratar com Iole, fone 463-1767.

Manuais particulares de francês e revisão gramatical de português. Laura, 424-2215.

Atendente com disponibilidade de 2ª a 6ª, a partir de 13:00hs. Vagner, fone: 334-9221.

PUBLICAÇÃO DO CVI•BH

Está à venda, diretamente no CVI•BH ou por reembolso postal, o manual técnico: 'A GRADUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE VERSUS A NBR 9050-1994: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO, do Prof. Marcélio Pinto Guimarães, publicado pelo CVI•BH em 08/95.

Preço do exemplar = R\$ 12,00 + tarifa postal. (Preço especial para grandes pedidos.)

Trata-se de um relatório descritivo da norma mais recente da ABNT, contendo uma análise crítica e conceitual sobre a acessibilidade. O relatório indica itens adicionais, explicativos ou substitutivos, auxiliando assim a interpretação e a aplicabilidade do conteúdo em projetos e na prática de edificações.

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO

Foi assinado em 10 de novembro o acordo de cooperação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e o CVI•BH. Este acordo foi firmado muito antes, de modo informal, e agora define as bases para futuros convênios entre

o CVI•BH e as diferentes unidades acadêmicas da UFMG.

Dessa forma, o CVI•BH irá participar ativamente do programa Ação Pró-Acesso, o qual prevê, entre outras, iniciativas de integração entre as diversas áreas do conhecimento em relação ao contexto da deficiência. As primeiras unidades a formalizarem convênios de cooperação deverão ser a Escola de Arquitetura e a Escola de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Os meios para isso serão apresentados nos próximos números deste informativo.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO DO CVI•BH

Número 01 - Ano 01 - Dezembro / 1995

Redação: Daniel Augusto Dos Reis
Katia Fontes
Marcelo P. Guimarães
Vilma Diniz
Edição: Marcelo P. Guimarães
Vilma Diniz
Revisão: Laura Aparecida Martins
Colaboração: José Maia Dos Santos
Impressão: CVI•BH
Apoio: Escola de Arquitetura da UFMG
Idéia Fixa - Empresa de Clipping e Pesquisa



INFORM

DO CVI • BH

ATIVO

02- ANO I

EDIÇÃO ESPECIAL - MAIO / 1996

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DE BELO HORIZONTE / CVI-BH - R. Paraíba 697, EA UFMG, sala 125, B.H., MG - CEP 30130.140 - Brasil - Fone (5531) (031) 261 7721, Fax (5531) (031) 261 7286

portador de deficiência na mobilidade tem sido multado por desobedecer a normas de trânsito que só levam em consideração o veículo e, não, as necessidades especiais de seu ocupante. Por isso, o cartão-credencial da Polícia Militar de MG é...

PASSAPORTE DA ACESSIBILIDADE

Os portadores de alguma deficiência na mobilidade podem agora confiar no auxílio dos guardas do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais quando tiverem que utilizar seus automóveis para o trabalho ou lazer. Numa resposta eficaz às necessidades especiais de pessoas que precisam trafegar em ruas congestionadas como única forma de alcançarem seu destino, foi desenvolvido o Programa Ação Pró-Acesso da PMMG. Através desse programa, um cartão para ser pendurado no interior do veículo será concedido a aqueles que se inscreverem no cadastramento de suas necessidades especiais. Este cartão é uma credencial que permitirá a identificação do veículo pelo militar e garantirá ao seu portador o tratamento condizente com suas condições físicas. Além disso, o cadastramento no Batalhão de Trânsito levará importantes informações sobre a população-alvo. Em breve, outros programas de interesse para pessoas com deficiência na mobilidade poderão ser desenvolvidos com base nessas informações.

O Programa Ação Pró-Acesso da PMMG baseia nos seguintes pontos:

a atualização de placas de trânsito que permitem o estacionamento nas vias públicas mesmo em horários de pouco movimento muitas vezes propiciaria a existência de espaços de estacionamento que poderiam ser ocupados por algum tempo sem prejuízo para outros veículos no trânsito;

ocorre a falta de locais adequados para o estacionamento nas ruas de veículos portadores de deficiência, necessários em número e características compatíveis com a acessibilidade ambiental;



- o reconhecimento e a satisfação das necessidades especiais de portadores de deficiência na mobilidade dentro da estrutura organizacional do Batalhão de Trânsito fazem parte de suas atribuições básicas como órgão de serviços de interesse comunitário para a garantia da fluidez do trânsito, da segurança pública e da acessibilidade dos cidadãos;
- o guarda de trânsito deverá considerar os procedimentos de estacionamento e parada de veículos, embarque ou desembarque de seus ocupantes caso sejam portadores de deficiência na mobilidade, dentro de limites toleráveis para o trânsito local, sem que isso implique em impunidade para o motorista infrator;
- o registro e identificação das pessoas beneficiadas permitirá o monitoramento do uso do cartão-credencial. Além disso, proporcionará o levantamento de informações sobre a população. Assim, não mais deverão ocorrer levantamentos de dados por aproximação para que se saiba quantos são, onde estão e como vivem as pessoas portadoras de deficiência na mobilidade que utilizam automóvel.

O sucesso da Ação Pró-Acesso da PMMG deverá ser creditado ao Batalhão de Trânsito, que tornou possível tais melhorias. No entanto, ele será garantido pelo comportamento do público. Caberá a cada um de nós reconhecer a importância dessa iniciativa para a melhoria da vida das pessoas. Afinal, a acessibilidade e os benefícios que ela proporciona decorrem do adequado gerenciamento de recursos humanos e tecnológicos que visam ao bem-estar de todos na comunidade, incluindo, sem restrições, os portadores de deficiência.

COMO OBTER UM CARTÃO-CREDENCIAL AÇÃO PRÓ-ACESSO DA PMMG

A pessoa portadora de uma deficiência na mobilidade, ou seu representante, deve obter a ficha de solicitação para credenciamento diretamente no Batalhão de Trânsito da PMMG, em Belo Horizonte.

A ficha contém três partes. Na primeira, a pessoa solicitante deve fornecer dados pessoais e outros de interesse do Programa Pró-Acesso PMMG à máquina ou em letra de forma legível. A segunda deve ser preenchida pelo médico de sua escolha, desde que este trabalhe em uma das seguintes especialidades: angiologia, clínica geral, cardiologia, fisioterapia, geriatria, oftalmologia, oncologia, ortopedia, pneumologia e reumatologia. O médico deverá descrever o quadro clínico do solicitante de modo a explicitar as disfunções no organismo que resultam em deficiências, inclusive as que afetam a mobilidade do solicitante no prazo do cartão-credencial. Como condição básica, o médico deve identificar disfunções que resultam em pelo menos um dos seguintes problemas com gravidade na utilização do meio físico: perda acentuada da visão ou visão subnormal; cegueira; pouco equilíbrio; problemas graves de postura, para se curvar ou se ajoelhar; marcha ou sustentação somente por meio de suportes; e problemas graves no uso de membros inferiores.

Para a aceitação do cadastramento pela PMMG, o médico deve registrar seus dados de forma legível, incluindo seu número de identificação no Conselho Regional de Medicina, e o diagnóstico deverá conter o número correspondente no Código Internacional de Doenças para cada dado referente às condições do solicitante.

Após preenchidas as duas partes, a ficha deverá ser entregue no Batalhão de Trânsito, para registro. A última parte da ficha deve ser preenchida somente pela pessoa da PMMG responsável pelo cadastramento. Em todas as partes, as declarações devem ser devidamente assinadas e datadas. Para que o processo de credenciamento tenha validade, é necessário que todos os campos sejam corretamente preenchidos, sem rasuras. Será considerada cancelada a ficha que contiver, além disso, campos vazios e/ou número indevido de resposta para cada campo.

Uma vez confirmadas essas informações, o agente da PMMG irá entregar ao solicitante, ou ao responsável legal, o cartão-credencial Pró-Acesso, que terá validade de um ano, a partir desta data, desde que seja utilizado de maneira adequada.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Pre o cartão-credencial

O cartão-credencial é de propriedade do Batalhão de Trânsito - BPTRAN da PMMG. Seu uso é pessoal, uma concessão que pode ser revogada a qualquer momento caso não seja utilizada em conformidade com o programa. Ela é confeccionada em papel cartão e marcada com um selo em relevo da PMMG. O portador deverá plastificar esse documento desde que não acarrete dificuldade no reconhecimento do selo. Não será admitido o uso de cópias xerográficas da credencial ou a apresentação de credenciais mutiladas.

Para ter efeito no atendimento às necessidades especiais, o cartão-credencial deve ser apresentado ao militar do Batalhão de Trânsito. Na ausência do ocupante do veículo, o cartão-credencial deve estar visível no espelho retrovisor interno.

Aplicação do credenciamento

Os dados contidos na ficha de cadastramento irão compor um cadastro geral dos beneficiados do Programa Ação Pró-Acesso PMMG e serão de uso do Batalhão de Trânsito, do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, da Universidade Federal de Minas Gerais e de outras entidades, autorizadas pela PMMG, que se dediquem à formulação de programas de atendimento às pessoas com necessidades especiais. Em todo caso, deverá ser preservada a divulgação pública a identidade das pessoas envolvidas.

Penalidades

O uso do cartão-credencial é pessoal e intransferível. Qualquer um que utilizá-lo de forma indevida, reproduzi-lo, alterá-lo ou emprestá-lo a terceiros estará sujeito,

conforme o caso, ao cancelamento de sua concessão ou às penalidades da lei. Tais penalidades poderão também ser aplicadas sempre que ocorrerem falsas declarações no credenciamento. O cancelamento poderá ocorrer quando houver o acúmulo de três infrações relativas ao mal uso da credencial num só ano.

Local para o credenciamento e a entrega do cartão-credencial

Batalhão de Trânsito da PMMG
Av. Amazonas 6227, Gameleira, BH

Maiores informações, sugestões e críticas

Batalhão de Trânsito da PMMG
Fone: 319 30 77, fax: 319 30 80
Centro de Vida Independente de BH
fone: 261 77 21, fax: 261 72 86

PINIAO

BH TERÁ ESTACIONAMENTO RESERVADO NAS RUAS PARA VEÍCULOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA MOBILIDADE

BHTRANS já está desenvolvendo seu programa de estacionamento acessível. Nele, a utilização do cartão-credencial Pró-Acesso do Batalhão de Trânsito poderá identificar os veículos que terão acesso às vagas especiais a serem implantadas futuramente na cidade. Elas estarão reservadas na rua para uso exclusivo de veículos de pessoas com deficiência. Isso significa que qualquer outro veículo será multado e rebocado caso esteja estacionado indevidamente nesse local. As características especiais dessas vagas incluem: a demarcação do espaço de acesso sobre o asfalto, a fixação de placa indicativa, a construção de rampa sobre o rebaixo do meio-fio e a reserva de espaço adicional junto à vaga para acesso ao veículo.

As vagas de estacionamento reservado constituem, na verdade, uma solução definitiva, porém restrita, para o problema de acomodação dos veículos utilizados por portadores de deficiência. As vagas especiais deverão ser demarcadas gradativamente, a partir de critérios de acessibilidade técnica, nos locais onde se confirme a demanda por estacionamento. Nem todos os locais de estacionamento na cidade oferecem condições seguras para a acessibilidade, principalmente devido à forte declividade das ruas. Portanto, esse tipo de estacionamento irá funcionar adequadamente só em ruas planas.

As vagas reservadas poderão ocorrer numa fila de estacionamento do Programa Faixa Azul. Para tanto, o espaço necessário significará a redução do número de vagas já existentes. Considerando-se que as vagas reservadas para a acessibilidade podem ficar grande

parte do dia desocupadas, à espera do usuário portador da credencial, é desejável que a implantação das vagas especiais comece com um número bastante reduzido e que cresça somente em função da demanda real comprovada.

Com o monitoramento da utilização dessas vagas, será possível efetuarem-se ajustes. Assim, em locais onde o número de vagas for insuficiente, a BHTRANS poderá efetuar uma ampliação. Por outro lado, onde existirem vagas pouco utilizadas, corre-se o perigo de que a BHTRANS reduza ainda mais este número em favor do atendimento de vagas comuns. Há previsão de que pelo menos uma vaga especial seja mantida nos quarteirões onde ocorram serviços de interesse cultural e educacional, de saúde e outros definidos por solicitação.

O credenciamento do Batalhão de Trânsito da PMMG poderá auxiliar a BHTRANS, ao delimitar o público beneficiado. Contudo, a BHTRANS poderá estabelecer, de início, maiores restrições ao perfil do público beneficiado, inclusive, pelo credenciamento da PMMG em função da estratégia de implantação adotada para seu estacionamento.

Se, no futuro, é de se esperar que o cartão-credencial da PMMG perca sua necessidade, por causa de uma ampla oferta de estacionamento acessível, vale reconhecer que a situação ideal passa antes pela convivência simultânea dos dois programas. Afinal, eles se complementam para a garantia da acessibilidade enquanto processo gradual e viável de busca da qualidade no gerenciamento e na fiscalização do bem comum.

INFORMURAL

PALESTRAS NO BPTRAN-PMMG

O Centro de Vida Independente de Belo Horizonte foi o responsável técnico pelo desenvolvimento do Programa Ação Pró-Acesso da PMMG. Sua participação compreendeu ainda a organização dos dados de cadastramento e abrangerá o monitoramento do uso do cartão-credencial.

Na primeira fase, o CVI•BH proferiu palestras sobre as necessidades especiais dos portadores de deficiência para todo o contingente de policiais do Batalhão de Trânsito da PMMG, o que envolve todas as outras companhias de policiamento nas ruas, pessoal de trabalho administrativo, os veteranos e os iniciantes.

As palestras, periódicas, permitirão um contato direto com o BPTRAN, auxiliando na efetivação dos ajustes necessários ao Programa Ação Pró-Acesso da PMMG.

ANÚNCIOS

Este espaço está aguardando por seu próximo anúncio ...

- Participe do Programa **DESCOBRIR-SE: UM ESPAÇO PARA MIM**, no CVI•BH às 5ª-feiras, 19:30h às 21:00h. Vagas limitadas. Laura, 424-2215.

- Participe do Programa **UM PÔNTO DE ENCONTRO**, no CVI•BH, com palestras sempre às 3ª-feiras, 19:30h às 21:00h.

PUBLICAÇÃO DO CVI•BH

Está à venda diretamente no CVI•BH, ou por reembolso postal, o manual técnico:

A GRADUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE VERSUS A NBR 9050-1994: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO, do Prof. Marcelo Pinto Guimarães, EAUFGM.

Foi publicado pelo CVI•BH em agosto de 95.

Trata-se de um relatório descritivo da norma mais recente da ABNT, contendo uma análise crítica e conceitual da acessibilidade. O relatório indica itens adicionais, explicativos ou substitutivos, auxiliando assim a interpretação do leitor quanto à coerência teórica e a aplicabilidade do conteúdo em projetos e na prática de edificações.

Preço do exemplar = R\$ 12,00 + tarifa postal.
Preço especial em pedidos de grande número.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO DO CVI•BH

Número 02 - Ano 01 - Maio / 1996

Redação: Marcelo P. Guimarães
Edição: Marcelo P. Guimarães
Revisão: Laura Aparecida Martins
Impressão: CVI•BH
Apoio: Escola de Arquitetura da UFMG
Idéia Fixa - Empresa de Clipping e Pesquisa

DOAÇÃO DE
CPCCI

DATA 19/06/97 PREÇO: R\$ 60,00

ANEXO E - Roteiro de entrevistas

ANEXO "E"

ROTEIRO DAS PERGUNTAS NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS

1. Valores relacionados com o trabalho

- O que é trabalho para você?
- O que ele significa em termos de realização individual ? e em grupo?
- Como você começou a trabalhar?
- Quando isto se deu, de que forma?
- O que facilitou a sua inserção no mercado de trabalho? Houve alguma coisa que dificultou esse processo?
- Como é a sua atividade de trabalho?
- Como você faz para vir para o local de trabalho?
- Tem problemas com transporte?
- Quais são as suas experiências na área de trabalho?
- Há quanto tempo trabalha na empresa?
- O seu local de trabalho sofreu alguma modificação administrativa ou física para que você pudesse trabalhar?
- Como se deu a escolha da profissão?
- Tem carteira registrada?
- Recebeu alguma orientação vocacional, profissional? Quando, como, onde?

2. Formação Educacional

- Quando começou a estudar?
- Até que grau completou? Por que parou?
- Está estudando atualmente? O que pretende fazer com o estudo?
- Teve alguma educação especial?
- Foi pública ou privada?
- Influenciou na sua entrada para o mercado de trabalho?

3. Dinâmica Familiar

- Como é a sua família?
- Ela influenciou no processo de inserção no mercado de trabalho?

4. Concepção de Informação

- O que é informação para você?
- O que ela representa na sua vida?
- Que tipos de informação mais lhe interessam? (saúde, lazer, leis, emprego, turismo, transporte, etc.)
- Como deveria estar organizada para melhor atender às necessidades das pessoas?
- Quando você precisa de informação sobre trabalho, você a procura?
- Qual fonte você utiliza com mais frequência?
- Que fonte você acha mais efetiva? Por que?

5. Informação Sobre Trabalho

- Como ficou sabendo desse emprego?
- Encontrou dificuldades para ter acesso às informações sobre trabalho? Quais?
- Percebe algum embaraço nesse processo da pessoa portadora de deficiência se informar sobre o trabalho?
- O que as pessoas de maneira geral devem fazer com a informação?
- O que você faz para se informar?
- O que você acha que o portador de deficiência deve fazer para ficar mais bem informado?
- Conhece alguma lei que trata da questão de emprego para o portador de deficiência?

- O que você acha que precisa ser feito para facilitar o acesso do portador de deficiência à informação sobre trabalho?

6. Caracterização do Entrevistado

- Qual é o seu nome? Quantos anos tem? Qual o seu problema físico?
- Onde você mora? Onde você nasceu?
- É casado ou solteiro? Tem filhos? Qual é a sua renda mensal em salários mínimos?
- Qual é a sua profissão?

ANEXO F₁ - Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente -

CAADE

**Manual de orientação - Inserção da pessoa portadora
de deficiência no mercado de trabalho**

**ANEXO F₁ - Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente -
CAADE
Manual de orientação - Inserção da pessoa portadora
de deficiência no mercado de trabalho**

CAADE/94

COORDENADORIA DE APOIO E ASES

MANUAL DE ORIENTAÇÃO

INSERÇÃO DA
PESSOA
PORTADORA
DE DEFICIÊNCIA
NO MERCADO
DE TRABALHO

SUA EMPRESA
COM ESSA OPC



VAIGANHAR
ORTUNIDADE.

ÍNDICE

	PÁG.
APRESENTAÇÃO	04
1. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	06
1.1. DEFINIÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	06
1.2. TIPOS DE DEFICIÊNCIA (Caracterização)	06
1.2.1. Deficiência Auditiva	06
1.2.2. Deficiência Física	06
1.2.3. Deficiência Mental	07
1.2.4. Deficiência Múltipla	07
1.2.5. Deficiência Orgânica	07
1.2.6. Deficiência Visual	07
2. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO	08
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	08
2.2. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	09
2.2.1. Quem Necessita da Reabilitação Profissional	09
2.2.2. Quem Faz a Reabilitação Profissional	10
3. INSERÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	11
3.1. FORMAS DE ABSORÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	11
3.1.1. Empresas Privadas	11
3.1.2. Empresas e Órgãos Públicos	16
3.2. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE HABILITAÇÃO/REABILITAÇÃO E TRABALHO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	17
3.2.1. Legislação Internacional	17
3.2.2. Legislação Federal	18
3.2.3. Legislação Estadual	27
3.2.4. Conquistas legais na área de inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho	28
4. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	34

**ANEXO F₂ - CAADE - Levantamento do número de servidores públicos
portadores de deficiência em Minas Gerais**



Belo Horizonte, de 1.995

OF. CIRCULAR/CAADE/Nº /95

Prezado (a) Senhor (a)

Encaminhamos a V. Sa., em anexo, o resultado do " Levantamento do Número de Funcionários Públicos Portadores de Deficiência", em Minas Gerais, realizado por esta Coordenadoria com o objetivo de reunir informações sobre o aproveitamento da mão de obra de pessoas portadoras de deficiência na prestação de serviços públicos estaduais.

informamos que cerca de 70% dos órgãos públicos estaduais atenderam à sol citação da CAADE, os quais constam da relação em anexo.

A participação dessa instituição contribuiu sobremaneira para que os obje tivos desta pesquisa fossem alcançados, o quê agradecemos.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Santana Oliveira
Coordenadora em Exercício - CAADE



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTENCIA A PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

PESQUISA: LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA EM MINAS GERAIS

- 1.994 -

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Quant. Deficientes	Observação
01	Administração de Estádios de Minas Gerais - ADEMG - Belo Horiz.	DA	01	
02	Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte	OMU	02	
03	Departamento Estadual de Telecomunicações de MG - DETEL/MG Belo Horizonte	DA	01	
04	Centro Educacional Lima Duarte - Antonio Carlos	DA,OM,DV	04	
05	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena - FHEMIG/BARBACENA	DF	04	
06	Centro Mineiro de Toxicomania (CMT) - Belo Horizonte	DF	02	
07	Centro Psico Pedagógico / FHEMIG - Belo Horizonte	DA,DV	02	
08	Centro de Educação Especial para Diag. Recuperação e Trabalho de Uberlândia - Uberlândia	OMU	01	
09	Centro de Estudos Juscelino Kubistchek - Araçuaí	DF	01	
10	Centro de Estudos Supletivos " Uberlândia " - Uberlândia	DV	01	
11	Centro de Saúde " Modesto Chagas " Itanomi	OM	01	
12	Centro de Saúde/Unidade I de Saúde - Airoré	DF,DV	02	
13	Colégio Tiradentes da Polícia Militar - Belo Horizonte	DF	01	
14	Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS - Belo Horizonte	DA	01	
15	Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - Belo Horizonte	DA	01	
16	Companhia de Habilitação do Estado de Minas Gerais - COHAB/BH	DF	01	
17	Companhia de Armezéns e Silos do Estado de MG - CASOMG/BELO HOR.	DA,DF,DV,	08	
18	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG - B. HORIZ.	DV,DA,DF,OM OMU	121	
19	Conservatório Estadual de Música "Coro Pavan Cappanelli/Uberlândia	DF	01	
20	Coordenadoria de Apoio e Assis. Pessoa Deficiente - CAUDE/BH	DA,DF,OMU	11	
21	Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos-DETRAN/BH	DF	01	

SUB-TOTAL 160

Numero de ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Numero Função Part. Deficiente	Observação
22	Delegacia Regional de Ensino de Almenara (29ª)	DF,DEF, FAUA	03	
23	Delegacia Regional de Ensino de Campo Belo (35ª)	DA,DF,DU	22	
24	Delegacia Regional de Ensino de Guanhães (39ª)	DA,DF,DM,DMU	07	
25	Delegacia Regional de Ensino de Itajubá (8ª)	DU	02	
26	Delegacia Regional de Ensino de Itulubá (8ª)	DA,DF,DMU	11	
27	Delegacia Regional de Ensino de Juiz de Fora (10ª)	DF	01	
28	Delegacia Regional de Ensino de Mantua (11ª)	DA,DF,DM,DMU DU	25	
29	Delegacia Regional de Ensino de Monte Carmelo (34ª)	DA,DM,DU	05	
30	Delegacia Regional de Ensino de Patos de Minas (18ª)	DA,DF,DU	05	
31	Delegacia Regional de Ensino de Piraçara (46ª)	DF	03	
32	Delegacia Regional de Ensino de Poços de Caldas (10ª)	DA,DF,DM,DMU DU	22	
33	Delegacia Regional de Ensino de Ponte Nova (20ª)	DU	01	
34	Delegacia Regional de Ensino de Pouso Alegre (37ª)	DA,DF,DU	14	
35	Delegacia Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso (22ª)	DA,DF,DM,DU	22	
36	Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia - Setor DAF (26ª)	DF	01	
37	Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia - Setor Pessoal (26ª)	DF	01	
38	Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP - Belo Horizonte	DM	01	
39	Departamento Municipal de Saúde de Resplendor - Resplendor	DA	01	
40	Departamento de Estradas de Rodagem - 9ª DER - Curvelo	DF,DM,DU	07	
41	Departamento de Estradas de Rodagem - 31ª DER - Itulubá	DF	01	
42	Departamento de Estradas de Rodagem 18ª DER - Monte Carmelo	DA,DF,DM,DU	09	
43	Departamento de Estradas de Rodagem 6ª DER - Monte Claros	DA,DF,DU	07	
44	Departamento de Estradas de Rodagem - 16ª DER - Oliveira	DF	01	
45	Departamento de Estradas de Rodagem - 24ª DER - Passoa	DM	03	
46	Departamento de Estradas de Rodagem - 14ª DER - Patos de Minas	DA,DF,DM	09	
47	Departamento de Estrada de Rodagem - 27ª DER - Pedra Azul	DF,DM,DU	09	

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Unidade Funcion. Deficiência	Observação
48	Departamento de Estradas de Rodagem - 5ª DRG - Ubá	DF	01	
49	Departamento de Estradas de Rodagem - Varginha	DA,DF	03	
50	Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN - Belo Horizonte	DF,DM,DV	04	
51	Departamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais-B. Horizonte	DA	01	
52	Diretoria Metropolitana de Saúde - Belo Horizonte	DF	01	
53	Belo Horizonte Diretoria Metropolitana de Saúde - CSN-Senhora de Fátima/DISACS	DV	01	
54	Diretoria Metropolitana de Saúde - Distrito-Centro-Sul-B.Horiz.	DV	02	
55	Diretoria Metropolitana de Saúde Divisão Administrativa -B.Horiz.	DF	01	
56	Diretoria Metropolitana de Saúde-Policlínica/ABH-SMESA/B.Horizon.	DF	01	
57	Diretoria Metropolitana de Saúde - Pref. Munic. de Teófilo de Minas	DF,DM	03	
58	Diretoria Municipal de Saúde - Carmópolis	DF,DM	06	
59	Diretoria Regional de Saúde de Diamantina	DF	02	
60	Diretoria Regional de Saúde de Oliveira	DF,DV	02	
61	Diretoria Regional de Saúde de Juiz de Fora	DF	04	
62	Diretoria Regional de Saúde de Montes Claros	DF	01	
63	Diretoria Regional de Saúde de São João Del Rey	DA,DF,DV	37	
64	Diretoria Regional de Saúde de Passos	DF	01	
65	Diretoria Regional de Saúde de Ponte Nova	DF	01	
66	Diretoria Regional de Saúde de Pouso Alegre	DA	02	
67	Diretoria Regional de Saúde de Teófilo Otoni	DA,DF,DM	05	
68	Diretoria Regional de Saúde de Ubá	DV	01	
69	Distrito Sanitário Leste-Lotação PAM-SAGRADA FAMÍLIA B.Horizonte	DF	01	
70	Distrito Sanitário Leste-Lotação PAM/SALDADE -B. HORIZONTE	DF,DV	04	
71	Distrito Sanitário Noroeste-Lotação PAM -P. EUSTÁQUIO B.Horizonte	DF,DV	07	
72	Empres. de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER - Belo Horizonte	DA,DF,DV	17	
73	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER - Bueno Brandão	DV	11	

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Funções Deficientes	Observação
74	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EPATER - Montes Claros	DV	16	
75	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EPATER - Santa Rita do Sapucaí	DF	01	
76	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EPATER - São Gonçalo do Sapucaí	DF	01	
77	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG de Belo Horizonte	DF, DV	04	
78	Escola Estadual "Alfonso Vaz" 1.2.0 A-20ª DRE - Raul Soares	DV	01	
79	Escola Estadual "Angela Teixeira da Silva" - 26ª DRE - Uberlândia	DF	01	
80	Escola Estadual "Américo Martin de Costa" 1.4.0.A - 7ª DRE - Aimorés	DF, DM	02	
81	Escola "Escola Ana Chaves" - G.4.0.B. - Ensino Fundamental 26ª DRE - Campina Verde	DF	01	
82	Escola Estadual Antonio Leônico Carneiro "20ª DRE - Stª. Cruz de Escalvado	DV	01	
83	Escola Estadual "Antonio Manoel Vieira" 40ª DRE - Carangola	DV	01	
84	Escola Estadual "Antonia Martins de Barros" 40ª DRE - Tombos	DV	15	
85	Escola Estadual "Artur Bernardes" 1.4.6.A - 26ª DRE - Araguari	DF	03	
86	Escola Estadual "Augusto Silva" 31ª DRE - Congonhas	DV	15	
87	Escola Estadual "do Bairro Rosa Neves" 2ª DRE - Rib. Neves	DM	01	
88	Escola Estadual "do Bairro Santo Onofre" 1.2.0.A/40ª DRE - Carangola	DV	08	
89	Escola Estadual "Barão de Congonhas" 31ª DRE - Congonhas	DF	01	
90	Escola Estadual "de Barreiras" 2ª DRE - Bonfim	DF	01	
91	Escola Estadual "Basílio Francisco Xavier" - 38ª DRE - Curvelo	DF	01	
92	Escola Estadual "Balchior de Faria" - 1ª grau - 26ª DRE - Centralina	DF	01	
93	Escola Estadual "Bueno Brandão" 1.2.0.C - 27ª DRE - Três Corações	DF	01	
94	Escola Estadual de 2ª grau "de Buenópolis" 0.062 - 38ª DRE - Buenópolis	DV	06	
95	Escola Estadual "Cândido Uzelino" 20ª DRE - Amparo da Serra	DV	01	
96	Escola Estadual "Cardeal Mota" - 1ª Grau - 1.2.0 A Setor 33 - Morro do Pilar	DV	01	
97	Escola Estadual "Caroline Júlia Pereira" 11ª DRE - Marhumirim	DV	01	
98	Escola Estadual "Catarina Jorge Gonçalves" - 2ª DRE - Contagem	DM	02	
99	Escola Estadual "Chiquinho de Paiva" - 3ª DRE - Capela Nova	DF	01	

SUB-TOTAL 88

		Localidade	Deficiência	Observação
125	Escola Estadual " Dr. Jonas de Faria Castro " - 12.01 - 40ª DRE	Carangola	DM, DV	11
126	Escola Estadual " José Otávio Couto " - 3ª DRE - Alto Rio Doce		DA	01
127	Escola Estadual " Otávio Soares " 20ª DRE - Stª Cruz Escalvado		DF, DV	02
128	Escola Estadual " Juscelino K. de Oliveira " - 7ª DRE - 128-	Nacip Ráido	DF	01
129	Escola Estadual " Emílio Soares " 0.2.0.8 - 40ª DRE - Tombos		DV	18
130	Escola Estadual " Esperança " Educação Especial - 27ª DRE	S.L. Sapucaí	DF	01
131	Escola Estadual " Evaristo Augusto de Oliveira " - 31ª DRE	Desterro de Entre Rios	DA, DV	04
132	Escola Estadual " Felisberto Alves Carrego " - 25ª DRE	Uberlândia	DF	01
133	Escola Estadual " Francisco Antonio Pires " - 3ª DRE	Barroco	DF	01
134	Escola Estadual " Francisco Lourenço Borges " - 25ª DRE	Tipaciçara	DA	01
135	Escola Estadual " Frei Eutíquio " de 1º grau - 30ª DRE	Stª Hipólito	DA	01
136	Escola Estadual " Geraldo Teixeira de Costa " - 2ª DRE	Stª. Luzia	DM	02
137	Escola Estadual " Governador Magalhães Pinto - 3ª DRE	Senhora Remédios	DF	01
138	Escola Estadual " Helena Guerra " 2ª - DRE - Contagem		DA, DF, DM	04
139	Escola Estadual " Ilka Campos Vargas " 40ª DRE - Tombos		DV	36
140	Escola Estadual " de Entre Rios " 31ª DRE - Entre Rios Minas		DV	01
141	Escola Estadual " Imã Clarentina " - 30ª - DRE - Curvelo		DF	01
142	Escola Estadual " Izalina França Soares Correa " - 26ª DRE	Araguari	DM, DV	04
143	Escola Estadual " João Batista Grossal " - 40ª DRE - Carangola		DV	03
144	Escola Estadual " João Brazileiro Passos " 7ª DRE - " da	Frei Inocên	DA	01
145	Escola Estadual " Joaquim Monteiro " 1,4,6 - 7ª DRE - Marilac		DF	01
146	Escola Estadual " José Bonifácio " - 3ª DRE - São Vicente Minas		DA	01
147	Escola Estadual " José Emílio de Moraes " - 30ª DRE	Três Marias	DM	01
148	Escola Estadual " José Felipe SAd " - 3ª DRE - Barbacena -		DF	01
149	Escola Estadual " José Lourenço de Freitas " - 20ª DRE	Vipoeva	DA, DF	02

SUB-TOTAL 101

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Nº de Funções Part. Deficientes	Observação
150	Escola Estadual "Jucelino Benedito Araújo - 3ª DRE - do Turfúrio Stª. Bárbara	DF	01	
151	Escola Estadual "Justiniano Fonseca" - J.4.0. - 36ª DRE Tebas	DU	01	
152	Escola Estadual "da Lucrécia" 1.2.0. A - 40ª DRE Carangola	DV	07	
153	Escola Estadual "Luzia de Freitas" - 31ª DRE - Congonhas	DV	57	
154	Escola Estadual "Levindo Costa Carvalho" 31ª DRE Ouro Branco	DF	01	
155	Escola Estadual Luiz Borges Ferreira Gonzaga - 2ª DRE Rio Manso	DF	01	
156	Escola Estadual "Luzia de Oliveira Faria" D.4.6.8. 25ª DRE Araxá	DF	01	
157	Escola Estadual "Machado de Assis" 16667-7 26ª DRE - Araquari	DA	02	
158	Escola Estadual "Manoel de Mattos Madrabo Pinho" 2ª DRE Contagem	DF	02	
159	Escola Estadual "Manoel Quinhão" 40ª DRE - 1.4.0.8. Pedra Dourada	DV	19	
160	Escola Estadual "Manoel Inácio Paivoto" - 36ª D.05 - DRE Cataguases	DA	01	
161	Escola Estadual "Maria Angélica Moraes e Silva" 1.2.0.2 31ª DRE Entre Rios de Minas	DV	03	
162	Escola Estadual "Maria das Graças Costa" - 2ª DRE - Contagem	DV	01	
163	Escola Estadual "Maria da Souza" - 2ª DRE - Bonfim	DF	01	
164	Escola Estadual "Melo Viana" - 40ª DRE - Catangola	DV	14	
165	Escola Estadual "Mestre Candinho" 23ª DRE - Cordisburgo	DM	02	
166	Escola Estadual "Monsenhor Ralin" 1.2.0. A 38ª DRE - Curvelo	DV	07	
167	Escola Estadual "da Monte Alegre de Minas" de 1ª ou 26ª DRE Monte Alegre Minas	DM	01	
168	Escola Estadual "Nelson Soares da Oliveira" 26ª DRE - Indianópolis	DF	01	
169	Escola Estadual "Dr. Nicodemus de Melo" 26ª DRE - Carpina Verde	DV	01	
170	Escola Estadual "Nilo Maurício Trindade Figueiredo" - 2ª DRE Leme Santa	DA	01	
171	Escola Estadual "Nossa Senhora das Dores" 1.4.6.8 - 38ª DRE Joaquim Felício	DU, DV	33	
172	Escola Estadual "Nova Aparecida" 2ª DRE - Nova União	DF	01	
173	Escola Estadual "Nauza Resende" - 26ª DRE - Tocantins	DA, DF	02	
174	Escola Estadual "Oliveira Quintão" - 40ª DRE - Tombos	DU, DV	07	

SUB-TOTAL 168

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência		Número Funcionários	Observação
		DA	DF		
175	Escola Estadual "Onar Resende Pires" - 36ª DRE - Leopoldina	DA		01	
176	Escola Estadual "Pacífico Vieira" - 31ª DRE - São Sebastião	DV		27	
177	Escola Estadual "Padre Domício" - 26ª DRE - Araguari	DF		02	
178	Escola Estadual "Mãe Leorte Esperança da Oliveira" - 30ª DRE - Buzinópolis	DM, DV		25	
179	Escola Estadual "Padre Mário Forestam" - 26ª DRE - Uberlândia	DF		01	
180	Escola Estadual "Padre Rafael Faraci" - 20ª DRE - Ponta Nova	DV		04	
181	Escola Estadual "Padre Viegas" - 15ª DRE - Mariana	DV		08	
182	Escola Estadual "dos Palmares" 1ª Seção - 2ª DRE - Ibititá	Deficiência Falta		02	
183	Escola Estadual "Pedro de Alcântara Nogueira" - 2ª DRE - Ribeirão das Neves	DF		02	
184	Escola Estadual "Pedro Furtado" 14.0.8 - 36ª DRE - Itamarati Minas	DF		01	
185	Escola Estadual "do Prata" - 56ª DRE - Prata	DF		01	
186	Escola Estadual "Prefeito Gentil Pereira Lima" - 3ª DRE - Capaóchi	DF		01	
187	Escola Estadual "Prefeito José Estaves" 36ª DRE - 1.2.0.A Catequese	DV		03	
188	Escola Estadual "Presidente João Goulart" 1ª e 2ª G. 2ª DRE - Tequarapu de Minas	DA		01	
189	Escola Estadual "Presidente Juscelino Kubitschek" - 26ª DRE	DV		01	
190	Escola Estadual "Professor Antonio Gonçalves Lame" 20ª DRE - Ponta Nova	DF		01	
191	Escola Estadual "Professor Antonio Marques" 26ª DRE - Araguari	DF		01	
192	Escola Estadual "Professor Augusto Amarante" 12.0.A-Carangola	DM, DV		12	
193	Escola Estadual "Botelho Reis" - 36ª DRE - Leopoldina	DF		02	
194	Escola Estadual "Professor Francisco Lantz" 1.4.0.8-70ª DRE - Capaóchi	DA, DF		12	
195	Escola Estadual "Prof. Francisco Ribauro" 0.2.0.2-38ª DRE - Município de Joaquim Felício	DV		01	
196	Escola Estadual "Professora Maria Campos" 2ª DRE - São Pedro dos Ferros	DF		01	
197	Escola Estadual "Prof. Maria Inocência C. Gomes" 3ª DRE - Alt - Rio Doce	DV		01	
198	Escola Estadual "Professora Maria da Magalhães Pinto" 2ª DRE - Igarapé	DA		01	
199	Escola Estadual "Professora Ondina Pinto da Almeida" 7ª DRE - Frenheim Caldas	DA		01	
200	Escola Estadual "Professor Nelson Cupertino" - 26ª DRE - Oliveira	DA		01	

SUB-TOTAL 114

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Função		Observação
			Art. Deficiem.		
201	Escola Estadual "Professor Soares Ferreira - L.A.O.B - 15ª DRE Mariana	DV	01		
202	Escola Estadual " Prof. Valentim - 1ª grau - 26ª DRE - Prata	DM	01		
203	Escola Estadual " Povoado de João Dias" - 31ª DRE-Catas Altas da Noruega	DF	01		
204	Escola Estadual " Quintino Bocaiuva " 7ª - DRE-Gov. Valadares	DMU	01		
205	Escola Estadual " Paul Soares " - 26ª - DRE - Araguari	DF	02		
206	Escola Estadual "Raimundo Lopes - 40ª DRE - Carangola	DV	01		
207	Escola Estadual " Reinaldo Alves Costa" - 20ª DRE -Triângulo	DV	11		
208	Escola Estadual " de Roças Grandes - 2ª DRE - Sabará	DF	01		
209	Escola Estadual " Rosa Pedrosa de Almeida - 38ª DRE-Três Marias	DF	02		
210	Escola Estadual " Santa Rita de Cássia " 20ª DRE- Viçosa	DF	01		
211	Escola Estadual " Santa Tereza " 2ª DRE - Esmeraldas	DF	01		
212	Escola Estadual " Santa Quitéria " - 31ª DRE - Congonhas	DV	08		
213	Escola Estadual " Santo Amaro - 31ª DRE - Queluzita	DA,DF	03		
214	Escola Estadual " São Geraldo 1.2.00.8 38ª DRE- Curvelo	DV	08		
215	Escola Estadual " São José " 2ª DRE - Lagoa Santa	DF	01		
216	Escola Estadual " São Manoel " - 40ª DRE-Distrito de Carangola	DV	01		
217	Escola Estadual " São Tomaz de Aquino" 2ª DRE - Esmeraldas	DF	01		
218	Escola Estadual " Savina Lazzaroni" 40ª DRE - Tombos	DV	04		
219	Escola Estadual " Senador Cupertino " 20ª DRE- Rio Casca	DA,DF,DM	03		
220	Escola Estadual " Serra do Furriel " 40ª DRE - Serra do Furriel	DA	01		
221	Escola Estadual " Serra dos Quintinos - 40ª DRE- Tombos	DMU,DV	02		
222	Escola Estadual "Simão Lacerda" - 15ª DRE - Ouro Preto	DF	01		
223	Escola Estadual " Tancredo de Almeida Neves" 1ª e 2ª g. 16ª DRE Ubai	DMU,DV	03		
224	Escola Estadual "Tancredo Martins " 26ª DRE-Monta Alegre Minas	DF	01		
225	Escola Estadual " de Tavares " 2ª - DRE - Lagoa Santa	DF	01		

SUB-TOTAL 61

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Funções Art. Deficientes	Observação
226	Escola Estadual "Tomaz Antonio Gonzaga" - 15ª CRE - Ouro Preto	Deficiência de Fala	02	
227	Escola Estadual "RUBELIAO das Neves Vereador José Roberto Pereira" 2ª CRE	DF	02	
228	Escola Estadual "Waldemar Pezzini" - 23ª CRE - Matuzinhos	DA, DV	02	
229	Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de MG - B. Horizonte	DF	03	
230	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM - B. Horizonte	DA, DF, DM, DV	14	
231	Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMM - B. Horizonte	DF	01	
232	Fundação Ezequiel Dias - FUNED - Belo Horizonte	DF, DM	06	
233	Fundação Helena Antipoff - Ibirité	DF	02	
234	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMG - BH	DF	02	
235	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMG - BH	DM, DV	02	
236	Fundação João Pinheiro - Belo Horizonte	DF, DM	02	
237	Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário RURALMINAS - Belo Horizonte	DA, DF	02	
238	Fundação TV Minas Cultural e Educativa - Belo Horizonte	DV	01	
239	Hospital Eduardo de Menezes - FHEMG - Belo Horizonte	DF	02	
240	Hospital Galba Veloso - FHEMG - Belo Horizonte	DA, DF, DM	04	
241	Hospital João XXIII - FHEMG - Belo Horizonte	DF, DV	05	
242	Hospital Júlia Kubischek - Belo Horizonte	DF	02	
243	Hospital Regional Antonio Dias - FHEMG - Belo Horizonte	DF	01	
244	Instituto Estadual de Florestas - IEF - Belo Horizonte	DF	02	
245	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA - Belo Horizonte	DF, DM	03	
246	Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM - Belo Horizonte	DM	01	
247	Instituto Raul Soares - FHEMG - Belo Horizonte	DF	02	
248	Maternidade Ocete Valadares - Belo Horizonte	DF	04	
249	Prefeitura Municipal de Estiva	DF, DM	05	
250	Prefeitura Municipal de Paulistas	DF	01	

SUB-TOTAL 73

Número de Ordem	Instituições Públicas Estaduais	Tipo de Deficiência	Número Funções Art. Deficien.	Observações
251	Rádio Inconfidência Ltda - Belo Horizonte	DF	04	
252	Sanatório Padre Demião - P.D.M.G. - Belo Horizonte	DF	21	
253	Sanatório Santa Fé - Belo Horizonte - Três Corações	DF, DM, DV	22	
254	Secretaria de Estado da Cultura - Belo Horizonte	DF	01	
255	Secretaria de Estado da Fazenda - Belo Horizonte	DF	13	
256	Secretaria de Estado da Habitação - Belo Horizonte	DF	01	
257	Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente Belo Horizonte	DF, DV	03	
258	Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social - SETAS/B.Horiz	DM	01	
259	Secretaria Municipal de Saúde de Tumiritinga	DF, DV	04	
260	Unidade de Estudos Supletivos - 2ª - DRE - Rib. das Neves	DV	05	
261	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	DF	05	

TOTAL GERAL 1.844



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTENCIA A PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Maria de Lourdes Santana Oliveira
Coordenadora em Exercício - CAADE

**ANEXO F₃ - CAADE - Empresas que admitem ou que admitiram pessoas
deficientes a partir de 1989**




COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Coordenadoria de Planos e Programas

Data: 15/06/93

Empresas que admitem ou que admitiram pessoas deficientes em nossos registros
partir de 1.989

- Adinal Ind. Com. do Alcool e Açucar Ltda.
Av. Antônio Carlos, 723 - São Cristovão
- Alimenta
Rua Goitacázes, 333 s/301 - Centro
- Ana Maria Andrade Cirino
Rua Carlos Alves, 69 Aptº 203
- Anônima
Rua Raimunda Corrêa, 136 - B. São Pedro
- Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge
Praça Sete
- B.H. Taxi
Av. Afonso Pena, 3.924
- Brasaço Ind. Metalúrgicas S/A.
Rua Trajano Araújo Viana, 1.177 - Contagem
- Brasilton - Hotel
Rod. BR 381 - KM 365 - Contagem
- Carla Antunes (Micro-Empresa)
Rua Herval, 461A - Serra
- Casa Lotérica Santa Terezinha Ltda.
Rua da Bahia, 609 - Centro
- Cemig
Rua Itambé, 40
- Cenibra
Rua Guajajaras, 40 17º andar - Centro
- Cêra Inglesa Ind. Com. Ltda.
Rua Estoril, 1.432 - São Francisco
- Cia. Têxtil - Raquebi Chohfi
Av. Contorno, 9.215 s/702 - Barro Preto


Maria de Lourdes J. Oliveira
Coordenadora Inter. na
Masp. 161205



- 5- Citerol Com. Ind. Tecidos
Rua Dr. José Américo Cançado Bahia, 1.355
- 6- Comitê Ronan Tito
Rua Piauí, 1.055 - Funcionários
Conap - Cooperativa Apícola
Rua Andaluzita, 68
Condomínio Ed. Arcângelo Maleta
Rua da Bahia, 1.148 s/1.902 - Centro
- Cond. Ed. Romualdo Cançado
Rua Pernambuco, 1.389 - Savassi
- Conservadora Juíz de Fora
Rua Juíz de Fora, 979
- Copasa
Rua Sergipe, 580 - Entrada pela Praça da Liberdade
- Corsini Mágua Ind. Com. Ltda.
Av. Contorno, 8.727 - B. Santo Agostinho
- Dagmar Toledo Lyon - Consultório Médico
Av. Contorno, 4.852 s/284 - Funcionários
- Dalva Queiroz Souza "Flert Confecções"
Rua Manoel Macedo, 65 Lj.5 - Lagoinha
- Depósito Roupas Ltda.
Rua Pernambuco, 803 - Savassi
- Diniz e Brandão Impermeabilização Construções Ltda.
Rua Dona Cecília, 5 - Serra
Endless Ind. Com. Ltda.
Rua Tomé de Souza, 1.140 - Savassi
Engetron
Via Sócrates Mariani, 1.099 - Contagem
- Expresso Transamazonas Ltda.
Aptº JK nº 1.061 - B. Industrial - Contagem
- Fábrica Renascença - Deptº Apoio Deficiente Físico
Av. Afonso Pena, 1.500 - 9º andar



- 31- Fiat Automóveis
Betim
- 32- Hidrofeira
Rua Pitanguí, 2.625 - Horto
- 33- Ibéia Cheirosa Ltda.
Rua Santa Luzia, 316 - Santa Efigênia
- 34- Ibralp Ind. Com. Ltda.
Rua Três Pontas, 1.185 - Carlos Prates
- 35- Imão - Instituto Mineiro Aparelhos Ortopédicos
Rua Furquim, 75 - Santa Efigênia
- 36- Ind. Auto Peças Eluma Ltda.
Av. João César de Oliveira, 4.205 - Contagem
- 37- Ind. e Comércio Confecções Kliper Ltda.
Rua Paracatú, 321 - Barro Preto
- 38- Ind. e Montagem de Abajour Sauri
Av. Contorno, 6.441 - Santo Antônio
- 39- Jornal O Debate
Rua da Bahia, 1.148 sobre loja 25 - Centro
- 40- Jornal Hoje em Dia
Av. Nossa Senhora de Fátima
- 41- Ki-pão de Queijo Ltda.
Rua Timbiras, 652 - Funcionários
- 42- Kris Zaya Modas Ltda.
Rua Padre Eustáquio, 567 - Carlos Prates
- 43- Lavanderia Marília
Rua Francisco Sá, 1.466 - Gutierrez
- 44- Lavanderia Spuma
Rua Odilon Braga, 257 - Anchieta
- 45- Leila Decorações
Av. Afonso Pena 13, 537 - Gutierrez
- 46- Leonel e Leonel Ltda.
Rua do Ouro, 1.100 - Serra



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

- 47- Longa Distância Ind. Com. Ltda.
Rua São Francisco, 251 2º andar
- 48- Lotérica São Gabriel
Rua Anapurus, 323 - São Gabriel
- 49- Madeiras Mambrini Ltda.
Av. Antônio Carlos, 2.031 - São Cristovão
- 50- Mauro de Moura Rangel Drumond
Rua Iraí, 175 - Vila Paris
- 51- Minasforte
Rua Paraguassu, 82 - Prado
- 52- Patrícia Carvalho
Rua Gonçalves Dias, 1.354 - (Prédio do Xodó)
- 53- Pedra Bonita Bijouterias
Rua Euclides da Cunha, 40A - Prado
- 54- Pink Alimentos do Brasil Ltda.
Rua Úrsula Paulino, 1.321 - Betânia
- 55- Prefeitura Municipal de Neves
Av. dos Nogueiras, 136 - Ribeirão das Neves
- 56- Prodax Informática Ltda.
Rua Aymores, 388
- 57- Purificador de Água Europa
Av. Augusto de Lima, 407 Lj.20
- 58- Reauto Comércio de Veículos Ltda.
Praça da Cemig - Contagem
- 59- R.C.P.
Rua Siléx, 110 - Vila Magnasita
60. T.D.A. Estamparia Ltda.
Rua Caldas da Rainha, 2.580
- 61- Tereza Cristina de Mendonça Rezende
Rua Oriente, 643 - Serra



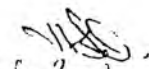
COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Diretoria de Planos e Programas

Data:

Empresas que admitem ou que admitiram pessoas deficientes em nossos registros
a partir de 1.989


- 01- Adservis - Adm. Ser. Int. Ltda.
Av. Contorno, 1.480
- 02- A.M.P. Associação Mineira Paraplégicos
Av. Contorno, 3.677
- 03- Associação dos Surdos de B.H.
Rua Espírito Santo, 1.059/5º andar
- 04- Banco do Brasil S/A.
Rua Rio de Janeiro, 750
- 05- Casa do Barbeiro
Rua São Paulo, 71 - Lj.223
- 06- Colégio Dom Cabral
Rua Aimorés, 1.583
- 07- Chapecó Cia. Ind. Alimentos
Rua S. Madureira, 415
- 08- Hotel Normandy
Rua Tamóios, 212 - Centro
- 09- Empresa Venda Nova
Rua P.P. Pinto, 2.871
- 10- Leonardo
Rua Pernambuco, 1.389/802
- 11- Prefeitura Municipal de B.H.
Av. Afonso Pena, 1.212
- 12- Rede Ferroviária Federal
Rua Sapucaí, 383/5º andar
- 13- Telemig
Av. Afonso Pena, 4.001


Alberto de Mendonça S. Oliveira
Coordenador Interno
FONE: (31) 225



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.

- 4- Thompson Tub. Componentes B.H.
Av. Gal. David Sarcot, 3.415
- 5- U.F.M.G.
Av. Antônio Carlos, 6.627
- 16- União Auxiliadora dos Cegos de B.H.
Rua Mármore, 664


Maria do Rosário S. Oliveira
Coordenadora Técnica
Cep. 16125

**ANEXO F₄ - CAADE - Empresas que oferecem vagas para pessoas
portadoras de deficiência física**



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Relação de Empresas Privadas que oferecem vagas para pessoas portadoras de deficiência física:

01- Comopar Indústria e Comércio Ltda
Rua Santa Elisa, 204 - Sarzedo - Ibirité
Escritório: Rua Juacema, 64 - Bairro da Graça - B.H.
Fone: 444-2563

02- Fábrica de Roupas Samaha
Rua Adalberto Ferraz, 161
Fone: 442-1733 ou 444-0249

03- MRV Serviços de Engenharia Ltda
Av. Reja Gabaglia, 2.720 - 2º andar
Fone: 344-7100 R. 19

04- Ponto Alto Bordados Ltda
Av. Brasil, 1.831 - loja 201 - B. Funcionários
Fone: 261-2772

05- Serralheria Jackson
Rua Felisbino Pinto Monteiro, 1.119 - B. Praia - Contagem
Fone: 398-3956

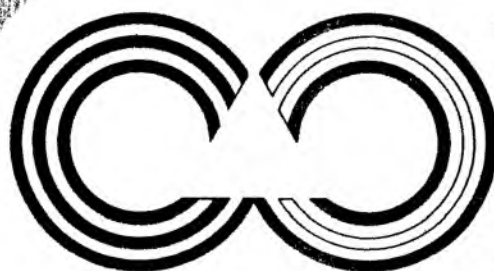
06- Telepreços
Rua Nelson Soares Farias, 187
B. Cidade Nova
Fone: 467-4340

07- Transport - Serviços Internacionais Ltda
Rua Alagoas, 506 - B. Funcionários
Fone: 261-7322

Data: 10/11/95

**ANEXO F₅ - CAADE - Manual de recursos para pessoas
portadoras de deficiência**

MANUAL DE RECURSOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA



COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE

1994

DICE GERAL	PÁG
Apresentação	07
Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências	08
Histórico/CAADE	11
Coordenadorias de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência	12
CAADE	
CORDE	
Coordenadorias Municipais	
Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência	15
2.1- Deficiência Auditiva - DA	16
2.2- Deficiência Física - DF	19
2.3- Deficiência Orgânica	24
2.4- Deficiência Visual - DV	27
Entidades para Pessoas Portadoras de Deficiência	29
3.1- Associação de Pais e Amigos	30
3.1.1- Associação de Amigos do Autista e Psicótico	30
3.1.2- Associação de Amigos do Instituto São Rafael	30
3.1.3- Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo de Belo Horizonte	30
3.1.4- Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo	30
APADA	30
3.1.5- APAE's	31
3.1.6- Família Down	72
3.2- Deficiência Auditiva - DA	73
(Clínicas, Escolas e Hospitais)	
3.3- Deficiência Física - DF	78
(Clínicas, Escolas e Hospitais)	
3.4- Deficiência Mental - DM	85
(Clínicas, Escolas e Hospitais)	
3.5- Deficiência Visual - DV	104
(Clínicas, Escolas e Hospitais)	
3.6- Salas - Recurso	107
3.6.1 - Conceito	108
3.6.2 - Deficiência Auditiva	109
3.6.3 - Deficiência Mental	116
3.6.4 - Deficiência Múltipla	117
3.6.5 - Deficiência Visual	118

4- Entidades de Outros Estados e Internacionais, da área da Deficiência	121	
4.1- Outros Estados do Brasil	122	
4.2- Internacionais	131	
5- Entidades que Atendem Diversos Tipos de Deficiências	132	
6- Entidades que Prestam Serviços Complementares à Pessoa Portadora de Deficiência	152	
6.1- De Minas Gerais	153	
6.2- De Outros Estados do Brasil	163	
7- Federações de Pessoas Portadoras de Deficiência	164	
8- Firms que Comercializam Equipamentos Para Pessoas Portadoras de Deficiência	167	
9- Fontes de Financiamento	175	Este MANI
9.1- Projetos	176	se const.
9.2- Veículos	178	dades que
10- Instituições que cuidam dos Direitos do Cidadão	179	deficiênc
11- Como Criar: Coordenadorias e Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência	182	O objetiv mações ac professio de Minas ência (au Apresenta rão norte sentativa ciativa p Agradecem des que c to e atua

ANEXO F₆ - CAADE - jornal.



ANO I
RÇO/MAIO DE 1995
Nºs 05/06

JORNAL DA CAADE

COORDENADORIA DE APOIO
E ASSISTÊNCIA À
PESSOA DEFICIENTE

Secretaria de
Estado do Trabalho
e Ação Social

Levantamento feito pela CAADE mostra funcionários portadores de deficiência em Minas Gerais

A CAADE concluiu levantamento dos funcionários públicos em Minas Gerais, portadores de deficiência. O procedimento e a iniciativa configuram a responsabilidade do Estado, nas áreas pertinentes à pessoa portadora de deficiência e traduz o movimento de ações governamentais englobando as linhas de atuação da CAADE, tais como: Conscientização - Informação - Divulgação - Integração. Na Página 03, o Editorial desta Edição chama a atenção pública para o necessário respeito e conhecimento dos problemas enfrentados pelos deficientes, e defende o maior respeito de todos os cidadãos. Somos obrigados a compreender as diferenças físicas e psicológicas a que fomos submetidos nossos semelhantes não são culpados.



Foto: Marco Evangelista
Professora Maria de Lourdes Santana Oliveira, Diretora do Jornal e Coordenadora em exercício da CAADE: busca-se maior integração dos portadores de deficiência na vida social e profissional.

Aprovação do CFM sai após a morte do 1º Médico cego

O Conselho Federal de Medicina aprovou parecer que assegura o direito de inscrição no CRM de médico formado portador de cegueira total. Iniciado em 1988, o processo se encerra com atraso pelo menos para uma pessoa, justamente aquela que lhe deu origem: Jesuíno Egipcíaco Pires de Araújo (foto). Ele morreu no dia 05 de março, em Santos, seis anos depois de aprovado com louvor na Faculdade de Ciências Médicas, daquela cidade. Até seu falecimento, Jesuíno, que optou pela psiquiatria, não conseguiu sobreviver da profissão que escolheu.



Médico Jesuíno Egipcíaco, primeiro cego a obter diploma no Brasil

Primeiro cego a obter o diploma de Medicina na América Latina, Jesuíno era portador da Síndrome de Marfan, herdada da mãe. Essa deficiência genética provocava a fragilidade dos tecidos e sustentação do corpo. Por isso, aos 11 anos, teve deslocamento de retina no olho esquerdo, após ficar olhando por muito tempo para uma lâmpada. Três anos depois, perdeu a visão do olho direito, atingido por um livro durante uma brincadeira.

Após várias cirurgias para tentar restabelecer a visão, aprendeu a ler pelo método Braille e prestou vestibular na Faculdade de Ciências Médicas de Santos, em 1981. Aprovado precisou da interferência do MEC para fazer a matrícula. Concluiu o curso em 1988, mas só no ano seguinte pôde colar grau, após várias providências burocráticas.

Foi nessa época que a faculdade santista apresentou o problema para o CFM. Apesar de aprovado

com louvor e de ter feito internato na Santa Casa de Misericórdia de Santos, Jesuíno não pôde ser avaliado pelo diretor do internato.

Apreciado pelo CFM ainda em 1988, o caso Jesuíno não teve solução positiva, e embora houvesse parecer favorável à sua inscrição ela foi rejeitada pelo plenário. Enquanto isso, Jesuíno tentou se estabelecer em Santos, mas os pacientes nunca apareceram. "Ele não conseguiu vencer o preconceito das pessoas", afirmou para o jornal A Tribuna seu cunhado, Eduardo José dos Santos Cláudio.

Casado e pai de dois filhos, Jesuíno Egipcíaco sofria de distúrbios cardíacos, que lhe provocaram a morte. Coincidentemente, ele desaparece no mesmo mês em que o jornal do CFM anuncia a decisão do plenário, assegurando o direito de inscrição a pessoas como Jesuíno.

(Extraído de Jornal da Associação Médica Brasileira - abril/95)

**NÃO FAZ DIFERENÇA A
"TRINCHEIRA"
QUE VOCÊ VAI OCUPAR
O IMPORTANTE É
PARTICIPAR DA LUTA**

Down, Parkinson, Alzheimer, Anemia Falciforme, HIV/AIDS, Diabetes, Hemofílicos e muitas outras Associações precisam de ajuda.

Use o telefone mais próximo e ofereça sua solidariedade. Você vai gostar de praticar o amor ao próximo.

APOIO	REALIZAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS	GRUPO SOLIDARIEDADE PARKINSON/MG
CAADE - Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente/SETAS	E DREMINAS/ABRASTA
TRANSPORTES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA R. Manoel Vaz de Melo, 1025 - Bairro de Balzo - BH/MG Tel: 384-4015 ou 384-4842	COORDENAÇÃO NACIONAL Comissão de Defesa da Saúde/MG
INCABEL - MÉDICA HOSPITALAR LTDA R. Hugo Werneck, 537 - Lj. 3 - Sta. Elégia - BH/MG Tel: (031)212-3711 Fax: (031)481 1712	A PIOR DOENÇA É A FALTA DE SOLIDARIEDADE
NO SUGAR LTDA PRODUTOS DIETÉTICOS TEL: (031) 344-4195	

ATENÇÃO:



Este símbolo indica acesso para pessoas portadoras de deficiência.

Respeite-o.

**ANEXO G - Delegacia Regional do Trabalho - Lista das empresas com
experiência de trabalho do portador de deficiência**

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO
MERCADO DE TRABALHO

RELAÇÃO DE EMPRESAS QUE TÊM EXPERIÊNCIA COM O
TRABALHO DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

1. BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2. FIAT AUTOMÓVEIS S. A.
3. IMPRENSA OFICIAL
4. COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)
5. PRODEMGE
6. GENERAL ELETRIC
7. FUJINOR
8. COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)
9. COMMANDER AUTO PEÇAS S. A.
10. MANNESMAN S. A.
11. CIA. TÊXTIL SANTA ELIZABETH
12. CIA. TÊXTIL RENASCENÇA
13. TELEMIG
14. JUSTIÇA DO TRABALHO
15. CERA INGLESA
16. HOSPITAL DA PREVIDÊNCIA
17. ODILON BHERENS
18. HOSPITAL JOÃO XXIII
19. HOSPITAL MILITAR
20. HOSPITAL ARAPIARA
21. FMB
22. ELUMA
23. BMS - BELGO MINEIRA SISTEMAS
24. DATAMEC
25. DATAPREV

ANEXO H₁ - CVI_{RJ} - Centro de Vida Independente - jornal

INDEPENDÊNCIA
OU MORTE!



Superação

CVI

Jornal do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro - Ano VI - Nº 11 - jun a out/95

centro de vida
independente do
rio de janeiro

DEF'RIO 95

"CIDADANIA PLENA É DIREITO E DEVER DE TODOS"
23 a 26 de novembro - Hotel Inter Continental - Rio

Paulo Jabur



O maior evento internacional do ano, realizado no Brasil, por cerca de vinte entidades de todas as áreas de Deficiência!

Em quatro dias, serão discutidos temas como cidadania independente, saúde, reabilitação, educação profissional, política, cidadania, questão da mulher, e tantos outros...

Além disso, uma super exposição de equipamentos e ajudas técnicas. Você não pode perder!!!

As entidades que enviarem, até o dia 13/11, sua lista de membros interessados em participar, poderão obter gratuitamente da taxa de inscrição. O prazo é de ordem de chegada! O Programa completo é vai conhecer no interior do SuperAção.

Rio recebe 14 novos ônibus adaptados

Após muitos anos de luta para que a lei fosse cumprida, hoje as pessoas portadoras de deficiência da Cidade Maravilhosa já podem desfrutar dos quatorze novos ônibus urbanos adaptados.

Foram utilizadas plataformas de elevação hidráulica importadas que serão instaladas em mais 23 veículos até o final do ano, segundo a Secretaria Municipal de Transportes. Leia na página 6.



Alberto Jacob

Maria, Maria
uma homenagem do SuperAção às mulheres brasileiras, portadoras de deficiência, em comemoração à "IV Conferência Mundial da Mulher".
Pág.11

Na coluna do CVIRJ, as novidades, os serviços e informações sobre a Rede Internet.

Veja nas págs. 3 e 4

Márcia Almeida



O Projeto Rio Cidade está mudando a cara das principais ruas do Rio de Janeiro. E as pessoas com mobilidade reduzida estão sendo respeitadas em seu direito de ir-e-vir. Confira nas págs. 7,8 e 9.

CVI-RJ - Jornal SUPER AÇÃO
Rua Marquês de São Vicente 225 - Estacionamento
22451-041 - Rio de Janeiro - Teléfax (021) 239-6547

IMPRESSO

ANEXO H₂ - CVI_{BH} - Boletim mensal



INFORM BOLETIM MENSAL

Agora surgiu uma nova oportunidade para os participantes do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte ficarem informados sobre os acontecimentos e as atividades de cada mês.

O boletim nasceu devido ao crescente fluxo de informações adquiridas durante as atividades de plantão e as reuniões das 3ªs do mês. O objetivo é registrar um resumo de todos os acontecimentos e fatos surgidos durante o mês -- discussões, planos, propostas debatidas em reuniões, depoimentos, entrevistas, projetos concretizados -- além de dar dicas sobre as atividades na área socio-cultural de interesse à vida independente.

O informativo do C.V.I. BH está aberto à colaboração, participação e sugestões de todos. Enviem suas contribuições para a redação, responsável pelo setor.

C.V.I. BH: PRIMEIRO ANIVERSÁRIO

No dia 30 de agosto de 1994, houve a aprovação do estatuto do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos com o objetivo de criar e oferecer serviços, sendo tanto diretos ou indiretos. Busca informar e orientar indivíduos portadores de deficiência sobre recursos disponíveis em sua comunidade para a promoção de uma vida produtiva e independente.

Desde então, muitos dos membros fundadores do C.V.I. BH se afastaram, outros membros pressionaram e a primeira diretoria sofreu alterações. O C.V.I. BH adquiriu um acervo bibliográfico, conquistou um local para suas atividades, obteve concessão para o uso de um telefone comercial, viajou para os Estados Unidos num projeto de intercâmbio, ministrou cursos, negociou convênios e produziu sua primeira publicação técnica. Tantas atividades não relacionadas com mais detalhes nestas e outras edições do Informativo do C.V.I. BH.

Além das comemorações, essas se realizaram num almoço amigável reunindo muitos amigos pessoais de antes e de agora. No embalo de um papo animado, regado com os sabores gastronômicos da participação de todos, o domingo à tarde correu tranquilo.

Por fim, todos brindaram ao próximo ano de trabalho com muita fé e confiança mútua!

O PAPEL DO C.V.I. BH

Editorial - Marcelo P.G

Um Centro de Vida Independente - C.V.I. se dedica aos diferentes serviços de suporte e de auto-ajuda para que pessoas portadoras de deficiência aprendam a viver em harmonia com sua comunidade. O C.V.I. possui serviços para a vida independente a fim de que uma pessoa não dependa de seus familiares ou de outros que determinem seu modo de viver.

Ser portador de deficiência não faz de você um membro do C.V.I. BH. Afinal, não se trata de um clube ou de uma associação. A deficiência serve no C.V.I. BH apenas como uma lente para se ver a realidade das pessoas que não possuem oportunidades e instrumentos para serem reconhecidas e respeitadas pelos outros e por si mesmas. O C.V.I. BH não pretende resolver problemas de ordem pessoal. É, na verdade, uma agência de informações e procura instrumentar os que a procuram para que aprendam a resolver seus

problemas com autonomia, com poder de decisão.

Para contribuir com um C.V.I., uma pessoa deve estar disposta a se envolver num processo que pode modificar sua visão de mundo. Esse processo ocorre quando a pessoa procura ver os problemas sobre deficiência humana pelo enfoque social de maior abrangência. Modelos de comportamento e imagens sociais dos portadores de deficiência são confrontados com uma perspectiva mais ampla que retira da pessoa e dos outros a culpa por tudo ser do jeito que é. Tal perspectiva atribui a essa pessoa a responsabilidade para decidir sobre o que é melhor para si mesma.

Eis aí a base de seus atos como um cidadão atuante. Por essa prática, o C.V.I. BH tem conquistado espaço e está então cumprindo com seu papel.

ALGUMAS DATAS IMPORTANTES

1994

Janeiro Katia Fontes, Marcelo, Maria Cristina e Paulo Saturnino trocam idéias sobre a necessidade de um CVI em B.H.

Abril O grupo Pró-CVI BH conhece e inclui Daniel Augusto nas reuniões.

03/08 1ª apresentação do grupo na Biblioteca Pública de MG. Ingresso de Laura e de José Maia. Nas reuniões seguintes tomam parte Ana Cristina, Adriana, Iole, Kátia Ferraz, Silvana, Marluce e Marilda

30/08 Fundação do C.V.I. BH /

1995

Fev. 1º Curso do C.V.I. BH

Abril O C.V.I. BH ocupa a sala 125 da Esc. de Arquitetura da UFMG

Junho O C.V.I. BH vai aos USA

23/08 Marcelo passa a Presidência do C.V.I. BH para a Katia Fontes

30/08 Primeiro aniversário

07/11 1º Informativo do C.V.I. BH

PREPARAÇÃO PARA O ACONSELHAMENTO DE PARES

É imprescindível desejar o outro a fim de se estar em sintonia e percebê-lo por inteiro. Escutá-lo não apenas ouvi-lo; olhá-lo não apenas vê-lo e principalmente, senti-lo.

É sentindo o outro e estando atento àquilo que nos faz sentir é que temos a possibilidade de penetrar cada vez mais em seu universo! Daniel A. R.

O 1º Treinamento Em Aconselhamento De Pares foi elaborado e ministrado por Daniel Augusto dos Reis, de fevereiro a maio de 1995 sendo participantes: Katia Fontes, José Maia, Laura, Marcelo e Maria Cristina.

Durante o curso, enfatizou-se a relação conselheiro-aconselhado como o aspecto fundamental para o êxito do processo. Os participantes praticaram técnicas de simulação e puderam revelar as dificuldades de linguagem e de postura que se apresentam numa simples relação de troca de experiências entre iguais.

Como resultados, foi possível a aproximação entre as pessoas envolvidas num sólido grupo. Deixando de serem apenas interessadas no sucesso da filosofia do C.V.I. BH, essas pessoas se permitiram conhecer umas às outras e revelaram o que as move juntas rumo a esse objetivo.

AÇÕES DO CVI•BH

ACERVO

O CVI•BH possui uma pequena biblioteca com publicações técnicas no âmbito da deficiência e livros de interesse para a prática da vida independente.

Para colaborar falem com Laura Martins sempre às terças-feiras.

APOIO À PESQUISA

QUALIDADE DO LESADO MEDULAR

O CVI•BH está apoiando a psicóloga Maria do Carmo Barbosa em seu trabalho sobre sexualidade do lesado medular. O trabalho envolve a participação dos membros do CVI•BH, e outras pessoas, tais como: profissionais de reabilitação, membros de associações de portadores de deficiência e parceiros sexuais de pessoas com lesão medular.

A primeira etapa prevê a formação de um grupo de estudos com cerca de vinte pessoas que serão preparadas para o levantamento de dados. Se você se identifica com o trabalho e deseja participar procure Katia Fontes ou José Maia para maiores informações.

ESTRADO SOBRE SERVIÇOS PARA O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Está no Brasil até dezembro a canadense Marie Christine Ranger, professora ocupacional que está desenvolvendo sua tese de mestrado na Queen's University.

O CVI•BH está auxiliando a pesquisadora através de depoimentos pessoais de colaboradores. Esse trabalho envolve a avaliação sobre as necessidades de pessoas com deficiência na mobilidade e a relação delas com os serviços de apoio na comunidade.

BANCO DE DADOS

Como organização prestadora de serviços, CVI•BH quer aprimorar seu trabalho reunindo informações sobre todas as áreas da deficiência e sobre suas causas, tratamentos, legislações, etc.

Para isso, é importante contar com a colaboração das diferentes Associações de Portadores de Deficiência, a quem estamos convidando a nos visitar e a nos fornecerem qualquer material informativo para compor nosso Banco de Dados.

CLIPPING

As notícias sobre as áreas que envolvem deficiência humana publicadas nos principais jornais do país, estão reunidas em nosso clipping semanal. Tais notícias muitas vezes embasam o encontro mensal dos membros do CVI•BH todas as terças-feiras, onde um posicionamento crítico do grupo sobre formas de enfoque de vários assuntos é estimulado.

Além disso, o serviço de clipping favorece o desenvolvimento de pesquisas sobre a visão social da deficiência. Consultas poderão ser feitas somente durante o horário de funcionamento do CVI•BH. A consulta é facilitada pela encadernação e pela organização das matérias por assuntos tais como legislação equipamentos, denúncias etc.

A produção é uma colaboração da Idéia Fixa - Empresa de Clipping e Pesquisa.

CONSULTORIAS

O setor de acessibilidade está atuando em três frentes de trabalho. Na primeira, está prestando consultoria à Comissão da Acessibilidade de Belo Horizonte, sediada na BHTRANS através de projetos de adequação dos ônibus e de programas técnicos para facilitar o uso dos edifícios. A segunda, envolve a participação de alunos da Escola de Arquitetura da UFMG e voluntários do CVI•BH no desenvolvimento de metodologia para a avaliação da qualidade do acesso nos edifícios. Na terceira, o CVI•BH está prestando serviços de aconselhamento sobre modificações para a acessibilidade de residências de pessoas com deficiência na mobilidade.

Em breve, o Informativo do CVI•BH oferecerá um maior detalhamento dessas atividades. Para maiores informações, falar com o Prof. Marcelo Pinto Guimarães da EA - UFMG.

G.A.F. - GRUPO DE APOIO À FAMÍLIA

O G.A.F. surgiu da necessidade de informar e apoiar pessoas que mantêm algum vínculo com portadores de deficiência seja ela temporária ou não. O grupo tem sido procurado por esposas, pais e demais parentes que dizem de suas dúvidas, medos, anseios na convivência diária.

A orientação é obtida diretamente entre os integrantes do grupo pela troca de experiências. O objetivo deste trabalho é de mostrar que existem alegrias e prazeres nessa convivência além de auxiliar na solução de questões que podem parecer difíceis aos envolvidos emocionalmente.

O serviço de aconselhamento presente no G.A.F. está sob a responsabilidade de Daniel Augusto e José Maia. Seu funcionamento é todas às terças feiras, das 16:30 hs às 17:30 hs.

A SEGUIR NOS PRÓXIMOS NÚMEROS

O CVI•BH e a Ação Pró-Acesso da UFMG. Aconselhamento de Pares. Ciclo de Estudos Integrados. Momento de Esporte e Lazer...

EVENTOS

DEF'RIO 95

"O objetivo principal do evento é projetar socialmente a área da Deficiência dentro de uma visão não-caritativa, não-paternalista, mas através de uma abordagem de cidadania e plena participação, em todos os setores da atividade humana." (Rosângela Berman, Presidente do DEF'RIO 95)

será realizado, no período de 23 a 26 de novembro, no Hotel Inter-Continental, no Rio de Janeiro o encontro internacional de portadores de deficiência DEF'RIO 95. Organizado pelo Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro, CVI-RJ, o evento sediará seminários, simpósios, workshops e reuniões de especialistas e ativistas provenientes de vários países do mundo, além de uma exposição sobre equipamentos e técnicas. Consta do calendário o II Simpósio Ibero-Americano de Vida Independente, o II Encontro de Mulheres Portadoras de Deficiência e o V Seminário Ibero-Americano de Alternativas em Reabilitação. O CVI•BH está organizando a participação de MG no DEF'RIO 95. Interessados em participar ou em obter maiores informações deverão falar com Katia Fontes ou José Maia.

INFORMURAL

NÚNCIOS

Este espaço está aguardando por seu próximo anúncio ...

Vendo Cadeira de rodas Gazela-OrtoBrás, em estofado aveludado cor vinho em perfeito estado. Tratar com Iole, telefone: 463-1767.

Vendo almofada Avant, preta, em excelente estado de conservação. Tratar com Daniel Augusto, fone 433-1657.

- Vendo mesa ortostática para uso fisioterapêutico. Tratar com Iole, fone 463-1767.

CONVITE

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS
No 1º Batalhão da PMMG - Projeto Cultural de Iole Marques e Adriana Buzelin apresentam uma Coletiva tendo como tema principal as Festas Natalinas. Acontecerá no fim do mês de novembro.

DICAS DE VIDEO

NASCIDO EM 4 DE JULHO

Ex-combatente parapléxico luta por sua cidadania para reencontrar a si mesmo.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO DO CVI•BH

Número 00 - Ano 01 - Novembro / 1995

Redação / Edição :

Adriana Buzelin

Katia Fontes

Marcelo P. Guimarães

Vilma Diniz

Colaboradores:

Daniel Augusto Dos Reis

José Maia Dos Santos

Ronaldo Aguiar



INFORM

ATIVO

DO CVI•BH

Nº 01 - ANO 1

DEZEMBRO / 1995

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DE BELO HORIZONTE / CVI•BH - R. Paraíba 697, EA UFMG, sala 125, B.H., MG - CEP 30130.140 - Brasil - Fone (5531) (031) 261 7721, Fax (5531) (031) 261 7286

FELIZ ANO NOVO !!!

Editorial - Katia Fontes

A proximidade do final do ano é uma época em que a gente normalmente dá uma paradinha para reflexões, avaliando o que foi realizado nesse período. Neste ano, pela primeira vez, temos a oportunidade de compartilhar este momento com você.

Para o CVI•BH, 1995 foi um ano de muito trabalho. As dificuldades - muitas, como costuma acontecer quando se está começando - só contribuíram para tornar mais valiosa cada conquista, que, certamente, tiveram seu grande suporte no entrosamento da equipe de trabalho que se consolida como um conjunto coeso e afinado.

Como profissionais especializados, ou como pares pela experiência vivencial comum, queremos dividir com você e com cada um que procurar nossos serviços, nosso fortalecimento como organização e referência para pessoas com necessidades especiais.

A proposta é estarmos aqui em 1996, ouvindo e sendo ouvidos, trocando, crescendo juntos e trilhando lado a lado o caminho de nossa independência.

Aos amigos do CVI•BH,

UM FELIZ 1996!

QUEM FAZ PARTE DO CVI•BH ?

Marcelo P.G.

O CVI•BH conta com a importante participação de dois tipos de pessoas: os que prestam serviços e os que recebem serviços. A participação de todos depende do comprometimento pessoal e é isso que assegura a qualidade de cada contribuição.

Os que prestam serviços no CVI•BH podem ser membros efetivos ou iniciantes. Ambos irão adquirir familiaridade com a filosofia de vida independente através do contato contínuo com os companheiros de trabalho e do desenvolvimento de projetos. A diferença entre eles está no grau de envolvimento pessoal. Geralmente, os membros efetivos têm dedicação constante e voluntária, relativa às diferentes tarefas de interesse comum. Os iniciantes, por vezes, chegam a se afastar, temporariamente, sem perderem o vínculo ou o interesse pelo trabalho do grupo.

A representação pública do CVI•BH é atribuída aos membros efetivos da diretoria ou, muitas vezes, daqueles coordenadores de trabalho que expressem a natural harmonia de suas atitudes e valores pessoais com os princípios de organização do CVI•BH. Em função disso, a coordenação para o andamento dos trabalhos pode ser exercida por quaisquer dos membros voluntários ou por iniciantes, numa estrutura horizontal de poder, na qual busca-se sempre o consenso após ouvido cada participante.

As pessoas que recebem os serviços podem também apresentar diferentes posturas.

Uns demonstram grande interesse pelas atividades e trabalham de forma indireta para o CVI•BH ao prestarem depoimentos sobre a qualidade do atendimento ao portador de deficiência pelo CVI•BH e por outras organizações afins. Alguns, por outro lado, vêm em busca de informação simplificada e pouco desejam o envolvimento com idéias distantes de sua demanda imediata. Espera-se que o próprio processo de busca pessoal por informações permita a essas pessoas ampliar a consciência sobre sua participação ativa nesse processo. Outros, beneméritos, procuram prover o CVI•BH dos recursos materiais necessários, após haverem se servido de seu trabalho e obtido algum estímulo pessoal. Além do atendimento individual, o CVI•BH oferece seus serviços para empresas, os quais consistem em consultoria técnica sobre ideais, atitudes compatíveis e métodos de trabalho para a vida independente.

Assim, para fazer parte do CVI•BH, basta que a pessoa demonstre interesse, competência pessoal e desejo de participar, além, é claro, do aprimoramento de suas ações e idéias nos assuntos relativos à deficiência e aos serviços de vida independente. Cada visitante que traz consigo um projeto coerente com os princípios do CVI•BH é convidado a se integrar à equipe. São bem-vindos, também, outros que, mesmo momentaneamente, desejem contribuir com seu esforço para o sucesso de um trabalho em andamento.

HORA DE FALAR COM O CVI•BH (fone - 031-261 77 21)

Reunião Geral

terça-feira 19:30 às 21:00 h

O CVI•BH se reúne todas as terça-feiras para elaborar e desenvolver seus serviços, incluindo-se a primeira terça-feira de cada mês, quando, então, aguarda visitantes para apresentar sua estrutura de trabalho.

Plantão para atendimento :

terça-feira

14:00 às 16:30 h Daniel Augusto,
José Maia,
Laura,
Marcelo

16:30 às 17:30h Grupo de Apoio à Família

17:30 às 19:00h Katia Fontes,
José Maia,
Laura

Quarta-feira

13:30 às 17:30 h Katia Fontes

sexta-feira

15:00 às 19:00 h Katia Fontes
Agular
Vilma

ACESSIBILIDADE SERÁ PRIORIDADE NACIONAL

A Constituição do Brasil contém dois artigos (nº 227- §2º, e nº 244) que tratam da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência às edificações públicas e ao transporte. É o único caso no mundo em que a constituição de um país reconhece a acessibilidade para todos como necessidade fundamental do cidadão. Para transformar palavras em realidade, o Ministério da Justiça, através da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE promoveu uma Câmara Técnica, em Petrópolis - RJ, entre os dias 14 e 17 deste mês, a qual reuniu representantes de entidades de portadores de deficiência, arquitetos, advogados, engenheiros e profissionais de áreas afins das organizações oficiais e civis que tratam dessa matéria.

Constou dos trabalhos a preparação de uma proposta de regulamentação sobre a acessibilidade nas três esferas administrativas, sobretudo a municipal, sugerindo: a elaboração de lei federal, de caráter genérico; ações administrativas de impacto nas três esferas de governo; a edição de legislação municipal mais específica, em virtude de sua competência atribuída pela Constituição.

O princípio básico do trabalho foi o de tratar a acessibilidade como instrumento de respeito às diferenças individuais, não podendo ser simplesmente entendida como anseio de um grupo social isolado. Assim, não houve ênfase em questões de deficientes físicos, cegos ou surdos, mas em assuntos que tratam da deficiência, inclusive de gestantes e idosos, como natural desajuste entre as faculdades da pessoa e as condições do meio onde atua.

O documento final contém 18 propostas de lei e 27 recomendações gerais. Nesse, pode-se citar, por exemplo, as seguintes propostas: obediência às normas técnicas brasileiras para acessibilidade em nível nacional; incentivo à pesquisa científica sobre acessibilidade; criação de um fundo para obras acessíveis advindo de multas pela desobediência às leis que tornem obrigatória a acessibilidade para todas as edificações de uso público e para os transportes coletivos.

O Poder Executivo enviará o documento ao Congresso Nacional para sua regulamentação oficial. Caberá a todos nós, interessados, atuarmos para que esse ideal não seja desvirtuado.

AÇÕES DO CVI•BH

CICLO DE ESTUDOS INTEGRADOS

Para permitir aos membros do CVI•BH uma visão global dos fatores que guiam o trabalho junto pela vida independente, será realizado o ciclo de estudos integrados. Trata-se de uma série de apresentações selecionadas com diferentes assuntos e postas de trabalho em andamento.

Cada apresentação ocupará cinquenta minutos do horário normal de reuniões, seguindo os princípios do aconselhamento de pares, a informação será compartilhada entre os membros do CVI•BH, podendo haver a distribuição de especialistas. Ao final de cada apresentação, o CVI•BH organizará material específico para futuras publicações. O 1º CEI

terá início em 09/01/96, e na programação, estão previstos, entre outros temas: C.V.I. Informação e Vida Independente, Sexualidade do Lesado Medular, A Postura Corporal, Acessibilidade, Responsabilidade Pela Própria Vida, Legislação e Deficiência, etc.

CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO

Cumprindo uma de suas diretrizes básicas, que é agir crítica e tecnicamente para o reconhecimento público e o respeito dos direitos do cidadão portador de deficiência, o CVI•BH prepara para 1996 uma campanha de conscientização referente ao uso do estacionamento reservado para veículos de pessoas com deficiência na mobilidade. O projeto prevê ações como:

- sensibilização de órgãos oficiais;
- levantamento e análise das condições de estacionamento reservado em estabelecimentos comerciais e de serviços na cidade, como shoppings e supermercados;
- sugestão e assessoria técnica para a melhoria dos estacionamentos desses locais e na adoção de formas de efetiva fiscalização dos usuários;
- veiculação e distribuição de material informativo para a participação dos usuários numa estratégia de conscientização pública sobre o respeito às necessidades especiais.

Participe. Conheça os detalhes e contribua com sugestões. Visite o CVI•BH e fale com José Maia no horário de plantão.

PAINEL

DEF'RIO 95

Durante a última semana de novembro, ocorreu no Rio de Janeiro o DEF'RIO 95 - encontros internacionais de portadores de deficiência, cujo tema foi "Cidadania Plena É Direito e Dever de Todos".

Cerca de duas mil pessoas se reuniram no Hotel Intercontinental, para participar de, pelo menos, doze grandes simpósios, encontros e seminários. Ocorreu ainda o encontro nacional dos sete CVIs que estão em atividade. A programação paralela incluiu desde a mostra de equipamentos e ajudas técnicas (com fabricantes do Brasil e representantes comerciais dos EUA e da Alemanha) até workshops, lançamentos de livros e vídeos, apresentações artísticas e reuniões técnicas de entidades nacionais e internacionais.

A mostra de equipamentos, evidenciou-se a saudável competição na área de tecnologia, principalmente entre cadeiras de rodas adaptadas fabricadas no país e no exterior. O preço, contudo, é proibitivo para muitos, já que os altos impostos de importação incluem parte dos equipamentos como itens supérfluos de consumo. E outros exemplos de tecnologia apresentada, pode-se citar o KVOX, que transmite as mensagens visuais da tela de computadores de forma audível para deficientes visuais, e o VOX-2, que facilita a comunicação de paralisados cerebrais. A casa-mostra em acessibilidade apresentou algumas soluções para o dia-a-dia tais como: torneiras tipo monocomando em alavanca para o fácil controle sem o uso dos dedos e assentos altos para vasos sanitários, que incluem barra de transferência e são de fácil montagem por cima; o reduzido volume final permite seu transporte em viagens.

O CVI•BH foi ao DEF-RIO, representado por quatro de seus membros: Katia Fontes, José Maia, Laura e Marcelo. Katia Fontes coordenou o painel "Características Básicas dos CVIs" e proferiu palestra no II Encontro Ibero-Americano de Mulheres Portadoras de Deficiência, com depoimento sobre a experiência vivencial com base no apoio mútuo. Marcelo P. Guimarães proferiu palestra juntamente com representantes de outros quatro CVIs, relatando um pouco da história e da atuação do CVI•BH, dentro do tema Experiência de Vida Independente no Brasil.

Entre os workshops, destacaram-se: A vivência do Aconselhamento de Pares, desenvolvido pelo CVI-RJ, e a iniciação em Biodança, ou a Dança da Vida, promovida pelo Sólazer. O primeiro correspondeu à apresentação geral dos fundamentos e da prática de técnicas de facilitação nos serviços de aconselhamento de pares. O segundo consistiu de três sessões para, em cada uma, apresentar os princípios e alguns exercícios da biodança. Cada apresentação envolveu os participantes num agradável momento de descontração e familiaridade, sendo a última com grande público. A livre expressão corporal comprovou ser um ótimo elixir para refletir uma nova postura humana e em decorrência eliminar tensões do cotidiano. No final, os participantes da biodança presentearam os demais presentes no DEF-RIO com um festivo happening, só suplantado pela festa geral de congraçamento.

Maiores detalhes das conclusões dos trabalhos do DEF'RIO serão obtidas diretamente no CVI•BH ou noutras edições deste informativo.

INFORMURAL

AMBRETE

Serviço de consulta ao clipping de notícias sobre deficiência (uma colaboração da Idéia - Clipping e Pesquisa) está à disposição em todos os plantões. Em destaque este mês, o anteprojeto de criação do Conselho Nacional de Assistência Social e matérias sobre a Síndrome de Down e a Equoterapia para ajudar a portadores de deficiência.

ANÚNCIOS

Este espaço aguarda por seu anúncio ...

Vendo almofada Avant, preta, em excelente estado de conservação. Tratar com Daniel Augusto, fone 494-6220.

Vendo Cadeira de rodas Gazela-OrtoBrás, estofado aveludado cor vinho em perfeito estado. Tratar com Iole, telefone: 463-1767.

Vendo mesa ortostática para uso fisioterapêutico. Tratar com Iole, fone 463-1767.

Manuais particulares de francês e revisão gramatical de português. Laura, 424-2215.

Atendente com disponibilidade de 2ª a 6ª, a partir de 13:00hs. Vagner, fone: 334-9221.

PUBLICAÇÃO DO CVI•BH

Está à venda, diretamente no CVI•BH ou por reembolso postal, o manual técnico: 'A GRADUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE VERSUS A NBR 9050-1994: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO', do Prof. Marcélio Pinto Guimarães, publicado pelo CVI•BH em 08/95.

Preço do exemplar = R\$ 12,00 + tarifa postal. (Preço especial para grandes pedidos.)

Trata-se de um relatório descritivo da norma mais recente da ABNT, contendo uma análise crítica e conceitual sobre a acessibilidade. O relatório indica itens adicionais, explicativos ou substitutivos, auxiliando assim a interpretação e a aplicabilidade do conteúdo em projetos e na prática de edificações.

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO

Foi assinado em 10 de novembro o acordo de cooperação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e o CVI•BH. Este acordo foi firmado muito antes, de modo informal, e agora define as bases para futuros convênios entre

o CVI•BH e as diferentes unidades acadêmicas da UFMG.

Dessa forma, o CVI•BH irá participar ativamente do programa Ação Pró-Acesso, o qual prevê, entre outras, iniciativas de integração entre as diversas áreas do conhecimento em relação ao contexto da deficiência. As primeiras unidades a formalizarem convênios de cooperação deverão ser a Escola de Arquitetura e a Escola de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Os meios para isso serão apresentados nos próximos números deste informativo.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO DO CVI•BH

Número 01 - Ano 01 - Dezembro / 1995

Redação: Daniel Augusto Dos Reis
Katia Fontes
Marcelo P. Guimarães
Vilma Diniz
Edição: Marcelo P. Guimarães
Vilma Diniz
Revisão: Laura Aparecida Martins
Colaboração: José Maia Dos Santos
Impressão: CVI•BH
Apoio: Escola de Arquitetura da UFMG
Idéia Fixa - Empresa de Clipping e Pesquisa



INFORM

DO CVI • BH

ATIVO

02- ANO I

EDIÇÃO ESPECIAL - MAIO / 1996 /

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DE BELO HORIZONTE / CVI-BH - R. Paraíba 697, EA UFMG, sala 125, B.H., MG - CEP 30130.140 - Brasil - Fone (5531) (031) 261 7721, Fax (5531) (031) 261 7286

portador de deficiência na mobilidade tem sido multado por desobedecer a normas de trânsito que só levam em consideração o veículo e, não, as necessidades especiais de seu ocupante. Por isso, o cartão-credencial da Polícia Militar de MG é...

PASSAPORTE DA ACESSIBILIDADE

Os portadores de alguma deficiência na mobilidade podem agora confiar no auxílio dos Guardas do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais quando tiverem que utilizar seus automóveis para o trabalho ou lazer. Numa resposta eficaz às necessidades especiais de pessoas que precisam trafegar em ruas congestionadas como única forma de alcançarem seu destino, foi desenvolvido o Programa Ação Pró-Acesso da PMMG. Através desse programa, um cartão para ser pendurado no interior do veículo será concedido a aqueles que se inscreverem no cadastramento de suas necessidades especiais. Este cartão é uma credencial que permitirá a identificação do veículo pelo militar e garantirá ao seu portador o tratamento condizente com suas condições físicas. Além disso, o cadastramento no Batalhão de Trânsito levará importantes informações sobre a população-alvo. Em breve, outros programas de interesse para pessoas com deficiência na mobilidade poderão ser desenvolvidos com base nessas informações.

O Programa Ação Pró-Acesso da PMMG baseia nos seguintes pontos:

a atualização de placas de trânsito que permitem o estacionamento nas vias públicas mesmo em horários de pouco movimento muitas vezes propiciaria a existência de espaços de estacionamento que poderiam ser ocupados por algum tempo sem prejuízo para outros veículos no trânsito;

ocorre a falta de locais adequados para o estacionamento nas ruas de veículos portadores de deficiência, necessários em número e características compatíveis com a acessibilidade ambiental;



- o reconhecimento e a satisfação das necessidades especiais de portadores de deficiência na mobilidade dentro da estrutura organizacional do Batalhão de Trânsito fazem parte de suas atribuições básicas como órgão de serviços de interesse comunitário para a garantia da fluidez do trânsito, da segurança pública e da acessibilidade dos cidadãos;
- o guarda de trânsito deverá considerar os procedimentos de estacionamento e parada de veículos, embarque ou desembarque de seus ocupantes caso sejam portadores de deficiência na mobilidade, dentro de limites toleráveis para o trânsito local, sem que isso implique em impunidade para o motorista infrator;
- o registro e identificação das pessoas beneficiadas permitirá o monitoramento do uso do cartão-credencial. Além disso, proporcionará o levantamento de informações sobre a população. Assim, não mais deverão ocorrer levantamentos de dados por aproximação para que se saiba quantos são, onde estão e como vivem as pessoas portadoras de deficiência na mobilidade que utilizam automóvel.

O sucesso da Ação Pró-Acesso da PMMG deverá ser creditado ao Batalhão de Trânsito, que tornou possível tais melhorias. No entanto, ele será garantido pelo comportamento do público. Caberá a cada um de nós reconhecer a importância dessa iniciativa para a melhoria da vida das pessoas. Afinal, a acessibilidade e os benefícios que ela proporciona decorrem do adequado gerenciamento de recursos humanos e tecnológicos que visam ao bem-estar de todos na comunidade, incluindo, sem restrições, os portadores de deficiência.

COMO OBTER UM CARTÃO-CREDENCIAL AÇÃO PRÓ-ACESSO DA PMMG

A pessoa portadora de uma deficiência na mobilidade, ou seu representante, deve obter a ficha de solicitação para credenciamento diretamente no Batalhão de Trânsito da PMMG, em Belo Horizonte.

A ficha contém três partes. Na primeira, a pessoa solicitante deve fornecer dados pessoais e outros de interesse do Programa Pró-Acesso PMMG à máquina ou em letra de forma legível. A segunda deve ser preenchida pelo médico de sua escolha, desde que este trabalhe em uma das seguintes especialidades: angiologia, clínica geral, cardiologia, fisioterapia, geriatria, oftalmologia, oncologia, ortopedia, pneumologia e reumatologia. O médico deverá descrever o quadro clínico do solicitante de modo a explicitar as disfunções no organismo que resultam em deficiências, inclusive as que afetam a mobilidade do solicitante no prazo do cartão-credencial. Como condição básica, o médico deve identificar disfunções que resultam em pelo menos um dos seguintes problemas com gravidade na utilização do meio físico: perda acentuada da visão ou visão subnormal; cegueira; pouco equilíbrio; problemas graves de postura, para se curvar ou se ajoelhar; marcha ou sustentação somente por meio de suportes; e problemas graves no uso de membros inferiores.

Para a aceitação do cadastramento pela PMMG, o médico deve registrar seus dados de forma legível, incluindo seu número de identificação no Conselho Regional de Medicina, e o diagnóstico deverá conter o número correspondente no Código Internacional de Doenças para cada dado referente às condições do solicitante.

Após preenchidas as duas partes, a ficha deverá ser entregue no Batalhão de Trânsito, para registro. A última parte da ficha deve ser preenchida somente pela pessoa da PMMG responsável pelo cadastramento. Em todas as partes, as declarações devem ser devidamente assinadas e datadas. Para que o processo de credenciamento tenha validade, é necessário que todos os campos sejam corretamente preenchidos, sem rasuras. Será considerada cancelada a ficha que contiver, além disso, campos vazios e/ou número indevido de resposta para cada campo.

Uma vez confirmadas essas informações, o agente da PMMG irá entregar ao solicitante, ou ao responsável legal, o cartão-credencial Pró-Acesso, que terá validade de um ano, a partir desta data, desde que seja utilizado de maneira adequada.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Pre o cartão-credencial

O cartão-credencial é de propriedade do Batalhão de Trânsito - BPTRAN da PMMG. Seu uso é pessoal, uma concessão que pode ser revogada a qualquer momento caso não seja utilizada em conformidade com o programa. Ela é confeccionada em papel cartão e marcada com um selo em relevo da PMMG. O portador deverá plastificar esse documento desde que não acarrete dificuldade no reconhecimento do selo. Não será admitido o uso de cópias xerográficas da credencial ou a apresentação de credenciais mutiladas.

Para ter efeito no atendimento às necessidades especiais, o cartão-credencial deve ser apresentado ao militar do Batalhão de Trânsito. Na ausência do ocupante do veículo, o cartão-credencial deve estar visível no espelho retrovisor interno.

Aplicação do credenciamento

Os dados contidos na ficha de cadastramento irão compor um cadastro geral dos beneficiados do Programa Ação Pró-Acesso PMMG e serão de uso do Batalhão de Trânsito, do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, da Universidade Federal de Minas Gerais e de outras entidades, autorizadas pela PMMG, que se dediquem à formulação de programas de atendimento às pessoas com necessidades especiais. Em todo caso, deverá ser preservada a divulgação pública a identidade das pessoas envolvidas.

Penalidades

O uso do cartão-credencial é pessoal e intransferível. Qualquer um que utilizá-lo de forma indevida, reproduzi-lo, alterá-lo ou emprestá-lo a terceiros estará sujeito,

conforme o caso, ao cancelamento de sua concessão ou às penalidades da lei. Tais penalidades poderão também ser aplicadas sempre que ocorrerem falsas declarações no credenciamento. O cancelamento poderá ocorrer quando houver o acúmulo de três infrações relativas ao mal uso da credencial num só ano.

Local para o credenciamento e a entrega do cartão-credencial

Batalhão de Trânsito da PMMG
Av. Amazonas 6227, Gameleira, BH

Maiores informações, sugestões e críticas

Batalhão de Trânsito da PMMG
Fone: 319 30 77, fax: 319 30 80
Centro de Vida Independente de BH
fone: 261 77 21, fax: 261 72 86

PINIAO

BH TERÁ ESTACIONAMENTO RESERVADO NAS RUAS PARA VEÍCULOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA MOBILIDADE

BHTRANS já está desenvolvendo seu programa de estacionamento acessível. Nele, a utilização do cartão-credencial Pró-Acesso do Batalhão de Trânsito poderá identificar os veículos que terão acesso às vagas especiais a serem implantadas futuramente na cidade. Elas estarão reservadas na rua para uso exclusivo de veículos de pessoas com deficiência. Isso significa que qualquer outro veículo será multado caso esteja estacionado indevidamente nesse local. As características especiais dessas vagas incluem: a demarcação do espaço de acesso sobre o asfalto, a fixação de placa indicativa, a construção de rampa sobre o rebaixo do meio-fio e a reserva de espaço adicional junto à vaga para acesso ao veículo.

As vagas de estacionamento reservado constituem, na verdade, uma solução definitiva, porém restrita, para o problema de acomodação dos veículos utilizados por portadores de deficiência. As vagas especiais serão ser demarcadas gradativamente, a partir de critérios de acessibilidade técnica, nos locais onde se confirme a demanda por estacionamento. Nem todos os locais de estacionamento na cidade oferecem condições seguras para a acessibilidade, principalmente devido à forte declividade das ruas. Portanto, esse tipo de estacionamento irá funcionar adequadamente só em ruas planas.

As vagas reservadas poderão ocorrer numa fila de estacionamento do Programa Faixa Azul. Para tanto, o espaço necessário significará a redução do número de vagas já existentes. Considerando-se que as vagas reservadas para a acessibilidade podem ficar grande

parte do dia desocupadas, à espera do usuário portador da credencial, é desejável que a implantação das vagas especiais comece com um número bastante reduzido e que cresça somente em função da demanda real comprovada.

Com o monitoramento da utilização dessas vagas, será possível efetuarem-se ajustes. Assim, em locais onde o número de vagas for insuficiente, a BHTRANS poderá efetuar uma ampliação. Por outro lado, onde existirem vagas pouco utilizadas, corre-se o perigo de que a BHTRANS reduza ainda mais este número em favor do atendimento da oferta de vagas comuns. Há previsão de que pelo menos uma vaga especial seja mantida nos quarteirões onde ocorram serviços de interesse cultural e educacional, de saúde e outros definidos por solicitação.

O credenciamento do Batalhão de Trânsito da PMMG poderá auxiliar a BHTRANS, ao delinear o público beneficiado. Contudo, a BHTRANS poderá estabelecer, de início, maiores restrições ao perfil do público beneficiado, inclusive, pelo credenciamento da PMMG em função da estratégia de implantação adotada para seu estacionamento.

Se, no futuro, é de se esperar que o cartão-credencial da PMMG perca sua necessidade, por causa de uma ampla oferta de estacionamento acessível, vale reconhecer que a situação ideal passa antes pela convivência simultânea dos dois programas. Afinal, eles se complementam para a garantia da acessibilidade enquanto processo gradual e viável de busca da qualidade no gerenciamento e na fiscalização do bem comum.

INFORMURAL

PALESTRAS NO BPTRAN-PMMG

O Centro de Vida Independente de Belo Horizonte foi o responsável técnico pelo desenvolvimento do Programa Ação Pró-Acesso da PMMG. Sua participação compreendeu ainda a organização dos dados para o cadastramento e abrangerá o monitoramento do uso do cartão-credencial.

Na primeira fase, o CVI•BH proferiu palestras sobre as necessidades especiais dos portadores de deficiência para todo o contingente de policiais do Batalhão de Trânsito da PMMG, o que envolve todas as outras companhias de policiamento nas ruas, pessoal de trabalho administrativo, os policiais e os iniciantes.

As palestras, periódicas, permitirão um contato direto com o BPTRAN, auxiliando na efetivação dos ajustes necessários ao Programa Ação Pró-Acesso da PMMG.

ANÚNCIOS

Este espaço está aguardando por seu próximo anúncio ...

- Participe do Programa **DESCOBRIR-SE: UM ESPAÇO PARA MIM**, no CVI•BH às 5ª-feiras, 19:30h às 21:00h. Vagas limitadas. Laura, 424-2215.

- Participe do Programa **UM PÔNTO DE ENCONTRO**, no CVI•BH, com palestras sempre às 3ª-feiras, 19:30h às 21:00h.

PUBLICAÇÃO DO CVI•BH

Está à venda diretamente no CVI•BH, ou por reembolso postal, o manual técnico:

A GRADUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE VERSUS A NBR 9050-1994: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO, do Prof. Marcelo Pinto Guimarães, EAUFGM.

Foi publicado pelo CVI•BH em agosto de 95.

Trata-se de um relatório descritivo da norma mais recente da ABNT, contendo uma análise crítica e conceitual da acessibilidade. O relatório indica itens adicionais, explicativos ou substitutivos, auxiliando assim a interpretação do leitor quanto à coerência teórica e a aplicabilidade do conteúdo em projetos e na prática de edificações.

Preço do exemplar = R\$ 12,00 + tarifa postal.
Preço especial em pedidos de grande número.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO DO CVI•BH

Número 02 - Ano 01 - Maio / 1996

Redação: Marcelo P. Guimarães
Edição: Marcelo P. Guimarães
Revisão: Laura Aparecida Martins
Impressão: CVI•BH
Apoio: Escola de Arquitetura da UFMG
Idéia Fixa - Empresa de Clipping e Pesquisa

DOAÇÃO DE
CPCCI

DATA 19/06/97 PREÇO: R\$ 60,00